

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA
E
HISTÓRIA

9.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME II



LISBOA  MCMLXX

BIBLIOTHECA
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUEZES
Edifício Histórico do Carmo



ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

1.^a SÉRIE

Arquivo de Architectura Civil — Jornal dos Architectos Portuguezes e Archeologos, 10 fascículos (1865) *.

2.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes I (1876) *, II (1880) *, III (1882) *, IV (1886) *, V (1888) * e VI (1890) *.

3.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes VII (1893) * e VIII (1900) *.

4.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes IX (1901), X (1904) e XI (1907).

5.^a SÉRIE

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes XII (1910) e XIII (1913) *.

6.^a SÉRIE

Arqueologia e História, volumes I (1922) *, II (1923) *, III (1924), IV (1925), V (1926), VI (1928), VII (1929), VIII (1930), IX (1930) e X (1932).

7.^a SÉRIE

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, volumes I (1934) *, II (1936) *, III (1937) *, IV (1938), V (1941), VI (1942) e VII (1943).

8.^a SÉRIE

Arqueologia e História, volumes I (1945) *, II (1946), III (1947), IV (1947), V (1951), VI (1955), VII (1956), VIII (1958), IX (1961), X (1962), XI (1964) e XII (1966).

9.^a SÉRIE

Arqueologia e História, volume I (1968).

Os volumes marcados com * estão esgotados.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
BIBLIOTECA

N.º _____

DATA _____

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

9.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME II



LISBOA  MCMLXX

Associação dos
Arqueólogos
Portugueses
BIBLIOTECA

TÁBUA DAS MATÉRIAS

	Págs.
Alexandre Herculano e a Arqueologia — <i>Jorge Borges de Macedo</i>	9
Considerações sobre Areja e Aneja - Portucale — <i>E. M. Ferreira de Sousa</i>	23
Um retrato inédito de Vasco da Gama — <i>D. Luiz Gonzaga de Lencastre e Távora (Marquês de Abrantes e de Fontes)</i>	29
A loiça brasonada no arranjo dos interiores portuguezes dos séculos XVI a XIX — <i>José de Campos e Souza</i>	35
Subsídios para a investigação histórica em Portugal - Alguns sumários das notas de vários tabeliães da vila de Torres Vedras nos Séculos XVI a XVIII — <i>Rogério de Figueiroa Rego</i>	67
O Milagre de Nossa Senhora da Piedade de Santarém, e um valioso relicário seiscentista descoberto no Porto — <i>Rocha Souto</i>	119
Nossa Senhora na Arte Antiga — <i>João Pires de Campos</i>	127
A baixela de Dom José e Dona Victoria — <i>José de Campos e Souza</i>	141
Menires de Monsaraz — <i>José Pires Gonçalves</i>	151
As alterações ao Santoral e suas repercussões na Historiografia — <i>Meyrelles do Souto</i>	177
Hipólito Cabaço — <i>Maria Amélia Horta Pereira</i>	185

	Págs.
Três jazidas paleolíticas no Concelho de Mação — <i>Maria Amélia Horta Pereira</i>	205
Procissões de Outrora - Elvas — <i>Eurico Gama</i>	235
Perfil moral e mental do Rei Dom Manuel I — <i>J. T. Montalvão Machado</i>	303
Moinhos agora, moinhos outrora — <i>José Fernandes Ventura</i> ...	335
Maxime Vaultier — <i>O. da Veiga Ferreira</i>	341
A estação com cerâmica cardial da Ponta de Sagres (Algarve) — <i>O. da Veiga Ferreira</i>	347
Movimento da Associação dos Arqueólogos Portugueses no ano de 1969 - 1970:	
<i>Relatório da Direcção</i>	361
<i>Relatório da Secção de Pré-História</i>	368
<i>Relatório da Secção de História</i>	369
<i>Relatório da Comissão de Heráldica</i>	371
<i>Relatório do Conservador do Museu</i>	372
<i>Relatório do Bibliotecário</i>	374

ALEXANDRE HERCULANO E A ARQUEOLOGIA (1)

pelo sócio efectivo

Jorge Borges de Macedo

AS figuras nacionais tomam depressa a aparência de entidades abstractas, painéis memoráveis ou evocativos de uma só posição ou modalidade: aquela que melhor cabe para ser lembrada, sem grande esforço ou exegese e que melhor exprime o prisma por que, em dado momento, podem ser apreendidas. Mas, no ponto de vista crítico, o simples inventário dos significados estabelecidos suscita a renovação dos estudos e o consequente encontro de novas interpretações.

Por essas razões gerais, assim como por razões da multiplicidade dos seus interesses, pensar em Herculano, tanto na sua acção como na sua obra, acaba sempre por revelar possibilidades de perspectivas novas, a acrescentar às que a crítica já explorou, tão densa é a personalidade do historiador, tão inteira e facetada a sua concepção global sobre a História e o Homem, tão profunda a viragem que provocou na metodologia e nas hipóteses de pesquisa e de interpretação, assim como nas sugestões acerca da finalidade da história, para só referir esta «ordem» de interesses da sua existência. Em consequência disso, podemos dizer que há um «Herculano», para o fim do século, um «Herculano» para o

(1) Conferência proferida, em 20 de Maio de 1970, na Associação dos Arqueólogos Portugueses.

centenário do seu nascimento, outro ainda para o tempo da «Seara Nova» e da «Nação Portuguesa», ou para os nossos dias e que, sem serem contraditórios, exprimem perspectivas válidas, embora diversas, da sua complexa personalidade.

Para o nosso caso, e à primeira vista, pode, não obstante isso, parecer um pouco ousado falar de Herculano, a propósito ou em relação com «Arqueologia», termo que ele raríssimamente emprega e mesmo assim com o sentido de «conhecimento do antigo»: é o que sucede quando classifica os textos do séc. XVI, relativos às viagens de Tron e Lippomani, e de um cardeal embaixador veneziano, ou ao aspecto de Lisboa (2). Como citá-lo relativamente a essa ciência, quando Herculano nos é apresentado — sem dúvida, com uma sensível parte de razão — como procurando, sobretudo, estabelecer os quadros sócio-jurídicos do Estado Português nos sécs. XII e XIII, através da documentação escrita, além de muito indiferente aos problemas da inserção geográfica das sociedades (3) e estranho ao seu condicionamento tecnológico? Mal referindo a vida cotidiana, corrente ou cerimonial, ou até mesmo certos aspectos do factor económico? Na sua história, quando visa o concreto humano, procura sobretudo os indivíduos movidos pela ambição, o ódio, o crime, a tenacidade, o orgulho, a hipocrisia, a crueldade, etc., sentimentos, cuja potencialidade e projecção social lhe parecem tão evidentes que prescinde de as explicar (4). Quando faz a descrição da

(2) «Archeologia portuguesa — 1841-1843; Viagem do Cardeal Alexandrino, 1571; Aspecto de Lisboa — ao ajuntar-se e partir a armada para a jornada de Alcácer-Quibir, 1578; Viagens a Portugal dos cavaleiros Tron e Lippomani, 1580», in Alexandre Herculano, *Opúsculos, Controvérsias e Estudos Históricos*, Tomo I, Lisboa, s. d., pág. 43-126. Na introdução a estes textos, Herculano considera que é «uma necessidade literária o desenterrar das crónicas, dos diplomas e de toda a espécie de monumentos, a arqueologia portuguesa na mais vasta significação desta palavra». O sentido aqui atribuído ao termo «arqueologia» é o etimológico; do mesmo modo o faz ao falar, mais adiante, em «obra arqueológica». Não se encontra outra interpretação.

(3) Nas raras vezes em que alude a aspectos geográficos visivelmente os subalterna: cf. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, 1.º vol., Lisboa, 1846, pág. 238.

(4) Quando tem consciência da alternativa sociedade-indivíduo, a sua opção é variável; *v. g.*, para um caso: D. Henrique «levado pela natureza das cousas, e ainda mais pela ambição, a representar um papel importante...», *H. de Portugal*,

pessoa concreta (a «índole» ou o «carácter», na sua linguagem), procura sobretudo um certo tipo de densidade psicológica, sem esquecer, muitas vezes, a própria presença física. Cite-se, como padrão, o famoso retrato de Diogo Gelmirez, arcebispo de Santiago de Compostela, «cuja vaidade era igual à sua cobiça» (5) e a respeito do qual reúne um naipe de qualificativos que vão desde ambicioso, orgulhoso, hipócrita, até famoso, intrigante, etc. Poderia ainda citar o seu «retrato» de D. Afonso Henriques, a cujas qualidades que lhe eram atribuídas não esquece de acrescentar «a nobreza da figura e a beleza do rosto» (6); além de «cobiçoso de renome, valente, sem afeições profundas e verdadeiras», salientando o facto do primeiro rei de Portugal ter sido «privado ainda na infância daquele amor de mãe que tantas vezes afeiçoa e suavisa os caracteres mais duros» (7), nota que tanto pode ser um lugar comum, como uma evocação autobiográfica mas convencional. Sobre esta referência ao carácter ou índole das personalidades históricas (e em relação à qual ordena toda uma hierarquia de sentimentos individuais e até masculinos ou femininos) (8), articulava Herculano toda uma rede de condições sociais e choques de grupos que, cuidadosamente, procurava expôr em coerência com categorias jurídicas. Estas constituem a «urdidura» do funcionamento da sociedade que a sua metodologia histórica mais procurava determinar. Na verdade, o processo de trabalho de Herculano, em história, visava a apreensão das relações sociais estáveis e o conhecimento da sua «revolução». Para as determinar, recorria ao documento escrito, que, em seu entender, suscita e orienta

I vol., pág. 234. E para outro caso: Para a luta com o clero, D. Afonso III foi arrastado pelas «condições da sociedade mais fortes que as promessas e os propósitos dos indivíduos», *Idem*, vol. III, Lisboa, 1849, pg. 31. É bem certo, no entanto, que para explicar a diferença entre a acção individual e a pressão social não se recorre, necessariamente, ao mesmo processo de explicação que quando se visa compreender a coincidência dessas duas formas de existência humana.

(5) *Idem, idem*, I vol., pg. 262.

(6) *Idem, idem*, pg. 290.

(7) *Idem, idem*, pgs. 303 e 304.

(8) Cf. o retrato de D. Urraca: «a fraqueza do seu sexo a incitou então a seguir a política tortuosa ...», *Idem, idem*, pg. 229; ou de D. Teresa: «recorreu às armas de que a sua fraqueza mulheril podia tirar tanta vantagem ... empregou a astúcia», *Idem, idem*, pg. 236.

a «imaginação do historiador». É por meio desta que o todo do passado é reconstituído, não arbitrariamente mas sempre sujeito às condições de vigilância da prova documental. Noutro plano de pensamento, a reconstituição do passado e a sequência dos sucessos, não são estudados, em si mesmos, sem finalidade. Pelo contrário, para Herculano, a História é uma «ciência social destinada a enriquecer o presente com a experiência do passado» (9). Passado, função do presente: conceito que, à primeira vista, parece convir o menos possível à Arqueologia.

Estes pontos de partida e intenções aparecem claramente expressos. Os conceitos metodológicos deles derivados são tidos como intrinsecamente vinculados ao documento escrito. Mas aqui já não é o historiador que o diz. É uma inferência precipitadamente tirada, a partir de certas opiniões de Herculano que a elas se sentia criticamente obrigado por uma ordem de argumentos ou razões que provinham da sua meditação urgente sobre certos problemas da História de Portugal para os quais não tinha materiais seus. A análise do problema dos lusitanos, o modo como determina a influência fenícia e cartaginesa sobre as sociedades peninsulares ou ainda o seu conceito de despovoamento, armamento ou destruição e substituição das populações, tudo isso é elaborado sem recorrer a «dados» arqueológicos, o que parece ser uma prova do «desprendimento» de Herculano em relação à Arqueologia. O simplismo dos seus pontos de vista, naqueles casos, ressalta de um modo flagrante quando os comparamos com as páginas tersas onde foca ou apresenta a origem política de Portugal ou a estrutura da sociedade portuguesa. Mas não pode daqui derivar-se um desinteresse de Herculano pela pesquisa sobre materiais não escritos, processo específico à Arqueologia. O problema não teria importância, se, por um lado não estivesse mal posto e se, por outro lado, não depreciasse a própria concepção de História de Herculano, em alguns pontos fundamentais. Em primeiro lugar, é certo que, ao tempo da primeira edição da *História de Portugal*, a Arqueologia, como domínio específico de pesquisa, com exigência de prova e capacidade de exposição autónoma, se encontrava ainda na infância. Era, em Portugal, mais uma curiosidade que uma técnica ordenada de trabalho. Nessas condições, o histo-

(9) Idem, *idem*, pg. 4.

riador mostrava-se pouco convencido pelas suas virtualidades provativas, tais como eram apresentadas pelos seus bizarros cultores: não era nesse sentido que se moviam os seus interesses científicos.

Mas, se relermos a obra do grande historiador, se formos cotejar a problemática a que se dirige com os recursos de que realmente dispõe, se tivermos em conta a revisão crítica a que pretendia proceder, somos levados a considerar que a questão pode ser posta em termos completamente diversos e que Herculano também ocupa uma posição indiscutível na evolução da Arqueologia em Portugal. Na verdade, é dele a afirmação de que o verdadeiro mister da história é «averiguar qual foi a existência das gerações que passaram» (10), definição que, efectivamente, nenhum arqueólogo poderá repelir. E se tivermos também em conta, na análise das concepções de Herculano, tanto o domínio da sua acção cultural prática, como o sentido global das suas concepções, como ainda as perspectivas do desenvolvimento da pesquisa, logo se verifica que, nesses três aspectos essenciais para a compreensão do historiador, a sua posição não exclue a Arqueologia. Antes a recebe dentro de um escalonamento teórico perfeitamente previsível, embora a não considere, nem mesmo a reconheça, no nível científico em que ela se encontrava.

No domínio da acção prática, o património arquitetónico de Portugal encontrou em Alexandre Herculano um esclarecido e eloquente defensor. Certo é que se a sua voz tivesse sido ouvida, muitos monumentos de grande interesse histórico e alguns deles até de grandiosas dimensões, teriam sido poupados à destruição, supostamente utilitária, por parte de entidades oficiais, sempre zelosas do imediato. Em face desta intemerata actividade destruidora de que dá testemunhos espantosos (a que poderiam acrescentar-se centenas de outros depois da data desse eloquente protesto), Herculano interveio: «É contra a índole destruidora dos homens de hoje que a razão e a consciência nos forçam a erguer a voz e a chamar, como o antigo eremita, todos os ânimos capazes de nobre esforço para nova cruzada. Ergueremos um brado a favor dos monumentos da história, da arte, da glória nacional que

(10) *Idem, idem*, pg. VII.

todos os dias vemos desabar em ruínas» (11). E dirigindo-se aos responsáveis, acusava-os, não tanto, ou não só, de incúria, como de um desinteresse que resultava de uma concepção de vida que ignorava o alcance (até político) da continuidade histórica e vivia para um cotidiano inculco e pobre:

«Pelas largas que tem tomado o vandalismo, podemos assegurar que dentro deste século não haverá em Portugal um monumento ... Vós, homens da destruição, dos alinhamentos, dos terreiros, da civilização vandálica, é que importais bem pouco; porque, semelhantes a vermes, roeis e não edificais; porque não deixareis rasto no mundo, depois de apagar tantos vestígios alheios; porque, nada valendo, menoscabais os que valeram muito; porque se um templo, um mosteiro, um castelo duraram seis ou oito séculos e durariam, sem vós, outros tantos, as vossas picaretas, as vossas alavancas, os vossos camartelos estarão comidos de ferrugem e informes, antes de vinte anos, e são essas únicas e tristes memórias da vossa ominosa passagem na terra» (12).

Poderá dizer-se que a sua intervenção deixou indiferentes esses homens da governança «ridículos», «netos de Atila, de colarinhos e peitinhos engomados». E poderá acrescentar-se-lhe que defender os monumentos nacionais não revela necessariamente «espírito arqueológico». Por isso, importa sobretudo salientar que não se trata só de uma defesa dos monumentos como obras de arte ou de evocação, mas como elementos de estudo e interpretação do passado. Não é só por motivos de arte e tradição que apresenta propostas de acção imediata para sua defesa mas também a partir de uma verdadeira concepção teórica sobre o seu significado científico.

Convicto de que a acção individual — por muito prestigiosa que fosse a pessoa que a realizasse — de modo algum podia ser bastante, o historiador propôs a constituição de uma sociedade cultural e de vigilância pública, precisamente como a Associação dos Arqueólogos Portugueses (13) que tomasse a seu cargo a indispensável acção para defesa do património arquitetónico português:

(11) «Monumentos pátrios», in *Opúsculos, Questões públicas*, Tomo II, pg. 10.

(12) *Idem, idem*, pgs. 28 e 30.

(13) De que veio a ser sócio, segundo informou o Exmo. Senhor Machado de Faria, no decorrer da sessão, citando investigações suas.

«Quiséramos que os homens deste país que têm coração português fizessem uma associação cujo trabalho de patriotismo ligasse os seus membros dispersos por todo o reino; que os residentes em Lisboa constituíssem uma espécie de junta, à qual os das províncias, logo que à sua notícia chegasse a demolição de algum monumento da história ou da arte, remetessem uma breve nota individuando as circunstâncias do edifício destruído e o nome do arrasador ...» (14).

Não interessará muito precisar agora a eficácia das medidas propostas ou até a infantilidade que actualmente apresentam. Há porém dois tópicos que parece deverem ser salientados. O primeiro é a comunhão de Herculano com o espírito que sempre tem orientado a Associação dos Arqueólogos Portugueses, na defesa do património monumental de Portugal, expressão da sua cultura. O segundo é que essa sua intervenção da juventude está ligada a uma verdadeira teoria sobre a função dos monumentos e a importância que atribui aos vestígios materiais, preciosa manifestação concreta da época donde vieram. Já aqui nos aparece, aplicada, com grande amplitude, a afirmação, essencial para a actualidade da concepção histórica de Herculano de que o passado histórico é uno. Desse modo, o mosteiro da Batalha, Mafra, o mosteiro de Jesus, o Terreiro do Paço, os edifícios da Universidade de Coimbra, são manifestações acabadas que por si falam do tempo em que foram feitas, desde que se saiba passar da linguagem dos objectos para a das palavras: «Aqueles livros de pedra, complexos como os poemas de cavalaria» poderão facultar, se conservados e estudados, «a história das crenças, dos costumes, dos trajes, das alfaias de antigas eras ... os vestígios dos sucessos notáveis, de dramas populares, de lendas poéticas e até retratos únicos de varões singulares». Para o historiador, em face dos monumentos medievais, «o pensamento que inspirou essas concepções grandiosas como que se alevanta dentre as devastações perpetradas pelo camartelo ...» Por eles se torna possível reconstituir o espírito da época: «é possível suprimir pela imaginação o moderno e pôr em lugar deste o antigo. A poesia ainda não desamparou de todo o mutilado monumento» (15).

(14) Alexandre Herculano, *Idem*, pg. 36.

(15) *Idem*, *idem*, pgs. 18 e 19.

A importância destas ideias na concepção de Herculano sobre o passado e o seu papel no presente nem sempre é lembrada, em face da suposição estreita de que a sua metodologia só se refere ou dirige ao documento escrito. Mas revela-se uma muito maior fidelidade ao espírito dessa metodologia considerar-se que o monumento material ou o documento escrito têm ambos a mesma finalidade de criar apoio e disciplina à imaginação e à inteligência para reconstituírem, válida e expressivamente, o passado.

Para tanto, todos os recursos são bons desde que a crítica os torne idóneos; o seu valor é dado pela sua capacidade informativa, não pela natureza dos materiais: «os castelos, os templos e os palácios, tríplice género dos monumentos que encerra em si toda a arquitectura da Europa moderna, formam uma crónica imensa em que há mais história que nos escritos dos historiadores. Os architectos não suspeitavam que viria tempo em que os homens soubessem decifrar nas moles de pedras afeiçoadas e acumuladas a vida da sociedade que as ajuntou» (16). E assim, para Herculano, nada melhor que o convento de Mafra e o mosteiro da Batalha para se compreender a época de D. João V e a de D. João I: «a Batalha representa uma geração enérgica, moral, crente: Mafra uma geração afeminada que se finge forte e grande» (17). E no desenrolar do seu pensamento vai considerar que a expressão da época em que ele próprio vivia e das suas preocupações mais profundas virá a ser «o aspecto do solo, o viço dos campos, a abundância, substituída à escassez na morada do homem laborioso» (18).

Pelos vestígios materiais, architectónicos e outros, se pode ascender ao espírito de uma época: opinião que está no cerne da sensibilidade histórica de Herculano. As imagens que escolhe para delimitar as perspectivas exactas necessárias a uma definição do passado, são, com frequência, tiradas da linguagem pictórica e architectónica («as linhas, contornos e cores da sua época»), apelos, acaso inconscientes, à linguagem com que se familiarizara na infância, a que também não deve ser

(16) «Duas épocas e dois monumentos». *Opúsculos, Questões Públicas*, Tomo IV, pg. 5.

(17) *Idem, idem*, pg. 6.

(18) *Idem, idem*, pg. 9.

estranha aquela sua profunda convicção a respeito da arquitectura como força expressiva, comunicativa, do passado ⁽¹⁹⁾.

Como se vê, é muito mais íntima do que à primeira vista parece, a ligação entre Herculano e a essência do método da Arqueologia. Como processo de reconstituição do passado não a praticou, mas, de forma alguma, era estranho ao seu processo específico.

Sendo assim, não admira que, na articulação da pesquisa que a Arqueologia depois elaborou, em Portugal, para a sua parte no conhecimento do passado humano, tenha estado bem presente (talvez até demasiado) a posição de Herculano, a respeito de tantos problemas da história de Portugal, aos quais só os estudos arqueológicos podiam dar uma resposta, quando não satisfatória, de algum modo, mais adequada.

Herculano, ao fazer a sua história crítica de Portugal, levou por diante uma análise cerrada acerca dos conhecimentos que se supunha estarem realmente adquiridos para a determinação científica do passado português. Visava ele tanto a determinação rigorosa dos acontecimentos ocorridos como o encontro da ordenação sócio-jurídica que os tornasse apreensíveis, isto é, comunicáveis. Nessa ordem de preocupações, faz a crítica severa de muitas «ideias feitas», a respeito da história de Portugal. Procedeu, certamente, muitas vezes, em nome de outras «ideias feitas», marcando, em qualquer caso, um grande progresso e uma grande actualização dos problemas postos. Estabeleceu um questionário mais exigente e mais útil para interrogar os documentos e fez o inventário das carências mais evidentes. Ora foi, precisamente, para enfrentar carências postas a claro pelo historiador tanto pela forma como as expôs, como pela flagrante insuficiência com que resolveu muitas delas, que a Arqueologia tomou maior impulso em Portugal. Essa sua finalidade científica, bem clara, exigia que os resultados tives-

(19) Herculano descendia, pelo lado materno, de uma família de canteiros e construtores. Cf. Gustavo de Matos Sequeira, «Uma genealogia interessante», *Ilustração portuguesa*, 2.^a série, 2 de Junho de 1906, pg. 481-488. A mesma predilecção pelos termos, imagens, formas e construções de ambientes dessa natureza se verifica nos seus trabalhos literários: *O Bobo*, *As Lendas e Narrativas*, *O Monge de Cister*, *Eurico*, *o presbítero*, estão cheios de exemplos bem evidentes da preferência de Herculano pela capacidade expressiva de todo esse vocabulário. No que se refere aos temas da narração, verifica-se a mesma frequência.

sem qualidade suficiente para poderem entroncar no majestoso edifício, ainda que incompleto, que a História de Portugal ficou devendo à mão áspera e apaixonada de Herculano. Este levava às últimas consequências as restrições que as fontes documentais escritas podiam fazer a três pontos essenciais das ideias correntes na época: a ligação entre lusitanos e portugueses; a profundidade da romanização e a efectividade do ermamento. Pode dizer-se que, mesmo quando se não aceitem as opiniões de Herculano a esse respeito, elas representam, pela sua própria superficialidade, uma interpretação proporcional às fontes válidas disponíveis e que eram, sobretudo, fontes escritas. Impunha-se fazer a revisão das propostas de Herculano, ultrapassar as suas críticas, só possível recorrendo a novos dados. E foi à procura desses elementos, para se proceder a uma análise histórica assente em novos materiais e ao seu enquadramento interpretativo, depois da crítica de Herculano, que a Arqueologia em Portugal dedicou, durante muito tempo, os seus esforços. Para isso, não poderia deixar de ser cientificamente concebida e praticada.

Quando o historiador dizia que «a raça púnica alterou necessariamente ainda mais a mistura celto-greco-fenícia, que anteriormente se havia operado» (20); ou afirmava que, desde o século I, «todos os monumentos históricos conspiram em nos mostrar os habitantes da Península inteiramente identificados com os romanos» (21); ou decidia que «a população hispano-romana desaparecera, em grande parte, debaixo das espadas implacáveis dos bárbaros» (22); ou quando ainda enunciava o seu ponto de vista sobre os visigodos ou sobre o ermamento, fazia-o apoiado numa interpretação assente nos elementos disponíveis, que tomava como indiscutíveis. Em face da escassez que revelavam, impunha uma conclusão: «Temos examinado as relações que se poderiam dar entre nós e aquela porção de tribos célticas denominadas os lusitanos. — Qual é o resultado de tudo o que fica dito? — Que é impossível ir entroncar com elas a nossa história ou delas descer logicamente a esta. Tudo falta: a conveniência de limites territoriais, a identidade da raça, a

(20) Idem, *História de Portugal*, vol. I, pg. 19.

(21) Idem, *idem*, pg. 43.

(22) Idem, *idem*, pg. 29.

filiação de língua, para estabelecermos uma transição natural entre esses bárbaros e nós» (23). O raciocínio exprime-se no indicativo do presente, a inferência é lógica; os dados em que assenta nem são novos, nem abundantes, nem convincentes. Mas tudo isso constituía o «estado da questão».

Por consequência, impunha-se a verificação do seu ponto de vista. Para o fazer, era necessária a constituição de disciplinas novas, a Pré-história, a Arqueologia que assim receberam um verdadeiro programa. Nele trabalharam diversos investigadores, entre os quais avulta a figura essencial mas não única (por isso mesmo que essencial) de José Leite de Vasconcelos. O seu livro «*As religiões da Lusitânia*» visava rebater, ponto por ponto, muitas daquelas afirmações de Herculano. Fazia-o com a investigação nova que elas exigiam. Orientação que não era de forma alguma contraditória com a própria atitude de Herculano que relacionava a eficácia da influência romana com o facto dela se exercer nas cidades, ao mesmo tempo que — noutro aspecto — procurava as causas da persistência de elementos resistentes à romanização, entre os povos da Hispânia, no facto da Península «ter visto cair muitos dos seus filhos na servidão» (24).

Na mesma ordem de considerações, se pode colocar o modo cauteloso como Herculano interpreta o «ermamento». Tem-se isolado o ponto de vista do historiador relativamente à zona do Norte do Douro, no século IX, esquecendo a posição que toma relativamente a outras áreas e períodos e ainda o facto dele chamar a atenção para a necessidade de procurar novos elementos de prova para decidir do problema posto. Também aqui, o historiador argumenta tão só a partir dos dados de que dispõe e dá a resposta que, naquele momento, lhe parece a possível. Em ponto nenhum encerra o debate.

A sua exposição utiliza documentos escritos. Mas não exclue da História o recurso a outra ordem de vestígios. Pode mesmo dizer-se que lhes atribui uma função específica, no conjunto das suas concepções críticas. Com efeito, depois das afirmações gerais sobre o que entende por ciência histórica (onde se percebe a sua aceitação do positivismo

(23) Idem, *idem*, pg. 46.

(24) Idem, *idem*, pg. 40.

no que diz respeito à necessidade de *saber* para *prever* e para *prover*), Herculano, sentindo a necessidade de dar um sentido mais operativo à sua definição de História, considera-a como «o resumo das experiências do género-humano» (25) e determina, à maneira de Guizot, a existência de dois «planos» para a apreensão completa dessa experiência: a vida *interna* e a vida *externa* das sociedades.

Na sua História, preocupa-se com «a índole da sociedade, os seus princípios constitutivos, o sistema da sua organização» (26): a forma interna. Nesse domínio, as sociedades passadas explicam-se, revelam-se, isto é, podem facultar uma razão explicativa, através dos vestígios que provêm do seu exercício. É esse domínio que Herculano estuda, que o preocupa, que lhe interessa, sobre o qual se considera habilitado para estabelecer conclusões. Para tal, interroga os documentos, imagina hipóteses, orienta análises para o conduzir a sínteses. Não trata, porém das formas externas: «a língua, os trajos, a cultura intelectual, as artes e indústria» (27).

As manifestações externas do viver não o ocupam na sua obra científica. Não lhes vislumbra, acaso, na altura, possibilidade de as reconstruir com validade, antes de determinar as «formas internas». Mas é flagrante que, no seu modo de conceber o estudo do passado, está implícita a análise, a interpretação sintomática de todo esse material que, na Arqueologia, se articulou em ciência, com método de pesquisa próprio. Herculano previa-lhe um lugar e uma função. E desse modo aplica a todos os recursos materiais para conhecimento do passado a designação comum de «monumento»: «meio de transmitir ao futuro uma lembrança do passado» (28). Esclarecendo a sua ideia, diz, em defesa do seu ponto de vista: «Acidentalmente, mil condições podem variar o seu modo de existir, mas a condição unicamente absoluta desse existir é o *lembrar*: ... o livro, o templo, o obelisco, a estátua, o palácio, a campã; a árvore e até o chão defeso e condenado [...] podem ser

(25) Idem, *idem*, vol. III, pg. 221.

(26) Idem, *idem*, pg. 156.

(27) Idem, *idem*, pg. 192.

(28) Idem, «A Escola Politécnica e o Monumento», in *Opúsculos, Questões Públicas*, vol. V, pg. 202.

monumentos» (29). A partir daí, encaminha-se para a afirmação geral e particular de que os «monumentos são portanto uma história e logo uma filosofia». Desenha-se assim melhor, a possibilidade de um método, de uma técnica próprios, um delineamento de interpretação que venha a considerar os novos materiais. Em suma, define-se uma função específica para a Arqueologia, na tarefa de reconstituir o passado: alcançar uma época, através dos seus monumentos não escritos.

E assim nos encaminhamos para o terceiro ponto da posição de Herculano: as perspectivas de desenvolvimento da pesquisa. A sua atitude na investigação comporta, sem a exercer, o processo do arqueólogo que consiste afinal na capacidade para definir características tanto globais, como especiais de uma civilização, através dos seus dados materiais, concebendo o passado humano como um todo. E é essa precisamente a posição que o historiador revela ao afirmar que «entre os monumentos de um país e cada uma das suas épocas há sempre uma certa harmonia, a que, por via de regra, se ajunta a do aspecto moral do indivíduo eminente cuja memória se quiz transmitir à posteridade ou tratando-se dum sucesso a da natureza deste» (30). Ou quando declara que, na configuração de uma cidade, se resume a sua história social e a «profecia» do seu futuro (31). Afinal, monumentos escritos, arquitectónicos, plásticos ou ideais, acções humanas individuais ou colectivas, poderão falar, desde que bem interrogadas, da sociedade onde existiram.

É um sistema de interpretação do seu espírito, uma ferramenta do seu método, a passagem do «documento» para a paisagem humana (32). Só o que se torna indispensável é que esteja garantida a autenticidade dos vestígios. Desse modo, soube aperceber-se do significado possível das citanias do Norte do País e aceitar que dessas «cabanas circulares construídas de pedras soltas» muito se poderia tirar para apreender o passado. O que se não deve é fazê-lo abandonando o método crítico, isto é, afastando as exigências da razão e

(29) Idem, *idem*, pg. 203.

(30) Idem, *idem*, pg. 213.

(31) Idem, «Uma Vila Nova antiga», *Opúsculos, Controvérsias e Estudos Históricos*, vol. III, pg. 14.

(32) Cf. *História de Portugal*, II vol., pg. 10.

exorbitando a viabilidade demonstrativa do documento para a interpretação. Como as regras que conhecia não podiam ser aplicadas a esse tipo de «documentos» materiais, para Herculano, era uma exigência científica não os utilizar. Mas, quando os seus recursos da crítica histórica os admitia, para a demonstração ou expressão do passado, integra-os perfeitamente na sua narrativa. Assim, para exprimir a sequência ou sucessão dos tempos são as formas arquitectónicas que têm a sua preferência. Há diversos exemplos dessa sua atitude, sobretudo quando aplicada às regiões e épocas que conhece bem: a evolução de Alcácer do Sal, desde o período maometano até ao presente é apresentada em termos de paisagem desse tipo.

*

Assim se define a sua concepção essencial de que o Universo humano é um todo onde as realidades materiais têm convivência na explicação do conjunto, sem prejuízo da escala das responsabilidades e poder expressivo que variarão, conforme as épocas, os recursos e os ideais. Sem dúvida que estas posições se esbatem um pouco quando se interpreta Herculano, mais como um investigador concreto do que como um historiador, quando é lido parcelarmente, sem cuidar das posições teóricas fundamentais a que está ligado. Ao mesmo tempo, também é certo que a sua linguagem ⁽³³⁾ quando se aplica aos vestígios materiais não é, muitas vezes, rigorosa. O domínio da Arqueologia não ocupava os seus planos de investigação o que não significa que o não previsse para um quadro histórico completo.

História, Arqueologia, Sociologia ou conhecimento do homem no presente e no passado? Na poderosa concepção de Herculano, na exigente revisão crítica a que submeteu as concepções e os «documentos» da história de Portugal, encontramos, como regra, a atitude fundamental de que o passado deve ser mantido na sua unidade integral. As técnicas e habilitações para o estudar e apreender podem variar com o investigador e enriquecer-se com o progresso científico. Não devem afectar a unidade integral da vida que aconteceu.

(33) Como exemplo, a expressão «pedra polida» aparece uma única vez e com o sentido de «pedra preparada».

CONSIDERAÇÕES SOBRE ANEJA E AREJA - PORTUCALE

pelo sócio efectivo

E. M. Ferreira de Sousa

O maior território, cuja existência veio aproximadamente até ao século XI e cujo povo se orgulhava da sua autonomia e ao expandir-se para o ocidente deu-nos o Portucale e, quem sabe, se também nos legara o espírito da nossa independência.

Este povo habitava a região montanhosa que se estende dum e doutro lado do rio Douro, Aneja. A sua capital ou sede, ficava no Monte Mósinho, ao sul do actual concelho de Penafiel e o seu território abrangia terras de Castelo de Paiva, Arouca e Sinfães, mas o seu maior espaço prolongava-se pela margem direita com terras do Marco de Canavezes, de Penafiel e Gondomar.

Esta Aneja, conhecida por «Cidade morta», era defendida por três muralhas e um fosso ao norte e cercada de numerosos castros e a cidadela era igualmente defendida por uma muralha de 1,20 de espessura.

Esta «Cidade morta» é considerada a maior da península, pois tem de norte a sul, aproximadamente, um quilómetro.

Entre os numerosos castros havia um na extremidade sul do Mósinho, sobranceiro ao rio Douro e donde este rio podia ser observado numa grande extensão, e que, depois do século VI, passou a ser conhecido por castro de Aneja.

O diploma do ano 1120 prova a sua existência e a sua localização: «*Villam vel ecclesiam sancti michaelis de inter ambos ribulus ... ad radi-*

cem castro anegie discurrentia flumina durio vel tamice» (igreja de S. Miguel de Entre-os-Rios ... na raiz do castro de Aneja, margem dos rios Douro e Tâmega).

Deixemos por ora este castro e passemos novamente à «Cidade morta», a primitiva «Civitas Aneja» e vejamos o que nos diz Santo Isidoro. Este diz-nos que o rei Visigodo Leovegildo, depois de subjugar a Cantábria, tomou a Areja (*Arejiam iste cepit*) no ano 568 (*Espanha Sagrada*, tomo VI, pág. 498) e João Biclaro escrevia no século VI que a invasão e conquista dos montes arejenses se fez no ano 575. Estas datas coincidem com as moedas romanas encontradas, por mim, na Cidade morta» que não vão além do século VI.

O termo Areja tem sido causa de muitas controvérsias, sendo a opinião da maioria dos investigadores, que Areja é erro da palavra Aneja. Santo Isidoro confundiu Areja por Aneja e parece, segundo Biclaro, que Leovegildo levou cinco anos a preparar e conquistar os montes Arejenses.

Eu tenho notado que as palavras de origem celta ou pré-celta que principiam por AR estão situadas nas margens esquerdas dos rios e as que principiam por AN, nas margens direitas. Vejamos os seguintes exemplos: Aregos, Arnelas, Armamar: margem esquerda do Douro. Rio Arda, afluente da esquerda do Douro; Arouca, à esquerda do Arda; Arnela, Arnosa, à esquerda do Vouga; Arnoia, à esquerda de um afluente do Tâmega; Ardegais, à esquerda do Leça; Arões, à esquerda do Abejão, afluente do Vizela. Anciais, Ancede, à direita do Douro; Ancia, à direita do Arda; Angeja, à direita do Vouga; Antuã, afluente da direita do Vouga, etc.

Estando a sede do território Anégico, na margem direita do Douro, este território deve chamar-se Anégico ou Aneja e não Areja. Areja e montes Arejenses ficam portanto na margem esquerda do Douro e faziam parte do grande território Anégico. Os povos arejenses habitaram terrenos fortemente agrestes com a margem para o Douro muito alcantilados. Talvez pela dificuldade de relações entre as duas margens, neste ponto do rio Douro, ou por ser habitado por povo de uma étnica diferente da dos povos da margem direita, esta região (montes arejenses) tinha governador próprio mas provavelmente dependente do governador do território Anégico. O único governador conhecido, até hoje, foi

Aspídio que foi reduzido a cativo com a mulher e filhos. A «Cidade morta» a primeira «Civitas Aneja» uma vez destruída, nunca mais foi povoada e, talvez, quase toda a parte norte e oriental do Mósinho. Este despovoamento, suponho, deve ter tido uma causa diferente das necessidades da guerra. É para admitir que, após a sua destruição, tivesse surgido uma grave epidemia, pelo horror que os lavradores tinham por estes lugares. Não vão muitos anos, talvez sessenta, pois é do meu tempo ainda, quando os lavradores iam ao mato, afastavam-se das ruínas da «Cidade morta» e sacudiam o mato cortado para não levarem, para suas casas, terra que poderia conter a morte e grandes desgraças.

Como é extraordinária a tradição oral num povo sedentário, durante séculos, como foram os nossos lavradores agarrados às mesmas terras que passaram de pais a filhos, durante dezenas de gerações.

A parte sul do Mósinho após a conquista por Leovegildo deve ter sido, pelo mesmo, povoado, pois aparece-nos o Castro de Aneja, duzentos anos depois, como «civitas». Afonso I das Astúrias conquistou esta Civitas Aneja (castro de Aneja) entre 739 - 756, tendo, em seguida, armado a sua população (E. S., tomo XIII).

No documento do ano de 882, aparece o território Anégico: — *Inter duas annes Kavaluno et cebrário subtus monte petroselo território anegie.*» Neste documento vemos o antigo castro Anégico a dar continuidade ao território. Em 1047 este território ainda existe — *«in villa robordanos quos vocitant sancti petrisubtus mons benidoma discurrante ribulo saura território aneja».*

Em 1073 a Anégia ainda existe mas o seu território é substituído pelo português. *«Juscta litus durio prope plumen tamice subtus alpe mons et civitas aratros logo prédicto iuscta villa ordoni et Kapanelas orbe anegie et territorium portugulense».*

Daqui por diante a Aneja vai desaparecendo pouco a pouco, nos documentos, e só o território português é mencionado. O principal ponto de partida, para a travessia do Mósinho na direcção do ocidente era a portela que deu o nome à freguesia de S. Paio da Portela, que fica quase a sul deste monte, que serviu e serve ainda os viandantes através da serra para as diferentes povoações da beira Douro, inclusivamente o Porto. O lugar da chegada a esta cidade de quem vinha das freguesias próximas do Mósinho, há 50 anos, era sempre ao fundo da

Calçada da Valbom, passando junto do «Monte do Castro» para depois subir a rua do Freixo para o centro da cidade. Se os habitantes do Mósinho, há milénios, percorriam o mesmo caminho, era ao fundo da referida calçada ou um pouco para montante que se deveria fazer a travessia do rio Douro, a nascente do morro da Serra do Pilar. Neste ponto, na margem esquerda do rio, deveria chegar a via que vinha do sul. Era impossível, nessa época, atravessar-se o rio que não fosse perto da sua foz, pelas grandes dificuldades em descer ou subir as suas margens, àasperamente alcantiladas e a via não podia deixar de ser litoral pelo acidentado do terreno, constituído pelas serras de Arouca, Castelo de Paiva e Castro-Daire. Primeiramente a travessia do rio deveria fazer-se para a Calçada do Castro da Formigosa, depois um pouco para baixo, para Quebrantões, onde existia margem baixa e mais próximo da estrada romana. Estes caminhos percorridos seriam os últimos para a travessia da cale (Portucale). Suponho que os primeiros habitantes vinham do Mósinho às Medas e daí, atravessando o rio, a Porto carboeiro, Canêdo, Fiães, ligando em seguida à estrada romana. O que seria a cale? — A parte mais estreita do rio entre os dois morros, o da Serra do Pilar e o da Sé do Porto. Vamos decompor a palavra Portucale em porto e cale e ver o significado de cada uma. Primeiramente a palavra porto não tinha outra significação, nesses tempos tão recuados senão «atravessar». Exemplos: A ponte do porto é a ponte construída no lugar do portõ, e o porto é o lugar onde a estrada romana que ia de Bracara a Astorga, cortava o rio Cavada no concelho de Amares. O Porto de Ave, é o lugar onde a mesma estrada romana corta o rio Ave na Póvoa de Lanhoso. Portuzelo — Santa Marta de Portozelo — é o lugar onde o rio Lima é atravessado pelo desvio da estrada romana que ia para o Alto Minho, entre Mesarefes e Viana do Castelo. Se houvesse dúvidas sobre este Portuzelo tínhamos o lugar de Portuzelo em S. Tomé de Abação — Guimarães — que é o lugar onde é atravessado um afluente do Vizela.

A Galiza está cheia destes exemplos. Assim a palavra porto nunca significou povoação, nesses tempos remotos.

Vejamos agora a palavra cale. Nós ainda hoje temos muitos exemplos do seu significado; Passagem estreita de corrente de água. Na ria de Aveiro temos a Cale do Ouro, a Cale da vila, a Cale da cidade, etc.,

e quem se dedicar a ler os prasos antigos, encontra, a cada passo, referências a presas da cale; estas são presas que têm como medida de água uma cale (uma quantidade de água que passa por um canal estreito durante um certo tempo). A nossa vizinha Galiza também está cheia de exemplos desta natureza e o mais interessante é ter tido o mesmo fenómeno na formação de uma pequena povoação chamada Portugal. Na província do Lugo, município de Chantada, o rio Minho que é relativamente largo tem um ponto que é bastante estreito, (cale); deu a referida povoação Portugal. Igualmente na província de Bilbao, no rio Nervion o estrangulamento que existe no seu curso deu a povoação de Portugalete, etc. Porque não há-de ser a mesma coisa no nosso Portucale? Chamou-se Portucale, «Castrum antiquum», ao Castro existente em Vila Nova de Gaia que ficava mais próximo da passagem de Cale (Portucale); e Portucale Castrum Novum ao existente na margem direita, junto à Sé, exactamente por estar próximo da referida passagem. Na minha opinião, nem porto, nem cale foram povoações. O Castro Novum, com o nome de Portucale, aumentou com a população do território Anégico, em debandada para o ocidente, pela guerra de I euegildo.

UM RETRATO INÉDITO DE VASCO DA GAMA

pelo sócio efectivo

D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Tavora
(Marquês de Abrantes e de Fontes)

É bem conhecida de todos a fisionomia de D. Vasco da Gama, 1.º Conde da Vidigueira e Almirante do Mar da Índia, ilustre descobridor, por mando de El-Rei D. Manuel I, do Caminho Marítimo para a Índia: efectivamente, a vera efigie do intrépido nauta conservou-se até aos nossos dias, e no seu retrato, atribuído ao vigoroso pincel de Gregório Lopes, datado, conforme os peritos, do segundo quartel do Séc. XVI ⁽¹⁾, muitos artistas se inspiraram para celebrizarem no óleo das suas telas, ou no ácido das suas gravações, os traços fisionómicos e até a indumentária daquele que deu à Coroa de Portugal a posse da rota das especiarias orientais.

Seria mesmo de relevante interesse que, neste ano em que se comemora o quinto centenário do seu nascimento, se procedesse à inventariação das representações iconográficas que se conhecem do 1.º Conde

(1) Este retrato pertenceu aos Condes da Vidigueira e Marquês de Niza, e veio a ser adquirido em 1835 pelo Conde de Farrobo; em 1845 foi novamente comprado, aos herdeiros deste, pelo Senhor D. Fernando de Saxe-Coburgo, que depois o ofereceu à Academia Real de Belas Artes. Encontra-se hoje no Museu de Arte Antiga.

da Vidigueira. Ainda cheguei a pensar em realizar este trabalho, porém o condicionamento de espaço desta publicação, e o pouco tempo de que dispunha para escrever estas linhas, depressa me fizeram desistir desse primeiro intuito.

Limito-me por isso, com este despretençioso trabalho, a revelar públicamente mais um retrato de D. Vasco da Gama, peça que foi durante cerca de dois séculos, propriedade da minha Família (2).

Trata-se de uma pintura a óleo sobre tela, de formato redondo, com 132 cms. de diâmetro. Apresenta-nos, em meio corpo, a figura do Navegador, colocada praticamente de frente. A cabeça está um pouco virada para a esquerda, em relação ao corpo, e os olhos de um azul muito claro, um tanto esverdeados (3), fixam com severidade o observador. A longa barba branca, com leves reflexos amarelados, as sobrançelas finas e menos encanecidas, o barrete de tipo flamengo, o gibão de côr escura, com golas e punhos de pele de marta, todo o conjunto da obra, enfim, faz-nos adivinhar um pincel sabedor, ao mesmo tempo que a indiscutível semelhança de traços fisionómicos do retratado com os da pintura de Gregório Lopes, permite que pensemos que o artista se tenha inspirado nessa obra, para levar a cabo o seu trabalho.

Pormenores existem, é claro, que diferem. Assim, a posição geral do corpo e certos detalhes da indumentária, são diversos no retrato de Gregório Lopes e no que estudamos. A própria diversidade, porém, das escolas artísticas que produziram os dois artistas, já constitui explicação cabal para tais diferenças.

Uma destas, porventura a que mais salta à vista, é que o autor do retrato que se estuda, ao contrário do que acontece na obra do Mestre Quinhentista, não fez figurar ao pescoço de D. Vasco da Gama a Cruz da Ordem de Cristo, de que era Comendador (4), substituindo-lhe a faixa de seda vermelha (5) por uma corrente de ouro, e a Cruz própria dita por um «pendentif» do mesmo metal, com uma pedra verde (esmeralda?) encastrada, e uma pérola em forma de pera, muito bela.

(2) Tendo sido em 1969 adquirido pelo Estado, ao autor.

(3) Na obra de Gregório Lopes, os olhos são escuros, acastanhados.

(4) Possuindo as Comendas de Mouguelas e da Chouparia, na referida Ordem.

(5) Que se não distingue no painel quinhentista.



VASCO DA GAMA

Este retrato, como se referiu, foi adquirido em 1969 pelo Ministério das Obras Públicas, encontrando-se hoje exposto na Pousada da Rainha Santa, que funciona no antigo castelo de Estremoz

Poder-se-á talvez explicar esta troca, referindo que, se é de facto visível que o artista se inspirou na pintura quinhentista, nem por isso se limitou a copiá-la fielmente, procedendo, isso sim, à sua «interpretação», à luz de uma nova técnica e gosto artístico, de forma a manter livre e autónoma a sua própria inspiração. Por outro lado, o pintor poderá bem ter sido levado a substituir a Cruz de Cristo pela jóia preciosa, pela mesma razão que o levou a enriquecer a indumentária do 1.º Conde da Vidigueira, como veremos, querendo dessa forma ligar o retratado com a proeza que o celebrizara, traduzindo esta e simbolizando-a, pelo ouro, pedrarias e pérolas do oriente longínquo.

Mas prossigo na descrição da indumentária de D. Vasco da Gama. Contrariamente também ao que se vê na obra quinhentista, o gibão está francamente aberto e deixa ver uma couraça escarlate, engalanada com duas grossas placas de ouro trabalhado, com pedrarias verdes, em cima, e, para baixo, com mais seis chapas do mesmo metal, todas com as mesmas pedras verdes. De sob a couraça cai a fralda do camisão de linho branco. Finalmente o barrete, de um verde muito escuro, está igualmente enfeitado por uma fina corrente de ouro, com pedras brancas e pérolas.

A mão esquerda, forte e de boa traça, apoia-se, em geito de abandono vigilante, no punho dourado de uma espada, cuja lâmina é larga, de dois gumes. A mão direita, essa desaparece para a esquerda, na posição de apontar para qualquer coisa ou sítio. Deste modo, também aqui nos não surge a tão clássica posição de Vasco da Gama, eternizada em muitas gravuras, de segurar nas mãos as lunetas e um documento, em que alguns quizeram ver um autógrafo do grande nauta.

O fundo da pintura é escuro, e somente se distingue uma cortina verde escura, cujo drapeado mal se vê, e que remata por uma orla franjada de ouro.

Depois do que levo dito, muitos dos leitores poderão perguntar porquê eu afirmo que nos encontramos perante um retrato de Vasco da Gama, elaborado com base na pintura de Gregório Lopes, se não parei de salientar as diferenças existentes entre as duas obras. A esta pergunta tão razoável, a própria fotografia do quadro poderá responder

melhor do que eu. Do seu exame ressalta, nítida, a verdade das minhas afirmações, e de todas elas; isto é, das semelhanças e das diferenças entre as duas pinturas.

Resta-nos ainda salientar um detalhe do retrato inédito de Vasco da Gama que motivou este artigo, que é o da magnífica coloração da pele; de uma tonalidade rosada, lembra um pouco as epidermes maravilhosamente sanguíneas da obra de Rubens. E no caso de que nos ocupamos, recordo ainda que o traçado das feições do 1.º Conde da Vidigueira fá-lo ressurgir nos últimos anos da sua vida, e já não como o feroz Capitão-mór da Armada que em 1502 voltou à Índia, cimentando com a sua presença, a própria presença e permanência de Portugal naquele país (6).

Vejamos agora o que poderei dizer acerca da história do retrato; ele já surge mencionado em dois inventários do Séc. XVIII, respectivamente dos bens do V.º Conde de Vila Nova de Portimão, e dos de seu neto, o VI.º Conde, pai do V.º Marquês de Abrantes (7).

Pode-se assim determinar que já desde a época em que viveu o V.º Conde de Vila Nova de Portimão, aquele retrato se encontrava na posse da minha Família. Sabe-se que aquele Senhor nasceu em 4 de Abril de 1699, vindo a morrer a 29 de Maio de 1752, e que foi casado, c. g., com a filha terciogénita do I.º Marquês de Abrantes, D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, por via de quem a Casa de Abrantes veio a ser herdada pela sua descendência.

Ora sabe-se também que o I.º Marquês de Abrantes foi um grande amador de belas-artes, tendo representado o papel de mecenas para muitos artistas seus contemporâneos, entre os quais se deve apontar o célebre pintor Vieira Lusitano, que por ele foi levado para Roma, aquando da grande embaixada presidida por D. Rodrigo, e que naquela

(6) Foi a partir dessa viagem que o Rei de Quíloa ficou sendo vassalo da Coroa de Portugal; e a propósito recordo que foi do tributo pago por aquele soberano, que Gil Vicente fabricou aquela maravilha de ourivesaria que é a Custódia chamada de Belém.

(7) Arquivo da Casa de Abrantes.

cidade estudou, a expensas do seu protector. Foi essa a razão da grande amizade que sempre prendeu o pintor àquele fidalgo. Por sinal que uma das filhas deste, exactamente aquella que veio a desposar o V.º Conde de Vila Nova, foi também grande amiga da pintura, tendo sido a discípulo predilecta de Vieira Lusitano.

De qualquer modo, a tradição familiar afirma que este e outros retratos do seu género ainda possuídos pela minha Família (⁸), se devem ao pincel magistral de Vieira Lusitano; contudo a verdade é que nada disso se pode provar documentalmente, pelo que deixo o estudo deste retrato, no que diz respeito à sua autoria, aos peritos que dele se quiserem ocupar.

(⁸) Entre os quais se conta o retrato do I.º Marquês de Abrantes, o que parece vir confirmar a atribuição deste conjunto de obras, atribuição, repito, que apenas tem por base uma tradição familiar, a Vieira Lusitano. Com efeito, nada mais natural que D. Rodrigo Anes encomendasse ao seu protegido e amigo o seu retrato.

A LOIÇA BRASONADA
NO ARRANJO DOS INTERIORES PORTUGUESES
DOS SÉCULOS XVI A XIX (*)

pelo sócio efectivo

José de Campos e Souza

A MEMÓRIA DE RICARDO ESPÍRITO SANTO

Senhoras e Senhores:

Desejo iniciar esta conferência com a citação de um trecho da autoria de dois ceramógrafos contemporâneos ilustres. Um, português, falecido prematuramente. O outro, inglês, vivo e de boa saúde.

Com o português, de seu nome completo Ricardo Ribeiro do Espírito Santo Silva — habitualmente conhecido por Ricardo Espírito Santo, ou até mesmo por Ricardo, «tout court» — mantive boas relações, tendo ficado a dever-lhe uma prova de confiança, que me sensibilizou e não esqueço. Para além da sua personalidade notória de grande financeiro, Ricardo Espírito Santo possuía um temperamento de coleccionador insaciável, invulgar cultura artística e dotes de coração admiráveis, ignorados por quasi toda a gente, que fizeram dele o mecenas providen-

(*) Conferência proferida no Museu Nacional de Soares dos Reis, do Porto, em 29 de Maio de 1969.

cial e discreto de muitos investigadores pobres e de não poucos artistas necessitados.

O inglês, Lloyd Hyde, que não conheço pessoalmente, encontra-se em plena pujança mental, muito havendo a esperar do seu talento de historiador criterioso e do mérito dos seus conhecimentos técnicos.

Pois esses dois ceramógrafos e artistas escreveram de parceria uma obra preciosa respeitante à porcelana chinesa de exportação, ao gosto europeu, magnificamente ilustrada pelo pintor Eduardo Malta, também já desaparecido do nosso convívio. É dessa obra o pequeno trecho dedicado a serviços brasonados que peço vénia para ler a V.as. Ex.as.:

«Como é romântico pensar no grande Afonso de Albuquerque a encomendar, para o seu palácio de Azeitão, um serviço de porcelana chinesa com as suas armas pintadas em azul sob o vidro; ou no Bispo do Porto, poderoso príncipe da Igreja, a dar grandioso banquete no seu serviço verde de esmeralda com brasão episcopal e chapéu verde e borlas, acabado de chegar via Cantão e Goa.»

Nesta meia-dúzia de linhas encontram-se sintetizadas, mas bem definidas, as ideias mestras que hão-de nortear a minha conferência: o clima romântico da evocação histórica; a matéria prima empregada; a técnica da pintura; a família cerâmica da loiça; o seu transporte; o destinatário, sua categoria social e sua residência; os ornatos exteriores do escudo; sem esquecer sequer a cerimónia imponente em que uma das baixelas serve.

A citação constitui, por assim dizer, o mote que me proponho glosar — o melhor que souber e puder — no decurso do meu breve monólogo sobre a loiça brasonada no arranjo dos interiores portugueses dos séculos XVI a XIX.

*

Conforme fez notar o Marquês de São Payo no seu *Prefácio* à minha obra *Loiça Brasonada*, o homem, já por lhe ser agradável, já por lhe ser útil, sempre se preocupou em assinalar os objectos do seu uso pessoal com uma marca individual de posse. A etnografia ainda hoje o manifesta. Tal se observa nas mais antigas civilizações.

Surgida na idade média, a heráldica, representação figurativa,

emblemática, do indivíduo, em breve se revelou eminentemente adequada para esse efeito. Restrita inicialmente a objectos metálicos, não tardou a adaptar-se ao barro vidrado e ao grés. Com a descoberta da faiança e a introdução da porcelana na Europa, a marcação estendeu-se amplamente. De tal modo que nenhuma das regiões célebres pelas suas produções de arte cerâmica recusou a colaboração da heráldica. Os exemplos, diz-nos Gevaert, são tão numerosos que se pode afirmar que a decoração armoriada era de regra no fabrico da loiça.

A porcelana logo provou ser especialmente apropriada para a figuração da marca de posse heráldica. Dela recebeu a riqueza luzente dos metais e a vivacidade brilhante das cores. Essa matéria nova, de características maravilhosas, diáfana, tão rija que o aço não lograva cortá-la e todavia tão quebradiça que o menor choque lhe poderia ser fatal, não era comparável na época a qualquer cerâmica do Ocidente. A pureza da sua pasta sem mácula, a sua decoração exótica, a um tempo incompreensível e deslumbrante para a estética europeia, prontamente lhe deram um carácter misterioso, um estranho prestígio sedutor.

Os versos burlescos do *Embarras* da Feira de Beaucaire (citados por A. Jacquemart em *Les Merveilles de la Céramique, Première Partie, Orient*, Paris, 1874 a pp. 108 e 109), mostram como em 1716 ainda se achava enraizada nas massas a emoção produzida por essa matéria ignota, vinda de tão longe:

*«Allons à cette porcelaine,
Sa beauté m'invite et m'entraîne,
Elle vient du monde nouveau,
L'on ne peut rien voir de plus beau.
Qu'elle a d'attrait et qu'elle est fine!
Elle est native de la Chine.
La terre avait au moins cent ans,
Qui fit des vases si galants.
Pourquoi faut-il qu'ils soient fragiles
Comme la vertu dans les villes?
De tels bijoux en vérité
S'ils avaient la solidité*

*De l'or, de l'argent et du cuivre,
Jusques chez eux se feraient suivre;
Car, outre leur attrait divin,
Ils ne souffrent point le venin.
Ils font connaître le mystère
Des bouillons de la Brinvillière,
Et semblent s'ouvrir de douleur
Du crime de l'empoisonneur.»*

O tempo foi rodando e uns após os outros aprenderam a fabricá-la os países mais civilizados do mundo.

*

As expressões «barro vidrado», «grés», «faiança» e «porcelana», são geralmente bem aplicadas e do seu uso não costumam resultar mal-entendidos. O mesmo não sucede com as designações «loija» ou «porcelana da Índia», «loija» ou «porcelana da China» e «loija» ou «porcelana da Companhia das Índias», por via de regra aplicadas à toa, dando origem às maiores confusões.

«Loija da Índia» e «porcelana da Índia» são expressões a bem dizer impróprias, consagradas pelo uso nos séculos XVII e XVIII, após a descoberta do caminho marítimo para a Índia. Com elas se designaram, indiscriminadamente, quaisquer porcelanas originárias da China, sem nenhuma distinção no respeitante a qualidade ou categoria.

A referência à Índia deve-se a três factores:

1. Eram as naus das frotas da Índia que transportavam a porcelana para o Ocidente.
2. Na sua maior parte, os europeus do século XVII desconheciam praticamente a China.
3. Nesse século, era a Índia o território mais conhecido do Oriente, constituindo o grande entreposto das mercadorias chinesas e apresentando-se, assim, como sinónimo de asiático ou oriental, embora, reparai bem, nunca tivesse fabricado porcelana de qualquer espécie.

Com inteira propriedade se referiu o nosso ínclito D. Frei Bartolomeu dos Mártires à porcelana Chinesa, numa conversa com o Papa Pio IV: «*Temos (...) em Portugal hum genero de baixella (...). Chamamos lhe em Portugal Proselanas, vem da Índia, fazemse na China*».

Surgiram mais tarde as designações «loiça da China» e «porcelana da China», que tanto podiam ser atribuídas a um Ming raríssimo como a uma peça comum, trazida por qualquer das companhias que traficavam com o Celeste Império.

As expressões «loiça da Companhia das Índias» e «porcelana da Companhia das Índias» têm um sentido mais restrito, referindo-se, sòmente, a determinado tipo de porcelana sínica, produzido para os mercados externos, no período de maior intensidade de fabrico e dotado de cunho alienígena, ou de características constitucionais diferentes, conforme adverte Brancante, na obra *O Brasil e a Louça da Índia*. A produção dessa porcelana durou, aproximadamente, cento e sessenta anos, começando no último quartel do século XVII e vindo a terminar, nominalmente, em 1834, ao cessarem as actividades comerciais da East India Company.

Comenta Lion-Goldschmidt — muito acertadamente aliás — que as designações «loiça da Companhia das Índias», e «porcelana da Companhia das Índias», servindo, no dia-a-dia, para identificar a porcelana chinesa de exportação dos séculos XVIII e XIX, prestam-se a confusões, pois tendem a fazer crer que as Companhias só funcionaram durante esse período, ao passo que, na realidade, várias de entre elas trouxeram para a Europa, desde o século XVII, quantidades apreciáveis de porcelanas que mereciam essas designações, tais como os «azuis e brancos» vulgares, ditos de Nanquim. Além do mais, aqueles termos são susceptíveis de prolongar junto dos profanos, o mal-entendido verificado nos séculos XVI a XVIII, em que a expressão «as Índias» significava tudo o que se situava no Oriente, para lá da Pérsia.

De acordo com Lion-Goldschmidt, prefiro chamar a essa porcelana chinesa «porcelana de encomenda». Os norte-americanos chamam-lhe «Chinese Lowestoft», ou Oriental Lowestoft», porque as naus encarregadas do seu transporte fundeavam naquele pequeno porto inglês da East Anglia. Escusado será frizar que, a não ser o nome, nada tem de comum com a cerâmica produzida na pequena fábrica da localidade.

A expressão «loija de Macau» serviu durante um certo período para designar a porcelana chinesa de encomenda, por influência dos veleiros portugueses que a traziam para a Europa e provinham de Macau.

*

«Brasonada», é toda a peça que ostente um brasão de armas completo, uma ou várias das suas partes constituintes, ou o corpo de uma divisa revestido de expressão heráldica.

Com os motivos pròpriamente heráldicos podem existir inscrições em abreviatura ou por extenso, tais como: divisas, iniciais, monogramas, antropónimos, nomes de drogas farmacológicas, de instituições e de organismos (religiosos, civis e militares), indicativos de palácios nacionais e de solares de famílias armigeradas, máximas, poemas, números, datas e condecorações.

Nesta ordem de ideias, tanto é de classificar como loija brasonada um sóbrio gomil de porcelana chinesa monocroma, de boa época, ostentando a esfera armilar do Rei Venturoso, como um garrido covilhete de porcelana de Sèvres, policroma, do século XVIII, ricamente ornamentado com as esplendorosas armas do Reino, como um modesto pires de faiança portuguesa, contemporânea, branca, de fábrica desconhecida, tendo estampado, em cor discreta, o timbre do menos luzidio fidalgo sertanejo, ou o emblema heráldico do mais modesto organismo corporativo.

Diferentes em qualidade, origem, época, interesse momentâneo e valor material, as três peças têm o merecimento comum de serem de loija brasonada. Isto é intuitivo e não deveria ser necessário proclamá-lo. Mas, infelizmente, torna-se preciso dizê-lo e repeti-lo, pois ainda há quem afirme que a única loija brasonada digna do nome é aquela a que erradamente chamam «da Índia» ...

Sob o aspecto heráldico, a grande maioria das peças que me tem sido dado observar enferma de uma alta infidelidade dos motivos, provocada ocasionalmente por lapso dos ceramistas e na maioria dos casos por erros das indicações fornecidas. A infidelidade chega a originar autênticas charadas, por vezes dificilmente decifráveis, ou mesmo

insolúveis. Os casos de rigorismo que se apontem devem ser considerados excepcionais e confirmadores da regra geral de inexactidão. Mas como é agradável conseguir identificar uma peça ao fim e ao cabo de um somatório de esforços e canseiras, com desilusões de permeio! O trabalho, árduo, tem o seu quê de misterioso e apaixona quem for propenso às lides da investigação.

A loiça brasonada é, para grande número de amadores de objectos de arte, matéria empolgante, que se reveste de interesse vasto e profundo, quer analisada debaixo do ponto de vista estritamente artístico, heráldico e genealógico, quer encarada, com mais larguesa, pelo prisma histórico, económico e social.

O público nem sempre lhe tem dado as maiores provas de apreço no decorrer deste irrequieto século XX. Com efeito, de 1900 a 1910, ela não disfrutou de invulgar estima geral. Havia quem julgasse que as peças de cerâmica valiam menos por ostentarem uma marca de posse heráldica. Ainda hoje há quem pense o mesmo relativamente às peças de prata armoriadas «ab initio». Todavia, quanto às peças de cerâmica brasonada já toda a gente se apercebeu de que pertenceram, ou pertencem, a pessoa identificada, ou identificável, e dessa faceta resulta a mais valia, como frisou algures Silva Lopes.

Nos anos vinte e trinta a loiça brasonada atingiu posição de realce, que lhe proporcionou cotações notòriamente elevadas para o nível económico da época. De 1940 a 1960, deixou-se ultrapassar sensivelmente pela porcelana da China de encomenda, com motivos europeus não heráldicos e o seu valor relativo baixou um pouco. Actualmente, mercê da plétora de leilões, decorações e capitalizações em que vivemos, encontra-se, de novo, no galarim, ocupando lugar destacado em relação aos demais «béguins» dos coleccionadores verdadeiros ou falsos. As suas cotações são extraordinariamente altas e, em certos leilões mais famosos de Lisboa e da capital do Norte, atingem com frequência valores despropositados, diga-se mesmo absurdos ou irrisórios, pois muitas peças são arrematadas por preços manifestamente superiores àqueles que, nesse mesmo dia, vigoram nos antiquários locais. Neste campo, como em tantos outros, o snobismo endinheirado e a plutocracia simplória assentaram arraiais, batendo-se, impiedosamente, a golpes portentosos de cifrão. Deixam perplexos os entendidos na matéria e trans-

bordantes de alegria gananciosa os beneficiários de tão destrambelhadas competições.

*

Tentemos enunciar por ordem alfabética (decerto a mais aconselhável para um vasto rol de loiças) as diversas espécies de peças de faiança e de porcelana que algum dia foram engalanadas com a heráldica dos respectivos destinatários. Temos pois: açucareiros; ânforas; areeiros; azeitoneiras; «bibelots» para mostruários; bacias normais e de barbeiro; bacios; bidés; bilhas; bilheteiras; boiões; bomboneiras; bules. E mais: cabaças; cabos de faca de tipo pistola; «cache-pots»; cafeteiras; caixas para chá, especiarias e rapé; canecas; castiçais; cestos; chávenas para café, chá, chocolate e ponche; chocolateiras; composteiras; conchas; escarradores; escudelas. E também: faqueiros; florei-ras; frascos para chá; fruteiros; galheteiros; garrafas; gomis; jardineiras; jarras; jarrões; jarros; lavabos; leiteiras. E ainda: manteigueiras; molheiras; mostardeiras; pias; pichéis; pires chatos e escavados; polvilhadores para açúcar, canela, pimenta e sal; placas; poncheiras; potes; pratos cobertos; pratos covos a que os seiscentistas chamavam «galinheiros»; pratos para doce e para fruta; pratos ladeiros; pratos ornamentais. E por fim: queijeiras; resfriadores; saboneteiras; saladeiras; saleiros; taças; terrinas; tigelas; tigelinhas; tinteiros; travessas para barba; travessas chatas e covas; urinóis «bourdalous» e vasos. Fora os demais objectos que não me ocorram à memória.

De tudo havia, em magna quantidade.

Para me referir mais pormenorizadamente à porcelana chinesa de exportação, registarei que, segundo foi calculado, os navios portugueses, durante trezentos anos, fizeram umas mil e duzentas viagens de ida e importaram cerca de dez milhões de peças. Ou seja aproximadamente trinta e três mil trezentas e trinta e quatro peças por ano.

*

Vou agora passar em revista as diversas fases do fabrico da nossa loiça brasonada, de várias qualidades e procedências, desde a era de quinhentos até ao fim do século XIX, refundindo e ampliando o que

escrevi há anos numa obra da especialidade, por sinal dada à estampa neste velho burgo portuense.

Ocupar-me-ei, apenas, de peças com heráldica portuguesa ou estrangeira assimilada, segundo o único critério que se me afigura admissível. E seguirei a ordem cronológica, que me parece a mais adequada a este género de exposições.

1. SÉCULO XVI

A. *Porcelana chinesa*

Reconheceram Gulland e Singleton, com isenção que os prestigia, que se aos chineses o mundo ficou devendo o fabrico da porcelana, aos portugueses há que render homenagem pela divulgação desse produto no hemisfério ocidental.

Nas palavras do malogrado Vasco Valente, foram, sem dúvida, os portugueses, graças à política de intensificação das relações comerciais com o Oriente, os introdutores na Europa, no primeiro quartel do século XVI, da loiça denominada porcelana e fabricada sobretudo na China.

Antes de Vasco Valente, já Bayard proclamara que era à China que cabia a honra da invenção da porcelana dura, depois fabricada ali e no Japão desde a mais remota antiguidade e que só começou a ser conhecida dos Europeus após a descoberta da Índia pelos Portugueses.

Foi no ano de 1513 que um dos nossos barcos abordou a costa chinesa, em Ta-Mao, no distrito de Kuang-Tung. Em 1517 os portugueses fundearam no porto de Cantão, estabelecendo o primeiro contacto comercial entre sínicos e europeus, no próprio território do Celeste Império. Não tardou que aquele porto fosse oficialmente encerrado aos estrangeiros, facto verificado em 1522. Mas nós desembarcámos, em 1536, na vizinha península de Macau, junto à foz do Rio das Pérolas e ali temos exercido o comércio ininterruptamente, até à actualidade. Macau tornou-se, assim, o centro do comércio português de porcelana chinesa e também o entreposto da porcelana japonesa destinada ao mercado reinícola.

Arrancada, definitivamente, aos árabes, pelos portugueses, a supre-

macia dos mares orientais, grande parte da exportação chinesa tomou o caminho da Europa e Lisboa, após e com o prejuízo de Veneza, tornou-se o grande empório dos produtos do Oriente. As naus da carreira da Índia eram os maiores navios do início do século XVI. Algumas podiam carregar de mil a duas mil toneladas.

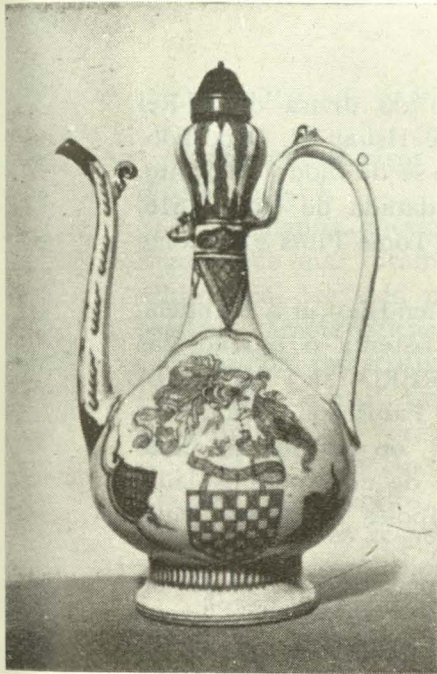
Foram pois os portugueses que trouxeram as primeiras porcelanas chinesas azuis e brancas para a Europa, do que são testemunhas eloquentes as peças ornamentadas com os emblemas e os brasões de armas de Portugal e Espanha. Mas também as transportaram para vários mercados orientais, para a África Oriental e para o Brasil. A este respeito é-nos feita inteira justiça no catálogo da Exposição realizada no British Museum, em Setembro e Outubro de 1960, intitulado *Prince Henry the Navigator and Portuguese Maritime Enterprise*.

O curto reinado do imperador Hsüan-Tê (1426-1435), da dinastia Ming, foi uma época das mais expressivas na arte cerâmica chinesa. Tão expressiva, que mereceu do escritor Shang-Tê-Fu, dos primórdios do século XVII, estas palavras de singular elogio: «*durante o período de Hsüan-Tê, os oleiros foram inspirados pelo Céu para produzirem obras de significado subtil e supremo valor artístico*». Segundo o parecer autorizado de Luís Keil, raríssimas vezes puderam ser ultrapassados a procura das tonalidades da monocromia, o encanto da decoração e a delicadeza dos aspectos verificados nas peças desse período.

Têm os peritos verificado a aplicação do título de reinado, ou «Nien-Hao», de Hsüan-Tê, e do estilo do seu período, às peças de períodos mais recentes, induzindo assim em erro os simples amadores incautos. Aqui fica a prevenção.

Já em 1569 frei Gaspar da Cruz, no *Tractado em que se cõtam muito por estêso as cousas da China, cõ suas particularidades(...)*, descreveu o processo de que se serviam os chineses para o fabrico da porcelana, mas apesar de desvendado o mistério, ela só começou a ser produzida na Europa cerca de um século mais tarde.

Do primeiro quartel do século XVI, reinado do Imperador Cheng-Tê (1506-1521), dinastia Ming, é um belo gomil piriforme, com asa e bico (a tampa é alheia), decorado a azul, sem dúvida a primeira, ou uma das primeiras encomendas armoriadas feitas à China. Há quem lhe chame garrafa para vinho, mas eu discordo, por razões evidentes.



Séc. XVI

Porcelana da China de encomenda - *GOMIL* - Sás ou Peixotos. Coleção Medeiros e Almeida, Lisboa



Séc. XVI

Porcelana da China de encomenda - *BACIA* - Armas Reais. Coleção Medeiros e Almeida, Lisboa



Séc. XVI

Porcelana da China de encomenda - *TIGELA* - Esfera Armilar. Coleção Medeiros e Almeida, Lisboa

Apresenta lateralmente a esfera armilar, corpo da divisa de El-Rei D. Manuel I e ostenta no frete o «Nien-Hao» de Hsüan-Tê. Decorado, na esfera armilar, com signos do zodíaco, parece-se de modo flagrante, com as nossas cafeteiras de hoje e pode ser datada de entre 1516, ano da chegada ao Cataio do enviado português Tomé Pires e a morte de El-Rei D. Manuel, ocorrida em 1521.

Outra peça brasonada e com o mesmo «Nien-Hao» é a escudela, cujo diâmetro mede cerca de 180 cm. e que ostenta o escudo das armas dos Abreus e a legenda «EM TEMPO DE RERO (sic) DE FARIA DE 1541». «Rero» por «Pero», está bem de ver. Fabricada para Pedro de Faria, Governador de Malaca de 1537 a 1543, no período de Chia-Ching (1522-1566), dinastia Ming, deve tratar-se de uma peça isolada, que não faz parte de serviço. Encontra-se em Nápoles, no Museu Duca di Martini.

Ainda outra peça valiosíssima da mesma época Ming é um lindo gomil piriforme, azul e branco, com uma aplicação metálica na extremidade do bico e com tampa de metal. Apresenta-nos, de ambos os lados, um brasão de armas constituído por um escudo enxequetado, elmo com correia e paquife, mas sem timbre infelizmente. Se o tivesse, a identificação seria facilitada. Assim, tanto poderá tratar-se das armas dos Peixotos, como das dos Sás, pois se é certo que existiu um António Peixoto que, no ano de 1542, transaccionou com os chineses em Ch'uanchow, também não é menos verdade ter um dos membros da nobilíssima família Sá, de gloriosas tradições portuenses, visitado a China, com um grupo de comerciantes, na segunda metade do século XV.

Não posso esquecer a bacia funda azul e branca Ming, com borda ligeiramente esvaziada, em que se lê a inscrição AVE MARIA GRACIA PLENA. Encontra-se ornamentada exteriormente com quatro medalhões circulares ostentando: as armas reais portuguesas, invertidas; o Monograma Sagrado no interior de uma coroa de espinhos; a esfera armilar; e uma vinheta chinesa. Apresenta o «Nien-Hao» de «Hsüan-Tê, do período de Chêng, e é extremamente rara.

Citarei ainda uma tigela azul e branca, muito elegante, ostentando a esfera armilar. Tal como as duas peças antecedentes, pertence à colecção do amador de arte Sr. António de Medeiros e Almeida, de Lisboa.

B. *Faiança portuguesa*

São muito raros os espécimens de faiança portuguesa brasonada do século XVI.

De alguns, mesmo, não poderemos estar inteiramente certos e seguros de que foram fabricados no final desse século, pois podem muito bem ter sido produzidos nos princípios do século XVII. Não existem características flagrantes que definam uma linha de demarcação nítida, indiscutível. As peças apresentam-se esmaltadas de branco e pintadas de azul. Creio, todavia, poder citar-vos como sendo da era de quinhentos o prato oitavado, esmaltado de branco, com borda recortada e pasta em relevo, ostentando as armas de um Bispo Lima, Araújo e Vasconcelos, sobrepujadas de um chapéu episcopal, com os cordões e borlas respectivos caindo para cada lado do escudo. Encontra-se no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa.

Recordo ainda, nesse século, a escudela alada apresentando as armas dos Silvas dos Condes de Aveiras, em que o leão surge acompanhado de dois ramos de silva postos em orla, com os topos proximais passados em aspa na ponta do escudo, e também a travessinha com borda recortada, ostentando um brasão de armas que tanto pode ser dos Silvas como dos Castelos Brancos. Existem estas duas peças no Museu Machado de Castro, de Coimbra.

2. SÉCULO XVII

A. *Porcelana chinesa*

Neste século se estabeleceu, pela primeira vez, em moldes regulares, o comércio europeu com a China. A Companhia das Grandes Índias, constituída na Holanda no alvorecer do século, travou luta de morte com as naus portuguesas.

Foi em 1602, quando a carraca portuguesa «Santiago» foi capturada pelos holandeses ao largo de Santa Helena, que o público neerlandês travou conhecimento com a porcelana da China. Dois anos mais tarde, outra carraca portuguesa, a «Santa Catarina», cuja carga incluía um lote enorme de porcelanas de todas as variedades, foi tomada ao largo de Patani. Os holandeses intervieram igualmente no comércio portu-

guês de porcelana chinesa com o Japão. Os seus navios chegaram a Hirado, no ano de 1609, no intuito de capturarem as carracas que ali abordavam anualmente, provenientes de Macau. Nos meados do século, os holandeses haviam-se tornado os senhores dos mares orientais, deslocando os portugueses das rendosas funções de transportadores da porcelana chinesa, tal como, por sua vez, seriam suplantados pelos ingleses em pleno século XVIII.

Entusiasmados com as possibilidades lucrativas do negócio, os ingleses, por seu turno, criaram, em Dezembro de 1600, uma Companhia das Índias Orientais, a East India Company, cujas actividades comerciais, como sabemos, cessaram em 1834, persistindo, todavia, a sua actividade política até 1858.

Manteve-se durante todo o século XVII a posição preponderante dos neerlandeses, que inundaram literalmente a Europa de porcelanas chinesas, logo dispersas em hasta pública após a chegada de cada barco. Esses leilões atraíam os compradores dos países vizinhos, a Inglaterra, a França e a Alemanha. De artigo acessório do comércio do Extremo-Oriente, a porcelana tornou-se o seu elemento essencial e as peças decorativas passaram a ornamentar, enriquecendo-os, os gabinetes de curiosidades dos palácios e castelos da Europa, entre os quais avulta o Gabinete Chinês de Schönbrunn, milagrosamente preservado desde o século XVIII até os nossos dias.

O número de peças chinesas importadas só pela companhia holandesa durante a primeira metade do século XVII, foi avaliado, aproximadamente, em mais de três milhões.

O prato decorado a azul maometano claro e escuro e cujo anverso está inteiramente preenchido por um brasão de armas que tem sido atribuído tanto a António de Albuquerque, Capitão Mór da Paraíba e do Maranhão, como a Matias de Albuquerque, Capitão de Malaca em 1577 e Vice-Rei da Índia em 1591, é uma raridade dos princípios do século XVII e ostenta o «Nien-Hao» do Imperador Wan-Li (1573-1619), dinastia Ming. Brancante, favorável a António de Albuquerque, é do parecer de que o Capitão Mór terá sido o primeiro europeu a estadar um serviço brasonado de loiça da China. Ou um conjunto de peças brasonadas, direi eu. As grandes dimensões do brasão, pintado com um à vontade ingénuo e gracioso, levam-me a admitir a hipótese de que

tenha sido copiado de um prato contemporâneo de faiança portuguesa. Este estilo de pintura, descontraído e simples, é uma das características das primeiras peças de porcelana chinesa armoriada. Com o desenrolar dos anos, veremos que se reduzirão, cada vez mais, os braços de armas, até se transformarem quase em acessórios no conjunto ornamental das peças.

A Espírito Santo e Lloyd Hyde a própria pasta deste prato deu a impressão de ter sido fabricada especialmente com o intuito de imitar faiança tosca. Creio que as imperfeições apresentadas não serão devidas a espírito de imitação, mas a fabrico em olarias populares da classe «Man-Io», que nada se preocupavam com a perfeição e cujo único objectivo era produzir loiça pelo preço mais baixo possível.

Também dos princípios do século XVII, reinado do Imperador Wan-Li, é o frasco de base quadrada, com gargalo pintado a fingir de rosca, existente no British Museum, ornamentado a azul com motivos florais ao gosto chinês, ostentando, segundo a judiciosa opinião de Silva Lopes, as armas de Vilas-Boas e Faria ou Vaz.

Ainda da dinastia Ming, mas já do período de 1620-1624, apontarei um prato, igualmente do British Museum, decorado a azul com o brasão de armas dos Melos, Almeidas ou Palhas. Exemplar raríssimo, apresenta um elmo cuja execução nada ficaria a dever ao mais ousado inconformismo «surréaliste», se não se tratasse de um protótipo seiscentista sónico de reprodução heráldica errada.

Nos meados do século XVII concorriam à feira de Saint Germain, de Paris, negociantes portugueses (os tendeiros alfacinhas da Rua Nova dos Ferros), que vendiam, entre outros produtos do Oriente, porcelanas da China. Evoco, a propósito, os versos de Scarron, reproduzidos por Champfleury na *Bibliographie céramique*:

*«Menez-moi chez les Portugais,
Nous y verrons à peu de frais
Les marchandises de la Chine;
Nous y verrons de l'ambre gris*

.

*Et de la porcelaine fine
De cette contrée divine.»*

Constituem excepções as peças brasonadas anteriores ao período K'ang-Hsi (1662-1722), da dinastia Ts'ing, ou Manchu. A sua forma e decoração geral ainda se ressentem muito da influência chinesa. A chamada família verde, tão rara e apreciada, é desse período. O prato, decorado a azul, com o brasão dos Pintos, existente no Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa, e que pertenceu a José Queirós, é também da mesma época.

Em 1690 começou a europeização da loiça da China, através da forma e da decoração, mas só no século XVIII principiou o fabrico regular dos serviços brasonados, ao gosto ocidental. Como muito bem apontou Goldsmith Philips, a marca distintiva da loiça é a sua dupla característica oriental e ocidental.

B. *Faiança europeia*

A faiança italiana de Savona produziu uma peça decorada a azul e amarelo. É uma bela floreira, talvez única, ostentando as armas de El-Rei D. Afonso VI.

Conforme salientou Reynaldo dos Santos, a faiança portuguesa do século XVII constitui um dos capítulos essenciais da história da influência chinesa na faiança europeia. São frequentes os pratos com aranhões (toscas imitações de símbolos chineses) na aba e brasões ao centro do anverso.

João Baptista Lavanha, na *Viagem (...) del rey D. Felipe II N. S. ao reyno de Portugal*, em 1619, publicada no ano de 1622, refere que entre os arcos triunfais levantados em Lisboa para a recepção da Católica Majestade, havia o dos oleiros, com uma figura alusiva à arte e a quadra:

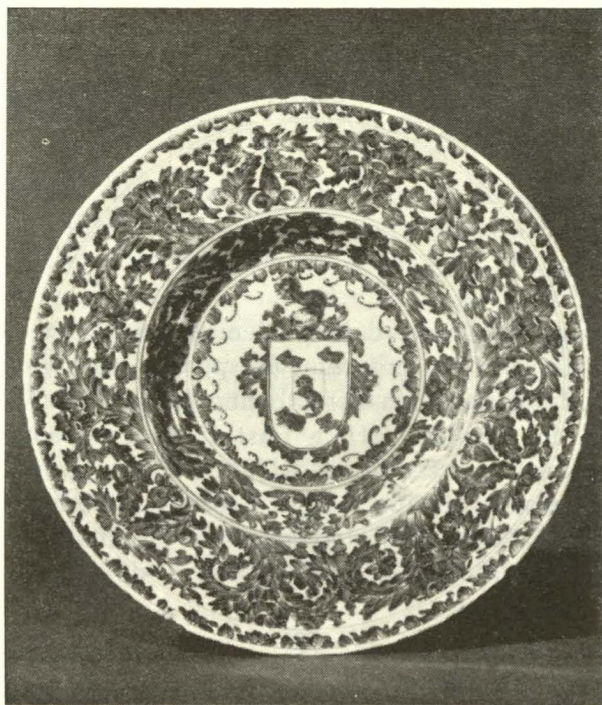
*«Aqui, Monarca excelso soberano,
Vos offerece a Arte peregrina,
Fabricado no Reino Lusitano,
O que antes nos vendeo tam caro a China.»*

Um prato cujo local de fabrico não pude averiguar, ostenta as armas dos Silvas, ou Castelos Brancos, com elmo e paquife, mas sem virol nem timbre. No lugar deste, a data 1649. A decoração é toda a azul. Encontra-se tão curiosa peça no Museu Nacional de Arte Antiga.



Séc. XVII

Faiança portuguesa de Lisboa - *PRATO FUNDO* - Aranhões e Ornelas,
ou Carneiros, mal representados. Museu Nacional de Soares dos Reis,
Porto



Séc. XVII

Porcelana da China de encomenda - *PRATO* - Coelhos.
Arquitecto D. Fernando de Távora, Foz do Douro

Estremoz, (segundo creio), fabricou uma peça inteiramente branca, com brasão de armas a azul.

Lisboa, deu-nos peças decoradas a azul, dos tipos barroco e chinês. E também peças decoradas a azul, com figuras geométricas e arabescos, variedade rara, patente no prato de João Furtado de Mendonça. Deu-nos, ainda, decorações a azul com contornos côr de vinho, decorações a azul e cor de vinho, e decorações só a côr de vinho, do tipo aranhões, em loiça grossa e pesada. Fabricou, também, pelo menos uma peça de decoração policroma, raríssima, dos meados do século, com aranhões, folhas e flores: o prato de D. Pedro de Almeida, Vice-Rei da Índia, existente em Lisboa, no Museu Nacional de Arte Antiga.

Coimbra, produziu loiça grossa e pesada, decorada a azul, do tipo rendas.

O Porto, deu-nos peças decoradas a azul e côr de vinho, algumas datadas, como o prato aos gomos, com as armas dos Silvas e o que se julga ser a data de mil seiscentos e noventa e tal, existente no Museu Nacional de Soares dos Reis.

Quanto a Viana do Castelo, legou-nos peças decoradas a azul, de bom efeito ornamental. E também um curioso prato ostentando no anverso o brasão dos Ataídes e tendo escrito no reverso o apelido desta família, para que ficasse bem confirmada a identidade do destinatário.

3. SÉCULO XVIII

A. *Porcelana chinesa*

A porcelana da China, cuja ocidentalização começou no último decénio do século XVII, não tardou em perder algumas das suas funções ornamentais, passando a desempenhar papel mais utilitário.

No início do século XVIII, a East India Company, que durante muito tempo lutara com sérias dificuldades, tomou grande incremento, transformando-se na principal importadora da Europa. Em França, animadas pelo ministro Colbert, vegetaram algumas companhias efémeras, entre elas a Compagnie de la Chine, do «Sieur» Jourdan de

Groué. Apesar da sua vida breve, abriram o caminho para a Compagnie des Indes Orientales, constituída em 1718 e que tomou um desenvolvimento importante cerca de 1720, lançando no mercado, só nos anos de 1722 e 1723, umas seiscentas e oitenta e três mil peças!

Foram duas as causas que contribuíram para o grande aumento das transacções comerciais.

Em 1699 o Imperador K'ang-Hshi resolveu abrir Cantão aos europeus e a partir desse ano o tráfico com a China organizou-se em moldes regulares. Outras companhias, sueca, dinamarquesa, austríaca e espanhola, criaram feitorias que se instalaram em Cantão, no bairro dos «Bárbaros do Ocidente», junto das suas precursoras inglesa, francesa e holandesa. Naquele porto a porcelana de encomenda passou a ser acondicionada e por fim embarcada em navios ocidentais.

A maior parte das porcelanas mais finas expedidas de King-Tö-Tchen recebia ali as últimas decorações a esmalte.

Os portugueses, conhecidos em Cantão por «Si-Yang Kuai» (diabos do oceano do Ocidente), mantiveram o seu empório em Macau.

Mais tarde, os Estados Unidos estabeleceram-se, por seu turno, em Cantão, eclipsando as velhas companhias europeias, embora a loiça fabricada para a América do Norte constituía um «fenómeno» do final do século XVIII e do alvorecer do século XIX, reinado do Imperador Chia-Ch'ing (1796-1820), da dinastia Ts'ing, ou Manchu, sendo a exportação para aquele país mínima, comparada com a que se destinava à Europa.

A outra causa, foi a descoberta do chá pelo continente europeu. As pequeninas folhas ressequidas estava destinado um êxito sempre crescente. Com o café, introduzido na Europa no século XVII e dentro em breve com o chocolate, o uso das bebidas quentes aumentou a necessidade da porcelana, pois tanto a faiança como a prata se revelavam contra-indicadas para o efeito. Os serviços de chá e de café, os de mesa e de «toilette», a breve trecho se tornaram indispensáveis à boa sociedade europeia.

As companhias nomearam, então, representantes nas capitais da Europa, onde aceitavam encomendas. Por sua vez, os agentes em Cantão encarregavam-se de as fazer executar prontamente. Já ninguém se contentava com peças ao gosto chinês. Pretendiam-se objectos mais

conformes com os usos ocidentais, ostentando decorações cujo significado fosse acessível à mentalidade europeia.

Os chineses, industriais e bons comerciantes, logo se adaptaram às exigências da nova clientela, executando, escrupulosamente, em série, as peças de que recebiam modelos em prata, faiança, grés e cristal de Veneza. Assim nasceu a enorme variedade de porcelanas de encomenda, de estilo rocóco até 1775. A partir desse ano e até ao final do século, o estilo vai-se simplificando e acaba por se tornar Luís XVI. As decorações são copiadas de pinturas, gravuras e desenhos enviados expressamente. Por exemplo, o ramallete de flores, central, em esmaltes da chamada família rosa, denota nítida influência europeia.

Onde costumava falhar o talento dos copistas era nas caras das personagens europeias, a que não conseguiam dar aspecto fisionómico diferente do típico dos filhos do Celeste Império. A propósito, Lion-Goldschmidt comenta: «*La naïveté des Christs et des Vénus aux yeux bridés est pleine de saveur.*» Em contrapartida, os artistas europeus sofriam de defeito inverso, pintando personagens chinesas com feições nitidamente ocidentais. Ouçamos a este respeito José Queirós: «*As figuras, com vestes e sombras abertas, perfeitamente asiáticas, raras vezes deixam de ser europeas, tanto no porte como nas feições.*»

Entre as porcelanas de encomenda destacam-se os serviços de mesa, de toucador e de utilização mais prosaica, das casas reiantes e das famílias nobres da Europa. Eram numerosas as grandes famílias que possuíam vários serviços de mesa. Em Portugal, o 5.º Conde de Sarzedas, Vice-Rei da Índia, encomendou três, riquíssimos, e um magnate pombalino, Anselmo José da Cruz Sobral nada menos de sete, alguns de opulência assombrosa. Só estas sete baixelas, à razão de quatrocentas peças por baixela (número médio) prefazem a bonita soma de duas mil e duzentas peças!

Os brasões de armas, de dimensões menores, são pintados com grande esmero e minúcia, quase sempre errados, certamente por deficiência dos elementos fornecidos aos ceramistas. A qualidade da porcelana de encomenda é muitas vezes medíocre, ressentindo-se da pressa com que foram executadas as ordens da freguesia impaciente e também da qualidade do oleiro. Para acelerar o fabrico, os chineses de Cantão, negociantes astutos, mandam ir de King-Tö-Chen, metrópole da porce-

lana, «stocks» de peças brancas, virgens de decoração, ou apenas ornamentadas com bordaduras clássicas e aproveitam-nas hàbilmente.

Na primeira metade do século XVIII King-Tö-Chen era uma verdadeira cidade industrial, com um milhão de habitantes e três mil fornos, muitos deles pertencentes a empresas particulares. Tudo, ou quase tudo, ali se fazia: extracção, depuração, transporte das rochas, fiscalização, crítica, escolha das peças cozidas, empacotamento, expedição de peças imperiais para Pequim, e de peças comuns para os mercados interiores e para os centros de exportação.

O auge da produção situa-se entre 1730, ano em que os serviços completos com quinhentas peças, aparecem nos mercados da Europa e 1780, ano que marca, aproximadamente, o fim do entusiasmo da sociedade europeia pela porcelana de encomenda armoriada.

No final do século, o comércio com o Extremo Oriente, ressentindo-se dos sobressaltos políticos que perturbam a Europa, afrouxa de maneira considerável. A moda vira de rumo e influenciada pelo gosto austero do Império, orienta-se no sentido do neo-classicismo. A curiosidade do público volta-se para as esculturas, pedras preciosas e camafeus antigos. As fábricas de cerâmica alemãs, francesas e inglesas encontram-se finalmente em pleno rendimento e, como observa Jenny Dreyfus, rara é a manufactura que não recebe uma encomenda de loiça brasonada.

Os titulares desejam ver as suas armas pintadas no que possuem de mais nobre e as armas são transmitidas à porcelana, matéria nobre por excelência. Simplesmente, a porcelana passou a ser de preferência europeia. Surgem novos produtos. «*Tout passe, tout casse, tout lasse et tout se remplace.*» A porcelana chinesa de encomenda não consegue fugir à regra inexorável.

No século XVIII, a porcelana de Nanquim deu-nos um prato de borda recortada, com um brasão de armas que ocupa todo o fundo, revivescência do século transacto. O paquife, muito trabalhado e de belo efeito, imita folhagem densa.

A porcelana de encomenda apresenta pastas lisas ou com relevo, contínuas ou rendilhadas.

A decoração é geralmente policroma, muitas vezes com toques doirados que devido ao uso normal prontamente desaparecem. Há pre-

dominância de certos tons, como o verde claro e o rosa. A faixa «rouge fer» é de tipo clássico nesta altura.

Produziram-se, todavia, peças esmaltadas a azul escuro, com ornatos doirados. Refiro-me às do serviço do Cardeal da Cunha, hoje extremamente raras e valiosas. E sei de pratos inteiramente brancos, adasados, apenas com um filete doirado na borda, ostentando as armas dos Pereiras, Pintos, Guedes e Pimenteis.

No averso dos pratos, os brasões de armas estão colocados no fundo, ou na aba, ou simultaneamente na aba, na caldeira e no fundo.

Uma baixela existe que, por força de um crime de lesa-majestade heráldico, é merecedora do maior interesse. Refiro-me ao serviço de José Pamplona Carneiro Rangel Baldaia de Thoar, que ostenta, com desassombro, por cima do escudo com as armas do destinatário uma imponentíssima coroa real! São inúmeros os casos de coronéis de nobreza representados, inadvertida ou intencionalmente, por coronéis de marqueses ou duques. Mas isto de uma coroa real a substituir um coronel de nobreza constitui grande escândalo de armaria, que eu saiba jamais igualado em toda a história da loiça brasonada.

Os elementos decorativos, de uma variedade exuberante, são comuns à porcelana chinesa não heráldica da época, sobressaindo entre elas as romãs, os pessegueiros floridos e o fenix ou «Feng Hwang». Todos enriquecem profusa e alegremente a porcelana do século XVIII. Mas outros motivos há que, pela sua raridade, são dignos de referência especial. A leiteira do 6.º Conde de São Vicente reproduz uma nau e o serviço da inauguração da estátua equestre de El-Rei D. José ostenta aquele típico monumento lisboeta.

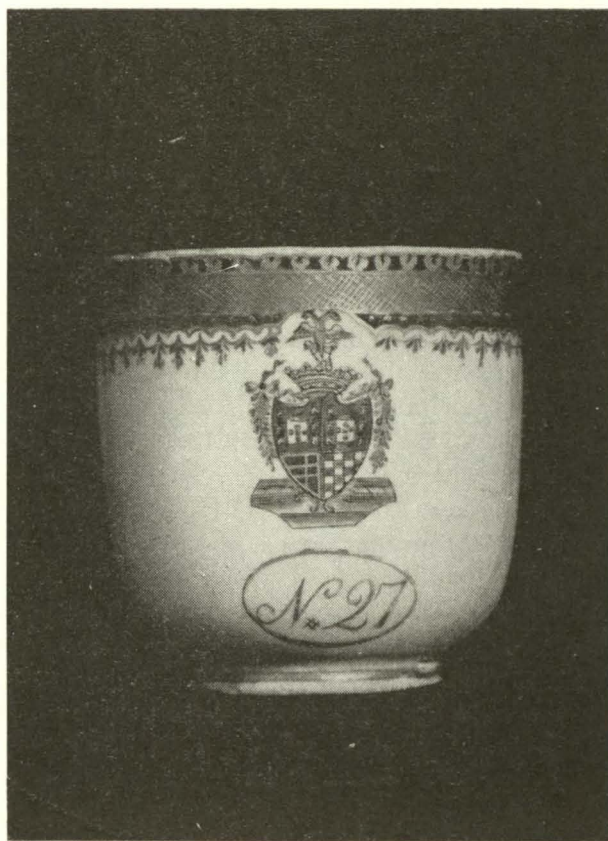
Outros pormenores curiosos desejo ainda apontar: aparecem algumas peças numeradas, como, por exemplo, as chávenas do construtor de órgãos António Xavier Machado e Cerveira e as xícaras de Isidoro Jaime de Almeida, 11.º Senhor da Casa da Cavalaria; e os pratos com o timbre das armas dos irmãos Pedro e Domingos Joyce apresentam no reverso as iniciais dos possuidores.

Muita gente ignora o significado encantador das romãs, dos pessegueiros floridos e do fenix, velhos motivos ornamentais da porcelana artística chinesa. As romãs, simbolizam posteridade através de numerosa descendência; os pessegueiros em flor, casamento e longevidade.



Séc. XVIII

Porcelana da China de encomenda - PRATO -
El-Rei D. José, Colecção Corte-Real, Lisboa



Séc. XVIII

Porcelana da China de encomenda - CHAVENA N.º 27 -
Isidoro Jaime de Almeida. Colecção Magalhães de
Barros, Cascais

O fenix, só baixa à terra para anunciar acontecimentos felizes e prósperos reinados.

Constituía o emblema da Imperatriz da China e por estes motivos foi utilizado na decoração do serviço de chá brasonado da Rainha D. Maria Ana de Áustria, mulher de D. João V.

B. Porcelana Japonesa

Tenho conhecimento de um serviço, apenas, de loiça Arita. Decoração polícroma, com toques de ouro. Ostenta um escudo, assente em ornamentos «roccaille», com as armas dos Brandões (de Duarte Brandão), Carvalhal ou Carvalhais e Vasconcelos. As peças desta baixela são raras e muito valiosas.

C. Porcelana e faiança europeias

Em 1712, o Padre d'Entrecolles, da Companhia de Jesus, em missão no Oriente, enviou para a Europa informações pormenorizadas e rígorosas acerca do processo de fabrico da porcelana chinesa. Essas informações foram bem aproveitadas pelos ceramistas europeus, que a partir de então se esmeraram nas suas produções.

A porcelana portuguesa dá-nos um medalhão muito raro, rectangular, branco, medindo uns 55×40 mm. e datado de Lisboa, ano de 1773. Tem no anverso as armas reais, ricamente ornamentadas e emolduradas. O reverso, também limitado por uma moldura igual à do anverso, apresenta, inscrita num panejamento em forma de «plastron», com franjas e borlas, encimado por uma carranca e roeado de ramos de roseira, a legenda: «DESCUBERTO PELO THEN,^E CORONEL BARTHOLOMEU DA COSTA».

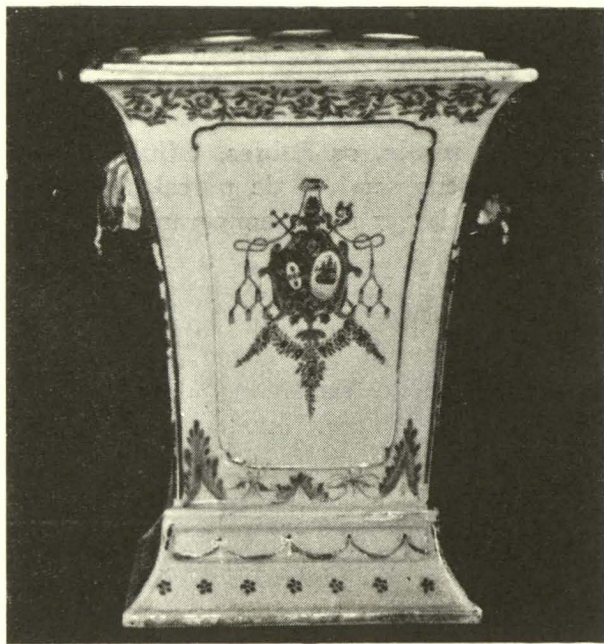
A faiança portuguesa do século XVIII, tal como a porcelana da China de encomenda da mesma época, apresenta pastas lisas ou com relevo, contínuas ou rendilhadas.

A Real Fábrica do Rato dá-nos peças esmaltadas a branco lácteo encorpado. Algumas são rendilhadas, por vezes de estilo «roccaille». Desta fábrica é a terrina ricamente modelada, toda esmaltada a branco, tendo no bojo o brasão de armas de El-Rei D. José.



Séc. XVIII

Porcelana da China de encomenda - *Uma de um par de FLOREIRAS* - Cardeal Botelho, Bilbao Adorno, Lda., Lisboa



Séc. XVIII

Porcelana da China de encomenda - *Uma de um par de FLOREIRAS* - Cónegos Regrantes de Santo Agostinho do Mosteiro de São Vicente de Fora, Bilbao Adorno, Lda., Lisboa

Uma peça que suponho ser portuense apresenta um delicioso quadrinho com uma dama e um cavalheiro, sentados a conversar, rodeados de folhagem.

Darque, Viana do Castelo, empregou decorações policromas, intensas, produzindo exemplares aparatosos, de bom efeito decorativo. Também fabricou peças esmaltadas a branco, com motivos ornamentais «rocaille», finamente pintados e sombreados a azul, sendo os contornos a côr de vinho.

Quanto à faiança inglesa da fábrica Wedgwood, aparece-nos decorada no mesmo estilo «rocaille».

4. SÉCULO XIX

A. *Porcelana chinesa*

O comércio com o Extremo-Oriente prossegue durante toda a primeira metade deste século, mas em muito menor escala, quase por completo nas mãos dos Estados Unidos, de Portugal e da Inglaterra. Os navios de várias empresas continuam a trazer a porcelana de encomenda com destino aos mercados europeus, até que, em 1840, a guerra do Ópio põe fim a essa actividade.

No princípio do século, os nobres, influenciados pela ideologia liberal, ostentam nos seus serviços de porcelana de encomenda cada vez menos brasões e cada vez mais monogramas coroados, seguindo a moda inglesa.

São vulgares as abas decoradas a azul escuro, vermelho ferro e oiro. Nessa época, os brasões que ainda aparecem estão colocados no centro do fundo e rodeados de um círculo doirado.

A decoração no período Tao-Kuong (1821-1850), dinastia Ts'ing, ou Manchu, é quase sempre policroma, com predominância de tons rosas e alaranjados e de uma minúcia encantadora. Existem, todavia, pratos, como o do 6.º Visconde Strangford, tradutor de *Os Lusíadas* e Ministro de S. M. Britânica em Portugal e no Brasil, que são completamente brancos, e apenas orlados de um ténue filete doirado.

Os pratos têm abas largas ou estreitas e bordas inteiras ou recortadas.

Por seu turno, os elementos decorativos, primorosos, são sensivelmente os do século XVIII, embora executados de modo diverso.

É digno de menção um prato curiosíssimo, com um grande presunto central, no meio de uma cercadura de frutos, acompanhado de paisagens, mamíferos, aves e peixes.

As inscrições da xícara e do pires do serviço de chá oferecido pelo Imperador Chia-Ch'ing (1796-1820), dinastia Ts'ing, ou Manchu, a El-Rei D. João VI, para comemorar a sua aclamação em Fevereiro de 1818 e que ostenta as armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, segundo as conclusões a que chegou Brancante, devem ser interpretadas simbolicamente.

A porcelana mandarim, profusamente ornamentada e que é um dos tipos característicos da decadência da porcelana chinesa de encomenda, apresenta-nos pratos com brasões no fundo, na aba e, simultaneamente, no fundo, na caldeira e na aba.

Os fundos, por vezes muito grandes, são ricamente decorados com uma miscelânea de elementos, que nos desnor-teia e entontece a vista.

As abas, muito estreitas, também têm ornamentação exuberante.

B. Porcelana e faiança europeias.

A porcelana alemã, da Saxónia, ficámos devendo uma placa, ou pequena taboleta, esmaltada a branco, com as armas d'aquele ducado nos metais e cores próprias e uma legenda ulissiponense a negro. Deve ser peça única. Deu-nos, também, peças esmaltadas a branco, de estilo Império e decoradas a ouro.

A porcelana austríaca apresenta-nos pratos de bordas recortadas, com decorações policromas, ou a azul e ouro.

A porcelana francesa dá-nos peças esmaltadas a branco, peças policromas com toques de ouro, peças decoradas a côr de laranja, verde e ouro, peças decoradas a verde e ouro, e peças decoradas só a ouro.

Sei de uns pratos do 2.º Visconde de Azurara, ornamentados com uma paisagem panorâmica circular que ocupa toda a aba e é de um

efeito surpreendente! A paisagem é policroma, com predominância de verde claro. Ao centro, os pratos ostentam a cruz florida e as quatro moletas em cruz dos Salters, peças estas que se encontram soltas, quero dizer, não metidas dentro de um escudo.

Nesta porcelana, há pratos com bordas inteiras e pratos com bordas recortadas. As pastas com relevo aparecem ocasionalmente e apresentam às vezes modelações muito complicadas. Por exemplo, as jarras do 2.º Marquês de Belas dão na vista pela exuberância das suas folhas e flores, próximas antepassadas dos ornatos vegetais do estilo Arte Nova, tão popular no início do século XX e agora de novo em foco. São frequentes os pratos com monogramas centrais, dourados, retocados a «brique» e encimados por coronéis dourados, muito bem executados, com pedraria de sua côr. Os brasões de armas encontram-se, indiferentemente, nos fundos e nas abas. Quanto aos múltiplos elementos decorativos, combinam-se graciosamente para proporcionar efeitos característicos de leveza e distinção. Limoges, todavia, fabrica pratos com abas excessiva e minuciosamente decoradas, de gosto muito duvidoso. A ornamentação é «much too much», como diriam os ingleses, com inteira propriedade.

E já que falei de ingleses, lancemos uma vista de olhos sobre a porcelana por eles fabricada no século oitocentista. Há espécies de pasta com relevo e espécies de tipo «rocaille». Merece referência especial a imitação do serviço do 1.º Visconde de Mirandela, primitivamente feito em porcelana chinesa de encomenda e que é de uma perfeição decorativa inexcedível. A pasta é que deixa a desejar.

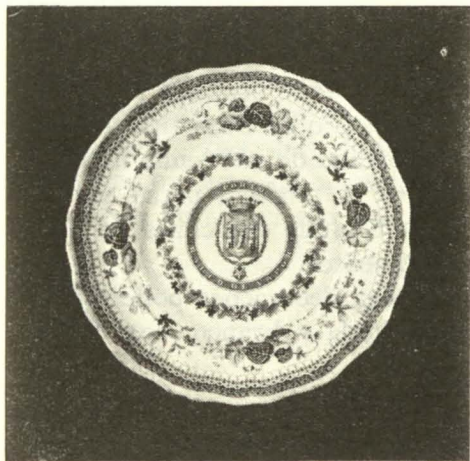
Assinalarei, ainda, um prato esmaltado a branco, com um monograma e coronel de ouro, e uma chávena poliédrica verde, de lados levemente côncavos, ostentando na borda uma faixa dourada e no bojo as iniciais, o virol e o timbre de Almeida Garrett, a negro. Desta porcelana inglesa há pratos com ornatos policromos, pratos com ornatos dourados e pratos tão espalhafatosamente carregados de ouro, que mal se avista no fundo e nas abas o primitivo esmaltado a branco. A configuração das bordas, por vezes, é recortada.

Nos domínios da porcelana portuguesa, a Vista Alegre apresenta peças de decoração policroma com toques de ouro, havendo espécies a branco e ouro, todas profusamente ornamentadas. O ouro é às vezes



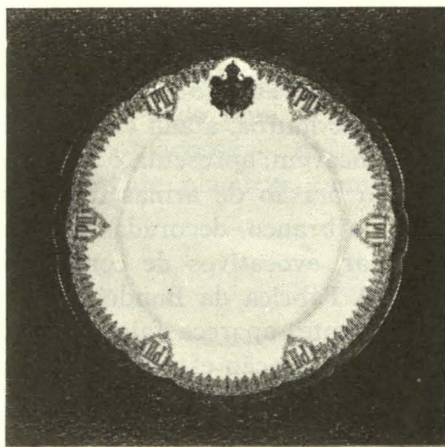
Séc. XIX

Porcelana portuguesa, Vista Alegre, a ouro - *AREEIRO* - Real Batalhão de Polícia do Porto (1836 - 1858). Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto



Séc. XIX

Faiança inglesa, Davenport - *PRATO* - Barco de vapor «Porto». Coleção Campos e Souza, Lisboa



Séc. XIX

Porcelana francesa, W. G. & C.^o, Limoges - *PRATO* - Dom Pedro II, Imperador do Brasil. Coleção Campos e Souza, Lisboa

realçado com toques de «brique». Algumas peças são rendilhadas e há pratos com bordas recortadas. Por via de regra, nos pratos, os motivos heráldicos encontram-se no fundo, mas sei de um serviço de El-Rei D. Luís cujos pratos, num autêntico pleonasma heráldico, ostentam as armas reais no fundo e um vistoso motivo armoriado na aba. Os coronéis, dourados e de execução primorosa, trazem a pedraria de sua côr. A Vista Alegre, também nos dá pratos comemorativos de centenários históricos, esmaltados a branco, com desenhos alegóricos e brasões de armas estampados numa só côr.

Se relancearmos a faiança brasonada do século XIX, verificaremos que a francesa apresenta peças com decorações complexas, de péssimo gosto, estampadas a azul.

A inglesa, utiliza filetes, faixas e cercaduras com motivos florais estilizados. A fábrica Copeland dá-nos decorações monocromas, às vezes com toques de ouro, havendo casos de pasta com relevo. Alguns pratos são de borda recortada. As fábricas Copeland & Garrett e Wedgwood apresentam peças policromas, bem decoradas.

De faiança italiana, conheço, tão somente, uma talha, ricamente ornamentada a azul com anjos.

Na faiança portuguesa, começarei por citar um prato de Wenceslau Cifka, cozido na Fábrica Constância. O fundo é todo preenchido por um grande retrato de El-Rei D. Fernando II, de meio corpo, trajando à antiga e tendo, à dextra, numa frondosa árvore simbólica, as armas de Portugal e da Saxónia, encimadas pela coroa real e à sinistra o Castelo da Pena, sobre fragas. A aba do prato é toda ocupada por uma coroa de louros, atada em quatro pontos por meio de duas fitas cruzadas. Sacavém, apresenta o único serviço armoreado de que tenho notícia, com o brasão de armas de Henrique Moller. E também peças esmaltadas a branco, decoradas a negro e a azul. E ainda espécimes de tipo popular, evocativos de centenários e monumentos.

A Fábrica da Bandeira, de Gaia, emprega decorações policromas. Finalmente, aparece faiança nortenha, esmaltada a branco, com filete azul e decoração estampilhada, policroma.

*

Estamos chegados ao termo desta peregrinação bisbilhoteira pelos interiores portugueses dos séculos XVI a XIX, em demanda das peças de cerâmica brasonada que algum dia os embelezaram e tornaram mais confortáveis e esplendorosos.

Podemos, em verdade, concluir que a loiça armoriada desde cedo evidenciou a sua presença — marcando lugar de realce inconfundível — nas casas das classes dirigentes da sociedade portuguesa, bem como nos mais diversos estabelecimentos nacionais e em várias celebrações empreendidas no país.

Reis e rainhas, Vice-Reis, nobres e fidalgos titulados ou não, colégios e hospitais, mosteiros, conventos e igrejas, confrarias e misericórdias, freires e prelados, evocações gloriosas e lembranças de monumentos, todos — no rodar dos séculos e em grande escala — utilizaram loiça brasonada, mais ou menos valiosa quanto à natureza da matéria prima, local de fabrico e forma das peças, melhor ou pior decorada no tocante à graciosidade dos motivos ornamentais e ao rigorismo da representação heráldica.

Como estudioso apaixonado e coleccionador impenitente que sou desta modalidade cerâmica, formulo aqui os meus votos sinceros de que as fábricas hodiernas de loiça brasonada saibam manter as mais belas tradições heráldicas e ornamentais de outrora. Mas que jamais esqueçam que tradição não é sinónimo de estagnação, nem de servilismo, e antes significa evolução permanente. Neste caso, evolução de formas e decorações, dentro dos limites do bom senso e do bom gosto e no acatamento das leis antigas — mas sempre viçosas — da ciência heróica, ou arte da armaria, cujas possibilidade plásticas, conforme pudémos verificar, são de confins ilimitados.



SUBSÍDIOS PARA A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA
EM PORTUGAL

ALGUNS SUMÁRIOS DAS NOTAS DE VÁRIOS TABELIÃES
DA VILA DE TORRES VEDRAS
NOS SÉCULOS XVI A XVIII

(Continuação)

pelo sócio efectivo

Rogério de Figueiroa Rego

NOTAS DO TABELIÃO

ANTÓNIO DOS RIOS

89

Distrate e quitação que faz Isabel de Aguiar «dona uiuua moradora na dita uilla molher de João de Figueiroa» da importancia de 95\$000 reis, relativa a «hum moio de trigo de foro cada ano a retro aberto em huma sua uarzea que tem em Randide termo desta dita uilla a que chamaõ a tramagueira» que ele seu marido comprara a Jorge Godinho de Abreu, morador em Torres Vedras.

Testemunhas: Domingos João e António do Couto, piladeiro e Domingos Pires, vendeiro, todos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 18 de Fevereiro de 1603.

Livro de 12 de Fevereiro de 1603 a 2 de Julho de 1603, a fls. 13 verso.

90

Venda que fazem João Trigueiros Pereira, sua mulher Isabel Trigueiros e sua mãe Isabel Cabreira, viuva de Francisco Pereira, moradores em Torres Vedras, de uma terra que está no limite da Marquiteira, termo da Lourinhã, a Francisco Garcês de Andrade, pelo preço de 7\$000 reis.

Escritura de 2 de Janeiro de 1615.

Livro de 17 de Julho de 1614 a 16 de Janeiro de 1615, fls. 155.

91

Procuração que dá Ana Nogueira da Costa, mulher de Manuel da Ponte Trigueiros, «fidalgo de cotta darmas por geraçam de nobreza»,

moradores em Torres Vedras, ao dito seu marido para que «elle em seu proprio nome e dambos possa renunçar e uender e traspasar pello melhor modo uia e maneira que o direito o permite a feittoria da çidade de Baçaim parttes da India com os mais cargos aneixos a elle e tudo conforme o alluara de portarja de que sua magestaade fes merce a lianor da Costa por seruiços de Jeronimo Coelho seu marido pai e mai della constetuintte».

Testemunhas: Leonardo Martins, trabalhador e Baltasar Vasques, ambos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 17 de Novembro de 1615.

Livro de 24 de Setembro de 1615 a 26 de Novembro de 1616, fls. 22 verso.

92

Venda que faz António de Barros de Sampaio, fidalgo da Casa Real e comendador da Ordem de Cristo, morador na sua quinta de Alverca, em seu nome e no de sua mulher Antónia de Melo, de umas casas situadas na rua do Espirito Santo, da vila de Torres Vedras, foreiras à igreja de Santiago da dita vila, pelo preço de 16\$000 rs. ao padre Simão Nunes, beneficiado na igreja de S. Miguel de Torres Vedras.

Escritura de 12 de Dezembro de 1615.

Mesmo livro, fls. 41.

93

Venda que fazem Fernão de Sousa e sua mulher Maria Pacheco, moradores em Torres Vedras, de várias terras de sementeira, a António Godinho da Cunha, pelo preço de 90\$000 reis, livres de sisa para os vendedores.

Escritura de 4 de Janeiro de 1616.

Mesmo livro, fls. 45.

Testamento de Filipa Botelho, viuva de Jerónimo Henriques, «fidalgo que foi da casa de sua magestade», moradora na Rua Direita de Nossa Senhora dos Anjos, da cidade de Lisboa, no qual determina que seu «corpo seja emterrado no mosteiro de nosa snora da graça de torres uedras na capella maior do ditto mosteiro aonde esta sepultado seu primeiro marido Jeronimo da Rocha Soares que deos tenha a qual comprei aos padres do ditto mosteiro pera meu enterro e sepultura e do ditto meu marido Jeronimo da Rocha».

«Amortalharmeão logo tanto que falecer no abitto do bemaventurado e glorioso santo agostinho e me meteraõ em hum caixaõ de madeira cuberto de cal e me leuaraõ da caza donde eu falecer te igreja e freguesia dos anjos e me acompanharaõ a comunidade de nossa senhora da graça desta cidade e doze padres clerigos da ditto freguesia e a irmandade da santa mizericordia de que sou irmãa e os meninos orfaõs e doze pobres com suas tochas asesas e a cada hum dos mais daraõ sua candeia e as esmolas que he costume e desta maneira me leuaraõ te igreja dos anjos e a comunidade de nossa snora da graça daraõ de esmola des mil res e dahi me meteraõ em humas andas cubertas de do e me acompanharaõ quatro padres que se pediraõ ao Reuerendo padre prior de nossa snora da graça que me fara caridade de os dar e não podendo se buscaraõ quatro sacerdotes clerigos de missa aos quais se pagara seu trabalho e me acompanharaõ mais dous omens a caualo com seus capuzes que se lhe daraõ e darseaõ ao padre cura mil res pella oferta e ao tizoureiro por dobrar os sinos tresentos res e desta maneira me leuaraõ da ditto igreja dos anjos te torres uedras e chegando a uilla se pora meu corpo em santo andre e se dara recado aos padres de nossa snora da graça da ditto uilla e aos padres de sam francisco de uaratojo e aos padres clerigos de sam pedro donde fui freguesia e se chamaraõ te numero de doze e a irmandade da mizericordia e as cruces das confrarias de sam pedro e todos me acompanharaõ de santo andre te a ditto capella mor donde me sepultaraõ no carneiro com Jeronimo da Rocha Soares meu marido e a todos os sobredittos que me acompanharem daraõ as esmolas costumadas e daraõ de oferta meio moio de trigo e hum quarto de uinho e mandaraõ dobrar todos os sinos

das freguesias pera que os que os ouirem emcomendem a deos sim no dia do enterramento como do ofiço e paguar-seha aos thesoureiros o que for custume. Item no dia seguintte me faraõ hum ofiço de noue liçoins o mais solene que se poder fazer na dita uilla pera o qual alem dos padres da caza chamaraõ tambem os de sam francisco de uaratojo e alguns outros musicos que se acharẽm na terra e a todos se dara as esmolas costumadas asim do ofiço como do acompanhamento e nesse dia diraõ por mim missa e por todos meus defuntos e uiraõ com resposso e aguabenta sobre a coua e sepultura e se faltarem pera dizerem algumas missas pera o numero de sem missas que quero me digaõ o padre samcristaõ mas mandara diser no oitauario seguinte pelos padres da casa comtanto que naõ fique nenhum saserdote dos que se acharem no meu enterramentto sem dizer missa querendoa diser inda que passe o numero das sem missas as quais se acabaraõ de diser no oitauario seguinte naõ se podendo diser todas no dia do ofiço e asim mais depois disto se mi dira hum trintauro a sam amador na casa e se continuara logo nos dias seguinttes o oitauario e asim se diraõ os ofiços do mes e anno na mesma casa e se dara a sera nesesaria».

Declara que tendo «assentado com o dito seu primeiro marido «comprar a capela mor de nosa snora da graça de torres uedras pera nosso jasigo depois delle falecido me consertei com os ditos padres e thomei a ditta capella mor por contrato que fizemos na nota de Pero de Gois tabaliaõ publico desta çidade que se fes a des de maio de mil seis centos e hum annos em que dotei a ditta capella e padres do dito mosteiro setenta e hum mil res de juro que tenho na alfandega desta çidade e no almoxarifado de alamquer pera a fabrica e Retabolo da ditta capella como se uera do ditto contrato a que me Reportto e lhe dotei mais sem mil res de juro na casa da India e os Reditos que estauaõ uençidos e se me deuiaõ te o dito tempo», com a obrigação de dizerem missa quotidiana para sempre e o direito do padroado e sepultura «com condiçam que nenhuma outra pessoa se podera sepultar na ditta capella mor se naõ aquella que eu nomear e deixar por padroeiro depois de minha morte e lhe der liçença pera se poder sepultar nella».

Declara que se algum dia os padres do convento da Graça de Torres Vedras faltarem a alguma das clausulas do contrato ou obstarem a que na referida capela se enterrem os padroeiros ou seus herdeiros,

neste caso tais juros e rendimentos serão perdidos a favor da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, cujos «prouedor e oficiais da ditta casa me faraõ nela huma capela mor e tomaraõ pera isso os reditos nesarios e emlegeraõ hum capellam que diga as missas e o mais gastaraõ em obras pias como custumaõ».

Deixa mais á dita capela toda a prata que se achar por sua morte, «tirando dinheiro pera se fazerem humas alampadas e castisais» — prata que reverterá para a Santa Casa, nos termos referidos e com as mesmas condições.

Nomeia por padroeiro da citada capela a João Leitão Trigueiros, morador em Torres Vedras e lhe dá licença para que ele e seus herdeiros nela se sepultem «em sepultura apartada do nosso carneiro em que eu e meu marido Jeronimo da Rocha Soares estiuermos sepultados e o mesmo dereitto ficara a seu filho primogenito ou parente mais chegado que ficar ao tempo de sua morte e abimtestado lhe subseder de sua linhagem e do ditto meu marido Jeronimo da Rocha Soares».

Deixa a parte que tem no casal do Almargem do Bispo, termo de Sintra, ao dito João Leitão e a seus herdeiros «com o emcargos das missas que tem como eu pagaua a Santo Elloio que he quinhentos res pera uinte missas pella alma de Fernão Afonso Trigueiros que foy vigairo de santo antonio do tojal».

Deixa por seu testamenteiro ao padre dominicano Diogo da Piedade e a seu sobrinho Manuel Botelho e a Pero Carvalho, seu criado.

Deixa forros todos os seus escravos e escravas e manda se lhes dê os seus fatos de uso. Deixa á sua escrava Filipa Botelho 10\$000 reis: á filha desta de nome Luisa Botelho uma terra grande que tem junto da calçada que vai para o Varatojo para seu dote de casamento e falecendo antes deste ou sem filhos, ficará a mesma para sua irmã Maria Soares. Deixa mais a esta Maria Soares, 100\$000 reis para seu casamento e falecendo antes ou sem filhos, ficaraõ a referida terra grande e os 100\$000 reis ao dito seu sobrinho e testamenteiro Manuel Botelho. Deixa e nomeia a Ana da Ponte prima de seu marido Jerónimo da Rocha, um prazo junto ao Varatojo, foreiro a S. Vicente de Fóra da cidade de Lisboa; deixa ao padre Tomé Gomes, de Torres Vedras, as vinhas que possui junto a Almofala; deixa ao seu sobrinho Manuel Botelho a herdade e courela que possui na Ribeira de Canha e mais 4\$000 reis em

cada ano que lhe paga de foro Martim de Macedo, da Marinha de Lambeu, junto a Setubal e lhe deixa mais 50\$000 reis que lhe deve António de Teive, filho do contador-mor e lhe deixa mais um terçado e umas estribeiras douradas que estão empenhadas a Gaspar de Sousa Lobo, os quais empenhou Jerónimo Henriques, seu segundo marido e as ha de resgatar seu filho Franciscó Henriques, pois ficou á sua conta pagar 12\$000 ou 13\$000 reis porque foram empenhadas.

Deixa a D. Maria, filha de Gomes de Azevedo, o seu leito dourado e o cobertor de escalatra (sic) e mais o seu Oratório com o Menino Jesus e os castiçais pequenos de prata respectivos, recomendando-lhe muito o dito Menino.

Deixa mais á capela e padres de N. Sr.^a da Graça, para seu ornato, 100\$000 reis que lhe deve Diogo Botelho, que foi governador do Brasil.

Declara que se depois de cumpridos os seus legados, alguma coisa sobejar até 30\$000 reis, deverão ser atribuidos a sua cunhada Luisa da Assunção, freira em Santa Clara de Santarem.

Este testamento foi escrito pelo licenciado André Cerqueira Botelho, morador em Lisboa, ao Jogo da Pela e assinado pela testadora, aos 2 de Setembro de 1615 e aprovado no mesmo dia pela tabelião Manuel Figueira da Silveira.

Por despacho do licenciado António Furtado Matamouros, juiz de Fóra de Torres Vedras, foi lançado nas notas do tabelião António dos Rios, aos 30 de Dezembro de 1615.

Mesmo livro, fls. 45 verso.

95

Partilhas que fazem Pero Cabral e Antónia Cabral, filhos de Baltazar Nunes, cavaleiro-fidalgo e de sua mulher Joana Cabral, moradores em Torres Vedras, de todos os bens que ficaram por falecimento do dito seu pai.

Escritura de 4 de Janeiro de 1616.

Mesmo livro, fls. 57.

96

Arrendamento que faz Catarina Serrão Borges, moradora na vila de Torres Vedras, mulher de Lopo de Carvalho, cavaleiro-fidalgo, de várias terras no seu casal da Areia, termo da dita vila, a Francisco Rol. Escritura de 1 de Fevereiro de 1616.

Mesmo livro, fls. 73 verso.

97

Procuração que dá «o padre Jeronimo Franco capellaõ de sua magestade e beneficiado interessante na sé da cidade de lisboa», morador acidentalmente no lugar do Turcifal, termo de Torres Vedras, a seu sobrinho João Coelho de Matos, «caualeiro fidalgo do abitto de noso snor jhus xpo», no referido lugar morador, para que este em seu nome possa «cobrar e arrecadar uinte e quatro mil res de tença que elle consteuinte tem na imposição dos uinhos da çidade de lisboa».

Testemunhas: o padre Pero Rodrigues e o padre António de Leão, beneficiado na igreja de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras. Escritura de 2 de Março de 1616.

Mesmo livro, fls. 83.

98

Venda que fazem João Trigueiros, «capitaõ delRei noso senhor» e sua mulher Isabel Trigueiros, moradores na vila de Torres Vedras, de um casal, pelo preço de 6\$000 reis, a António Lobo, boticário, morador na mesma vila.

Escritura de 31 de Maio de 1616.

Mesmo livro, fls. 135 verso.

99

Fiança que concedem Francisco Botelho Braga, escrivão dos direitos reais na vila de Torres Vedras e sua mulher Mónica de Pina, a

Manuel de Braga, cavaleiro-fidalgo, morador em Lisboa, para a serventia do officio de almoxarife das lezirias das Barrocas da Redinha, de que é proprietario alternante.

Testemunhas: Jorge Rico da Nobrega, filho de Nicolau Manrique.
Escritura de 6 de Junho de 1616.

Mesmo livro, fls. 140 verso.

100

Procuração que dá Catarina Botado, moradora na sua quinta de S. Sebastião da Pedreira, de Lisboa, a Sebastião de Almeida de Seixas, de Torres Vedras, para que este em seu nome possa vender e trocar toda a sua fazenda, fazer partilhas e requerer todo o seu direito nas causas que se moverem, etc.

Escritura de 31 de Julho de 1616.

Mesmo livro, fls. 162 verso.

101

«Renúnciação de seruiços» que fazem Pero Leitão de Gois «fidalgo caualeiro da casa delRey nosso snor» e sua mulher Helena da Rocha, moradores na vila de Torres Vedras, a seu sobrinho António Ferreira Leitão, morador em Lisboa, filho da sua irmã Violante do Rego.

Pero Leitão de Gois, declara «que elle era filho de Roque Gonçalves de Gois o qual tinha seruido a sua magestade em azamor e marsagão mais de corenta anos aonde era morador dos quais seruiços elle Pero Leitaõ seu filho não tinha satisfação nem a pedira nunca a elRey nosso snor porque ora he uelho e não tem filho nem filha a que aja de requerer os dittos seruiços» os doa e trespassa no seu referido sobrinho e bem assim, os serviços de seu tio Diogo do Soveral de quem foi herdeiro; «e asim mais os seruiços de Martim Gil Picoto e de Antonio Picoto seu filho que moreo nas parte da India no cunhal de que não ficou erdeiro se não delle seu irmão e tio».

Testemunhas: o licenciado Amador de Sousa, Vicente Alves, pe-

dreiro e António Fernandes, criado do referido Pero Leitão todos da dita vila moradores.

Escritura de 23 de Agosto de 1616.

Mesmo livro, fls. 166.

102

Procuração que dá Catarina de Sampaio, solteira, emancipada, a seu irmão Diogo Lourenço de Albuquerque, ora estante em Torres Vedras, para que ele em seu nome possa fazer partilha da fazenda que ficou por morte de Madalena de Sampaio, sua tia, mulher de Manuel Gomes de Moura, moradores que foram em Torres Vedras, de quem ela foi herdeira.

Escritura de 1 de Setembro de 1616.

Mesmo livro, fls. 169.

103

Procuração que dá Joana Trigueiros de Azevedo, «moradora na cidade de lixboa na rua dos fieis de deos» e ora estante em Torres Vedras, nas «pousadas de Acasio Botado Dalmeida juiz dos direitos reais em esta ditta villa» a Belchior Fernandes Gago, morador em Coimbra, para que este em seu nome «possa cobrar e arrecadar oito mil res de renda que ella constetuinte tem na ditta çidade em huns fornos que estão a samta justa foreiros a ditta casa (Misericórdia) e asim mais quatro mill res de humas casas na mesma çidade que outrosim tem arrendadas e asim tudo o mais que lhe deuerem per qualquer uia ou resaõ que seia».

Testemunhas: Francisco do Rego Gorjão, Acasio Botado de Almeida e Baltasar Vaz, todos em Torres Vedras moradores.

Escritura de 10 de Setembro de 1616.

Mesmo livro, fls. 176 verso.

104

Procuração que concedem Diogo Rebelo, «capitaõ delRey noso sñor» e sua mulher Beatriz Machado e outros, moradores no Turcifal, termo da vila de Torres Vedras, ao licenciado Manuel de Macedo, advogado em Lisboa, para efeito de uma causa que trazem contra António Pereira, morador na dita cidade.

Escritura de 14 de Setembro de 1616.

Mesmo livro, fls. 178 verso.

105

Procuração que concedem António Godinho da Cunha, morador em Torres Vedras, e seu cunhado Rodrigo de Oliveira, «estante na ditta uilla», ao doutor Domingos Dias Pinheiro», «auogado na corte e casa da supplicação da cidade de Lixboa», para que este em seus nomes possa «requerer toda sua justiça em huma causa que lhe moue Ruy da Silua como erdeiros do licenciado Antonio douliueira dafonseca ...».

Testemunhas: Martim Barreto de Pina, escrivão dos órfãos em cujas pousadas foi celebrada a escritura, Manuel do Rego de Magalhães e João Trigueiros, todos moradores na vila de Torres Vedras.

Escritura de 17 de Setembro de 1616.

Mesmo livro, fls. 183.

106

Transacção e amigavel composição que fazem Nicolau Manrique de Andia, fidalgo da Casa de Sua Magestade, morador na vila de Torres Vedras, em seu nome e como procurador de D. Belchior de Buitrago, «capptam da torre de outam e de dona Francisca da Nobrega sua molher moradores na ditta torre», e Pero Franco da Nobrega, morador na cidade de Lisboa, em seu nome e como procurador de Margarida Calado da Cunha e Gião Teixeira e sua mulher Inês da Nobrega, relativamente à partilha dos bens que ficaram por morte de João de Torres, seu pai e sogro e de Maria Franco, sua mãe e sogra.

Testemunhas: Francisco Ferreira, porteiro das jugadas e Baltazar Vasques, criado do tabelião, ambos moradores em Torres Vedras.
Escritura de 19 de Setembro de 1616.

Mesmo livro, fls. 184.

107

Composição amigável e transacção entre António Godinho da Cunha e Rodrigo de Oliveira, seu cunhado, moradores em Torres Vedras, e sua irmã Maria de Azevedo, mulher do dito António Godinho, os quais herdaram por morte de seus pais, no reino do Algarve, metade de uma quinta chamada da Gomeira, situada no termo da cidade de Tavira.

O pai de Rodrigo de Oliveira era o licenciado Antonio de Oliveira da Fonseca.

Escritura de 1 de Outubro de 1616.

Mesmo livro, fls. 188 e 189.

108

Venda que faz «Antão do Reguo fidalguo de cota darmas e morador na uilla de Sintra», por seu procurador Pero da Rocha da Silva, morador na Ponte do Rol, termo da vila de Torres Vedras, de umas casas e quintal, situadas no dito lugar, pelo preço de 28\$000 reis salvo da sisa e mais custas para o vendedor, a Maria Botado, «dona veuua», moradora no referido lugar da Ponte do Rol.

As citadas casas «eraõ de Antonio Borges do Reguo e de João do Reguo e de Bartolomeu do Reguo irmãos d'elle Antão do Reguo de que era tutor e ouue prouisons de sua magestade pera as uender», porque «elles todos tres querem ir este anno de seisçentos e sinco as partes da India nas naos de uiagem a seruir a uossa megestade e porque sam pessoas nobres que aõ mister auiaem-se daqui em diante a custa de suas legitimas que tem em o termo de Cascais e em o de Torres Vedras ...».

Testemunhas: Manuel de Freitas e Rafael Botado e Domingos Alves, lavrador, todos moradores na Ponte do Rol.

Escritura de 13 de Outubro de 1616.

Mesmo livro, fls. 195.

109

Renuncia de Arcangela da Silveira, moradora no lugar do Gradil, termo de Torres Vedras, filha de Jorge Pedroso de Matos e de sua mulher Beatriz de Carvalhosa, dos bens que por qualquer via lhe podiam ficar dos ditos seus pais, a favor de suas irmãs Francisca e Isabel, pois quer ser freira, para o que já está dotada por seu pai.

Tinha 25 anos e suas irmãs 18 e 15, respectivamente.

Escritura de 5 de Dezembro de 1616.

Livro de 5 de Setembro de 1616 a 23 de Maio de 1617, fls. 1.

110

Procuração de Isabel Travassos, mulher de Sebastião de Almeida de Seixas, «capitão del Rey nosso senhor», moradora em Torres Vedras, ao dito seu marido, para efeito de poder arrendar, trocar, escambar, dividir e apartar toda a sua fazenda.

Escritura de 4 de Março de 1617.

Mesmo livro, fls. 83 verso.

111

Procuração de Marta de Jesus, moradora no lugar da Setinheira, termo de Torres Vedras, a seu irmão Melchior de Brito da Grã e a seu cunhado Manuel Teixeira, moradores em Lisboa, para que estes em seu nome possam receber 10\$000 rs. de tença na Alfandega de Lisboa.

Escritura de 20 de Março de 1617.

Mesmo livro, fls. 103 verso.

112

Procuração de Sebastião de Almeida de Seixas, «capitam de sua magestade», morador em Torres Vedras e de sua mulher Isabel Travassos, a Diogo da Cunha, ouvidor geral na India e a António Dias do Amaral, ambos moradores em Gôa, para estes em seus nomes arrecadarem e cobrarem toda a fazenda que lhes ficou por morte de Afonso Camelo, pai e sogro dos sobreditos, morador que foi em Cochim.

Escritura de 2 de Março de 1617.

Mesmo livro, fls. 104.

113

Quitação que concedem Leonor Cabreira, Maria Cabreira e Camila Frois, todas três irmãs e moradoras em Torres Vedras, de 21\$000 rs. que receberam de Cosme da Costa de Albuquerque, morador em Lisboa, que este a seu mandado entregou a Juliana de Sousa, viuva, moradora também em Lisboa, na Rua da Horta Seca.

Esta importancia tinha ele recebido, em nome delas outorgantes, por provisão de El-Rei.

Escritura de 28 de Março de 1617.

Mesmo livro, fls. 110.

114

Procuração de Filipa de Vasconcelos, filha de Bartolomeu Perestrelo, fidalgo da Casa Real e irmã de Manuel Perestrelo, outrossim fidalgo da Casa Real, moradores ambos na quinta de Ermigeira, termo de Torres Vedras, a sua irmã Violante de Vasconcelos, freira professa em Santa Mónica de Lisboa, para que esta possa cobrar 14\$000 rs. que tem de tença no Paço da Madeira, os quais paga Cosme Dias Lobo, ou quem seu cargo servir.

Escritura de 6 de Maio de 1617.

Mesmo livro, fls. 127 verso.

115

Procuração de Manuel Perestrelo, fidalgo da Casa Real, morador na sua quinta da Ermigeira, a Francisco Neto, morador no dito lugar da Ermigeira, para que este em seu nome possa tomar posse de uma herdade no termo da vila do Torrão, onde chamam Odivelas, que lhe ficou por morte de seu irmão Pero Perestrelo, de quem foi universal herdeiro.

Escritura de 6 de Maio de 1617.

Mesmo livro, fls. 125.

116

Dote de Ana Travassos, viuva do licenciado António Teixeira de Freitas, moradora em Torres Vedras, para efeitos de casar sua filha Maria Cerveira de Freitas, com Brás de Aguiar Semedo, morador no lugar da Louriceira, termo da dita vila, de vários bens de raiz situados nesta vila e no lugar de S. Gião e mais a terça dos bens que ficaram por morte do referido seu marido.

Dotou, ainda, a noiva com os seguintes bens moveis: «Huma meada douro com seu Rilicario douro em corenta mil res huma pesa douro em quatro mil res dous pares de pilicanas dorelhas em sinquo mil res e seis aneis de ouro em seis mil res hum crusificação douro em sinquo mil res dous Rilicairos douro em quatro mil res huma crus douro em dous mil res hum Ramal de corais grandes com seus estremos douro e crus douro em des mil res outro Ramal de corais pequenos com seus estremos douro em dous mil res huma duzia de colheres de prata em dose mil res meia duzia de garfos de prata em seis mil res hum saleiro de prata em oito mil res huma salua de prata em des mil res hum saio de uelludo em uinte e sinquo mil res duas sais de setim em uinte mil res dous Corpinhos de setim em dous mil hum gibaõ de cortte doiro em des mil res hum saio de tafetta pretto em quatro mil res hum gibaõ de tafetta pretto em dous mil res e meia duzia de giboins brancos em sinquo mil res hum uestido de pano em des mil res dous mantos em des mil res dous manteos em des mil res dous manteos uermelhos em

oito mil res huma mantilha de setim preto com hum pasamane de prata arroda em tres mil res hum chapeo em mil res duas dusias de toalhas de cabeça em des mil res tres arcas encoiradas em seis mil res e tres arcas de pao em tres mil res hum caixaõ da India em seis mil res hum escrittorio em sinquo mil res hum bofette em dous mil res huma menza mil res meia duzia de cadeiras em sete mil res huma armaçaõ de guomedesins em dose mil res duas almofadas de seda em dous mil res duas alcatifas em uinte mil res seis colchoins de linho em doze mil res duas colchas branquas em oitto mil res dous cobertores barrados em noue mil res dous cobertores branquos em quatro mil res duas duzias de lençois de linho em uinte e quatro mil res huma duzia de toalhas menza em quinze mil res tres duzias de guardanapos em sinquo mil res duzia e meia de toalhas de mãos em seis mil res huma duzia de traueseiros embronhados em uinte mil res huma duzia de almofadinhas emfronhadas em seis mil res hum pauilhaõ em des mil res humas cortinas de leito em des mil res duas toalhas de janella de rede em sinquo mil res».

Dotou-lhe mais a ela futura noiva, «des mil res que tem de sua magestade de tença».

O noivo Brás de Aguiar Semedo, disse «que elle aseitaua ho dito dotte e que conforme a calidade de sua pessoa não tendo filhos lhe da e dotta de arras quinhentos cruzados e declararaõ ella dottadora e elle futuro noiuo que não avendo filhos dantre ambos a ora de sua morte saira cada hum com sua fazenda e avendo aqueridos os partiraõ».

Testemunhas: o licenciado Amador de Sousa, advogado, o padre Francisco Lopes e João Trigueiros Semedo, moradores em Torres Vedras.

Escritura de 13 de Maio de 1617.

Mesmo livro, fls. 128 verso.

117

Ratificação que faz Brás de Aguiar Semedo, morador no lugar da Louriceira, termo de Torres Vedras, da doação que havia feito a sua irmã Beatriz de Aguiar, das legitimas que por morte de seu pai e mãe «lhe coube onde quer que fosse auidas e achadas as quais lhe daua so em sua uida e que elle por este publico estromento de sua liure uontade da as dittas suas legitimas a ditto sua irmã pera sempre e não quer

dellas cousa alguma pera o que obrigou sua pessoa e bens e em tudo se sobmete a ditta escritura de doação».

Testemunhas: Baltasar Vasques, criado do tabelião e Manuel Nunes, ambos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 27 de Maio de 1617.

Livro de 23 de Maio de 1617 a 13 de Agosto de 1617, fls. 15.

118

Procuração que dá Catarina de Carvalho da Cunha, irmã de António Madeira da Cunha, juiz dos orfãos da vila de Torres Vedras e nela moradora, a Pero Pereira Seco, morador em Lisboa, para que este em seu nome possa receber 10\$000 reis de tença que ela tem no almoxarifado de Setubal.

Escritura de 2 de Junho de 1617.

Mesmo livro, fls. 22 verso.

119

Dote que faz Baltasar Luis Homem, morador na quinta da Ribeira de Maria Afonso, termo de Torres Vedras, de 2.000 cruzados em bens de raiz, a seu filho Belchior Homem de Carvalhosa.

Escritura de 21 de Junho de 1617.

Mesmo livro, fls. 27.

120

Procuração que concedem Manuel da Ponte Trigueiros e sua mulher Ana Nogueira da Costa, moradores em Torres Vedras, a seu cunhado e irmão Rui da Costa Dornellas, morador em Sintra, para que este em seus nomes possa arrendar «por tempo de noue annos compridos e acabados as suas casas que elles constetuintes tem na çidade de Lisboa ao pe da calçada de Saõ Francisco», pela quantia de 23\$500 reis em que «elles tem dous quinhoins e elle seu procurador hum».

«O qual arrendamento das dittas casas se fara a Joanna Lopes Davilla donna veuua moradora na ditto çidade».

Testemunhas: Belchior Dias, sapateiro e Baltasar Vasques, criado do tabelião, ambos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 8 de Julho de 1617.

Mesmo livro, fls. 53.

121

Em nome de Deos amen saibaõ quantos este estromento de transaução e amigauel composisaõ como em derecho milhor possa e deua ser uirem que no anno do nasimento de noso snor ihus xpo de mil e seiscentos e desasete annos em onze dias do mes de Julho do ditto anno nesta villa de torres uedras e cazas de Joaõ Leitaõ Trigueiros estando elle ahi presente e Maria Godinha sua molher na ditto uilla mordores e por elles foy ditto a mim tabaliaõ perante as testemunhas aodiente nomeadas que era uerdade que antres elles e Maria Trigueiros da Rocha sua may e sogra e Isabel da Rocha sua irmã e cunhada auia algumas duuidas sobre hos bens que ficaraõ sobre digo por morte e faleçimento de Diogo Ribeiro pay delles Joaõ Leitaõ e Isabel da Rocha primeiro marido della Maria Trigueiros da Rocha e asim sobre os bens de Joanna Leitoa e de Lianor Lopes e os bens de Ilaria Ribeira mai e tia e irmã delle Diogo Ribeiro para cazar com ha ditto Maria Trigueiros e porque antre os dittos bens ha sertos bens com obrigaçoins de misas que som duas moradas de casas humas asima da igreia de santiago e outras na rua direita e asim huma terra a sam folgado (?) cujas insti-tuiçoins se ofereceraõ e asim sobre hum moinho no Cabasso termo desta uilla e sobre todos e quaisquer bens que estejaõ por partir e rendimen-tos delles e sobre os alimentos que a ditto sua may lhe pede de uinte e mais annos pello que diseraõ que por serem as dittas causas antre taõ chegado parentesco de mai e irmãos e desejarem quietação e escusarem demandas se uieraõ a conserto de tal maneira que elles se comprometaõ e louuauaõ pera auer de julgar determinar sentençar todas has dittas duuidas o lecenceado Francisco Correa prior de s. migel desta uilla pera que elle determine os bens que saõ de capella e se se ande

tornar por istimação ou se não ande emtrar em partilhas asim cazas como terras e todas as mais cousas e duuidas que antre elles partes aja e tudo o por elle detreminado semtenseado auerem por bom firme e ualiozo em juizo e fora delle e cada qual quer da partte que contra esta escretura for depozitara em a mão da outra que por ella estiuer tudo o que lhe uier de mão dado em hum so pagamento em dinheiro de contado e quer se faça ho ditto deposito quer não sempre se comprira este comtrato e tudo o feito pello ditto prior se cumprira imteiramente sem duuida embago algum e de tudo o que julgar ho ditto prior poderaõ as parttes tirar folha e tomar posse por uertude della em ffe do que asim o outorgaraõ e mandaraõ ser feito este estromento de transaução e amigauel composisaõ nesta nota e della dar os traslados nesessarios que pediraõ e aseitaraõ e eu tabaliaõ como pesoa publica estepulante e aseitante pedi e aseitey em nome quem tocar ausentes e a ditta Maria Trigueiros e Isabel da Rocha daraõ sua outorgua neste estromento testemunhas que a todo foraõ presentes Luis Alues boticairo desta uilla que asinou a roguo da ditta Maria Godinha por não saber escreuer e foraõ mais testemunhas Bras Fernandes laurador e morador em monte de Rey pequeno e Baltezar Vasques criado de mim tabeliaõ que todos aqui asinaraõ com ho ditto Joaõ Leittaõ o qual asinou nesta notta e eu tabaliaõ dou fee serem elles parttes os propios Antonio dos Rios tabaliaõ de nottas na ditta uilla o escreui e em cazo que elles parttes queiraõ auer prouisaõ de sua magestade elles ajaõ por sopridas pera ualidade deste contrato testemunhas as sobredittas. Antonio dos Rios tabaliaõ de nottas na ditta uilla o escreui.

Mesmo livro, fls. 54.

122

E logo no ditto dia mes e anno atras declarado nesta uilla de torres uedras e pousadas de mim tabaliaõ estando presentes Maria Trigueiros da Rocha e Isabel da Rocha sua filha comteudas e declaradas na escretura asima e atras de transaução as quais eu tabaliaõ perante as testemunhas aodiente nomeadas li e declarei a ditta escretura atras e depois de lida e por ellas bem entendida deseraõ que a ella dauaõ sua outorgua

e aiuaõ por bom firme o ualiozo tudo o que pello ditto prior for feitto e detreminado sentençado pera o que se sometem a ditto escretura e clausullas della de que mandaraõ ser feitto este estromento de outorga que pediraõ e aseitaraõ e eu tabaliaõ como pessoa publica estepulente e aseitante pedi e aseitey em nome de quem tocar ausentes testemunhas que a todo foraõ presentes Baltezar Vasques criado mim tabaliaõ e Luis Alues boticairo que asinou a Rogo da dita Isabel da Rocha por naõ saber escreuer e a ditto Maria Trigueiros asinou per sua maõ e lletra pello saber fazer e eu tabaliaõ dou ffe serem elles os propios. Antonio dos Rios tabalião o escreui.

Mesmo livro, fls. 55.

123

Composição e amigavel transacção entre Manuel Gomes de Moura, morador em Torres Vedras e António de Oliveira, morador em Viana de Alvito, sobre a demanda que traziam acêrca de certos bens que ficaram por falecimento de Madalena de Sampaio, mulher que foi do dito Manuel Gomes e tia de Leonor da Fõnseca, mulher do referido Antonio de Oliveira, bens que a esta pertenciam por virtude de testamento.

Escritura de 13 de Julho de 1617.

Mesmo livro, fls. 55 verso.

124

Procuração que dá Maria da Rocha, moradora na vila de Torres Vedras, mulher de Gabriel Gomes do Quintal, «estante nas partes da india», a seu cunhado Francisco Gomes da Silveira, morador outrossim na dita vila, para que este em seu nome, «possa cobrar e arecadar todos e quaisquer bens que o ditto seu marido lhe mandar da india asim escrauos como outras quaisquer pessas que sejaõ e lhe pertenção a elle outorgante per qualquer uia e rezaõ que seja».

Testemunhas: Belchior Vasques, criado do tabelião e Pero Henri-

ques, dizimeiro da igreja de S. Miguel, todos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 1 de Outubro de 1617.

Livro de 31 de Agosto de 1617 a 5 de Dezembro de 1617, fls. 44 verso.

125

Perdão que concedem Pedro Alves, *o motta* e sua mulher Catarina Alves, moradores na vila de Torres Vedras, a Jorge da Silva de Lima, filho familias de João Gomes Leitão e de sua mulher Guiomar da Silva, na mesma vila moradores, o qual era acusado de matar a tiro de espingarda, o filho dos sobreditos por nome de João Alves, *o motta*, pois o agressor fora este, que constantemente provocava o arguido e se atravessava no seu caminho para o matar, isto apesar dos muitos favores que ele e sua familia deviam ao referido João Gomes Leitão e sua mulher.

Escritura de 4 de Fevereiro de 1620.

Livro de 3 de Fevereiro de 1620 a 24 de Julho de 1620, fls. 3 verso.

126

Venda que fazem João Botelho de Lemos, fidalgo de Sua Magestade e seu capitão na vila de Torres Vedras e seu filho Francisco Botelho de Lemos e Francisco Machado, de uma terra sita na Abelheira, limite do lugar da Feliteira, termo da citada vila, a João Salema, fidalgo da Casa Real, morador em Lisboa, outorgando por este seu procurador Alvaro da Vaza, tambem fidalgo da Casa Real, morador no lugar do Turcifal.

Escritura de 7 de Fevereiro de 1620.

Mesmo livro, fls. 5.

127

Fiança que concedem Rodrigo de Oliveira da Fonseca, capitão de infantaria, na vila de Torres Vedras e sua mulher Helena de Sousa, a

Antonio de Campos, para este poder tomar as rendas das correntes da dita vila.

Escritura de 23 de Fevereiro de 1620.

Mesmo livro, fls. 21 verso.

128

Fiança que concedem Alvaro da Rocha de Gouveia e sua mulher Beatriz Henriques, moradores na sua quinta da Portuxeira, termo da vila de Torres Vedras, a António Coelho de Brito, morador no Turcifal do dito termo, para este poder servir de almoxarife das terras de Pailepa, pertencentes ao duque de Bragança.

Escritura de 24 de Março de 1620.

Mesmo livro, fls. 38.

129

Aforamento e emprazamento «em uida de tres pessoas» que faz a Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, representada pelo seu provedor Manuel do Rego de Magalhães e pelos mesários Gaspar Cardoso, Gabriel Botado, Simão Marinho de Sá, Manuel Antunes Marinho, João Trigueiros Pereira, Antonio Alves, Luiz Fernandes Saldanha, Baltasar Fernandes, Rodrigo de Oliveira e Pero Henriques, de «huma terra de uarzea de pam lauradissa que esta no lemitte de Ramdide outrosim termo desta villa omde chamaõ o porto do carro», a Antão Jorge, «laurador e morador no porto da serpegeira termo desta dita villa» e a sua mulher Maria Antunes, pela renda em cada ano de 15 «alqueires de trigo mocho bom limpo e de reseber do melhor e mais limpo que deos na ditta terra der».

Testemunhas: Belchior Dias, sapateiro, Fernão Carvalho e Domingos João, albergueiro da Santa Casa, todos moradores na dita vila.

Escritura de 5 de Abril de 1620.

Mesmo livro, fls. 57.

130

Procuração que concedem Guiomar Trigueiros e suas irmãs Ana Trigueiros e Maria Trigueiros, maiores de vinte e cinco anos, moradoras na vila de Torres Vedras, a seu cunhado Afonso de Tavira, morador em Lisboa, para que este em seus nomes possa vender e arrecadar toda a fazenda que elas têm nesta cidade, naquela vila e em qualquer outra parte.

A escritura foi celebrada em casa de Doroteia Trigueiros na vila de Torres Vedras, aos 14 de Junho de 1620.

Mesmo livro, fls. 107 verso.

131

Venda que fazem Cristovão Pato Henriques, cavaleiro-fidalgo e sua mulher Leonor Trigueiros de Barros, moradores em Torres Vedras, de uma terra de pão, pelo preço de 15\$000 rs. a Marcos Francisco.

Escritura de 7 de Agosto de 1620.

Livro de 27 de Julho de 1620 a 27 de Novembro de 1620, fls. 30.

132

Procuração que concedem Alvaro da Vaza, fidalgo da Casa Real, morador no Turcifal e sua mulher Catarina de Abreu, ao licenciado Manuel Ribeiro e a António Roiz, alfaiate, moradores em Lisboa, para que estes em seus nomes possam procurar, requerer, alegar e defender todo o direito e justiça, em quaisquer demandas ou causas que eles tenham, e especialmente em uma demanda que ora lhes move Catarina de Abreu, dona viuva, moradora em Lisboa e noutra que lhes move o licenciado Santos do Rêgo, seu cunhado e irmão dela Catarina de Abreu, moradores em Lisboa.

Escritura de 16 de Outubro de 1620.

Mesmo livro, fls. 89.

133

Venda que faz Lopo de Obidos, morador na vila da Batalha, e ora estante em Torres Vedras, nas pousadas de Manuel de Carnide, em seu nome e no de sua mulher Mónica Guilherme, de umas casas sobradadas e terras, sitas em Torres Vedras, na rua do Espírito Santo, ao padre António Palmeiro, beneficiado na igreja de Santiago da dita vila, pelo preço de 13\$000 rs.

Testemunhas: Francisco do Rego Gorjão, juiz dos Direitos Reais na vila de Torres Vedras e Manuel de Carnide.

Escritura de 17 de Outubro de 1620.

Mesmo livro, fls. 90 verso.

134

Fiança e abonação que concedem Alvaro Chamorro e sua mulher Maria Godinho, moradores em Torres Vedras, a Ana de Vasconcelos, viuva, moradora no Turcifal, tutora de seus filhos João Rebelo e Joana, por terem falecido os anteriores abonadores António Godinho de Abreu e sua mulher Francisca Leitão, a fim de que o juiz dos orfãos lhe entregasse os bens dos ditos seus filhos menores e tutelados.

Escritura de 19 de Outubro de 1620.

Mesmo livro, fls. 93 verso.

135

Procuração que dá Mariana de Lemos, viuva, moradora em Torres Vedras, a seu irmão Francisco Botelho, para que este em seu nome possa vender as casas em que vive, na rua das Olarias, às pessoas que quizer e pelos preços que lhe bem parecer.

Escritura de 19 de Outubro de 1620.

Mesmo livro, fls. 95 verso.

136

Distrate de um retro que faz Francisco do Rego Gorjão, juiz dos Direitos Reais na vila de Torres Vedras, em nome e como procurador



de Beatriz Dias Caldeira, viuva de João Trigueiros, que havia feito o dito retro a João de Torres e a sua mulher Maria Franca, por cujo falecimento ficou ao genro destes Gião Teixeira, juiz das valas de Torres Vedras.

Escritura de 22 de Outubro de 1620.

Mesmo livro, fls. 96 verso.

137

Substabelecimento de procuração que faz Maria da Rocha Trigueiros, moradora em Torres Vedras, mulher de Gabriel Gomes do Quintal «estante nas parttes da India», a seu genro Pero de Sousa de Sequeira, escrivão das Sete Casas da cidade de Lisboa, para que este «possa cobrar e arrecadar de Francisco Tibao» a quantia de 48\$000 reis ou o que na verdade se achar.

A procuração havia-lhe sido concedida por Jorge Vaz de Rebelo, morador na cidade de Chaul e outorgada nas notas de Francisco de Seixas, tabelião delas na referida cidade, aos 3 de Fevereiro de 1620.

Testemunhas: António Fernandes, cutileiro e Simão Fernandes, trabalhador, ambos mordores em Torres Vedras.

Escritura de 28 de Novembro de 1620.

Livro de 28 de Novembro de 1620 a 13 de Março de 1621, fls. 2 verso.

138

Procuração que dá Isabel Henriques, «que nunca cazou», moradora no lugar da Azueira, termo de Torres Vedras, a seu sobrinho Francisco Henriques, fidalgo da Casa Real, morador em Lisboa, para que este em seu nome possa requerer em todos os Juizos, assim eclesiasticos como seculares, em que ela for autora ou ré e em partilhas que se hão de fazer entre ela e outras pessoas.

Assinou a rogo de Isabel Henriques, por estar quase cega, o licenciado Antonio Martins de la Pax, clérigo de missa, morador na Azueira.

Escritura de 29 de Dezembro de 1620.

Mesmo livro, fls. 28 verso.

139

Procuração que dá Maria da Rocha Trigueiros, mulher de Gabriel Gomes do Quintal, estante nas partes da India, moradora em Torres Vedras, a seu genro Pero de Sousa de Sequeira, morador em Lisboa, escrivão das Sete Casas da mesma cidade, para que ele em seu nome possa cobrar e receber todas as dividas que tenham para com ela, bem como todas as cousas que lhe venham da India.

Escritura de 2 de Fevereiro de 1621.

Mesmo livro, fls. 58.

140

Amigável composição e rectificação de compromisso, entre António Madeira da Cunha, cavaleiro professo da Ordem de Santiago, em seu nome e no de seu filho Roque Madeira, menor, e o licenciado João Baptista, advogado na vila de Torres Vedras e Serafina Henriques, cunhada do dito António Madeira, acerca das partilhas dos bens que ficaram por morte de Duarte Vaz Trigueiros, sogro, avô e pai dos sobreditos.

As partilhas estavam sendo feitas pelo dr. Roque da Silveira, mas não puderam ser concluidas por este «por estar ocupado com negoseos de sua magestade», pelo que foi o caso entregue ao dr. Francisco Correia, prior da igreja de S. Miguel de Torres Vedras.

Escritura de 15 de Fevereiro de 1621.

Mesmo livro, fls. 102 verso.

141

Outorga que deu Mariana de Sequeira, mulher de António Madeira da Cunha, à escritura acima. Em 15 de Fevereiro do mesmo ano.

Mesmo livro, fls. 103 verso.

142

Outorga que deu Serafina Henriques, à referida escritura. Em 15 de Fevereiro do mesmo ano.

Mesmo livro, fls. 104.

143

Venda que faz Simão Marinho de Sá, fidalgo da Casa Real, morador em Torres Vedras, de uma morada de casas no lugar da Louriceira, termo da dita vila, que houve por morte de sua mulher Antónia Pedrosa de Faria, as quais vende por 30\$000 rs. a Braz de Aguiar Semedo. Escritura de 15 de Fevereiro de 1621.

Mesmo livro, fls. 105 verso.

144

Procuração que concedem Antónia de Lara, viuva de Fernão Martins de Sousa, moradora na Ericeira, a Baltazar de Jesus, padre terceiro da Ordem de S. Domingos e a Nicolau de Orta Rebelo e na ausencia destes a João Simões de Carvalho, irmão do padre António Simões, moradores todos em Gôa, e a João Pereira Semedo, capitão de Mombaça e em ausencia de todos os sobreditos à Santa Casa de Misericórdia de Gôa, provedor e irmãos dela, aos quais dá comprido poder e mandado especial, para que possam em seu nome cobrar e arrecadar em todas as partes do Estado da India, tudo o tocante e pertencente a Fernão Martins de Sousa, seu filho que nas ditas partes faleceu, casado que foi com Maria de Azevedo, filha de Manuel de Azevedo, morador em Chaul.

Escritura de 4 de Março de 1621, outorgada no lugar da Loubagueira dos Lobatos, termo de Torres Vedras.

Mesmo livro, fls. 120.

145

Procuração que dá Antónia de Lara, moradora na Ericeira, a seu filho Fernão de Sousa, morador em Torres Vedras, para que este em seu nome possa procurar, requerer, alegar e defender, todo o seu direito e justiça nos Juizos deste Reino, assim eclesiasticos como seculares e outrossim requerer a Sua Magestade os serviços de seu filho Fernão Martins de Sousa, que morreu nas partes da India.

Escritura de 4 de Março de 1621.

Mesmo livro, fls. 122.

146

Procuração que dá Roque Madeira da Cunha, morador em Torres Vedras, filho de António Madeira da Cunha, cavaleiro do hábito de Santiago, a seu pai, para que em nome de ambos possa «uender, escaimbar, diuidir e apartar uinte cruzados de foro» que lhe paga Catarina Serrão dos Rios, mulher que foi de António Gonçalves de Avelar, nas azenhas e vinhas e pinhais que estão no lugar da Fontegrada, termo de Torres Vedras.

Escritura de 4 de Março de 1621.

Mesmo livro, fls. 123 verso.

147

Procuração que dá Margarida da Rocha, mulher de João da Fonseca Tagarro, morador no Turcifal, ao dito seu marido, para que este em seu nome possa vender toda a fazenda de raiz havida e por haver, às pessoas que quizer e pelos preços que lhe bem parecer.

Escritura de 6 de Março de 1621.

Mesmo livro, fls. 129 verso.

148

Dote de património que fazem Leonel de Brito, fidalgo da Casa Real, morador na sua quinta do Arneiro, termo da vila de Torres Vedras e sua mulher Joana de Gouveia, a seu filho Francisco Pereira de Brito, «que ora se queria ordenar pera a tirimidade e que tendo efeito e sendo clérigo ...»

Escritura de 30 de Abril de 1621.

Livro de 13 de Março de 1621 a 18 de Julho de 1621, fls. 37.

149

Procuração que concedem António Godinho da Cunha e sua mulher Maria de Azevedo, moradores na vila de Torres Vedras, a Rodrigo de

Oliveira de Vasconcelos, morador em Tavira, Reino do Algarve, para que este possa cobrar, arrecadar e às suas mãos haver, toda a fazenda movel e de raiz que lhes pertencer no Algarve, assim a que ficou por morte de Violante Cabral, como a que herdaram por morte do licenciado António de Oliveira da Fonseca, respectivamente, mãe e pai dela dita Maria de Azevedo.

Escritura de 20 de Maio de 1621.

Mesmo livro, fls. 75 verso.

150

Procuração que dá Maria da Silva, viuva, moradora na vila de Torres Vedras, a seu filho Agostinho da Rocha, mancebo solteiro e com ela morador, para que este em seu nome possa cobrar e arrecadar «todas as moradias que sua magestade estaua deuyendo a seu pay Pantalhão de Souza morador que foy nesta ditta uilla cuja erdeira ela consteinte foy» e porquanto ela quer mandar «ao ditto seu filho seruir a sua magestade nesta armada e noutras», para o que ele poderá requerer o pagamento de tais moradias», assinando na folha e mais partes onde comprir e necessario for».

Escritura de 18 de Julho de 1621.

Mesmo livro, fls. 133.

151

Procuração que concedem Antónia de Lara, viuva de Fernão Martins de Sousa e suas filhas Leonor de Sousa e Juliana de Sousa, solteiras, maiores de vinte e cinco anos, moradoras na vila da Ericeira, ao licenciado Rui Gonçalves de Sequeira e a Jeronimo de Azedias, moradores na cidade de Lisboa, para que estes em seus nomes possam requerer todo o seu direito e justiça em todas as causas movidas e por mover e em especial na causa que trazem contra D. João Luiz de Menezes e contra as madres de Odivelas sobre o senhorio da dita vila da Ericeira.

Escritura de 27 de Julho de 1621.

Livro de 19 de Julho de 1621 a 27 de Setembro de 1621, fls., 12.

152

Procuração que dá Rafael Botado de Almeida, capitão de infantaria, «por sua magestade», na vila de Torres Vedras e morador na Ponte do Rol, a seu sobrinho João Botado de Almeida, morador no dito lugar e bem assim a Manuel da Costa, morador em Montemor-o-Novo, para que estes em seu nome, como tutor que é dos filhos que ficaram do licenciado António Pinto, natural da referida vila de Montemor-o-Novo, a saber Manuel Pinto, André Pinto e António Botado, estes todos menores e ainda o dito João Botado, moradores no citado lugar da Ponte do Rol, possam requerer todo seu direito e justiça e assistir às partilhas que na dita vila se hão de fazer por morte e falecimento de Isabel Rois de Brito, mãe do dito licenciado António Pinto.

Escritura de 4 de Agosto de 1621.

Mesmo livro, fls. 19.

153

Renuncia que faz Ana Trigueiros, solteira, maior de 25 anos, moradora em Torres Vedras, dos serviços de seu irmão Diogo Roiz Maciel, falecido nas partes da Índia, os quais herdara de sua mãe Constança Trigueiros, a favor de sua irmã Guiomar Trigueiros, para que esta possa requerer a Sua Magestade a satisfação dos mesmos.

Estiveram também presentes a esta escritura, Doroteia Trigueiros e seu marido Afonso de Tavira e Maria Trigueiros, irmãs e cunhado da referida Ana Trigueiros, os quais disseram que renunciavam igualmente todo o direito que poderiam ter em tais serviços por serem irmãos do dito Diogo Roiz Maciel e os trespassavam nela Guiomar Trigueiros.

Escritura de 13 de Agosto de 1621.

Mesmo livro, fls. 33 verso.

154

Arrendamento que faz Maria de Sampaio, moradora na vila de Torres Vedras, mulher de João Pereira Semedo, capitão da fortaleza

de Mombaça e ora estante nas partes da India, por procuração que do mesmo tinha, feita e outorgada em Lisboa, na freguesia de S. Cristovão, nas casas em que então moravam, aos 17 de Março de 1617, de uma «terra de pam lauradissa que esta no lemitte da Ribeira de bolores termo da dita villa aonde chamaõ a ponte da madeira», pelo tempo de 21 anos e 21 novidades, a Luiz Lopes, morador no Varatojo, pela renda anual de 16 alqueires de trigo e uma galinha, renda que será paga na vespera de Nossa Senhora de Agosto de cada ano.

Escritura de 17 de Agosto de 1621.

Mesmo livro, fls. 45.

155

Venda que faz Diogo de Abreu, cavaleiro da Casa Real, morador na sua quinta da Charneca, termo de Lisboa, como procurador de sua irmã Guiomar de Carvalhosa, solteira, de 25 anos, moradora na Carvoeira, termo de Tôrres-Vedras, de uma terra de pão, que está no limite desta vila, junto a S. João, por preço de 90\$000 reis «em pax e em saluo da siza e mais custas para a dita uenedora», a Francisco Ramalho, Familiar da Santa Inquisição e morador na dita vila de Tôrres-Vedrs.

Escritura de 20 de Agosto de 1621.

Mesmo livro, fls. 58.

156

Fiança depositaria que presta João da Fonseca Tagarro e sua mulher Margarida da Rocha, moradores no lugar do Turcifal, termo de Torres Vedras, a Pero da Rocha da Silva, morador na Ponte do Rol, do dito termo, respeitante aos rendimentos vencidos da legitima «de seu cunhado Luis do Reguo estante nas partes da India», no valor de 80\$000 reis.

Os fiadores hipotecaram e obrigaram para o efeito, «hum cazal que esta no lemite das cardozas termo da uilla de soueral de monte agraço» o qual lhes deixou Antonio da Rocha, no valor de 150\$000 reis.

Testemunhas: Semião de Matos, morador no Turcifal, Antonio Gonçalves, latoeiro, morador na Ponte do Rol e Afonso Fernandes outrossim aí morador.

Escritura de 18 de Novembro de 1621.

Livro de 4 de Abril de 1621 a 6 de Dezembro de 1621, fls. 69 verso.

157

Procuração que dá Maria Botado de Almeida, viuva, moradora na Ponte do Rol, termo da vila de Torres Vedras, a Lino Camelo e a Gaspar Amado, moradores no citada vila, para efeito de subalugar uma terra que na dita vila tem e lhe ficou por morte de seu marido o licenciado António Pinto por umas casas situadas tambem na vila, que em partilhas ficaram a seu filho Manuel, para o que houve provisão régia.

Escritura de 27 de Setembro de 1621.

Livro de 27 de Setembro de 1621 a 10 de Janeiro de 1622, fls. 1.

158

Procuração que concedem Rodrigo de Oliveira da Fonseca, preso na cadeia da vila de Torres Vedras, e sua mulher Helena de Sousa de Faria, ao dr. Amador de Sousa, advogado na dita vila, para efeito deste em seus nomes poder fazer concerto e composição com António Godinho da Cunha e sua mulher Maria de Azevedo, os quais têm pretensão sobre a herança de sua tia Bernarda Cabral e sobre a terça que ficou por falecimento de sua mãe Violante Cabral de Azevedo que coube à dita Maria de Azevedo, sua irmã.

Escritura de 28 de Setembro de 1621.

Mesmo livro, fls. 2 verso.

159

Procuração que dá Angela de Sousa, mulher do dr. Amador de Sousa, advogado na vila de Torres Vedras, ao dito seu marido, para efeito deste em nome de ambos poder assistir às partilhas que se hão de fazer por morte do dr. Franciscô de Sousa, «surgião q̄ foy de sua magestade morador na çidade de Lisboa sogro dela consteuinte».

Escritura de 30 de Setembro de 1621.

Mesmo livro, fls. 7 verso.

160

Venda que faz Nicolau de França de Brito, viuvo, morador em Torres Vedras, cavaleiro-fidalgo da Casa Real e professo do Habito de Cristo, de um olival situado no limite da dita vila aonde chamam o Regato, a Francisco Teixeira, morador tambem na vila, pelo preço de 25\$000 reis, em salvo da sisa para o vendedor.

Escritura de 21 de Outubro de 1621.

Mesmo livro, fls. 50 verso.

161

Dote de casamento de João Botelho de Lemos, «capitão por sua magestade», morador na vila de Torres Vedras, a sua filha Mariana Lobo e de sua primeira mulher Teodosia Lobo, para efeito de casar com Francisco de Carnide, outrossim morador em Torres Vedras, filho de Manuel de Carnide e de sua mulher Joana de Avelar Souto Maior.

Escritura de 25 de Novembro de 1621.

Mesmo livro, fls. 88.

162

Procuração que dá Mariana Lobo, contratada para casar com Francisco de Carnide, a Francisco de Carnide, cavaleiro da Ordem de

Cristo e a Pero de Carnide e a Gaspar de Figueiredo, moradores em Lisboa, para que estes em seu nome possam receber ao dito Francisco de Carnide por seu marido, como manda a Santa Madre Igreja, isto por haver impedimentos e o dito seu pai não poder entrar na vila de Torres Vedras a assistir ao casamento, tendo este de se realizar por procuração na cidade de Lisboa.

Escritura de 26 de Novembro de 1621.

Mesmo livro, fls. 90.

163

Procuração que dá Camila da Silva, moradora na quinta da Atalaia, termo da vila de Torres Vedras, filha de Maria de Vargas e de Jorge Godinho, já falecido, ao dr. Jerónimo de Milão Frago e a António Taveira e ao licenciado João Figueira, moradores em Lisboa, e a Diogo Rebelo, morador no Turcifal, para estes em seu nome receberem por seu marido, na forma da Santa Madre Igreja, ao capitão João Botelho de Lemos, viuvo, morador em Torres Vedras, aonde ao presente não pode entrar.

Escritura de 26 de Novembro de 1621.

Mesmo livro, fls. 91.

164

Testamento de Estevão Franco «capelão delRey e tizoureiro proprietario que foy em sua Real capela da cidade de Lisboa e morador no lugar do Trosifal termo da uilla de Torres vedras».

Manda-se sepultar no jazigo que tem na igreja de Santa Maria Madalena, do dito lugar, junto ao altar de S. João Baptista, onde também está seu pai.

Nomeia por seus irmãos a Madalena das Chagas, que foi freira em Santa Mónica de Lisboa e a D. Tomé de S. João, professo em S. Vicente de Fóra da dita cidade.

Vincula varios bens de raiz em capela, cuja administração nomeia

a sua prima e comadre Madalena Franco, mulher de João Carvalho, moradores no Trucifal. Deixa a seu sobrinho o padre João Carvalho, filho de João Carvalho e de sua dita prima Madalena Franco, vários bens imóveis. Deixa a seu sobrinho Vicente Carvalho, filho dos sobre-ditos vários bens de raiz e mais 20.000 reis em dinheiro. Estipula que a citada capela «andê sempre na geração de minha may Maria Franca que deos aja e em femea gemte de bom uiuer e de legitimo matrimonio».

Nomeia e deixa a sua quinta de Lousa, termo da cidade de Lisboa, foreira à Sé da mesma cidade, a Maria da Torre, filha de sua sobrinha Estácia da Torre e neta de sua prima Inês Pimenta, «a qual Ines Pimenta foi molher de Diogo Uas da Torre todos defuntos e esta Maria filha de minha sobrinha Estácia da Torre a quem deixo a minha quinta he filha de Baltezar Alues moço da camera de sua magestade e seu architetto». Declara que deixa a referida quinta e prazo à dita Maria da Torre por esta ser bisneta de sua avó Madalena Affonso, por cuja morte ficou a seu pai.

Este testamento foi escrito a rogo, por Jorge de Seixas tabelião dos testamentos pela Camara de Torres Vedras, no lugar do Turcifal, aos 24 de Dezembro de 1621 e aprovado no mesmo dia e ano em presença das testemunhas padre Francisco Gorjão de Freitas, que assinou a rogo do testador, Inácio Botelho, Pero Antunes, Manuel de Seixas, filho do tabelião, Simião de Matos e Luis Carvalho, todos moradores no Turcifal.

Em 15 de Janeiro de 1622, por despacho do Juiz de Fóra de Torres Vedras, dr. António Pereira de Sousa, foi o dito instrumento lançado nas notas de António dos Rios, a requerimento de João Carvalho, em nome de sua mulher Madalena Franco.

Mesmo livro, fls. 133.

165

Procuração que dá Mendo de Foios, estudante «ora estante» no convento de Nossa Senhora da Graça da vila de Torres Vedras, «acoutado», a seu irmão João Pereira Botado, morador na Universidade de Coimbra, ao qual concede todo seu livre e comprido poder, para que

ele em seu nome possa procurar e requerer todo seu direito e justiça em uma causa crime e outras quaisquer que tenha movido e por mover.

Testemunhas: Francisco de Seixas Cabreira, morador na vila e João da Fonseca Tagarro, morador no Turcifal.

Escritura de 23 de Junho de 1622.

Livro de 26 de Abril de 1622 a 20 de Setembro de 1622, fls. 60 verso.

166

Procuração que dá Luiza de Vasconcelos, viuva, moradora na quinta do Espanhol, termo de Torres Vedras, a André Ribeiro de Vasconcelos, seu irmão, fidalgo da Casa Real e morador na quinta de Ruberte, termo de Alenquer, para que este em seu nome possa arrecadar e cobrar todas as dividas que lhe a ela devam assim de alugueres de casas, como todas e quaisquer outras.

Escritura de 4 de Julho de 1622.

Mesmo livro, fls. 77.

167

Emprazamento por «dois nove annos» que faz Jorge da Silva, capitão de infantaria, morador na sua quinta da Cadriceira, termo de Torres Vedras, do seu casal da Almeira, junto a Matacães, a André Afonso, lavrador, morador no dito casal.

Escritura de 18 de Agosto de 1622.

Mesmo livro, fls. 106.

168

Procuração que dá Ana da Ponte Trigueiros, moradora no lugar da Ponte do Rol, termo de Torres Vedras, a Sebastião Pinheiro e a Manuel Borges moradores em Lisboa, para que eles em seu nome

possam aceitar uma escritura de emprazamento que lhe quer fazer o convento de S. Vicente de Fora da dita cidade, de um prazo que lhe deixou Filipa Botelho.

Escritura de 22 de Setembro de 1622.

Mesmo livro, fls. 117.

169

Saibaõ quantos este publico estromento de bastante procuração e poder uirem que no anno do nasimento de noso snor jhus xpo de mil seis sentos uinte e dous annos em uinte e sete dias do mes de feue-reiro do dito anno em o lugar do Gradil termo da uilla de Torres uedras na quinta e cazas de Breitis de Carualhoza dona ueuua molher que foi de Jorge Poderozo de Mattos moradora na ditta quinta omde eu tabaliaõ aodiante nomeado fuy estando ahi prezentes a dita Breitis de Carualhoza em seu nome e como tutora de suas filhas Francisca de Carualhosa e Isabel Dalmada e ellas outrosi per si e em seus nomes logo por ellas foi dito a mim tabaliaõ perante as testemunhas aodiante nomeadas que ellas por este publico estromento de seus digo na melhor uia e forma que o derecho permite quer e outorga faziaõ ordenauaõ e emlegiaõ por seus sertos e sofiçientes em todo bastantes e auondozos procuradores ao llecenseado Fernaõ de Mattos de Carualhoza seu filho e irmão juis de fora na çidade de portalegre e bem asim a Jeronimo da Ueiga de Matos morador na çidade de lisboa e a Luis dazeuedo da Silueira seu genrro e cunhado na dita quinta morador e a Alvaro da Ueiga no dito lugar morador e bem asim a Francisco Dias morador na çidade de lisboa ao llecenseado Andre Roiz da Cunha aduogado da caza da supplicaçaõ da çidade de lisboa e ao llecenseado Esteuaõ Barreiros digo Esteuaõ Nunes Barreiros aduogado na uilla de torres uedras e ao llecenseado Amador de Sousa na ditta uilla aduogado e bem asim ao llecenseado Joaõ Roiz de Miranda aduogado na ditta caza da supplicaçaõ admostradores da presente aos quais todos juntamente e a cada hum in solidum diseraõ ellas constituintes dauaõ outorgauaõ sediaõ e traspassauaõ todos seus liures e compridos poderes especiais e gerais quanto de derecho se requiere pera que em seus nomes ...» possam os

ditos procuradores requerer todo seu direito e justiça em todas as causas que elas tenham e possam vir a ter nos juizos seculares e eclesiásticos e em todas as suas acções movidas e por mover, etc.

Escritura de 27 de Fevereiro de 1622.

Livro de 20 de Janeiro de 1622 a 14 de Maio de 1622, fls. 62.

170

«Em nome da santissima trindade padre filho e espirito santo tres pessoas e hum so deos uerdadeiro estando eu *João de Teiue* nesta minha quinta de ual de galego em noue dias do mes de setembro deste presente anno de mil e seis çentos e vinte e hum tendo satenta e seis annos de idade e estando saõ e em todo meu perfeito juizo e emtendimento que deos me deu ordeno pera descargo de minha alma meu testamento e ultima vontade da minha letra por mim asinado pela maneira seguinte: Primeiramente encomendo a minha alma ao padre eterno e lhe peso aia com ela mizericordia por todos os merisimentos de seu unigenito filho jesus xpo nosso snor por suas sacratissimas chagas morte e paixãõ e pela imtersesaõ da gloriozissima maria digo uirgem maria nosa senhora sua may minha particular aduogada como de todos os pecadores e asim pela imtersesaõ dos gloriozos saõ joaõ bautista e santo antonio de padua meus patronos e perpetuos interseores e dos gloriozos apóstolos saõ bertolomeu e santo andré e do serafico padre saõ francisco e da glorioza uirgem e martere santa caterina aos quais santos todos e a meo anjo da guarda me encomendey sempre todos os dias de minha vida e espero na mizericordia deuina que intersedaõ por mim e seiaõ comiguo a ora de minha morte. A santa prouincia darabida me consedeu sepultura na sua caza de nosa snora dos anjos em que tenho feito carneiro para ser sepultado debaixo do altar de santo antonio no qual se ade fazer hum Retabalo do ditto santo em que esteja seu Corpo de uulto o mais paresido que for posiuel ao que esta na sua caza da cidade de lisboa e na taboa se pintaraõ de olio os dous milagres do santissimo sacramento e da Resurreiçaõ do homem que naõ ma diguo declarou que o naõ matar a seu pay do gloriosissimo santo Antõnio porque a ditto caza de nosso snor se

uay fazendo de nouo e esta por cobrir naõ mando loguo fazer o ditto Retabalo e o farei se uiuer ao tempo que a ditta caza se acabe e se primeiro faleser a meus filhos pesso e emcarreguo muitto o mandem fazer muito perfeito como lho mereso em amor e onrra da criasaõ que lhes dey e ser despeza obligatorea a onrra a que saõ obrigados e de pouca importansia por ser o dito Retabalo pequeno porem seia muito perfeito e tanto que deos for seruido leuar-me da uida presente meu corpo sera enterrado na dita sepultura e o enterro sera com a desencia que pera digo parecer a minha molher e a meus filhos que se acharem presentes a Respeito de suas possibilidades e eu o naõ declaro e ordeno particularmente por uiuer neste monte e pertender morrer nele aonde se ade acomodar tudo o que a terra da de si e naõ sendo a ygreija acabada ao tempo de meu falesimento serei sepultado na ygreija uelha por depozito pera serem meus osos mudados a ditta minha sepultura. Meu corpo se enterrara vistido no abito da ditta prouincia de que sou irmaõ e em sima o manto da ordem de noso snor ihus xpo de que sou comendador; falesendo nesta minha quinta se chamara a irmandade de santa mizericordia da villa de Torres uedras de que sou irmaõ e a sua tumba pera ser nela leuado meu corpo a sepultura e se pedira aos senhores prouedor e irmaõs uzem comigo esta caridade de mizericordia que lhes pesso e se lhes daraõ de esmola oito mil res e assim se chamara o conuento de santo Antonio de uaratojo pera acompanhar meu corpo e se lhes dara outros oito mil res de esmola e porque sou irmaõ da ordem e seu bemfeitor confio que me faraõ esta caridade e no dito mosteiro se diraõ tres offiços de uespera e tres nocturnos e tres missas cantadas nelles e se diraõ mais nos dias em que se disserem o ditos tres offiços todas as misas dos saserdotes do dito conuento e seraõ todas as chagas sacratissimas de noso snor jhus xpo com Responsos pera que pelos infinitos meriçimentos delas e intolerantes dores que padeseo ajaõ mizericordia com a minha alma e estes tres offiços se diraõ nas tres semanas seguintes depois do meu enterro sem se esperar mes nem ano como se jeralmente costuma e se pagara aos padres pelos ditos tres offiços e missas a esmola Custumada antes mais que menos afora a sera nesessaria que parecer a minha molher e a meus filhos que se acharem ao tal tempo presentes e se acazo faleser em lisboa se diraõ os dittos tres offiços

e missas no conuento de são francisco da dita sidade ou no de enxobregas ou no de jhus e assim se diraõ mais por minha alma trinta e tres missas Rezadas ã onrra e louuor dos annos que noso snor jhus xpo andou neste mundo em Carne pela saluasaõ humana e assim mais se diraõ sesenta e tres misas Rezadas em louuor dos annos da glorioza virgem nosa diguo maria nosa snora e no conuento de são dominigos da sidade de lisboa se diraõ na Capela de nosa snora do Rozario noue misas cantadas e ao gloriozo são joaõ bautista se dira huma missa Cantada e outra taõbem Cantada a santa caterina de monte sinay e ao gloriozo padre santo antonio de padua se diraõ na sua Caza de lisboa doze misas Rezadas e huma cantada; todas estas misas que mando dizer por minha alma se diraõ o mais breue que for posiuel e ao padre eterno peso Reseba estes sacrificios por minha alma em penitencia de meus muitos pecados. Eu casei por dote e arras como se uera da escretura do ditto dotte o qual se uinculou ao meu morgado Como se nelle declara com obrigaçaõ de empregar Catorze mil cruzados que me foraõ dotados em dinheiro e bens de Raiz pera effeito do ditto uinculo como tudo Constará da dita escriptura e instituiçaõ do dito morgado e os bens que comprey do ditto dinheiro pera effeito do ditto uinculo são os seguintes = hum Casal na sesteiria outro Cazal que se chama o moinho do Rato outro Cazal na morteira outro Cazal no barro a feira de saõtiago na villa de Torres uedras e humas cazas na dita villa e huma vinha junto a ela e hum pedaso de oliual e todos estes ditos bens me custaraõ seis mil cruzados como se uera pela escretura de Compra delles. Comprei mais o cazal do arneiro e o cazal da cheira e o cazal do uale que me custaraõ sete mil e setecentos e sincoenta cruzados e asi faltaõ pera empregar pera comprimento dos dittos catorze mil cruzados duzentos e sincoenta cruzados somente que se poderaõ empregar dos moueis que ouuer e todos estes bens dotais estaõ no termo da ditta villa de Torres uedras e como eu Cazei ha mais de sincoenta anos digo sincoenta e sinco annos pre-sede em tempo este dote de *Dona Joana de Sousa* minha molher e todas as diuidas que eu fiz depois de Cazar e pelas escreturas das Compras de todos estes ditos bens se achara serem feitas antes de fazer as diuidas que ao prezente tenho como paresera pellos conhecimentos que fis as pessoas que me emprestaraõ dinheiro e tudo isto

me pareseo declarar pera que o saibaõ as pessoas a que deuo e pera dezembaraso de meus erdeiros inteirada *dona Joana* minha molher deste seu dote lhe pertensem em sua uida os fruitos delle e naõ ao erdeiro de meu morgado porque por sua morte se ade auincular o ditto dotte a elle conforme ao compromisso. Eu tenho muitas diuidas que fis na muita continuaçaõ da Corte e em ir duas uezes a de Castela e na criaçaõ de meus filhos em jornadas do mar de muita despeza das armadas da Costa e da India e em meter filhas freiras pera o que naõ bastaua meu patrimonio mas naõ fis as dittas diuidas pera eisesos e uendo que as naõ posso pagar me peza muito e peso as pessoas a quem deuo que me perdoem pello amor de deos e naõ queiraõ molestar injustamente minha molher e meus erdeiros pois naõ podem ser pagos dos bens que tenho sendo todos de morgado e particularmente peso isto a *Eitor Mendes de Britto* de quem sempre fuy muy particular amigo e o siruy em tudo o que me foi posiuel e o mesmo peso a *Manoel Gomes deluas* a que taõbem sou deuedor mas sempre me achou prompto a seu beneficio como elle confesara dandolhe deos saude e as mais diuidas menores uou pagando quanto poso depois que me Retirey e irei pagando emquanto uiuer. E por todos os dittos bens que tenho serem de morgado e obrigados a tantas diuidas naõ me he posiuel em consciencia fazer doasaõ alguma a *dona Joana* minha molher como dezejo e como ella em merisido e se deue a sua onra e uertude e ella tem em sua uida os frutos do seu dotte como atras fica ditto e a terça parte da Comenda de meu filho *Jeronimo de Teiue* porque com ese encargo lhe foy dada e tem mais sem mil res do meu ordenado por minha morte em sua uida per huma prouizaõ que se achara nos meus papeis; o meu prazo do emfesto dei a meu filho *Jeronimo de Teiue* tendo Respeito a naõ ter bens alguns de Raiz nem Renda bastante pera se manter em Corte com o Cargo que tem e temdo elle ja emprezamento e posse Reuoguo e ei por nula qualquer escretura que aja feita tocante ao ditto prazo por ser esta a minha ultima uontade; a minha uiagem da China trespasei por escretura ao ditto meu filho contardor-mor pelo mesmo fundamento de ser pobre de que naõ deuem Reseber escandalo meu filho mais uelho por ser morgado e ter com que pasar a uida posto que estreitamente nem meu filho *Manoel da Cunha* pois esta em grasa

de ser mais Riquo que todos e espero que o seja e uenha com prosperidade porem com tal emcarguo lhe trespasei a dita viagem que não fique eu obrigado nem minha molher nem os mais filhos nem nosos bens em couza alguma por Resaõ della porque o ditto *Jeronimo de Teiue* do prosedido da dita uiagem pagara as diuidas a que ella esta obrigada e pera efeito que se consedeo como se uera pela escretura porque lha trespasey e pela patente dela e sobre sua consciencia descarego a minha de todo nesta parte porque desta maneira lha concedi e não doutra. O conde de Santa crus dom francisco Mascarenhas ouue huma semtença no juizo do siuel contra minha may que deos aja e seus filhos sendo ao tal tempo menores e sendo a aução fundada em escritos que meu pay que seia em gloria lhe pasou na India os quais não colhi em cauza liquida como por ele se uera e he notoreo que ele tornou depois a gouernar a India e nela cobrou as ditas diuidas de que lhe meu pay pasara os escritos e lhos não pode cobrar aduirto ao erdeiro de meu morgado que esta semtemça he nula e de nenhum efeito por ser dada a sincoenta annos ou mais e não valem tanto tempos as semtemças do ditto juizo conforme a ordenasam alem de não serem sittados os menores todos os seus tutores e curadores e os mosteiros em que eraõ frades e freiras profesos como deueraõ ser conforme o direito alem do que todos os bens auinculados em morgado sendo elle antes primeiro intetuido que as diuidas não podem ser eixecutados nem a uiagem da China por tal semtença nula e totalmente imperfeita e sem fundamento e esta aduertença faço para serem meus filhos informados de que nesta materia posa não sendo meu intento contradizer o paguamento das diuidas que verdadeiramente se deuerem mas que se não pague o que se não deue. Eu tenho seruido a seis Reis deste Reino dom Joaõ o treseiro dom Sebastiaõ dom Eenrique dom Felipe primeiro e o segundo e o terseiro e fui do conselho dos tres ultimos felipes em jornadas de mar da milícia com muita despeza e Corenta annos de menistro em Carguos de muita confiança e em muitas jornadas a Corte de Castela e pelo Reino a asentar as alfandegas dos portos secos dantre anbas as coroas materia de muit sustança e utilidade a fazenda de sua magestade; e serui em muitas comissoins eistraordinarias de muita confiança e nas juntas que ouue neste Reino e ante os uizo Reis dele seis annos e com os

menistros Castelhanos que a este Reino uierão diuersas uezes e portantos e taõ Continuos reuisos naõ alcansei de suas magestades as merçes que por eles meresia a Respeito dos que nos mesmos tempos alcançaraõ outros menistros sendo me muito inferiores nos seruisos e sendo apozentado por minha muita idade foi em tempo que se fecharaõ as portas da clemensia e libàralidade antes praticada Contudo vendome no ultimo da uida e quam breuemente eide dar estreita conta a deos noso snor de tudo o que fis e deixei de fazer per negligência e descuido ou omisaõ ordeno e mando a meus erdeiros que nenhuma merse pesaõ mais a sua magestade por todos os dittos seruisos porque asim fique sem escrupulo algum de naõ obrar neles taõ perfeitamente como era obriguado e de qualquer Culpa que pudese ter que eu satisfizera perfeitamente se me fora posiuel e da que ouuer peso a sua magestade perdaõ por amor de deos e por algum Religiozo se lhe aprezente este Capitulo e verba de testamento e petiçaõ pera alcansar a Resposta que se deue e espera de sua cristandade que podera ser de utilidade a minha alma. As pessoas a que deuo dinheiro tem meus asinados per que constara das ditas diuidas e das que tiuer *Eitor Mendes de Brito* se ande abater duas partidas huma de seisçentos e corenta e tantos mil res de que se achara conhesimento em meus papeis a qual contia Resebeo pera pagamento das letras da coadjotoria *de meu filho Joaõ de Teiue coneguo* e outra de duzentos mil res de que outrosim tenho conhesimento seu e as de que naõ ha escritos meus declaro por este testamento e declararei mais as que me forem lembrando por escritos de fora da minha letra a que se dara taõ inteiro credito como a ele. Aos erdeiros de Duarte Uas Trigueiros deuo trezentos e sesenta mil res por que uinte pagey a sua filha *Serafina Emriques* a conta desta diuida como paresera de dous escritos da dita senhora a quem deue pertenser a metade da dita diuida; aos erdeiros de *D. Diogo de Teiue* meu primo com irmaõ deuo oito centos mil res de dinheiro que cobrei seu e lhe naõ pagei nem pude pagar ate esta ora em que faço este testamento; a *João Lemercier* mercador alemaõ deuo cento e oitenta mil res que me emprestou e naõ tem escrito meu a *Luis datouguia* deuo sem mil res do Resto dos quatro mil cruzados a que me obriguei quando cazou com a snora *dona Izabel Coutinho* minha sobrinha e ao paguamento destas diuidas e das mais que ouuer

por meus asinados não posso obrigar pagamento certo sendo todos meus bens de uinculo e morgado porem a meus erdeiros e testamenteiros Rogo e encomendo muito e obriguo quanto posso pera as fazerem pagar de tudo o que em mim digo me a mim pertencer per qualquer uia que seja pera descargo de minha alma e alguns filhos pagaraõ as diuidas de seus pais sendolhe eles menos obrigados do que me saõ os meus na boa e larga criasaõ que lhes dey em que gastei muito mais dinheiro do que deuo. A todos os criados que me siruiraõ e naõ estam ao presente em minha Caza e os mais estam cazados tenho satisfeito seus seruiços e em minha consciencia lhe naõ sou em obrigaçaõ alguma porem encomendo muito a todos meus filhos que os onrem e fauoresaõ em quantto lhes for posiuel porque me seruiraõ com muito amor e fedilidade e aos erdeiros de *Saluador Pereira* se paguem seus seruisos a tempo que me seruiu de pagem e quanto as criadas de *Dona Joana* minha molher a ela encomendo muito o emcarguo as satisfaça como quem he e lhe elas tem meresido e a meus filhos emcomendo muito e lhes Rogo e pesso as ajudem e fauresaõ e onrrem quanto lhes for posiuel por onra de seus pais que tanto gastaraõ com elles e *Pero Coelho* e sua molher saõ hos mais Antigos criados que tenho Aos quais sou em muito obrigaçaõ por seus bons seruisos pertendo cazar sua filha *Maria Coelha* pera em parte a satisfaçaõ delles e espero de o efetuar antes que deos me leue e se o naõ puder fazer satisfassaõ se a sua may e pelos seus seruiços primeiro que as diuidas que deuo e a *Pero Coelho* tenho ajudado muito em quanto pude e assim se lhe deue menos que a sua molher e filha. Faço e ordeno meus testamenteiros a *dona Joana de Sousa* minha molher e todos meus filhos que saõ uiuos ao presente e lhe Rogo e peso muito aseitem com boa uontade este encarguo pera descarguo de minha alma porem ao que for mais deuoto das almas do purgatoreo me emcomendo mais particularmente e muita confiança tenho em todos como meresem seus prosedimentos e a *Dona Joana* minha mulher encomendo e peso faça por minha alma o que lhe ui fazer por muitas com que tinha menos Razaõ conforme a sua grande caridade e cristandade. A meus filhos naõ tenho que lhes poder deixar porque acabo a uida prouissimo por despender em os sustentar onradamente muito mais do que pude emcomendolhe muito acompanhem e

asistaõ particularmente a sua may pela muita nesidade que disso tem por sua muita idade e fraqueza e ella lhes merese muito em grande amor que lhes sempre teue e sobretudo lhes encomendo muito a pax pera que sem contenda acabem a uida como conuem a Alma e a honrra pera que asim ajaõ a bensaõ de deos e a minha e por aquy ei por acabado este meu testamento e ultima uontade e mando que a ele se dey imteira ffe e creditto e que outro nenhum feito antes ualha e que este somente se cumpra e aja por firme e ualiozo. No ditto dia noue do mes de setembro do anno de mil e seiscentos e uinte e hum annos. Joaõ de Teiue.»

Este testamento foi aprovado por *António dos Rios*, público tabelião de notas na vila de Torres Vedras, que para o efeito se deslocou à quinta de Vale de Galegos, aos 13 de Outubro de 1621, sendo testemunhas presentes Pêro Coelho e seu filho Lourenço Coelho, Belchior de Oliveira, António Furtado, Manuel Gomes e João da Costa, todos da casa do Contador-mor, e Silvestre Ferreira, pedreiro, morador no vizinho lugar do Cadouço.

Livro de 14 de Maio de 1622 a 22 de Outubro de 1622, fls. 36 verso.

171

Procuração que dá António de Aguiar Mergulhão, beneficiado na igreja de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, ao licenciado António Gomes Ribeiro, morador em Setubal, para que este em seu nome possa «dar satisfação a fazenda de sua magestade de toda a diuida que Pero Mergulhão seu irmão almoxarife que foi na ditto Villa de setuuel lhe ficou deuendo» de todos os bens que o dito seu irmão tem e possui em Setubal e seu termo, depois de pagar a Sua Magestade, poderá o dito seu procurador cobrar e arrecadar tudo o mais que pertencer a seu irmão o referido Pero Mergulhão, porquanto houve sentença contra ele e não tem bens para lhe acabar de pagar o que o dito seu irmão lhe deve a ele António de Aguiar Mergulhão.

Testemunhas: Sebastião de Almeida de Seixas e Acacia Botado de Almeida, moradores em Torres Vedras.

Escritura de 1 de Julho de 1622.

Mesmo livro, fls. 48 verso.

172

Fiança que dá Beatriz Pegado, solteira, moradora no lugar da Mungideira, termo da vila de Torres Vedras, para o que hipotecou certos bens de raiz, avaliados em 890\$000 reis, a seu sobrinho Afonso Ribeiro Pegado, para que este possa exercer o officio de escrivão dos orfãos da dita vila, enquanto durar o impedimento do respectivo proprietario, conforme provizão que houve de S. Magestade.

Testemunhas: João Martins, estudante, morador na referida vila e João Afonso, que vive de sua fazenda, outrossim morador na vila.

Escritura de 26 de Julho de 1622.

Mesmo livro, fls. 67 verso.

173

Procuração que dá Leonor Botelho «dona veuua» de Pero Mergulhão de Aguiar, moradora na vila de Torres Vedras, em casa de António de Aguiar Mergulhão, a Domingos Borges Mergulhão, morador em Lisboa, ao qual deu todo seu livre e comprido poder, para que em seu nome e no de seu filho menor Diogo Mergulhão, de quem era tutora, possa requerer todo seu direito e justiça em todas as causas em que ela seja autora ou ré, e em especial na que trás em Lisboa, contra Leonardo Frois.

Testemunhas: Domingos Dias e Antonio Dias, pedreiros, ambos moradores na dita vila.

Escritura de 28 de Julho de 1622.

Mesmo livro, fls. 68 verso.

Dote de casamento e arras que fazem Francisco de Orta, morador na Atouguia da Baleia e Beatriz Trigueiros Semedo, moradora em Torres Vedras, em casa de Maria Trigueiros Baracho.

Testemunhas: João Trigueiros, morador na dita vila e Alvaro de Avelar Baracho, morador na Atouguia.

Escritura de 6 de Agosto de 1622.

Mesmo livro, fls. 76 verso.

Testamento de António Perestrelo, morador na sua quinta do Hespanhol, termo da vila de Torres Vedras, de 50 anos de idade.

Depois de várias disposições para bem de sua alma, ordenou que seu corpo fôsse enterrado na igreja de Nossa Senhora da Luz da Carvoeira, na sepultura de seu pai João Lopes Perestrelo e seus avós e que vá amortalhado no habito de S. Francisco e acompanhado da respectiva irmandade.

Declara que seu tio Nuno Alvares Perestrelo, já falecido, o que «foy no anno da peste grande de que Deos nos lliure», instituiu por seu universal herdeiro a seu irmão o dito seu pai João Lopes Perestrelo, ao qual pediu que seus ossos fossem tresladados para a sepultura que tem na igreja dos Martires da cidade de Lisboa, na sua capela, e como seu pai entretanto morreu, este lhe pediu que assim os seus ossos como os de seu irmão Nuno fossem tresladados para a dita capela, o que até agora não fez, pelo que pede a seus testamenteiros o cumpram como dito é.

Deixou a terça da quinta do Hespanhol a sua mulher D. Luiza de Vasconcelos.

Declara que seu tio atrás nomeado se chamava Miguel Nunes Perestrelo e não Nuno Alvares. Vinculou a quinta acima referida, com outros bens declarados, em morgado, chamando para a administração dela os sucessores de seu filho Sebastião Perestrelo.

Escritura de 20 de Setembro de 1622.

Mesmo livro, fls. 78 verso.

176

Procuração que dá Mónica de Pina, moradora em Torres Vedras, mulher de Francisco Botelho, ao dito seu marido para que este em seu nome possa cobrar «e as suas mãos auer de sua magestade ou seus almoxarifes» 2 moios de trigo que tem de tença».

Escritura de 29 de Setembro de 1622.

Livro de 29 de Setembro de 1622 a 25 de Abril de 1623, fls. 5 verso.

177

Procuração que dá Vitória de Melo, dona viuva de Fernão Alvares de Sousa, moradora no lugar da Freiria, termo de Torres Vedras, a Gonçalo de Sousa, morador em Lisboa, para que este em seu nome possa pôr embargos «no juizo da chancelaria da dita sidade a qualquer prouizaõ e merse que sua magestade faça do offiço que uagou por morte e falsimento do dito seu marido que foy escriuaõ das sete cazas na ditta sidade e outrosim possa cobrar e arecadar e as suas mãos auer todas as diuidas que lhe a ella Constetuinte e ao ditto seu marido deuaõ e obrigadas seiaõ quaisquer pessoas ...»

Escritura de 15 de Outubro de 1622.

Mesmo livro, fls. 10.

178

Doação e dote que faz Antónia Botado, dona viuva, moradora no lugar do Turcifal, termo de Torres Vedras, porquanto não tinha filho nem filha, nem herdeiro ascendente nem descendente forçado, de todos seus bens moveis e de raiz, a sua sobrinha Ana Botado, filha de Damiana de Foios e de Antonio Pereira, moradores na Aldeia Galega do Ribatejo, sua irmã e cunhado, pelas muitas obrigações que lhes deve.

Os referidos bens eram constituídos por prazos e casas no lugar da Ameixoeira, termo de Lisboa, que lhe couberam na legitima de sua

mãe Ana Botado e mais umas casas na mesma cidade, freguesia de S. Mamede, às Pedras Negras, junto ao Arco que vai para S. Mamede.

Testemunhas: António Botado, morador na quinta de Abrigada, termo de Alenquer e João Botado de Almeida, morador na quinta da Ribeira, termo de Torres Vedras.

Escritura de 18 de Outubro de 1622.

Mesmo livro, fls. 13 verso.

179

Procuração que dá Luiza de Avelar, solteira, emancipada, filha legítima de António Gonçalves de Avelar e de Catarina Serrão do Rio, já defuntos, moradores que foram no lugar da Fontegrada, termo de Torres Vedras, a Isabel de Abreu Boto, dona viuva, moradora em Lisboa, para que esta em seu nome possa cobrar e arrecadar 12\$000 rs. que tem consignados de tença nas «obras pias e almoxarifado dellas da dita cidade de que sua magestade lhe fes merçe por morte da dita sua mãe».

Escritura de 20 de Outubro de 1622.

Mesmo livro, fls. 19.

180

Fiança que dá Luiza de Avelar, moradora no lugar da Fontegrada, atrás citado, para lhe serem entregues os bens de seus irmãos Manuel Serrão «o qual he auzente ha mais de onze annos do qual se não sabe nouas nem recados» e Jacinto Godinho «o qual he falecido e faleseo na armada seruindo a sua magestade de como tinha justificado».

Foram fiadores e principais pagadores João Pires, lavrador, e Joana Fernandes sua mulher, ambos moradores no dito lugar, que hipotecaram bens no valor de 400\$000 rs.

Escritura de 28 de Outubro de 1622.

Mesmo livro, fls. 22 verso.

Procuração que concedem Rafael Botado de Almeida, capitão de infantaria, morador na Ponte do Rol, termo de Torres Vedras, e sua mulher Vicencia Bernardes, a Estevão Alvo, seu filho e a Pero Lopes Camelo, morador no Porto, sargento-mor, e ao dr. Mendo de Foios, desembargador do Paço e a Domingos Gonçalves Ferreira, no termo da dita cidade morador, para que eles todos em seus nomes possam «cobrar e as suas mãos auer todo o que lhe a eles constituintes pertenser per qualquer uia e Rezaõ que seia asim moveis como Raiz que ficaraõ por morte e falesimento de Estevão Alvo que deos tem seu sogro e pay morador que foy na sidade de Lisboa e isto em qualquer parte deste Reino e em espeçial na uilla de Caminha».

Escritura de 7 de Dezembro de 1622.

Mesmo livro, fls. 58 verso.

(Continua)

O MILAGRE DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE
DE SANTARÉM,
E UM VALIOSO RELICÁRIO SEISCENTISTA
DESCOBERTO NO PORTO (1)

pelo sócio efectivo

Rocha Souto

1. A GUISA DE PRÓLOGO

Devido a meus afazeres profissionais como Advogado, encontro-me em falta, além de mais, para com o Ilustre Confrade desta Associação, e Distinto Historiador, o Rev.º Sr. Padre Dr. João Pires de Campos, infatigável defensor do Património Histórico-Religioso Nacional.

Tendo representado ao Sr. Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Senhor Dr. D. Fernando de Almeida, a urgente necessidade da mais acurada defesa do Património Religioso Português — o Rev.º Sr. Padre Dr. Pires de Campos viu possibilitada a criação, adentro da Secção de História desta Veneranda Associação dos Arqueólogos, de uma Comissão de Arte Sacra, destinada ao estudo e protecção das valiosíssimas peças ainda existentes no nosso País, e que diàriamente se extraviam, se desvirtuam, ou se encaminham para além fron-

(1) Comunicação apresentada à Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Sessão de 19 de Março de 1970.

teiras, quer pela ignorância, quer pela irreverência, quer pela falta de uma fiscalização adequada.

Sua Reverência distinguiu-me, então, com a amabilidade do convite para sócio fundador da referida Comissão — mas o certo é que, sentindo-me sem dúvida alguma carecido das elevadas qualidades de saber e de competência, de que são reconhecidamente dotados outros Membros desta Prestigiosa Associação, resolvi trazer muito lealmente o meu escrúpulo a esta Digníssima Secção de História, submetendo-lhe a conveniência manifesta da criação da referida Comissão de Arte Sacra, e propondo para seu Sócio Fundador, e oportuno Presidente Eleito da respectiva Mesa, aquele erudito e competentíssimo Rev.º Sr. Padre Dr. João Pires de Campos, que todos tivemos o prazer de escutar, aquando das I Jornadas Arqueológicas Portuguesas, em defesa do Património Histórico, Artístico e Religioso Português.

Estamos numa época de intensa actividade humana profissional, em que a técnica nos proporciona relativa comodidade, em troca de maior número de horas de mobilização do espírito, e em que as próprias diversões são colectivamente dirigidas, cada vez mais, num sentido comercial — de modo que o homem se afasta da leitura, do convívio, e sobretudo da Cultura.

Pela ignorância Histórica e Religiosa, conjugada com a acção nefasta de publicações comercialistas e superficiais — chega-se actualmente às mais disparatadas e paradoxais tendências, designadamente em matéria de Arte Religiosa, e de mal orientado gosto pelas Antiguidades, sobretudo de natureza Sagrada.

O público português vem sendo orientado — no que à decoração de suas casas se refere — por Revistas provenientes sobretudo de Países de índole Protestante — Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América —, em que as Sagradas Imagens de Nossa Senhora e dos Santos aparecem como simples antiguidades, valiosas apenas como esculturas, e irreverentemente colocadas nos mais diversos e banais lugares, inclusivamente no pavimento de cozinhas, e junto da porta da rua, ou ao lado de ídolos e de esculturas profanas ...

Cálices de Igreja são actualmente aplicados sobre mesas e cómodas de salas de visitas, Turíbulo ornamentam locais sem qualquer feição religiosa, colunas de talha de madeira são arrancadas dos altares para

bases de estatuetas ou de candeeiros, lanterns procissionais servem de «appliques» nas paredes, e Anjos ladeiam simples espelhos de casas particulares ...

Ultimamente, generalizou-se uma nova forma de decoração: Cristo é arrancado da Cruz, e disposto sobre quadros almofadados nas paredes!

Uma Revista Francesa louva o gosto de quem habita numa Igreja adaptada a residência; e de um Médico que em seu Consultório tem como secretária ... um grande caixão mortuário ...

Nada admira, pois, que uma Revista de língua portuguesa gabasse, recentemente, o «bom gosto» e «elevada cultura» de um casal, que instalou um Sacrário de Igreja na parede de sua casa de jantar, e que se utiliza, como aparador para bebidas e alimentos, na referida sala, do altar de madeira da mesma velha Igreja Portuguesa do Brasil ...

Veja-se a Revista «Casa e Jardim» — uma das melhores de que dispomos — de Setembro de 1966 ...

Infelizmente, aquilo que para uns pode ser espírito de «contestação», representa para a maior parte apenas ignorância Histórica, Artística, e Religiosa — pelo que se torna absolutamente inadmiável a criação da proposta Comissão de Arte Sacra, dirigida pelo superior critério de quem saiba reconhecer, respeitar, e preservar, o admirável Património Histórico, Artístico e Religioso de que ainda dispomos — pois que o período áureo de nossa Cultura e Civilização nos permitiu reunir em Portugal o que de mais representativo se produziu, quer como manifestação de Arte, quer como expressão de Fé e de conhecimento religioso.

É com profundo desgosto, como Arqueólogo e como Português, que frequentemente observo em Lisboa a venda e a saída para o Estrangeiro das mais interessantes peças de Arte Sacra, e de espécies bibliográficas religiosas, a caminho sobretudo da Alemanha e dos Estados Unidos da América do Norte — porque nossas modestas posses de Portugueses, a falta de protecção efectiva contra tais emigrações», e a concorrência do mais alto poder de compra daqueles Países, nos não permitem conservar com a devida reverência elementos de incalculável valor para a nossa própria História Nacional.

Sempre que posso, procuro adquirir aquelas peças que se me afiguram, além de valiosas, «acessíveis» — e assim tem esta comunicação

por princípio, e por objecto de desenvolvimento, uma singular Relíquia-Sagrada ocasionalmente descoberta no Porto, e que se prende com os mais importantes acontecimentos da Guerra da Restauração da Independência de Portugal.

2. UMA SAGRADA RELÍQUIA

Desloquei-me à cidade do Porto, em 14 e 15 de Janeiro próximo passado, e ali, terminado o meu serviço judicial, fui dar a costumada volta às casas de antiguidades.

Numa delas, na Rua das Oliveiras, n.º 14, de F. Pereira, descobri (além de mais) uma valiosíssima colecção de Relíquias-Sagradas, a preço aliás para mim inacessível, visto que não dispunha dos milhares de escudos inerentes.

Entre as referidas peças histórico-religiosas figurava uma que me despertou a atenção, por se referir à Imagem Miraculosa de Nossa Senhora da Piedade de Santarém — mas o certo é que a proprietária do estabelecimento apenas venderia a colecção na sua totalidade...

Sucedeu então que pessoa amiga, desejando por seu turno adquirir as restantes Relíquias — cerca de uma dezena — me propôs adquirir eu, apenas, a respeitante a Santarém (minha terra natal), e só assim me foi possível, obter, preservar, e procurar descrever agora perante Vossas Exas. — a dita Relíquia, que tanto se prende com o Santo Milagre de Nossa Senhora da Piedade de Santarém, de 1663.

A Relíquia compõe-se de um Relicário peitoril de prata, formando medalhão de forma elíptica, com cerca de 5 cms. e meio por 4 cms. e meio, e a espessura de 1 cm. e meio aproximadamente, com argola também de prata.

Ambas as faces do medalhão são guarnecidas com vidros de cristal, e dentro do mesmo encontram-se as Relíquias, mostrando de uma face a Relíquia de «Agnus Dei», e do «Santo Lenho», e da outra face a Miraculosa Imagem de Nossa Senhora da Piedade de Santarém, sentada, com Cristo nos braços, pendurado para a direita da Virgem, mas de cabeça levantada e olhos abertos, escutando o pedido de Sua Mãe.

A Relíquia das Imagens de Nossa Senhora e de Cristo acha-se pin-

tada a côres e em baixo-relevo, e a legenda «N. S. da Piedade de Santarém» não deixa dúvidas quanto à proveniência do Relicário.

Ele vai proporcionar-nos o estudo de acontecimentos ocorridos em Santarém e de projecção Nacional e Internacional, — e a Relíquia da Sagrada Imagem constitue um importantíssimo achado de valor Religioso, Histórico e inclusivamente Arqueológico, pelos elementos iconográficos que a perfeitíssima representação simultâneamente nos revela.

A Relíquia de «Agnus Dei» foi tratada, além de mais, em Constituição de Sua Santidade o Papa Gregório XIII, de 8 das Kalendas de Julho de 1572, e as «Constituições Synodales do Bispado do Porto», de 18 de Maio de 1687, impressas em 1690, estabelecem que «quanto ao uso da Sagrada Relíquia de «Agnus Dei», ordenamos que se guarde o Motu próprio do Papa Gregório XIII, de Boa Memória, que manda, sob pena de excomunhão, ipso facto incorrenda, se não faça senão com sua própria cor natural, sem nenhum género de ouro, pintura, ou iluminação».

Assim, a Relíquia de «Agnus Dei» aparece-nos neste Medalhão seiscentista sem qualquer espécie de pintura, apenas sobressaindo, a negro, a Cruz do «Santo Lenho».

Trata-se, por conseguinte, de uma dupla ou tripla Relíquia — da Imagem Milagrosa de Nossa Senhora da Piedade de Santarém, de «Agnus Dei» e do «Santo Lenho» — que teremos ocasião de estudar mais detidamente em futuras Sessões, a propósito do Milagre de 1663.

Antes, porém, e porque de factos e de Monumentos de Santarém me cumpre tratar ao longo destes estudos — seja-me permitida uma justa dedicatória:

3. JUSTA DEDICATÓRIA

Na verdade, antes de procurar definir, em termos precisos, o local e as circunstâncias históricas em que se deu o Santo Milagre de Nossa Senhora da Piedade de Santarém, de 1663, — seja-me efectivamente permitido começar por dedicar este meu despretencioso e bem modesto trábhalho, de investigação histórica, ao Insigne e Consagrado Pintor de Arte Escalabitano, Senhor Braz Ruivo.

Correndo, por certo, o risco de natural desagrado do grande

Artista Santareno, pela sua reconhecida e indeclinável modéstia, faço-o, não obstante, com o mais elevado sentido de justiça e de objectividade.

Ao longo de cerca de meio Século de extraordinária, inesgotável, e desinteressada produtividade artística — Braz Ruivo vem fixando e colorindo com o seu Talento, destacando e perpetuando para a História da Arte Portuguesa, e para a posteridade, Monumentos, Templos, Palácios, Figuras, paisagens e valores históricos, religiosos e artísticos, que de outro modo talvez se desconhecessem e perdessem irremediavelmente no futuro.

A cidade de Santarém — e também a de Setúbal, cujos Monumentos soube immortalizar em suas produções — estão-lhe realmente devedoras de significativa homenagem, e de justificado galardão e memória, pelo carinho, generosidade, e Amor de sua Terra, que sempre têm orientado o genial Artista, numa constante manifestação artística de elevação, de grandeza, de monumentalidade e de Patriotismo, em todas as suas pinturas e desenhos.

Com efeito, desde sempre que Braz Ruivo vem utilizando as admiráveis qualidades de grande Artista com que Deus determinou dotá-lo — para o bem de sua e de nossa Terra natal, pois que sempre tem tomado como tema preferido de suas composições artísticas o Património Histórico, Religioso e Monumental de Santarém, — e a História de Santarém é — como bem o disse Afrânio Peixoto — a própria História de Portugal.

Mercê da espontânea, mas sóbria e digníssima produtividade artística deste grande Pintor, se têm divulgado e tornado conhecidos, pelo mundo inteiro, Templos, Monumentos, Esculturas e Túmulos, do recheio histórico, arqueológico e artístico da nobre capital do Ribatejo.

E em boa hora as Repartições de Turismo de Santarém e de Setúbal, mandaram reproduzir e divulgar, desde há dezenas de anos, em postais ilustrados, e em numerosas publicações, inúmeras pinturas e desenhos do Insigne e Consagrado Artista Escalabitano.

Mais ainda: se percorrermos as monografias, jornais, e trabalhos históricos que a Santarém respeitam, e desde há cerca de meio Século, — começando, por exemplo, pela obra «Santarém — Lenda e História», do Sr. Dr. Eugénio de Lemos, e terminando na edição «Santarém — História e Arte», do Sr. Prof. Dr. Joaquim Veríssimo Serrão — em todos

encontraremos por via de regra a valiosa colaboração artística de Braz Ruivo, altruística e materialmente desinteressado, e sempre pronto a realçar e ilustrar, com o brilho inextinguível e nobre de seu Talento, todos os trabalhos que a Santarém possam, ainda mais, engrandecer e dignificar, em sua História e riqueza monumental.

Sem esquecer, aliás, Artistas de reconhecido valor, que aos Monumentos e Muralhas de Santarém dedicaram interessantíssimos trabalhos, tais como o grande Arqueólogo Joaquim Possidónio Narciso da Silva (que em 1878 publicou pela primeira vez uma gravura do Templo escalabitano de São João do Alporão, e de sua rosácea, nas «Noções Elementares de Arqueologia»), o Ten.-Coronel e Professor Torquato Pinheiro (cujos admiráveis desenhos de Portas e Muralhas de Santarém ilustram o Vol. IV da «História do Exército Português», do Prof. Cristóvão Ayres, publicado em 1908), e o Ilustre Pintor de Arte e Encenador Teatral Sr. Francisco Vilela (cujos valiosos desenhos integram a parte artística do inesquecível trabalho de Areosa Feio, «Santarém — Princesa das Nossas Vilas», publicado em 1929) — podemos no entanto dizer que, desde praticamente há meio Século até esta data, tem sido o consagrado Pintor de Arte Sr. A Braz Ruivo o que mais se tem dedicado à História e aos Monumentos de Santarém.

Braz Ruivo vem — como disse — fixando, divulgando, e perpetuando para as gerações futuras, a verdade artística e visível da Beleza Histórica dos Monumentos e dos Templos de Santarém.

E eu, ao procurar fixar, nesta e em futuras comunicações, e ainda que muito modestamente, a reintegração da verdade histórica acerca da hoje dita «Lenda» ou «Legenda» do Santo Milagre de Nossa Senhora da Piedade de Santarém, — a Braz Ruivo começo por dedicar estas primeiras e singelas palavras, e despretenciosas investigações, tomando o seu perseverante e nobre trabalho como um incentivo, e um exemplo, — a bem de um mais perfeito conhecimento da nossa História, e da nossa Terra ...

NOSSA SENHORA NA ARTE ANTIGA

pelo sócio efectivo

João Pires de Campos

A Santíssima Virgem tem sido no mundo cristão o centro das atenções mais esmeradas — em certos aspectos suplantou Cristo — na devoção expressa de muitos modos, pelo povo simples e por aqueles que souberam sair dos lugares comuns, por meio duma formação religiosa bem fundamentada, numa razão honesta e numa teologia segura, sem descurarem uma filosofia prática nas relações humanas e no conhecimento das coisas, como veículo para uma ascese.

Após a transgressão dos nossos primeiros pais, Adão e Eva, os crentes puseram nela a esperança, por ela suspiraram, durante milhares de anos, os patriarcas, os reis e os profetas. Várias alusões lhe são feitas no Antigo Testamento. Chamam-lhe Torre de Davide, Arca da Aliança, jardim fechado, flor das flores ...

É admirada nas virtudes heróicas daquelas mulheres que se salientaram na salvação do povo de Israel, povo de Deus, ou no exemplo de vida austera e virtuosa. Recordemos, por exemplo, Judite e Ester.

Num certo dia, quando jovem, se encontrava em oração, na sua casa de Nazaré, apareceu-lhe o Anjo Gabriel, que em nome de Deus a saudou cheia de graça e a convidou para ser a Mãe de Deus. Ela aceitou, dentro de toda a humildade, a mensagem trazida pelo Anjo.

Momento alto da história, deu-se o mistério da Encarnação do

Verbo, Deus fez-se Homem por amor dos homens e Maria tornou-se Sua Mãe.

Passados seis meses, a Santíssima Virgem saiu de sua casa de Nazaré e dirigiu-se apressadamente às montanhas de Judá, à casa de Zacarias, esposo de sua prima Isabel. Esta ao presenciar tão honrosa visita correu ao encontro de Maria e numa inspiração dada pelo Espírito Santo exclamou: «Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o Fruto do teu ventre». Maria, como que confundida num acto de desprendimento de si própria, respondeu à saudação: «A minha Alma glorifica ao Senhor e o meu espírito exulta em Deus meu Salvador. Porque olhou para a baixeza da sua serva, eis que dora em diante me dirão bem-aventurada todas as gerações». Com estas palavras — todas as gerações me dirão bem-aventurada — profetizou a Virgem o futuro glorioso dos séculos, as multidões do povo, dos sábios, dos escritores e dos artistas, a louva-la e aclama-la com amor e verdade, na música, nas letras e nas artes.

Já passaram dois mil anos e à volta dos homens, já tombados, quantas sombras e quantas luzes — homens com história e sem história desapareceram. De muitos o nome não se sabe, perdeu-se para sempre, ou está gravado numa pedra enterrada ou escondido nos arquivos. Pelo contrário, Maria, sem bens materiais e sem a espalhafotosa maneira humana de se impor, conseguiu lugar predominante na História da civilização, qual alavanca do mundo, a maior das criaturas, a mais sublime.

Os pastores, como homens simples e bons, foram junto dela, a adorar Jesus. Os Magos admiraram-na como Mãe de Deus, Trono de Sabedoria. Foi ao templo cumprir o preceito da lei mosaica, numa atitude de obediência. Juntamente com São José e o Menino, foi para o Egipto, para livrar o Menino da morte ordenada por Herodes a todas as crianças do sexo masculino, com menos de dois anos. Aí, em ambiente desconhecido, passou uma vida obscura, vida de pobreza e de sacrifício.

Passados tempos voltou à Palestina, à casa de Nazaré, onde antes vivera. A vida simples continuou, mais em oração e recolhimento. Era a preparação para os grandes acontecimentos da vida pública de Jesus.

Chegou o dia do começo doutra vida mais agitada. Foi a Caná da Galileia, a assistir às bodas de pessoas amigas. Jesus foi também. No banquete faltou o vinho. A Senhora vendo a aflição em que estavam os pais dos noivos pela falta do vinho, foi contar o caso a Jesus. Foi à cozinha e recomendou que fizessem tudo o que Jesus dissesse. Era a Senhora a interceder, a pedir a Jesus o primeiro milagre público. Assim começou a Senhora a tomar parte na vida pública de Jesus.

Vêmo-la a tomar parte na vida dolorosa de Jesus. Na instituição da Eucaristia, a senhora se não estava presente não estava longe do Cenáculo. Foi ao encontro de Jesus, quando ia para o Calvário e já não se afastou d'Ele. Junto à cruz, em Sexta Feira Santa, mostrou-se a mulher forte, a Senhora das Dores, das Angústias. Após a morte de Jesus a Senhora ficou sòzinha, sem o Filho — é a Senhora da Soledade que ficou no Calvário.

Jesus ressuscitou e apareceu a sua Mãe — a Senhora da Alegria, dos Prazeres.

Passados cinquenta dias lá estive no momento da Ascensão entre os Apóstolos. Mais dez dias, no Cenáculo, como figura central recebeu o Espírito Santo, no dia do Pentecostes. Assistiu assim a Senhora à proclamação pública da Igreja. Depois foi o amparo dos Apóstolos. Com eles conversou e os animou a prosseguir a dilatação do Reino de Deus na terra. Segundo a tradição a Senhora foi morar com São João Evangelista para Éfeso. Parece ter voltado, depois, a Jerusalém. Morreu e foi assumida ao céu em corpo e alma. Deixou na terra um vácuo, naqueles que a conheceram ou que ouviram falar dela nas catequeses dos Apóstolos. Esse vácuo transformou-se em saudade, encheu o coração dos escritores e dos artistas.

Surgiram os apócrifos a descrever, em pormenor, muitos aspectos da família e da vida da Virgem. Foi o fruto do amor expresso em retratos literários, reais, semelhantes, aproximados. Foi uma tentativa de continuar Maria na terra, por meio das letras, num estilo por vezes, simples.

No entanto, os artistas plásticos, cheios de conhecimentos, nascidos duma catequeses intensa, procuraram expressar o seu sentir pintando ou esculpindo. É o artista a exteriorizar as ideias — colocar, à contemplação dos sentidos, a Virgem tal qual a vê, a compreende e

ama, na sua beleza física, nas suas virtudes de Imaculada, Mãe de Deus, Intercessora, Corredentora, Protectora ... Deste actuar, impulsionado pelo amor, já nas grandes camadas sociais, saíram os vários estilos na arte, através das épocas da história, sem se importarem muitas vezes com os canones artísticos. Daqui emergem, na matéria mais frágil, os laivos do grande artista que debruçado sobre os livros da Sagrada Escritura não se alheia dos traços duma escultura egípcia com todo o seu realismo ou duma escultura grega com todo o seu idealismo. Ainda que as exigências da arte, proporção orgânica, expressão individual e imobilidade, falhem por deficiências técnicas, não falham no verdadeiro sentido espiritual de majestade, dignidade e eternidade.

AS PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS

Não consta historicamente que no tempo em que a Virgem viveu neste mundo lhe fizessem qualquer representação iconográfica em pintura ou escultura. Mas também é certo que não existem documentos que o neguem.

Vamos encontrar nas primeiras representações iconográficas da Virgem, ao lado das fontes escriturísticas e tradicionais, dois tipos fundamentais repletos de teologia: a Virgem Orante e a Virgem entronizada. Aquela é a que invoca, intercede, protege, contempla, medita. Está na terra a olhar para o céu. Pode ser activa e contemplativa. A activa pode ser, no entanto, protectora e intercessora. É protectora nas seguintes invocações: Senhora da Guia, da Alcáçova, da Atalaia, do Castelo, dos Desamparados, Auxiliadora, dos Inocentes, da Cabeça, Mãe dos Homens, do Pópulo, do Despacho, do Socorro, das Mercês, das Setias, do Rosário, da Misericórdia, da Luz, do Vencimento, do Parto ...

Intercessora é aquela que intercede junto de Deus, nas calamidades, no juízo final e particular, pelas almas do purgatório ... Assim se compreende a Senhora do Carmo, da Saúde, do Desterro, da Graça, da Orada, das Preces, das Virtudes, do Bom Sucesso, da Consolação, da Boa-Morte, da Paz. A Virgem orante contemplativa pode ser dolorosa e gozosa. É dolorosa consoante a relação que tem com a Redenção, como a Senhora da Piedade, da Soledade, das Dores, das Angústias, da

Verónica. A Virgem orante gozosa é a que está relacionada com os mistérios gozosos — Senhora da Conceição, da Anunciação, da Visitação, da Purificação, da Apresentação, do O, de Belém, da Cinta. Adentro da Virgem orante contemplativa podemos colocar também a Virgem triunfante — Senhora dos Prazeres, da Alegria, da Assunção, da Glória.

Virgem entronizada é aquela que cheia de dignidade — Mãe de Deus — é venerada pelos anjos, pelos Apóstolos, pelos santos e pelos homens.

Logo nos alvares da Idade Média, no Oriente, começaram a aparecer algumas pinturas atribuídas a São Lucas Evangelista. Mais tarde no Ocidente correu a tradição que esta ou aquela imagem escultórica fôra feita por São José e pintada por São Lucas e trazida para o Ocidente ou por São Pedro, São Paulo, São Tiago ou ainda por um discípulo do Senhor.

De facto, nada de concreto temos para afirmar que São José ou São Lucas foram artífices de tamanha envergadura no respeitante à Virgem. É certo que existiu um retrato literário da Senhora, logo, desde os Apóstolos. Foi São Lucas que no Evangelho melhor e mais vezes se referiu a ela. Também os outros Apóstolos, nas catequeses, falaram da Mãe de Jesus, mostrando as altas virtude que a ornaram.

Por outro lado, o povo, como criador, compreendeu, à sua maneira, um retrato de Nossa Senhora, como o mais belo de entre todos. Assim, perante esta convicção unânime, alentada cada vez mais pela tradição, continuada pela literatura patrística, pelas catequeses, nasceu um novo aspecto propício à arte e a viria influenciar abundantemente. Os evangelhos apócrifos são testemunho da devoção então existente. Descem a pormenores da vida familiar da Virgem e da sua ascendência.

A literatura dos Padres da Igreja vai mais além, chega mesmo a descrever certos pormenores físicos, tamanho do corpo, cor da pele, dos olhos, forma do rosto. São Dionísio areopagita escrevendo a São Paulo disse: «Ponho por testemunho a Deus que estava na Virgem, que se a tua divina doutrina me não houvesse ensinado eu acreditava que esta Senhora era Deus». São Gregório de Nicomédia exclamou: «Ó formosíssima formosura de todas as formosuras;»: Santo Agostinho: «Tu toda bela, toda formosa, toda delectável, toda gloriosa ...». São unânimes vários autores que a Virgem tinha os cabelos prolongados em vir-

tude das exigências da sua beleza. Santa Brígida, numa das suas visões, em Belém, viu a Virgem com os cabelos formosíssimos da cor do ouro sobre os ombros. Outros, como Niceforas, defendendo Santo Epifânio, e Jorge cedreno opinaram que o cabelo era louro. Já nas agonias da Idade Média, Santo Alberto Magno apoiando-se na cor generalizada dos cabelos da mulher judia disse que os cabelos da Virgem eram negros.

Os Santos Padres comentando o versículo «caput tuum, ut Carmelus» disseram que a cabeça da Virgem era formosíssima, cheia de majestade, mais que mediana e sem defeito algum.

Segundo o retrato literário feito por Santo Epifânio, o rosto da Virgem nem era redondo nem agudo, mas um tanto prolongado. Outros, depois de descreverem o rosto de Jesus, dizem que era parecido com o de sua Mãe. Santo Anselmo diz que o rosto era admirável e que causava amor e temor aos que o contemplavam.

Jorge cedreno apoiado na frase da Sagrada Escritura «nigra sum, sed formosa» afirmou que a cor do rosto era morena. Santo Epifânio e Niceforas, por seu modo, escreveram que o rosto da Senhora era da cor do trigo. Santo Alberto Magno disse que era branco e rosado.

Santo Epifânio escreveu que os olhos eram vivos e alegres da cor de azeitona. Santo Anselmo os descreveu com cor escura, enquanto Santo Alberto Magno atribuiu-lhe a cor dos cabelos negros.

A respeito do nariz, Niceforas, Santo Epifânio e Santo Anselmo afirmaram que era mediano e bem proporcionado.

Os lábios cheios de suavidade nem eram grossos nem finos, de cor rosada, segundo afirmaram vários escritores.

Santo Anselmo e Cedreno asseguraram que as mãos e dedos eram belos, semelhantes aos de Jesus.

Do tamanho dos pés não se preocuparam tanto os autores. Mas, conta-se que o Papa Gregório XIII, na altura da peste em Lisboa, mandou a D. Sebastião o tamanho e o modelo dos pés da Santíssima Virgem.

No entanto, São João Damasceno, grande defensor da Virgem nas suas imagens, disse que os passos dela eram graves, pausados e alheios de toda a brandura.

O primeiro retrato atribuído a São Lucas é mencionado por Teodoro, leitor de Constantinopla, no século V. Conta que a imperatriz Euxódia mandou de Jerusalém a sua filha Pulquéria uma efígie da

Virgem pintada por São Lucas Evangelista. Niceforas acrescentou que Pulquéria a mandou colocar na igreja de Hodegon (rua dos Guias) em Constantinopla. Do local nasceu a invocação de Hodigitria (a que guia). Este ícone foi destruído, segundo consta, pelos invasores turcos no século XV. Dele foram feitas, em tempos antes, várias cópias em pintura, sobretudo, que a reproduzem em busto e em corpo inteiro. A mais célebre das cópias parece ser a que actualmente existe em Santa Maria Maior de Roma, sob a invocação de Nossa Senhora do Pópulo, datada provavelmente do século XIII.

Ainda, no século VI, se mencionou um outro ícone pintado por São Lucas — a Nicopoya, a que dá a vitória. Esta invocação originou-se do facto de levarem o ícone aos combates. Segundo se crê, nas cruzadas ao Oriente, foi trazida para Veneza, onde é venerada, na catedral de São Marcos, ainda hoje.

Ambas estas representações iconográficas, apesar das diferenças bastante sensíveis e individuais, têm menino e manto pela cabeça, tipos radicados nas reproduções das catacumbas romanas da virgem entronizada e virgem orante, com influências dos tipos orientais, hoje, desaparecidos.

Apareceu um outro tipo, sem dúvida um meio termo entre os dois primeiros, a Blanquernitisa (o sinal). Tomou o nome do local da veneração, o mosteiro de Blaquerna em Constantinopla. Está em atitude de orante, com as mãos levantadas para o céu e com Jesus sobre o peito.

Dos tipos atribuídos a São Lucas são em Roma: Santa Maria Maior, Santa Maria in Transtevere, Santa Maria in Via Lata.

A princípio o número das imagens atribuídas a São Lucas oscilou entre quatro e sete, depois subiu a mais de seiscentos.

No entanto, podemos defender que os retratos da Virgem atribuídos a São Lucas de maneira alguma foram pintados por ele ou por algum contemporâneo seu. Ainda mesmo, não se podem considerar cópias directas de qualquer pintura dessa época em que a Virgem viveu na terra. Porque, certamente, os padres apostólicos e os apologistas não omitiriam factos de tamanha envergadura, nos seus escritos. Além disso a veneração não se perderia assim tão facilmente, entre as cristandades incipientes. Não esqueçamos, era um retrato da Mãe de Jesus. Os próprios apóstolos teriam o máximo cuidado em o não deixar perder.

Por seu lado, Santo Agostinho, bem enfronhado na tradição, afirmou terminantemente que não possuímos qualquer retrato da Virgem. Quanto à técnica militam argumentos que afastam completamente a hipótese.

Quando São Lucas conheceu Nossa Senhora tinha ela uns cinquenta anos aproximadamente. Ora as pinturas atribuídas a São Lucas representam-na como jovem. Mais ainda: o Menino tem na mão um livro e não um rolo; bendiz à maneira latina.

Para este caso, deveras interessante e que tem dado polémica e interessado muitos críticos de história e de arte, parece haver uma explicação um tanto aproximada. Em Cesena, na Itália, existiu, no século X, um pintor de nome Lucas a quem davam o nome de Santo. Alguns críticos dizem que ele foi o pintor das imagens atribuídas a São Lucas, como as existentes em Bolonha, Loreto, Caravaggio e Varollo. No entanto, com esta explicação, um tanto de boa vontade, o problema subsiste, pois há outras reproduções iconográficas atribuídas a São Lucas e que remontam para além do século X, mesmo muito para além.

A VIRGEM NA PRIMITIVA ARQUITECTURA CRISTÃ

Maria que tivera um culto especial, ao lado de Jesus, logo nos alvares do cristianismo, como se vê antes do concílio de Éfeso, na literatura, na liturgia e até no folclore, apareceu, como não podia deixar de ser, na arte, logo nos primeiros séculos do cristianismo.

Até ao século IV o cristianismo viveu sob as perseguições dos imperadores de Roma e, portanto, não era provável que a arquitectura cristã se desenvolvesse descaradamente com todas as exigências da arquitectura clássica.

Por outro lado, a atenção dos cristãos dispersou-se bastante, nesses tempos, em volta do túmulo dos mártires. O arrojo daqueles que davam a vida por Cristo cavava fundo na alma dos crentes. O túmulo mais ou menos grandioso era o centro de romagens da época. No entanto a Virgem não era totalmente alheia a esta manifestação cultural e artística.

A veneração da Virgem, na arquitectura, andava ligada aos tem-

plos que foram erguidos nos lugares mais relacionados com a Redenção, como Nazaré e Belém. Aquele foi consagrado à Anunciação e este ao Nascimento. No século IV apareceu a basílica liberiana em Roma, como reprodução da de Belém e onde se guardaram as relíquias do presépio. No caminho da Palestina para o Egipto também a arquitectura se manifestou a recordar a passagem da Família Sagrada, na basílica conhecida por «Descanso da Virgem». Em Éfeso, cidade onde a tradição coloca Maria nos últimos tempos da sua vida mortal, foi construído um templo grandioso dedicado à Senhora, tempos antes do concílio, da proclamação da Teotokos. Foi mesmo neste templo que o concílio se reuniu.

Nos fins do século IV, muitos templos, que outrora foram pagãos, encontravam-se já dedicados à Virgem. Lembremos o templo de Byrsa (Cartago), o Partenon de Atenas, o de Menas, o de Alexandria, o de Madaba ...

Tenhamos também em conta que os cristãos não se preocupavam muito com o lugar do culto, qualquer casa lhes servia para se reunirem, rezarem em comum, celebrarem a missa e administrarem os sacramentos. Só com a paz alcançada, com a maturação da fé e uma vida económica mais desafogada, puderam manifestar na arquitectura a veneração a Nossa Senhora.

A VIRGEM NAS ARTES PLÁSTICAS

No século II eram já várias as representações iconográficas no Oriente. Não admira. Porque foi lá que o cristianismo mais se desenvolveu e além disso também a cultura helenística tinha deixado um rasto bem marcado no desenvolvimento da cultura. Mas, mercé dos caminhos históricos desses povos, a partir do século VI, principalmente com as doutrinas de novos mentores e o ressurgimento de religiões decadentes, todo esse florescimento desapareceu, arrastando consigo o desaparecimento desses tipos iconográficos reproduzidos nas artes plásticas.

No Ocidente as coisas tomaram outro caminho, devido a factores que não vêm agora para aqui. As catacumbas, repositório sagrado e

rico dos primeiros séculos do cristianismo, foram na verdade a semente de toda a temática artística para inundar a Europa e Ásia e conservar latentemente as formas clássicas e as transformar, abrindo-as a novas épocas com uma aceitação nobre ao serviço do culto prestado a Deus, à Virgem e aos Santos.

Dentro duma profusão de atitudes, gestos, maneirismos, mesmo duma técnica obscura, rude, sobressaia já um sentido teológico orientador, ainda que incipiente, que envolvia uma responsabilidade de conhecimento e de amor. Só adentro deste aspecto teológico se devem radicar os tipos fundamentais de toda a iconografia mariana — a Virgem de majestade, mãe de Deus, com o Menino, digna de toda a venação, e a Virgem intercessora de gestos sistemáticos, como que nada tem e tudo espera de Deus.

É bastante interessante a representação da Virgem na cena litúrgica da velação de uma virgem consagrada a Deus nas catacumbas de Priscila em Roma. A Virgem está sentada num trono a olhar para o lado direito, com um rosto jovem, sereno e inteligente. Os cabelos enrolam no pescoço. Tem o Menino sobre o peito seguro com as duas mãos em atitude de O amamentar. Ao lado está o papa, sentado numa cátedra, a falar a uma jovem e com o braço estendido aponta para a Virgem. Veste uma dalmática, que cai até aos pés.

Ainda nas catacumbas de Priscila, uma outra representação do mesmo tipo iconográfico. A Virgem está sentada, tem Jesus nos braços, com a cabeça inclinada para a frente, mostra uma atenção mais maternal. Ao lado direito, em pé, está o profeta Isaias, apontando para uma estrela — «a estrela que havia de brilhar quando uma Virgem dera à luz». Da mesma época, no «Coemeterium Maius» na via Nomentana de Roma, encontra-se um outro tipo iconográfico, no qual a Virgem está de pé em atitude orante, isto é, com os braços abertos e levantados ao céu. O rosto e os cabelos mantêm a mesma posição do primeiro tipo da Virgem entronizada acima descrito. O Menino encostado ao peito da Virgem olha para a frente. Dos lados está o anograma de Cristo. As mangas da túnica são demasiado largas. Em volta do pescoço da Virgem parece existir um colar de adorno.

Guarda-se na Provença, em França, um baixo relevo do século V. Nele a Virgem, de vestes largas, com pregas estudadas, tem os braços

abertos. Os cabelos caem pelas costas e sobre o peito. Por cima está a seguinte inscrição: «MARIA VIRGO MINISTER DE TEMPLO GEROSALE».

Muito embora seja de carácter secundário, merece também atenção a representação nos vasos de vidro com fundo de ouro utilizados nos ágapes durante os séculos III e IV. São conhecidos seis vasos. Num deles aparece Maria como orante, sem o Menino, entre os apóstolos São Pedro e São Paulo. Os nomes acompanham as representações. Ao nível da cabeça dum e doutro lado, dois rolos, possivelmente da Sagrada Escritura. Ainda, outras vezes, aparece como orante entre duas árvores e com um nimbo em volta da cabeça. Também aparece a Virgem acompanhada duma santa da época ou dos rolos da Sagrada Escritura.

No século V, com as invasões sucessivas dos bárbaros sobre o Império Romano do Ocidente, parecia morrer toda a cultura ocidental, já cristianizada — estruturas políticas, formas sociais, manifestações espirituais. Só a Igreja dava sinais de esperança, na acção dos papas e na fidelidade das comunidades aos ensinamentos de Cristo.

No entanto, o Império Romano do Oriente parecia ignorar os altos e baixos do Ocidente. Os imperadores do Oriente espantados pelo bom resultado da época viviam escondidos na faustuosidade, por vezes esquisita, sem no entanto descurarem movimentos filosóficos, oriundos de outras civilizações. Esse amálgama estruturou uma cultura eclética, que se difundiu depois para o Oriente.

Os artistas impelidos pelo movimento espiritual e económico recolheram, com sofreguidão, os tipos iconográficos fundamentais das catacumbas e deram-lhes um revestimento orientalista. Ambos os tipos abandonam aquela imobilidade e naturalidade clássica para encontrarem uma simetria, por vezes exagerada, como resposta a uma superioridade da Virgem sobre as imperatrizes da terra. A Virgem aparece já numa cadeira imperial, recheada de pedras preciosas, adentro do tipo clássico e do tipo bizantino. Naquele, a Virgem e o Menino conservam a indumentária clássica, latina, repleta de simplicidade e elegância; neste, a Virgem de vestes riquíssimas, profusamente bordadas, recamadas de pedras preciosas e adaptadas rigidamente ao corpo, ultrapassa

a imperatriz bizantina. A coroa sobre a cabeça manifesta-se mais neste tipo do que naquele.

Em Bizâncio desenvolveram-se, pois, nesta altura os diversos tipos iconográficos e multiplicaram-se as invocações marianas. Podemos dizer, sem exageros, que as representações iconográficas desenvolvidas no Ocidente a partir do século X não são originais.

No Ocidente, já nos meados do primeiro milénio, se encontram belas iluminuras, baixos relevos e até pinturas murais, em abundância relativa, numa ou noutra diocese, consoante o grau de desenvolvimento teológico e litúrgico.

Ainda antes do românico, mas muito antes, no Ocidente, já os temas marianos tinham atingido a plenitude nos ramos da arte. Havia um paralelismo mais progressivo na ideia e no sentimento — uma teologia estruturada ao lado dum humanismo a brotar. Aquela frieza só restrita à ideia, para representar o dogma, foi-se humanizando; a representação naturalista e maternizada aproxima-se mais dum sorriso, duma atitude ou gesto mais humano. Todo o psíquico da Mãe de Deus, exteriormente, reflecte, como nas mães, o gosto, a alegria da função maternal — acaricia, defende, fala, ensina.

As épocas influenciaram os homens e estes, por sua vez, apaixonaram-se, mais ou menos, por estas ou por aquelas coordenadas culturais. Assim podemos ver, melhor, na literatura e nas artes, os temas dominantes ou seja aqueles que ocuparam mais tempo o espírito humano. A Idade Média, toda ela, dum espiritualismo alto, foi na verdade também de Nosse Senhora.

Essas iluminuras, belas sem dúvida, do primeiro milénio, são na verdade pontes de passagem dum estilo de arte mais antiga — do romano, visigótico, carolíngio, bizantino. Eles não só recolheram os maneirismos de arte, como também reproduziram muitas personagens do Antigo e Novo Testamento. A Santíssima Virgem era figura dominante, de muita veneração e tratada, com mestria e probidade teológica, pelos escribas e iluminadores. Pelos exemplares existentes, dispersos por arquivos e bibliotecas, podemos avaliar e deduzir que espalharam uma visão formal e plástica da vida da Santíssima Virgem. Recordemos as Bíblias dessa época e os «Beatus». Estes são de um valor incalculável,

não só por mostrarem os requintes da época, mas sobretudo por nos reportarem às miniaturas mais antigas que lhe deram origem.

Nestes manuscritos iluminados e noutros documentos gráficos da época, projecta-se já a iconografia mariana em profusão deslumbrante, com os requintes artísticos da maior valia e um acertado repositório temático, com destaque da hierarquia de valores.

Destacam-se, pela quantidade e até pelo trato artístico, as representações da Virgem preexistente, isto é, a Virgem apocalíptica a sobressair desde toda a eternidade, toda bela, vestida de sol, com uma coroa de doze estrelas e a lua a seus pés.

Na arte, destes tempos, a Virgem apocalíptica aparece:

1.º Sem Menino, braços abertos, como orante, com a coroa de doze estrelas, sobre o peito ou ventre o disco solar, aos pés a lua.

Daqui nasceu o tema das imaculadas, tão em voga a partir do século XVI.

2.º A Virgem orante, com os mesmos atributos do número anterior; vê-se Jesus no ventre, rodeado de raios solares.

Daqui nasceram os tipos da Senhora do Ó, da Expectação ou da Esperança, a partir do século XIV, de tanta devoção entre nós.

3.º Ainda a Virgem com os mesmos atributos astrais, mas dispostos sem intenção, e com o Menino nos braços.

Esta representação iconográfica, segundo alguns autores, foi a partida para as virgens românticas, tão características, a partir do século XI.

O Ocidente criou um estilo iconográfico deveras interessante, fazendo renascer a arte tradicional de mistura com alguns pormenores bizantinos, a partir do século X. Primeiro nas catedrais, mosteiros e num ou noutro templo, como elementos ornamentais, apareceu a Virgem, nas portadas, frontões ... Estas representações, geralmente em relevo, não atraíram a devoção dos fiéis. Foi a representação iconográfica do interior dos tempos que melhor falou aos crentes.

Os frontais de altar representavam a Virgem, em pintura, sobre madeira geralmente, faziam como que parte essencial do altar. Depois o frontal, onde a Virgem era tema principal, passou a ser colocado sobre o altar ou adossado às paredes frias da ábside. Daqui nasceram os grande retábulos, que encheram os templos a partir do século XIV.

A devoção geral do povo exigiu a escultura da Virgem em madeira, pedra, marfim, prata... Era geralmente uma escultura de pequenas dimensões, não ia além de oitenta centímetros de altura. Dentro, numa pequena cavidade, a imagem guardava relíquias e era colocada num baldaquino sobre o próprio altar, lugar ocupado nos nossos dias pelo crucifixo.

Mais tarde, na época do gótico, geralmente as imagens da Virgem, de menores dimensões e de matéria mais rica, eram colocadas num sacrário.

O tipo mais geral, nas imagens antigas, é a Mãe de Deus. A Senhora sentada em um cadeirão ou escano. Apresenta-se de frente, com aspecto grave, rígido e a dirigir-se à assistência. Veste túnica, e às vezes sobre ela uma dalmática, manto e véu, com sapatos pontiagudos. As pregas geralmente são paralelas, sem se terciarem.

O Menino, sobre os joelhos da Senhora, com uma aparência adulta, veste uma túnica e apresenta-se descalço. Levanta o dedo indicador e médio da mão direita em atitude de abençoar. Com a mão esquerda sustem um livro (rolo), Evangelho ou Livro da Vida. A Virgem tem na mão direita um fruto, que representa o fruto da vida em oposição ao fruto comido por Eva; a mão esquerda sustem o Menino.

Nos fins do século XIII aparece o tipo de transição. A Virgem apresenta-se ainda sentada, mas com uns sentimentos mais humanos. É um sorriso um tanto indecifrável que esboça, tem um olhar mais complacente. Os vestidos caem com mais naturalidade, o manto aparece já terçado da direita para a esquerda, com pregas mais naturais e menos simétricas que no tipo anterior. A decoração é mais rica. Em vez da tradicional maçã aparecem já os símbolos das múltiplas invocações que vão surgindo.

A partir do século XIV, geralmente, a Virgem está de pé, com o Menino sentado no braço esquerdo. Há neste tipo uma expressão de affecto, de admiração e alegria. A Virgem, de panejamentos estudados, recolhe o manto no lado esquerdo e enclinada para o lado forma como que um S. Na mão direita sustem um ceptro ou um outro objecto próprio da sua advocação. O Menino segura na mão um livro, um passarinho ou globo. Todo o conjunto de pormenores tende para um realismo um tanto garboso, onde a riqueza dos tecidos acompanha a moda da época.

A BAIXELA DE DOM JOSÉ E DONA VICTORIA

pelo sócio efectivo

José de Campos e Souza

Houve em tempos, na vila de Mafra um Cónego Regrante chamado Mariano António Duarte, que após a expulsão dos frades permaneceu naquela localidade como Prior da Freguesia. Mandou educar a expensas suas um sobrinho e herdeiro, o Padre Alexandre António Duarte. Faleceu o Padre Alexandre por volta de 1906, herdando-lhe os bens seu irmão «*homem do povo, pouco mais que analfabeto*». No espólio, entre livros e utensílios caseiros, encontrava-se um aparelho muito reduzido de porcelana, aparentemente da China, do tipo de exportação, ou encomenda (erradamente chamado da «Companhia das Índias»), que foi adquirido por três pessoas, uma das quais, o Dr. Carlos Galvão, Médico e Vogal da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia de Mafra, ficou com alguns pratos e uma travessa. O conhecido negociante de antiguidades, Libório, diz-nos Gustavo de Mattos Sequeira, comprou algumas peças que depois alienou. Hoje, que eu saiba, existem peças desta baixela nos Museus da Associação dos Arqueólogos Portugueses, de Alpiarça e de Torres Vedras e nalgumas colecções particulares como a de Medeiros e Almeida, a de Fausto de Figueiredo e a minha.

Têm sido reproduzidas em várias obras, revistas, catálogos e até num jornal, diversas peças do serviço, de que podemos admirar um prato de sopa na estampa que ilustra o presente artigo. Por exemplo: em

Porcelana da China ao gosto europeu, por Ricardo Ribeiro do Espírito Santo Silva e Lloyd Hyde, pg. 63 e Est. XVI; no *Boletim* da Junta de Província da Estremadura, Série II, XII, Maio-Agosto de 1946, pp. 211 a 214, artigo *Um problema de cerâmica*, pelo referido Dr. Galvão, de onde — com a devida vénia e algum proveito — respiguei as informações com que abro este artigo; no *Catálogo de antiguidades e objectos de arte*, vendidos em leilão pela firma Soares & Mendonça, Lda., de Lisboa, com início em 21-5-1959 (lote n.º 96, pg. 14); e no *Diário de Lisboa*, de 21-5-1959. Também se ocuparam deste aparelho, entre outros, Júlio de Castilho, Gustavo de Mattos Sequeira, Vasco Valente e, talvez, Afonso de Dornellas num parecer da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

O operoso investigador Conde de Castro e Solla, que tinha conhecimento directo do prato integrado na colecção de meu Pai, hoje minha, omitiu-o na revista *Ceramica Brazonada*, quiçá por não estar certo e seguro de quem fora o seu destinatário. A peça, rara e curiosa a mais de um título, encontra-se em estado perfeito.

Manufacturado com caulino mandado expressamente de Portugal em 1775-1776, o prato data, portanto, do reinado de D. José, que subiu ao trono em 1750 e faleceu no ano de 1777. Esmaltado a branco e decorado, principalmente, com duas tonalidades de azul, todos os contornos estão desenhados à pena. A borda encontra-se recortada em seis lobos simples, maiores, alternando com seis lobos menores, ligeiramente entalhados. Mede de diâmetro máximo 237 mm. e de diâmetro mínimo 230 mm.

Junto à borda e acompanhando todos os seus recortes, a aba apresenta três debruns, não muito acentuados. Está, outrossim, decorada com quatro sanefas grandes, quatro médias e oito pequenas. Na caldeira, limitada por dois filetes lineares, concêntricos, observamos a legenda «*sete Barro He outro ounicornio 1776*», difícil de ler pela má colocação dos espaços, escrita em caracteres cursivos, um pouco desfigurados e com seus erros de ortografia («sete» por «este» e «ounicornio», por «unicornio»).

Ao centro do anverso o prato ostenta um conjunto formado por um vaso chinês ornamental, de grandes dimensões, espécie de «cache-pot», encimado da dextra para a sinistra por três iniciais, I ou P, F e V, em cursivo ornamental; sobrepujando as iniciais, uma coroa real por-



Prato da baixela de Dom José e Dona Victoria. Coleção Campos e Souza, Lisboa

tuguesa avantajada, constituída por aro com virolas e pedraria e cinco arcos aparentes guarnecidos de pérolas.

De cada lado deste conjunto e como que fazendo guarda de honra ao vaso, um soldado de bicórnio, casaca com dragonas, véstia, calções, polainas e sapatos, equipado com as correias (cruzadas no peito) do terçado e da cartucheira e armado de espingarda com baioneta calada. Os soldados, virados um para o outro, o da dextra com a espingarda apoiada no ombro esquerdo e o da sinistra com a espingarda apoiada no ombro direito. Ambos, como é habitual neste género de loiça, têm feições acentuadamente chinesas, conforme as vemos nos leques e charões. As suas caras e mãos são cor de carne e os cabelos castanhos aloirados.

Não é possível afirmar, ao certo, se se trata de infantes ou de artilheiros, atendendo a que as fardas estão pintadas sòmente a azul. Mas não oferece dúvida que os uniformes obedecem ao chamado *Plano de Lippe* ⁽¹⁾, segundo o qual os uniformes da Infantaria e da Artilharia eram constituídos essencialmente por: chapéu seguro com fita negra de lâ; casaca; véstia; calções; sapatos; polainas de brim tintas de negro; meias de fio dobrado de linho; camisa de linho; e gravata de fita de linho.

Na Infantaria, a casaca, a véstia e os calções eram de pano azul.

Na Artilharia, a casaca era de pano azul com canhões e gola de pano preto, a véstia era de pano preto e os calções eram de pano azul.

O que tudo consta do Alvará dado pelo Rei no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 24-3-1764 e registado na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, no Livro 1.º da nova *Regulação dos Fardamentos do Exercito*, fol. 1 (Arquivo Histórico-Militar, 3.ª Div., 3.ª Sec., Cx. N.º 1, Doc. N.º 37).

O *Plano de Lippe* vigorou desde 1764 até 1801, ou 2, ou 3. O ano final é difícil de determinar. Este período abrange, evidentemente, a data de 1776 inscrita na baixela. Como informa Silva Lopes, autoridade

(1) O Conde Reinante Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-Lippe, muito amado e prezado Primo d'El-Rei, Marechal General dos Exércitos e Inspector Geral do Real Erário.

na matéria, entre 1801 e 1806 as fardas do *Plano* sofreram modificações importantes ⁽²⁾, de que se conhece pouquíssimo.

Vou agora passar em revista as seis hipóteses que se nos deparam na senda da identificação do destinatário de tão curioso serviço. Em seguida enunciarei as conclusões concretas a que é lícito chegar.

1.ª hipótese: OS MENINOS DE PALHAVÃ

Formulada por Alfredo Leal Leal, conhecido antiquário lisboeta do princípio do século, que não apresentou — todavia — qualquer argumento justificativo, esta hipótese foi propalada de modo persistente pelo Moirinha, marceneiro hábil, fervoroso devoto de Baco e pitoresco vendedor de antiguidades, daqueles que nos anos quinze andavam de porta em porta a oferecer a mercadoria aos colecionadores de bricá-braque e que eu conheci muito bem, por ter vindo vezes sem conto a a nossa Casa. A designação, impregnada de romantismo e destituída de fundamento, popularizou-se, alastrou e radicou-se de tal forma na gíria antiquária que hoje o aparelho é geralmente conhecido por «*baixela dos Meninos de Palhavã*» e há quem se recuse obstinadamente a admitir outra identificação.

Embora esta hipótese seja cronologicamente possível, nem as iniciais I ou P, F e V correspondem às dos Meninos de Palhavã, nem tão pouco se lhes aplica o simbolismo dos soldados. Filhos bastardos legitimados de El-Rei D. João V, os Meninos foram chamados «de Palhavã» por terem sido creados no Palácio de Palhavã, ao tempo fora de portas. O mais velho, D. António, filho de uma senhora francesa cuja identidade ignoro, nasceu a 1-10-1714, faleceu a 14-8-1800, foi Doutor em Teologia e — que eu saiba — não teve profissão. O segundo, D. Gaspar, filho de D. Madalena Máxima de Miranda, nasceu a 8-10-1716, faleceu a 18-1-1789, foi Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas. O mais novo, D. José, filho de D. Paula Teresa da Silva (a célebre Madre Paula), nasceu a

(2) Por exemplo, as bandas unidas no peito.

8.9-1720, faleceu a 31-7-1801 e foi Inquisidor Mór. Jamais lhes passaria pelas cabeças ostentarem, usurpadoramente, em serviço de loiça próprio a coroa real de que somente o Rei seu irmão e os estabelecimentos oficiais podiam fazer uso.

2.^a hipótese: FRANCISCO e INÊS VIEIRA (*Vieira Lusitano e sua mulher*)

Admitindo que as iniciais eram I, F e V o Dr. Galvão, no artigo citado, ao lembrar-se de que o grande pintor Francisco de Mattos Vieira, conhecido por «Vieira Lusitano», casado que foi com D. Inês Helena de Lima e Mello «esteve em Mafra muitos anos» (3), interpretou-as como sendo as dos dois esposos: Inês e Francisco Vieira.

A fim de corroborar a interpretação, consultou Júlio de Castilho, insigne biógrafo do artista e autor do livro *Amores de Vieira Lusitano*, enviando-lhe a descrição da loiça e um decalque das iniciais. Castilho respondeu imediatamente, numa carta de 6-6-1908, em que declarou:

«Sim, sim, parece-me bem que esse monograma (...) deve ser referente ao grande pintor. Se não é engano, destes que às vezes arrasam os carolas como eu, leio ali claríssimamente I. F. V., quere dizer: Ignez, Francisco Vieira. O aparecimento da loiça em Mafra, onde ambos residiram, e onde ela faleceu, é nova indicação que me leva a crer que o objecto pertencesse ao eminente Artista. (...) Se por acaso a peça de loiça ainda se acha à venda, e que V. não quer para si, desejaria eu saber o preço que pedem, porque talvez me animasse a ficar com ela para juntar às gravuras, aos desenhos, aos autógrafos, e aos quadros, que possuo de Vieira.»

A hipótese é admissível cronologicamente, porquanto Vieira Lusitano nasceu em Lisboa, a 4-10-1699 e faleceu, na mesma cidade, a 13-8-1783. Porém, cai pela base se atentarmos em que ele, que tantos e tão graves dissabores sofreu só por ter casado com uma fidalga, pessoa de classe superior à sua, nunca se atreveria a usar atrabiliariamente, encimando as iniciais da mulher e suas, a coroa real, atributo

(3) Não é assim. Vieira Lusitano viveu em Mafra apenas desde 1773 até 1774. Em 1775 faleceu-lhe a mulher, naquela vila.

de Sua Majestade Fidelíssima e dos organismos do estado, como já disse. Isso constituiria um crime de lesa-majestade humana punível, na época, com as mais graves sanções. Além do mais, a que título figurariam os dois soldados na ornamentação do serviço? O próprio Dr. Galvão reconhece a inconsistência da hipótese ao terminar assim o artigo citado:

«Quanto às pinturas não é fácil encontrar explicação: os devotos de Édipo que decifrem o enigma.»

Pois não é fácil, não.

3.^a hipótese: *EL-REI D. JOÃO V*

Se admitirmos que as iniciais, indo da dextra para a sinistra, são I F V, poderão elas significar:

- a) João V Fidelíssimo, ou
- b) João V Fez.

Há, no entanto, que eliminar esta hipótese, por anacronismo. D. João V reinou de 1706 a 1750, muito antes do ano de 1776, registado no aparelho; por seu turno, os uniformes reproduzidos só começaram a ser usados em 1764.

«Et de trois!»

4.^a hipótese: *PAULO FERNANDES VIANNA*

Admitindo que as iniciais, indo da dextra para a sinistra, são P F V, Michel Beurdeley, conhecido especialista de artes asiáticas e perito junto das «Cours d'Appel» francesas, no seu livro *Porcelaine de la Compagnie des Indes*, obra luxuosa mas muito errada, atribui-as a Paulo Fernandes Vianna, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, do Conselho de S. M. F. a Rainha D. Maria I, Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, Desembargador do Paço, Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, Comendador das Ordens de Nosso Senhor

Jesus Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, natural do Rio de Janeiro, onde faleceu em Maio de 1821.

Viana foi o primeiro Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino do Brasil, desde a criação do cargo em 1808, até 26-2-1821. Nessa qualidade, incumbia-lhe a guarda do tesouro real.

A guarda seria simbolizada pelos dois soldados. O tesouro, por um cofre, representado incorrectamente sob a forma de vaso (o que não é verosímil, dada a quasi impossibilidade de se confundirem os dois objectos). A coroa real indicaria o carácter realengo do tesouro. Simplesmente ... a cronologia discorda, pois a data de 1776, pintada no serviço, é anterior trinta e dois anos à de 1808, em que foi criado o cargo de Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino do Brasil. Além do que em 1808 as fardas já não obedeciam ao *Plano de Lippe*.

Mais uma hipótese a pôr de parte!

5.^a hipótese: *O PRÍNCIPE CHRISTIAN VON WALDECK*

Admitindo, ainda, que as iniciais, da dextra para a sinistra, são P F V, há quem alvitre pertencerem elas ao Príncipe von Waldeck, com a partícula e o apelido escritos erradamente, numa ortografia aportuguesada: Príncipe fon Valdeck.

O Príncipe, Marechal de Cavalaria e Comendador da Ordem Militar de Maria Teresa, chegou a Lisboa a 17-V-1797, contratado pelo Governo Português para fazer a reorganização militar do país, perante a ameaça de invasão do território nacional por tropas espanholas, a instigação de Napoleão. Faleceu a 24-9-1798, sem ter chegado a prestar os relevantes serviços que dele se esperavam. Jaz sepultado em Lisboa, no Cemitério Inglês da Estrela.

Esta hipótese é de excluir igualmente, pois nem a cronologia coincide, nem o Marechal Príncipe von Waldeck, no final do século XVIII, alguma vez se permitiria encimar as suas iniciais com a coroa real portuguesa. Nessa época, rigorista e pragmática, não se tomavam certas liberdades ...

6.^a hipótese: *EL-REI D. JOSÉ E A RAINHA D. MARIA ANA VICTÓRIA DE BOURBON, MAJESTADES FIDELÍSSIMAS*

Finalmente, admitindo que as iniciais, da dextra para a sinistra, são I F V, o ilustre historiador Padre Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos é do parecer de que elas significam:

- a) Iosé Fidelíssimo Victoria, ou
- b) Iosé Fidelíssimos Victoria (Iosé Victoria Fidelíssimos).

Vem a propósito tecer algumas considerações sobre o nome da mulher do Rei «Reformador». D. Maria Ana Victoria de Bourbon a partir de 1750, ano do falecimento de El-Rei D. João V, terá sido designada na Corte por Victoria, para se distinguir da sogra, a Rainha viúva D. Maria Ana de Austria, que veio a falecer em 1754. Após o período de co-existência de duas Rainhas principalmente chamadas Maria Ana, é muito plausível que tenha perdurado a designação de Victoria para identificar a mulher de El-Rei D. José e é mesmo possível que logo após o seu casamento, em 1732, a antiga Princesa espanhola tenha sido denominada Victoria para evitar confusões embaraçosas com a antiga Princesa austríaca.

A hipótese formulada pelo Dr. Domingos Maurício e as minhas deduções relativamente ao nome Victoria são aliciantes e creio bem que serão verdadeiras. Com efeito, não se verificam nelas discrepâncias nem anacronismos de qualquer espécie: iniciais, coroa, vaso, guarda de honra, uniformes, legenda e sanefas, tudo está plenamente de acordo, em harmonia perfeita.


O que havemos então de concluir acerca desta algo misteriosa baixela?

De concreto sabemos que:

1.º) A legenda alude à transparência e boa qualidade da porcelana e regista a data de 1776 que indica precisamente o ano do fabrico, no final do reinado de D. José. Isto leva a crer que se trata de um

serviço comemorativo de novo tipo de pasta reinol. Como afirma Mattos Sequeira em *Depois do Terramoto*, Vol. IV, pp. 155-156, do letreiro e da decoração se conclui, sem grande custo, que tal barro foi certamente enviado de Portugal para a China no termo do século XVIII, a fim de se ouvir a opinião dos artífices orientais, que, por gentil admiração, ou por indicação das autoridades portuguesas, ou ainda por conselho de qualquer emissário especial, escreveram o dístico laudatório. E tal como o mestre ulissipógrafo cumpre-me perguntar: terá isto alguma ligação com as experiências de Bartolomeu da Costa, Drouet, Manso Pereira, Vandelli, Sobral, Raposo e Girão? Estou em crer que sim.

2.º) Enquanto não se provar iniludivelmente a quem se destinou este aparelho, proponho que, para maior rigor de referência, passe a ser designado por «*baixela de D. José e D. Victoria*», o que talvez não seja 100 % comprovável, mas sempre é mais verosímil do que a denominação de «*baixela dos Meninos de Palhavã*».



MENIRES DE MONSARAZ (*)

pelo sócio efectivo

José Pires Gonçalves

NO douto ambiente da Associação dos Arqueólogos Portugueses corre risco de audacioso lugar comum a afirmação de Portugal ser um país muito rico em património cultural megalítico.

Transportado o conceito para as províncias do Alentejo e do Algarve afigura-se-nos mesmo dispensável possuir pendor arqueológico ou cultivar cientificamente a Arqueologia para podermos assegurar a grande densidade do megalitismo nestas províncias portuguesas.

Pessoalmente pensamos que este conceito da densidade megalítica na região situada a sul do Tejo transcende já o âmbito da Arqueologia para o podermos considerar incorporado no património cultural do grande público profano.

Todavia o espectro megalítico que, durante muito tempo, tem fixado e polarizado em Portugal a atenção dos especialistas desta cultura quase não ultrapassou a tipologia dolménica do megalitismo e, pode seguramente afirmar-se, só muito timidamente se tem movido fora deste domínio tipológico.

Só a partir de 1964, com a importante descoberta do «*cromlech*» e do «*menhir*» dos Almendres, levada a cabo no aro da cidade de Évora

(*) Comunicação apresentada na sessão da Secção de Pré-História, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, realizada em 25 de Fevereiro de 1970.

pelo arqueólogo HENRIQUE PINA — também ele o feliz descobridor e exumador da grandiosa anta do Zambujeiro — nos é permitido afirmar que a Arqueologia portuguesa rasgou e abriu, promissoramente, um mais vasto sector do nosso espectro tipológico megalítico.

Os Profs. LEITE DE VASCONCELOS, VERGÍLIO CORREIA e MANUEL HELENO, os LEISNER, ÁFONSO DO PAÇO, ABEL VIANA, FRAGOSO DE LIMA e tantos outros qualificados arqueólogos portugueses têm, fundamentalmente, consagrado as suas actividades ao limitado campo da prospecção e estudo dos *dolmens* existentes no território português.

Os menires, os recintos — «*cromlechs*» e «*teménos*» — e os alinhamentos, estranhamente, não têm sido, como merecem, objectos de prospecção e estudo e parecem não ter despertado grande interesse científico por parte da Arqueologia nacional.

E não obstante este estranho e inexplicável silêncio, Portugal, como já o suspeitou ESTÁCIO DA VEIGA nos fins do século XIX, parece ser detentor de uma representação bastante expressiva destes monumentos megalíticos de tipologia mais simples e de expressão cultural diferente da dos *dolmens* (1).

No contexto do megalitismo nacional o caso de Monsaraz revela-se um caso típico desta insuspeitada riqueza do nosso país em monumentos de tipologia menos complexa e de significado cultural diferente do dos *dolmens*, nomeadamente em menires e em *crómlechs*.

Ocioso nos parece afirmarmos neste lugar que a primeira notícia sobre o megalitismo do antigo «termo» de Monsaraz se ficou devendo ao insigne Prof. LEITE DE VASCONCELOS (2). Todavia, essa primeira notícia sobre o megalitismo montesarense, dada numa época em que a Arqueologia não tinha ainda ao seu alcance as modernas, delicadas e complexas técnicas de pesquisa, aludia apenas, e sob forma sumária, a monumentos *dolménicos*.

Muitos anos volvidos sobre esta notícia «*princeps*» os arqueólogos alemães Prof. GEORG LEISNER e Dona VERA LEISNER, a quem

(1) Estácio da Veiga — *Antiguidades monumentais do Algarve*, Vol. I, pg. 87, Lisboa, 1886.

(2) Leite de Vasconcelos — *O Arqueólogo Português*, I, pgs. 222 e 279.

FRAGOSO DE LIMA havia denunciado o nosso apaixonado culto pelo humus ancestral de Monsaraz, procuraram-nos em Reguengos para avaliarem das possibilidades de inventariação e estudo metodológico dos monumentos dolménicos localizados no «termo» desta antiga vila alentejana.

O modelar trabalho realizado por estes investigadores alemães está hoje documentado na monumental monografia sobre as «*Antas do concelho de Reguengos*» por eles publicada em 1951, monografia de audiência mundial no campo arqueológico (3). Por outro lado e não obstante os sábios arqueólogos alemães terem, como eles próprios confessam, «percorrido quase palmo a palmo» muitas das herdades do «termo» de Monsaraz, as jóias dos menires e dos recintos megalíticos desta riquíssima região arqueológica ficaram mergulhadas nas sombras das suas tendências «sepulcrológicas» e não encontraram, nas páginas da sua importante monografia, a mais leve referência.

Pensamos que estes ilustres arqueólogos, como «sepulcrólogos», — libertos de qualquer intenção irreverente para com a Senhora Dona VERA LEISNER e para com a memória do nosso eminente amigo Prof. GEORG LEISNER, servimo-nos apenas da expressão bem conhecida de LE GOFFIC — absorvidos na prospecção e fixados no vasto âmbito das necrópoles dolménicas colectivas da região de Monsaraz e apesar de os podermos conceituar como grandes especialistas da temática que o Prof. LUIS PERICOT denominou de «fenómeno megalítico», não se tenham dado conta dos outros tesouros e expressões tipológicas desta cultura, precisamente materializados nos menires e nos crómlechs (4).

A concluir pelo capital estudo que o Prof. LEISNER nos deu, em 1935, da estela-menir da Granja de Toniñuelo (5) não podemos admitir que o seu espírito não se encontrasse desperto e atento à análise desses monumentos de tipologia megalítica mais simples, que

(3) Georg e Vera Leisner — *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*, Lisboa, 1951.

(4) Luis Pericot Garcia — *L'Espagne avant la conquête romaine*, pg. 117, Paris, 1952.

(5) Georg Leisner — *La estela-menhir de Granja de Toniñuelo*, Madrid, 1935.

hoje sabemos povoarem tão significativamente a região de Monsaraz, por ele tão árdua e metódicamente inquirida e explorada.

Na carta dolménica apensa à sua monografia, sob os números 52 e 68, os LEISNER dão-nos notícia das antas da Abelhõa e do Xarez de Baixo. Pois a pouco mais de 300 metros de distância destes dois dolmens inventariados pelos esposos alemães situam-se, precisamente, o belo menir da Abelhõa e o vasto e original recinto megalítico do Xarez.

O pequeno cromlech da Farisõa, esse, situa-se também a uns 300 metros de distância do dolmen inventariado na carta dos LEISNER sob o número 117.

Por sua vez os dispersos restos do cromlech do Monte da Ribeira do Álamo, identificados pelo DR. QUINTINO LOPES, localizam-se uns 800 metros a sudeste da anta n.º 16, junto da horta do Bengala.

O menir do Outeiro, finalmente, ergue-se a 2 km. a Norte da grande anta do Olival da Pega, monumento este de tanta importância que, mesmo depois de saqueado, rendeu aos LEISNER o espantoso mobiliário de 134 placas gravadas de xisto e cerca de 355 vasos cerâmicos!

Ingénuo e ridículo seria, da nossa parte, pretendermos desencadear no espírito de auditório tão esclarecido e severo como o desta Associação a mais leve vivência de menosprezo pelo monumental e admirável trabalho que os LEISNER realizaram na terra de Monsaraz ao serviço de Portugal e até, extensivamente, ao serviço da própria cultura arqueológica mundial. Pelo contrário, grato nos é afirmarmos que o concelho de Reguengos, com o seu nome hoje correntemente citado nas páginas da literatura arqueológica moderna, tem para com a memória do Prof. LEISNER e para com a Senhora Dona VERA LEISNER uma eterna dívida de gratidão cultural.

E é nesta clara linha de reconhecimento das gentes de Monsaraz, de que muito justamente nos desejamos aqui fazer eco, que nós pensamos que aos LEISNER se poderia aplicar, com o maior e mais puro rigor, aquele poético comentário que ANATOLE LE BRAZ dirigiu um dia ao grande arqueólogo francês LE ROUZIC e que também eles, quando no «termo» de Monsaraz se entregaram às suas árduas e tenazes andanças arqueológicas, acarinhando, como dia RAMÓN DE GARCIA-SOL, aquelas pedras que «possuem mel de séculos», também eles

«conheciam, perfeitamente, os antigos chefes das tribos que brincavam com os megálitos» erguidos à margem desse grande e misterioso rio chamado Guadiana.

Pois apesar desta profunda intimidade dos LEISNER com a problemática megalítica reparem V. Ex.as na pungente ironia que, por vezes e tão injustamente, se debruça sobre as tarefas dos mais sábios e qualificados obreiros da Arqueologia! Os frutos deliciosos e raros dos menires e dos cromlechs de Monsaraz que os LEISNER, com a sua vasta e incomparável cultura megalítica, não adregaram colher e saborear, vieram, mais tarde, por caprichosa e frágil ironia, a entregarem-se doce e irresistivelmente nas mãos toscas de incipientes e felizes cultores de última linha da ciência em que eles eram mestres consumados!

Só por essa cruel ironia, trazidos pelo benévolo e fascinante apelo do ilustre Presidente da Secção de Pré-História desta Associação, Dr. FARINHA DOS SANTOS, nós nos envolvemos nesta aventura temerária e aqui nos encontramos hoje para desiludirmos V. Ex.as com esta elementar comunicação sobre os «Menires de Monsaraz».

Para mais claro entendimento do tema que nos propomos tratar importa fixar dois conceitos.

- 1.º Envolve a extensão do primitivo «termo» medieval de Monsaraz e é, portanto, de natureza histórico-geográfica.
- 2.º Este, mais subtil e mais complexo, etnográfico-arqueológico, visa o amplo entendimento do monumento tipologicamente conhecido na nomenclatura arqueológica pela designação de «menhir», as possíveis relações deste monumento com práticas rituais de fertilidade e, extensivamente, com a presença do culto «fálico» na região de Monsaraz durante os tempos pré-históricos dos começos da época dos metais.

O «termo» ducentista de Monsaraz não se sobrepõe, topograficamente, ao actual concelho de Reguengos.

Como veremos em projecção, esse «termo» medieval era mais vasto e incluía o latifúndio da defesa da Pedra Alçada, hoje administrativamente incorporado no concelho do Redondo. Neste território,

ilustrado pela sugestão toponímica de «Pedra Alçada», fez o Dr. FARI-NHA DOS SANTOS, na nossa companhia, há pouco tempo, o reconhecimento de um espectacular monumento megalítico que, se atendermos ao conceituado pela escola de PIERRE GIOT — «Quando um bloco natural isolado pela erosão se prestava para menir, era assim mesmo aproveitado» (6) — admitimos poder tratar-se de um menir em bruto, de gigantescas proporções. Esse megálito, outrora cristalizado, apresenta uma morfologia que sugere vagamente a do menir, também cristianizado, de Men-Marz, na França. Apenas diferem no pormenor estrutural do megálito da Pedra Alçada se mostrar como um bilito.

Como o «termo» medieval de Monsaraz abrangia a defesa da Pedra Alçada entendemos incluí-lo, arbitrariamente, no núcleo dos menires de Monsaraz.

O conceito etnográfico-arqueológico de menir inculca uma pedra, mais ou menos alongada, bruta ou esculpida pela mão do homem, erguida e cravada no terreno em zonas de espessa densidade demográfica pré-histórica, privilegiadas na cultura agro-pastoril e onde parecem ter habitado povos de idêntica ecologia humana. A estas grandes pedras erectas pareciam andar presos determinados rituais de fertilidade agrária ou humana, de simbolismos sexuais e esplendorosa continuidade da Vida. Por isso o menir, na expressiva definição de YANNIK ROLLANDO, era, essencialmente, «um símbolo religioso» (7).

O obelisco do menir revestia-se, por vezes, de uma morfologia em que o vértice se mostrava mais largo e amplo que a base, lembrando um cogumelo ou um delta invertido — como protótipo clássico desta espécie morfológica aponta a literatura arqueológica o célebre gigante de Kerderff, em Carnac — mas, mais correntemente, a base cravada no solo oferece maiores dimensões que o vértice do monumento.

A altura e o peso destes obeliscos são muito variáveis. No exaustivo inventário dos monumentos megalíticos de Carnac, elaborado pelo arqueólogo francês LE ROUZIC, encontram-se referidos menires de dimensões que rondam o meio metro ao lado de monumentos em

(6) P. R. Giot, J. L'Helgouach e J. Briard — *La Bretagne*, pg. 149, Paris, 1962.

(7) Yannik Rollando — *La préhistoire du Morbihan*, pg. 27, Vannes, 1965; Antonio Beltran — *Arqueologia clasica*, pg. 58, Madrid, 1949.

miniatura e de gigantes, como o de Locmariaquer, com uma estatura superior a 200 metros e peso que excede as 300 toneladas ⁽⁸⁾.

Entre nós o maior menir até há pouco conhecido devia ser o da Meada, localizado na «Tapada do Cilindro», próximo da antiga vila de Póvoa e Meadas, com 6,70 m. de altura e diâmetro que excede o metro, noticiado em 1965 pelo historiador e etnógrafo alentejano Dr. MARTINS BARATA ⁽⁹⁾.

Este belo monumento, como acontece com o de Locmariaquer, no Morbihan, está prostrado no terreno e fracturado em dois fragmentos.

Actualmente, depois do achado da Pedra Alçada, o menir bruto desta defesa deve ser o maior monumento megalítico deste tipo existente em Portugal.

Normalmente estes monólitos ou bilitos — parece ser o caso do megálito da Pedra Alçada e do destruído Penedo Gordo, junto de Reguengos, de que mais adiante nos ocuparemos — eram, como sustenta ROLLANDO, «extraídos de uma rocha já alterada e diaclasada pela erosão» ⁽¹⁰⁾.

Mantendo a textura telúrica ou afeiçoados por picagem grosseira ou fina, costumavam ser talhados nos materiais geológicos das regiões onde eram erguidos, mais correntemente as regiões graníticas ou gneissicas, e pareciam revestir, predominantemente, a forma cilíndrica ou «fálica» ou então, num estágio mais evoluído da arte megalítica, segundo defende a escola de ROGER GROSJEAN, a forma antropomórfica, figurando por vezes autênticas estátuas-menires, embora sem as

⁽⁸⁾ Joseph Déchelette — *Manuel d'archéologie préhistorique*, I, Paris, 1908; Zacharie Le Rouzic — *Inventaire des monuments mégalithiques de la région de Carnac, Vannes*, 1965; Luis Esteva Cruañas — *Tecnica megalítica gerundense in Arquitectura megalítica y ciclópea catalano-balear*, pg. 56, Barcelona, 1965.

⁽⁹⁾ José Pedro Martins Barata — *O menir da Meada in Ethnos*, Vol. IV, pgs. 139-40, Lisboa, 1965; Mário Saa — *As grandes vias da Lusitânia*, tomo VI, pg. 184, Lisboa, 1967.

⁽¹⁰⁾ Yannik Rollando, *op. cit.*, pg. 26.

gigantescas proporções das tão enigmáticas e literariamente divulgadas esculturas da ilha da Páscoa ⁽¹¹⁾.

No «termo» de Monsaraz os menires até agora reconhecidos são todos modelados em granito, a maioria falimórficos e encontravam-se, quase todos, prostrados, fracturados ou então, pelo menos aqueles que chegaram erectos até aos nossos tempos, cristianizados.

Alguns desses megálitos, embora raros, são também gravados. O tipo mais corrente da inscultura é a «cova» ritual, isolada ou múltipla, regular ou irregularmente distribuída, tão frequente na cultura megalítica.

Outros mostram petróglifos em linhas arciformes paralelas ou convergentes, «à base de curvas multiplicadas» como diria POWELL, do tipo *dactiloscópico* das celebradas gravuras da anta de Gavrinis, no Morbihan ⁽¹²⁾.

A propósito da cronologia destes monumentos a literatura arqueológica mais consultada e acessível é tão densa que quase nos esmaga. Limitamo-nos a invocar um apontamento ilustrado desta faceta cronológica: o por demais conhecido e celebrado cromlech de Stonehenge está datado pela técnica radioactiva aplicada a ossos humanos carbo-

(11) Roger Grosjean — *La Corse avant l'histoire*, Paris, 1966; Jean-Paul Clébert — *Les mégalithes de Corse* in *Planète*, n.º 30, 1966; Francis Mazière — *Fantástica ilha da Páscoa*, Lisboa, 1965; Thor Heyerdahl — *Os gigantes da Ilha da Páscoa*, in *O grande livro de viagens*, pgs. 81-87, Lisboa, 1970.

(12) T. G. E. Powell — *L'art préhistorique*, pgs. 117 a 120, Paris, 1967; do mesmo — *Barbarian Europe* in *The dawn of civilization*, ed por Stuart Piggott, pg. 333, Londres, 1961; Luis de Albuquerque e Castro — *L'art mégalithique au Portugal* in *Atti del VI Congresso Internazionale delle Scienze Preistoriche e Protostoriche*, 1966; Joaquim dos Santos Junior — *Arte rupestre*, Porto, 1942; Elizabeth Shee — *Some examples of rock-art from County Cork*, separata do «*Journal of the Cork Historical and Archeological Society*», 1968; Emmanuel Anati — *L'arte rupestre galiego-portuguese, evoluzione e cronologia*, Arquivo de Beja, vol. XXIII-XXIV, pgs. 51 a 122, Beja, 1966-67; Nino Lamboglia — *Les gravures préhistoriques du Mont Bego*, Separata de «*Cahiers de Préhistoire et d'Archéologie*», Bordighera, 1947; Maurice Louis e Giuseppe Isetti — *Les gravures pré-historiques du Mont Bego*, Bordighera, 1964.

nizados, de 1848 anos antes de Cristo, com uma margem + — 275 anos (13).

Sintetizado o conceito etnográfico-arqueológico de menir vamos agora ocupar-nos, sob forma geral, do caso português e depois, com critério mais monográfico, do caso local de Monsaraz relativamente a esta tipologia megalítica.

Segundo supomos encontra-se ainda por fazer o cadastro dos menires portugueses nos moldes daquele que LE ROUZIC, tão exaustivamente, elaborou para os monumentos do Morbihan. Conforme dados já fornecidos por ESTÁCIO DA VEIGA sabe-se que nos fins do século XIX, precisamente em 1881, os menires identificados em Portugal eram apenas 3 e localizavam-se em Fantel, em Monte Fidalgo e na ribeira de Alcafala, no concelho de Vila Velha do Rodão (14).

O historiador MAGALHÃES GODINHO, em nota apensa ao capítulo «Megálitos» da tradução de um bem conhecido livro de VARAGNAC, aludindo a menires, cromlechs e alinhamentos, corrobora, iniludivelmente, o pensamento oitocentista de ESTÁCIO DA VEIGA relativamente à pobreza desta tipologia megalítica e não só em Portugal como em toda a Península Ibérica (15).

ADRIANO VASCO RODRIGUES, por seu lado, adere também a este ultrapassado conceito de ténue densidade desta tipologia megalítica dos menires e dos cromlechs, no nosso país (16).

Em 1964 — uma data que consideramos crucial para o consciente entendimento da problemática dos menires e dos cromlechs portugueses — o arqueólogo HENRIQUE PINA conquista o mérito de soltar o grito revelador da existência do grande menir e do cromlech dos

(13) Glyn Daniel — *The megalith builders of western Europe*, Londres, 1966; R. J. C. Atkinson — *Stonehenge*, Londres, 1956; Gerald Hawkins — *Stonehenge decoded*, Nova York, 1966; E. O. James — *From cave to cathedral*, pg. 93, Londres, 1965.

(14) Estácio da Veiga, *op. cit.*

(15) André Varagnac — *O homem antes da escrita*, trad. portuguesa, pg. 362, Lisboa, 1963; Manuel Cazorro — *Los monumentos megalíticos de la provincia de Gerona*, Madrid, 1912; Paulino Montez — *História da arquitectura primitiva em Portugal*, pg. 69, Lisboa, 1943.

(16) Adriano Vasco Rodrigues — *Arqueologia da Península Hispânica*, pg. 269, Porto, s. d.

Almendres, na proximidade da cidade de Évora, e pouco tempo depois dá também a conhecer o menir da herdade das Veladas e o cromlech da Portela de Mogos, também perto de Évora (17).

Sensivelmente na mesma data o poeta alentejano MÁRIO SAA, pesquisando marcos miliários nas yias romanas da Lusitânia, junto a Monsaraz, referencia-nos o famoso menir príapo do Outeiro. Pouco tempo depois, em 1966, a existência do monólito da Abelhõa chega também ao nosso conhecimento e o nosso pendõr monográfico por Monsaraz, alertado por estas sedutoras descobertas, encontra-se receptivo para o identificar como menir megalítico. Nos fins de 1969 o lavrador JOSÉ CRUZ e o Eng. LEONEL FRANCO, influenciados pela nossa divulgação arqueológica local, são por sua vez, bafejados pela sorte de descobrirem na herdade do Xarez, junto a Monsaraz, um importante e vasto conjunto megalítico do qual faz parte um outro grande menir falimórfico, embora mais tosco que o do Outeiro.

Este notável recinto megalítico localiza-se a curta distância da margem direita do rio Guadiana, próximo das abandonadas minas da Cabeça Alta, numa zona em que a metalurgia do cobre parece ter tido, na antiguidade, apreciável desenvolvimento (18).

Neste paraíso megalítico de Monsaraz, já tão celebrado nos domínios dolménicos pelos trabalhos dos LEISNER, cabe inserir agora o farto núcleo tipológico dos menires e dos cromlechs ultimamente dados a conhecer na região por vários investigadores.

Trataremos primeiramente de um monumento desaparecido. Era conhecido na região pela designação de «Penedo Gordo» e erguia-se na grande lavra de vinhas que ainda hoje circunda Reguengos, perto da anta do Carapetal.

Foi sacrificado e «cortado» para obra de cantaria e, a avaliar pelas informações orais recolhidas junto de pessoas de avançada idade que

(17) José Fernandes Ventura — *Monfurado, a mui ignorada serra do Sul de Portugal* in *Lavoura Portuguesa*, n.º 10, 1965; Henrique Leonor Pina — *Relatórios de actividades arqueológicas apresentados à Junta Distrital de Évora*.

(18) José Pires Gonçalves — *Monsaraz e seu termo*, I parte, pg. 131, Évora, 1962; Glyn Daniel — *The hungry archaeologist in France*, pgs. 143, Londres, 1963.

ainda o conheceram, tratava-se de um bilito com uns 6 metros de altura, de vértice mais amplo que a base e lembrando, na sua morfologia geral, um ventre feminino grávido. A este megálito andavam ligados rituais populares primaveris, de conteúdo sexual fertilizante.

Outro menir de vértice mais amplo que a base, lembrando um enorme cogumelo ou um útero de mulher, é a «Rocha dos Namorados» (19).

Situa-se a escassas dezenas de metros a norte do caminho que liga Reguengos a Monsaraz, sensivelmente 1 km. para além de Aldeia do Mato (a actual S. Pedro do Corval). O pedículo deste menir está povoado por mágicas «cavinhas» neolíticas e, posteriormente cristianizado, apresenta ainda hoje várias cruces gravadas ou esculpturadas na pedra. Mede uma altura aproximada de uns 3 metros e ainda hoje, no folclore local, se encontra votado a rituais pagãos de conteúdo sexual, tal como acontecia com o destruído Penedo Gordo.

O «Penedo Comprido» é, sem dúvida, o mais belo menir de Monsaraz e pode considerar-se, segundo a autorizada e insuspeita opinião do actual presidente da Sociedade Polimática de Morbihan, HENRY MARSILLE, «um magnífico monumento» (20). Estamos em crer não existir mesmo na Península Ibérica um monumento deste tipo que se lhe possa comparar. Embora com menor altura lembra morfológicamente, o grande menir da ilha Melon, em Porspoder, na Finisterra, destruído durante a última guerra mundial.

É um monólito finamente esculpado em forma «fálica» num enorme bloco de granito regional, medindo 5,60 m. de comprimento por 1 m. de diâmetro médio e com umas 8 toneladas de peso. No vértice, com requinte escultural que nada fica a dever aos mais perfeitos «buracos da alma» de certos monumentos dolménicos, apresenta um meato uretral com uns 30 cm. de diâmetro.

Este menir encontrava-se prostrado numa faixa de argilas de transição entre a mancha dos granitos e o silúrico superior, conhecida na

(19) José Pires Gonçalves — *A Rocha dos Namorados* in «Palavra», Bol. Paroquial de Reguengos, n.º 14, 1968; Fernand Niel — *La civilisation des mégalithes*, pgs. 54-117, Paris, 1970.

(20) Carta autógrafa de Henry Marsille, de 18-9-1969.

toponímia local pela designação de «terras do Penedo Comprido», entre as aldeias do Outeiro e da Barrada, a uns 2 km. em linha recta, a norte da anta grande do olival da Pêga.

O topónimo fixado a este obelisco de granito bastava, só por si, para, no contexto geral do megalitismo, o podermos identificar como um monumento do tipo menir. *Menhir*, em bretão, significa precisamente «*Pedra ou Penedo Comprido*».

Este menir *fálico* do Outeiro, com o patrocínio da Junta Distrital de Évora, do seu ilustre presidente Dr. ARMANDO PERDIGÃO e do «Grupo dos Amigos de Monsaraz» acaba de ser reerguido em 23 de Agosto passado.

No decurso desses trabalhos de levantamento, orientados por HENRIQUE PINA e por nós, procedemos a escavação em torno da zona onde o megálito se encontrava prostrado e na própria «cama» de assentamento mas essas buscas de campo resultaram negativas e não renderam, infelizmente, qualquer espólio de interesse arqueológico.

Encontraram-se, apenas, alguns toscos e irregulares blocos de xisto que admitimos terem desempenhado o papel de calces no leito de assentamento basilar do menir (21).

Sob os ângulos etnográfico e da história das religiões este menir do Outeiro, pela sua sugestiva morfologia, leva-nos a admitir que tenha constituído o símbolo patente de um santuário votado ao culto «fálico» ou a qualquer outro equivalente ritual de fertilidade praticado na região de Monsaraz durante o período megalítico.

O menir da Abelhõa, hoje com 2,75 m. de comprimento, está também prostrado e decapitado por sondagem de pedreiro e mostra na base, com diâmetros de $1,15 \times 0,65$, os sinais evidentes da mutilação humana causada por largas cunhas de madeira molhada. A avaliar pelo que dele resta pensamos que este monumento nunca teria tido uma altura inferior a uns 4 metros, quando intacto.

Como o dos Almendres o menir da Abelhõa é de secção elíptica ou, mais rigorosamente, oval e apresenta na face agora exposta, pelo menos, uma gravura bastante erosionada, em linhas costais e arci-

(21) Fernand Niel — *Dolmens et menhirs*, pg. 33, Paris, 1961; Alexander Keiller — *Windmill Hill and Avebury*, lâmina XLI, b, Oxford, 1965.

formes concêntricas que lembram os desenhos *dactiloscópicos* das celebradas gravuras da anta de Gavrinis, no Morbihan, e da estela antropomórfica da serra da Boulhosa. No vértice da face exposta existe uma outra gravura também muito erosionada e de difícil interpretação (um machado?). Sob o patrocínio da Junta Distrital de Évora e do «Grupo dos Amigos de Monsaraz» este menir acaba de ser reconstituído e reerguido em 29-9-1970. A face do monumento agora posta a descoberto mostra-se totalmente decorada por gravuras. Uma delas parece figurar um «standard solar». Outras são «ondulados» e amplos «zig-zags» ou traços «em escada» e linhas circulares concêntricas e paralelas. (Cf. T. G. E. Powell e Glyn Daniel, *Barclodiad y Gawres*, lâminas 16-17, Liverpool, 1956).

A cerca de 300 metros deste menir, numa pequena elevação para o lado norte, encontra-se abundante espólio arqueológico, lítico e cerâmico, que permite admitir a existência naquele local de um povoado neolítico, posteriormente romanizado.

Finalmente teremos de nos ocupar do importante recinto megalítico do Xarez e do seu menir fálico.

A maioria dos menires constituintes deste recinto encontravam-se prostrados e, pelas vicissitudes sofridas na campanha de despedramento mecânico, a que se procedeu no local onde depois se verificou o achado, estão agora amontoados em dois «ninhos» e, felizmente, pouco mutilados.

Alguns mantêm-se ainda *in situ* e relacionando conjuntamente as posições destes menires com os leitos daqueles que foram deslocados concedem-nos a esperança de podermos reconstituir, aproximadamente, o traçado original do recinto.

Pelos indícios já colhidos à superfície do terreno admitimos que o recinto megalítico do Xarez tivesse sido de traçado quadrangular e que nos encontremos, portanto, na presença de um *témeno* ou quadrilátero, composto por várias dezenas de menires. Se esta nossa primeira impressão vier a confirmar-se nos trabalhos de escavação que projectamos levar a cabo e não se tratar de um clássico cromlech, de traçado circular, estaremos então, segundo supomos, perante um santuário megalítico de circuito raro e até agora desconhecido em Portugal.

No centro geométrico deste quadrilátero erguia-se o grande menir «fálico», com uns 4 metros de altura por 0,75 m. de diâmetro médio.

As escavações a que procedemos em Setembro passado permitiram identificar com exactidão o local onde se erguia este grande menir, precisamente no centro geométrico do recinto megalítico.

Este menir está, também, gravado e mostra uma série de pequenas «covichas» alinhadas em sentido vertical e a partir do vértice.

Alguns dos menires mobilizados mostram, também, uma morfologia «fálica» e outros parecem ornados com petróglifos geométricos que terão de ser, oportunamente, recolhidos e estudados. Na zona envolvente deste recinto, a escassas dezenas de metros, para o lado sul, teve HENRIQUE PINA a felicidade de encontrar, recentemente, uma mó neolítica de granito.

Pelo ângulo etnográfico e da história das religiões o núcleo dos menires de Monsaraz sugere ainda algumas considerações. Sob estes aspectos quase nos asfixia o volume da onda bibliográfica publicada a propósito do significado cultural dos menires. E, todavia, esta subtil problemática etnográfica-religiosa, envolvendo uma questão cultural de fundo, parece continuar mergulhada no mais denso mistério e aberta não só as incursões da erudição como, também, às mais floridas e arrojadas hipóteses de trabalho.

O delírio de hipóteses que, no contexto da cultura megalítica, envolve o conceito de menir quase nos desorienta e ergue um tão espesso muro de mistérios ao nosso espírito que até nos consente as mais audaciosas especulações nas sombras desta quase impenetrável selva cultural.

Os menires, na orquestração da fantasia humana, têm sido, assim, pasto e alvo das mais estranhas e românticas interpretações etnográfico-religiosas.

Indicadores e protectores de túmulos ou de vias de comunicação, padrões geográficos, monumentos comemorativos ou religiosos, «tronos de almas», símbolos da fertilidade agrária ou humana, pedras fecundantes a exprimirem os mistérios sexuais pelos quais a Vida e a Natureza se eternizam no Cosmos, computadores astronómicos, santuários votados ao Sol, às Águas e às influências radiestésicas, tudo isto e

muito mais eles têm significado para a fértil e incontida imaginação dos homens! (22).

Relativamente a Monsaraz importa notar que a maioria dos seus menires mais representativos se reveste de uma morfologia «fálica» e que os raros exemplares dela divergentes, nomeadamente a Rocha dos Namorados e o destruído Penedo Gordo, sugerem flagrante semelhança com o útero da mulher ou, então, com um ventre feminino grávido.

Ora, segundo parece ser hoje geralmente admitido, o culto fálico megalítico, como símbolo da fertilidade e do poder criador da Natureza, teve larga difusão no mundo pré-histórico e floresceu tão pujantemente no Ocidente que, segundo aponta LE ROUZIC, ainda nos fins do século XVI, o jesuíta MICHEL LE NOBLETZ declarava abertamente ter conhecido na Bretanha pessoas *que adoravam as pedras* e HIGGINS, escrevendo em 1829, não duvidava afirmar, por seu lado, que na própria igreja de S. Pedro em Roma existia, «kept in secret, a large stone emblem of the creative power of a very peculiar shape» (23).

A França, sobretudo, parece ter sido excepcionalmente rica nestes megálitos simbolizando o culto fálico.

A literatura aponta, neste país, entre muitos outros os localizados em Poligny, em Vendre, em Auxerre e em Aix e celebra, ostensivamente, o da igreja de Santo Eutrópio, em Orange, notável pelas dimensões e pelo curioso pormenor morfológico de se encontrar acompanhado pelos seus apêndices e cuidadosamente protegidos por monumental estojo de cabedal e o de Puy-en-Velay, onde as mulheres acorriam a roçar-se para lhe arrancarem esquirolas líticas que dissolviam em água e, depois, ingeriam como deliciosa e seminal beberagem.

Encastrado no próprio frontão da igreja de St. Jouin de Marne, a poucos quilómetros de Thouars, segundo nos informou o nosso malogrado e querido amigo o físico-matemático Prof. ANTÓNIO GIÃO, ainda hoje se pode admirar um enorme falo de pedra com cerca de uns 3 metros de altura.

(22) P. Bourdoux — *Radiesthesie pour les missionnaires*, pgs. 337-40, Paris, 1946.

(23) Zacharie Le Rouzic — *Carnac*, pg. 37, Rennes, 1966; George Ryley Scott — *Phallic worship*, pg. 101, Londres, 1966; Fernand Niel — *La civilisation ...*, pgs. 61; E. O. James — *Le culte de la déesse-mère*, pgs. 21, Paris, 1960.

Este «falicismo», tão nutrida e penetrantemente dissecado nas obras de RYLEY SCOTT e de JOHN DAVENPORT ⁽²⁴⁾ e tão sugestivamente documentado nos trabalhos arqueológicos do padre AZAÏS e de ROGER CHAMBARD ⁽²⁵⁾ na Etiópia e ainda nos fartos achados monumentais do planalto de Tondidaro, no Mali ⁽²⁶⁾ — nada menos do que um núcleo de 150 menires «fálicos» — mostra bem a expansão que o culto fálico, como ritual simbólico da força transmissora da Vida, teve nas mais desvairadas latitudes do mundo antigo e ainda hoje persistente, como elemento totémico, nos costumes de alguns povos primitivos ⁽²⁷⁾.

Foi sobre estas pedras simbólicas do primitivo culto pagão que a severidade dos éditos conciliares lançou o anátema cristão que ordenava a destruição, a derruba ou então a cristianização dos menires megalíticos e, ao mesmo tempo, a excomunhão dos obstinados prosélitos desse culto que, à luz da moral cristã, envolvia condenáveis práticas obscenas e grave crime de sacrilégio.

A prova material da existência do culto fálico pré-histórico em Portugal parece não se encontrar apenas documentada neste importante e rico núcleo de menires de Monsaraz, na sua maioria de iniludível morfologia sexual e um deles até enriquecido por gravura em círculos concêntricos onde alguns antropologistas culturais pretendem ver a

⁽²⁴⁾ John Davenport — *Aphrodisiacs and love stimulants*, Londres, 1965.

⁽²⁵⁾ R. P. Azaïs e R. Chambard — *Cinq années de recherches archéologiques en Éthiopie*, Paris, 1931; Jean Leclant — *L'archéologie d'Éthiopie* in Gilbert Charles-Picard — *L'archéologie*, pg. 201, Paris, 1969; Gabriel Camps — *Monuments et rites funéraires protohistoriques*, pg. 553, Paris, 1961.

⁽²⁶⁾ Denis Roche — *Carnac*, pg. 76, Paris, 1969; F. Niel, loc. cit., pg. 75.

⁽²⁷⁾ E. O. James — *La religion préhistorique*, pg. 173, Paris, 1959; Ambrogio Donini — *Breve história das religiões*, pg. 89 da trad. bras., Rio de Janeiro, 1965; Mircea Eliade — *Traité d'histoire des religions*, pg. 191, Paris, 1968; Géza Róheim — *Héros phalliques et symboles maternels dans la mytologie australienne*, pgs. 130 a 173, Paris, 1970; Bernardo Berdichewsky Scher — *Los enterramientos en cuevas artificiales del bronce I hispanico*, pgs. 199, Madrid, 1964; Boris de Rachewiltz — *Black Eros*, pg. 14, Londres-Milão, 1969.

representação simbólica do púbis ou da vulva humana, correntemente figurados na arte dos povos observadores de ritos de fertilidade⁽²⁸⁾.

Esse culto de fertilidade parece encontrar-se ainda documentado e corroborado pelas ricas colecções de amuletos fálicos de bronze que hoje povoam as «vitrines» dos Museus de Arqueologia e de que o eminente Prof. LEITE DE VASCONCELOS tão vivas e eruditas notícias nos deu nas suas «Religiões da Lusitânia»⁽²⁹⁾.

Na região de Monsaraz foi, em tempos, encontrado um desses amuletos fálicos de bronze. O original está na colecção particular do médico Dr. HEITOR DURÃO, morador em Évora.

Parece que os rapazes os usavam pendurados de correntes e que as moças os exibiam como berloques de colar, aconchegados ao seio ou então, descaradamente, como adornos de cabeleira. No sul da Itália, em Isernia, durante as festas de S. Cosme e S. Damião, ainda nos fins do século XVIII se continuava a render culto a Priapo e ali se ofereciam, como ex-votos, destes amuletos fálicos em cera⁽³⁰⁾.

Por tudo isto nos parece lícito admitir que o faliomorfismo dominante no núcleo dos menires de Monsaraz, e até o próprio tipo da gravura do menir da Abelhoa significando fertilidade, possam envolver uma afirmação da presença do culto fálico nos povos desta região durante o período eneolítico.

Não desejamos concluir sem focarmos, ainda, o possível nexo de distribuição geográfica dos menires com os traçados viários da época megalítica. O núcleo de Monsaraz, erguido junto da margem direita do rio Guadiana, encontra-se nitidamente implantado ao longo das grandes vias romanas e medievais já histórica e arqueologicamente reconhecidas nesta região.

Sob este singular aspecto nele se nota a mesma curiosa coincidência já tão penetrantemente verificada e denunciada por LUÍS DE

(28) Géza Róheim, loc. cit., pg. 143; Franck Bourdier — *Préhistoire de France*, pg. 320, Paris, 1967.

(29) Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitânia*, Vol. III, pgs. 524-28, Lisboa, 1913; Octávio da Veiga Ferreira e Seomara da Veiga Ferreira — *A vida dos lusitanos no tempo de Viriato*, pg. 114, Lisboa, 1969.

(30) George Ryley Scott, loc. cit., pg. 197.

ALBUQUERQUE E CASTRO no núcleo dos monumentos megalíticos de Talhadas e Antelas ⁽³¹⁾.

Identidade meramente casual?

Costume observado pelo povo megalítico na implantação dos seus vastos santuários ou monumentos cultuais isolados?

Não o sabemos, por enquanto.

Do que não nos restam dúvidas é que o povo megalítico, esse «povo patriarcal aristocrático» na lírica e ambiciosa definição de MARTIN ALMAGRO ⁽³²⁾, não se limitava a sepultar os seus príncipes e caudilhos em vastas necrópoles colectivas, familiares ou tribais, arquitectadas em blocos gigantescos mas era, ainda, um povo que se consagrava a uma religião estruturada em rituais de fertilidade e simbolizada por essas grandes pedras erectas, de morfologia frequentemente «fállica», isoladas ou agrupadas em santuários, que a Arqueologia conhece pela designação de «Menhires» e que hoje, pelo irresistível e generoso privilégio que, a pretexto do nosso romântico amor a Monsaraz, nos foi outorgado pelo Dr. FARINHA DOS SANTOS constitue a única justificação da nossa presença nesta douta Associação dos Arqueólogos Portugueses.

NOTA — *Posteriormente à apresentação desta comunicação, em Agosto passado, o arqueólogo HENRIQUE PINA e o autor deste trabalho fizeram o reconhecimento de um novo núcleo de vários menires de granito localizados na herdade dos Perdigões — herdade que pertenceu no século XVI ao irmão de DAMIÃO DE GOIS, FRUTOS DE GOIS, que foi camareiro do rei D. MANUEL e depois do insigne musicólogo Prof. LUÍS DE FREITAS BRANCO — uns 2 kms. a Norte de Reguengos de Monsaraz.*

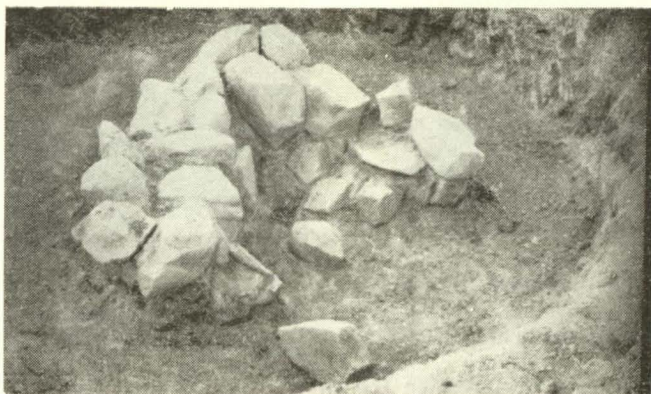
⁽³¹⁾ Luis de Albuquerque e Castro — *Monumentos megalíticos de Chão Redondo* in *Estudos do Serviço de Fomento Mineiro*, Vol. XIV, fascs. 1-2, pg. 169, Porto, 1960.

⁽³²⁾ Martin Almagro — *Origen y formación del pueblo hispano*, pg. 62, Barcelona, 1958.

Um desses monumentos megalíticos, fracturado na base, é, também, de tipo «fálico», ultrapassa os 4 metros de altura e deve pesar umas 8 toneladas.

Esta comunicação foi ilustrada com projecção de muitos diapositivos a preto e a cores.

As fotografias que ilustram este trabalho são de DAVID DE FREITAS e o mapa é um arranjo de DEMÓSTENES ESPANCA.



Corôa de calces de pedra, parcialmente destruída, do grande menir «fálico» do Xarez, no centro geométrico do recinto



Menir da Abelhõoa, depois de reconstituído e reerguido em 29 de Setembro de 1970



O menir dos Almendres (Évora), identificado pelo arqueólogo Henrique Pina



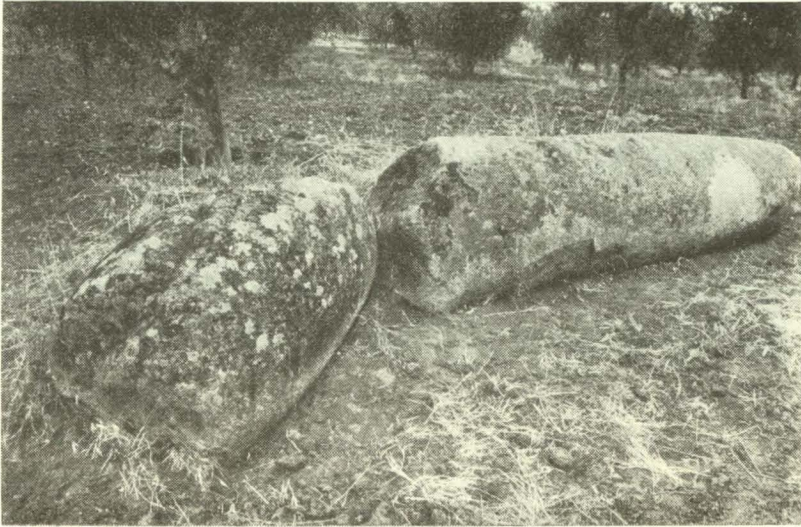
Menir «fálico» do Outeiro (Penedo comprido). Junto do megálito a «équipe» que dirigiu o levantamento: o arqueólogo Henrique Pina, o autor da comunicação e o mestre de pedraria Francisco Mendes



O grande menir «fálico» do Outeiro, depois de erecto. No vértice do monumento nota-se o chanfro do meato uretral



Grande menir «fálico» do Xarez. Note-se no vértice do menir a linha de «covinhas» assinaladas a giz



Grande menir «fálico» dos Perdigões. Prostrado e fracturado em dois fragmentos



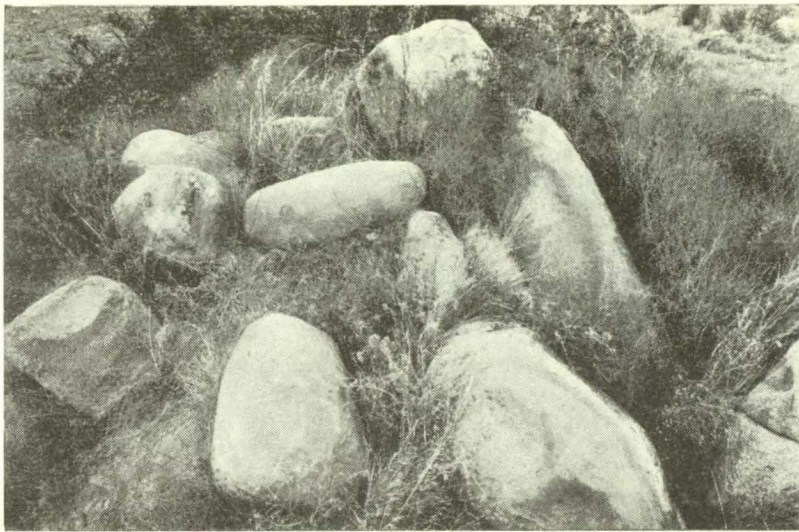
Menir gravado da Abelha. Note-se o tipo da gravura em linhas concêntricas (rito de fertilidade?). Aspecto anterior à reconstituição e erecção



Menir dos Perdígões, prostrado, fracturado e de secção elíptica



Menir cristianizado da «Rocha dos Namorados». Notem-se a flagrante semelhança do monumento com o útero da mulher, as inúmeras «cavinhas» gravadas no pedículo e, caídas e dispersas no terreno, as pedras simbólicas do rito de fertilidade a que o menir continua votado



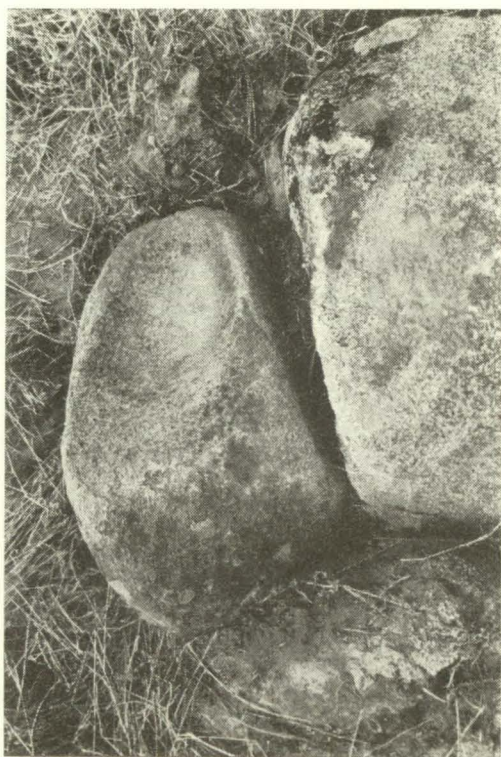
«Ninho» de menires do aniquilado «témeno» do Xarez. Alguns dos exemplares são de morfologia inconfundivelmente «fálica»



Série de menires alinhados no «témeno» do Xarez. No horizonte a silhueta de Monsaraz e em segundo plano, a contrastarem com as árvores, dois «ninhos» de menires



Amontoado de pedras «talhas» do cromlech do «monte»
da Ribeira do Álamo



Mó neolítica de granito encontrada junto do
monumento do Xarez

AS ALTERAÇÕES AO SANTORAL E SUAS REPERCUSSÕES NA HISTORIOGRAFIA

pelo sócio efectivo

Meyrelles do Souto

FORAM resolvidas pela Santa Sé alterações no calendário litúrgico, na sua parte do «Santorale».

Não que — como alguns quiseram pensar — houvesse santos que deixariam de o ser; que houvesse canonizados ... desclassificados; nomes venerados agora tornados vulgares ... Nada disso!

É preciso bem esclarecer: o Santo Padre e a Igreja não têm poderes para «fazer santos»; quem os faz são os próprios, por sua vida exemplaríssima, aproveitando bem, em si, a Graça de Deus.

A Santa Sé apenas se limita a «canonizar», isto é, a proclamá-los santos, ou seja a mostrá-los dignos da veneração pública, por suas virtudes em grau heróico e sublime, a dá-los como exemplo e paradigma aos outros homens.

Santos, são-no eles pela sua vida; sòmente a autorização oficial de seu culto público é que depende da Igreja Católica!

Isto não implica nada, aliás, é evidente, com o dogma da Infalibilidade pontificia, porquanto o Papa, ao definir «ex-cathedra» a canonização dum homem ou duma mulher, não afirma senão que ele, ou ela, por seus actos e seus escritos, por seus exemplos e virtudes, merece ser apontado como modelo e lição a ser seguida por todos os crentes.

Também se não pode conceber a ideia de santos de primeira, segunda ou terceira categorias, pois apenas Deus, em Seu infinito Saber, ajuiza dos merecimentos *verdadeiros e reais* de cada um e pode julgar, definitivamente, os méritos e deméritos para a eternidade e também a influência de cada qual no decorrer dos séculos.

Os homens, com seus juízos precários e falíveis — se bem que após estudos aprofundados, quer da actuação, quer da escrita do canonizado — não podem fazer mais que verificar os factos e apregoá-los em voz alta perante a humanidade e os fiéis.

Porém, «só Deus é juiz dos corações» e, ante a Justiça Divina, onnipotente e omnisciente, a humana é bem informe.

E quantos santos andarão aí pelo mundo, todos os dias, sem que ninguém — senão Deus — os conheça e avalie?

Tirando a Virgem Maria — à qual é prestado culto de hiperdulia — aos canonizados, bemaventurados, veneráveis e beatos presta-se simples veneração: *dulia*.

E mesmo, no recôndito dos corações e nos refolhos das almas, ninguém sabe qual o santo que maior repercussão social e religiosa terá tido, pois da consciência de cada qual só o próprio e Deus estão a par.

I

Portanto, aquilo que a Santa Sé acaba de decretar é, unicamente, um modo *prático* de pôr certa ordem em assunto que a devoção dos fiéis, no decorrer dos tempos e das gerações, tinha um tanto desordenado.

São aos milhares os Santos, às dezenas de milhar, certamente; porém, nem todos são conhecidos, e muitos nem especificados com festa privativa: é essa mesma a razão da celebração, em 1 de Novembro, da de «Todos os Santos».

Contudo, já são tantos aqueles que os fiéis querem comemorar e venerar, que os 365 dias anuais não chegam senão para registar alguns: os mais antigos ou de maior projecção histórica ou social — *mas não mais santos*.

Como, em cada dia, vários são invocados e uns são conhecidos do

mundo inteiro, enquanto outros têm devoção mais limitada e restrita (o Beato Nun'Álvares é, evidentemente, pouco venerado em Espanha; santa Joana d'Arc em Inglaterra, etc.), houve que legislar de maneira a recolocar cada um em seu sítio, tanto quanto possível equilibrado em relação ao mundo inteiro.

Além disso, todos sabemos o valor de certas lendas acrescentadas pelo povo através dos centénios — «quem conta um conto, acrescenta-lhe um ponto!», com pormenores, às vezes, até bem pouco edificantes.

E, ainda, com o evoluir da crítica histórica, cada hora mais exigente, é forçoso e necessário, muita vez, rever os textos invocados — como sucede, aliás, em toda a historiografia — não vá passar por exacto e seguro aquilo apenas provável e conjectural.

Será o caso de Santa Filomena — cuja existência talvez tenha sido bem real — mas, contudo, foi anunciada sem o devido e imprescindível cuidado no estudo das fontes informativas.

E a Igreja, com sua prudência natural e obrigatória, prefere sempre afastar do culto o nome dum santificado, cuja biografia não esteja perfeitamente esclarecida — a impô-lo às consciências, não vão aparecer contraditores que se não convençam com os argumentos apresentados em prol dessa determinada pessoa. Um canonizado a mais ou a menos não conta para a glória de Deus, nem para o brilho da Igreja; mas a aceitação e proclamação dum santo duvidoso pode ser muito prejudicial às almas: daí, todo o cuidado no respectivo processo e as minúcias numerosas a atender.

«Se este é falso» (poderiam dizer, por extensão), «os outros também o são».

II

Daqui resultaram dois factos, cuja repercussão na historiografia pode vir a ser notável e de relevância.

1) Os acontecimentos, fossem quais fossem, deram-se, evidentemente — queiramos ou não —, em *tal* dia, de *tal* mês e de *tal* ano. Porém, a determinação exacta desse «*tal*», às vezes, tem-se tornado difícil e só, por meios indirectos, se consegue fixar e estabelecer.

Assim, não-raro, interessa muito saber (quanto mais não seja,

por simples curiosidade) o dia da semana ou o dia do mês em que se realizou determinado evento.

Já beneméritos estudiosos fabricaram tábuas que permitem chegar a numerosas certezaas, com base em pesquisas sérias e aturadas. Mas, com frequência, através das crónicas, aquilo que se vê nem é a indicação do numeral do dia, nem sequer a do ferial, mas *a do santo* festejado.

Assim, a ilha de S. Tomé, por ex., recebeu este nome devido ao achamento em 21 de Dezembro, festividade daquele Apóstolo, ignorando-se, todavia, o ano certo (1470? 1471?) (1).

Logo, se este Apóstolo desaparecesse do elenco vulgar ou se o dia a ele consagrado fosse diferido, as conclusões a tirar teriam de tomar este pormenor em consideração.

Também todos sabemos como Carlos Magno foi coroado imperador pelo Papa Leão III na véspera do Natal de 800. Se a festa variasse de data, aquela cerimónia histórica comemorar-se-ia, na mesma, em 24 de Dezembro, mas já sem a referida relação mnemónica.

O grande terramoto de Lisboa (que se sentiu fortemente em Salamanca) aconteceu a 1 de Novembro, em «Todos os Santos».

A vitoriosa batalha de Aljubarrota deu-se na véspera da Assunção da Virgem («A Senhora de Agosto») comemorada a 15; mas, se houvesse alteração aqui, já aquela referência histórica — e ao jejum respectivo, como relatam os cronistas — deixaria de ser exacta.

Goa conquistou-a Albuquerque no dia de Santa Catarina do Monte Sinai: logo, a 25 de Novembro, segundo o calendário actual.

Foi, mesmo, servindo-me de deduções semelhantes, que pude estabelecer com exactidão o desembarque de D. Gonçalo da Silveira em Moçambique, vista a discordância entre duas fontes informativas (2).

— Uma diz: «ẽtramos em Moçambique q̃ forao 4 de fevereyro, q̃ foy hua terceyra feira»; outra informa: «chegamos dia de Santa Ageda» (sic). Ora, esta virgem martir de Palermo, torturada por ordem de Quintiano, governador de Sicília, no ano 251, muito da devoção sici-

(1) Meyrelles do Souto — «Na ilha de S. Tomé», in «Revista Militar», Junho de 1967, & «Feitiço de Além-Mar» (Parceria A. M. Pereira, 1970).

(2) O Mártir do Monomotapa. Itinerários e cronologia, «Anaes da Academia Portuguesa de Historia», 1963.

liana, marca-se a 5 de fevereiro: e, no ano em questão, 4 de fevereiro caiu em domingo.

Portanto, deve ser 5 de Fevereiro, segunda feira, a data mais segura, correcta e exacta.

E, também, por saber que a Festa do Corpo de Deus caía, sempre, numa quinta feira, pude, contra as opiniões de mais de vinte historiadores portugueses (qualquer deles de muito maior valia que a minha pobre pessoa, e alguns, mestres reverenciados, com toda a justiça) pude comprovar o dia e a data da execução do Duque de Bragança, o das Pernas Gordas, D. Fernando II, o justicado de Évora (3).

Como se vê, não são pormenores de todo despiendos, nem maravalhas de deitar fora.

III

Neste reestudar do Santoral, neste reajustamento, digamos assim, alguns canonizados voltam a ser considerados «històricamente apócrifos», isto é, não bastantemente documentada a sua biografia.

Na verdade, é de aceitar como lendárias, sem hesitação, as «Onze mil virgens», companheiras de Santa Auta, a mártir de Colónia, (cujo corpo em magnífica urna jaz em Xabregas, na Madre de Deus), número esquisito e vago, cuja explicação está num erro do copista:

Undecimilla (já de si pouco vulgar, talvez a undécima filha de casal bem reproduzido e numeroso) terá sido copiado e transmitido como Undecimilia (um *i* em vez de *L*) e uma virgem desdobrou-se em nada menos de onze mil!

Mas, já, àcerca de Santa Bárbara, padroeira dos artilheiros (contra a qual há tempo se engalfinham os «tiros» de certos escritores, supinho sem razão) oponho muitas reservas a esses críticos, mantendo-me favorável à veracidade tradicional.

Ignoro em que bases se mantêm os opositoristas; porém, está provado e mais que provado: afirmativas absolutas não se podem fazer em historiografia sem documentos a servirem de base e a apoiar (4).

(3) Meyrelles do Souto — A tragédia da Praça Grande. «Instituto de Coimbra», 1967.

(4) Meyrelles do Souto — Percalços dos historiadores. «Ocidente», 1966.

Logo, a falta de documentos seguros *não é* bastante para negar qualquer facto tradicional, pois quantos deles se perderam nesse rodopiar de séculos e séculos? Nesse desfazer de arquivos, nesse desperdício de valores preciosos, acarretado pelas guerras, pelos incêndios, pelos sismos — eu sei lá! (5).

Aquilo que se pode assegurar — e isso é patente a quantos lá forem ver e, quanto a mim, do maior valor probatório — é o facto de, já desde a IV centúria, portanto logo após a liberdade constantiniana, se encontrar na Babilónia do Cairo, «Kasr el-Chamah» («o Forte da Candeia») ou «Deir el-Nasarah» («o Mosteiro Cristão»), a igreja de santa Bárbara, do referido centénio, da qual uma porta, *dessa época*, existe mesmo, ainda, no Museu Copta. Quem quizer o pode verificar, como eu o fiz.

Ora, custa a crer, é mesmo inadmissível, que nesses tempos primeiros de liberdade cristã, quando ainda haveria companheiros da mártir, ou pelo menos, a memória de seu martírio estaria bem viva — (em 306, em Heliopolis, em egípcio On, no Baixo Egipto, perto de Matarieh, onde hoje se levanta o aeródromo que serve a capital deste país; determinado por Galero, diz o agiólogo) — de tal acontecimento não restassem notícias. Perderam-se? Porque ninguém acredita na invenção total do nome e do facto.

Acentuemos: as igrejas coptas estão onde sempre estiveram, reconstruídas embora, mas «ne varietur» nos apelativos e locais.

Igualmente, S. Jorge — feito padroeiro da Inglaterra por Bento XIV (1740-1758) — gozando de grande popularidade no Oriente (a ordem de S. Jorge era, na Rússia, da maior categoria), nascido em Lydda, na Palestina, perto da moderna Herzlia (onde estivemos há pouco), o militar da Capadocia, martirizado no ano 303, segundo a agiografia — tem igreja aqui no mesmo bairro copta, bem velhinha.

Eis outro nome, cuja veneração vem de longe.

É orago de linda capelinha, bem perto de minha casa, aliás, santo Amaro, ou Mauro, sempre considerado glória da Ordem de S. Bento, discípulo próximo do Santo Patriarca, em Subiaco e Monte Cassino.

(5) Meyrelles do Souto. Ourique até quinhentos. «Arte e Arqueologia», 1962.

Parece ter sido o mesmo o fundador do mosteiro de Glanfeuil, no Anju. Levantaram-se, acaso, dúvidas na sua identificação, ou melhor, na «unificação» das duas personagens? Talvez!

Não acredito, todavia, que os beneditinos reneguem tal confrade, ilustre patrono, por sinal, da Congregação de São Mauro, fundada em 1618 (6) e deixem de lhe manter o devido culto e viva veneração.

IV

Consequências deste arrazoado serão fáceis de tirar. Alterado agora o Santoral; marcada a festa de determinado santo para outro dia diferente do tradicional (o beato Inácio de Azevedo passou para 17 de Julho) é preciso muito cuidado por parte do historiador, daqui para o futuro, ao aproveitar, ao apoiar-se, nesse dado cronológico e histórico.

Como é sabido, o dia normalmente festejado é o da morte, pois não só é fácil de determinar, como, religiosamente, se considera o inicial da vida eterna, da glória sem fim. O do nascimento é mesmo tanta vez ignorado. Ao nascer, quem supõe tratar-se dum futuro canonizado essa criancinha em vagidos? Se, até, o natalício exacto de NOSSO SENHOR JESUS CRISTO é ignorado, quer no dia, quer no mês e, até no ano (!!!) — como admirar-nos de não se saber o duma criatura nascida tal qual as outras, sem sinal algum a especializá-la?

Estamos em face da terceira grande alteração do calendário eclesiástico. A primeira, foi a adopção da Era de Cristo para origem da contagem dos tempos, em vez da de César, mais velha de 38 anos.

Em Portugal começou a vigorar sob D. João I, por lei de 15-8-1424. Apesar da fácil alteração, ainda hoje, por vezes, causa surpresa e engulhos (7).

Da segunda, a reforma gregoriana, todos o sabemos, resultaram diferenças grandes perante certos seguidores do calendário antigo. Pres-

(6) Meyrelles do Souto — Médicos e santos. «Acção Médica», 1945.

(7) Meyrelles do Souto — As Baleares e Portugal. (Agência do Ultramar), 1967.

crita pelo Papa Gregório XIII, na bula «Inter grevissimas» de 24 de Janeiro de 1582, nela interveio o jesuíta alemão Carlos Clavio, discípulo na Universidade de Coimbra do nosso celebérrimo doutor Pedro Nunes (8).

Por ela (para compensar o erro que traduzia nessa altura), de 4 de Outubro passou-se de salto para 15 de Outubro. Isto, porém, não foi obedecido pelo mundo inteiro e países houve, protestantes, que a não seguiram até 1752, permanecendo ainda sem efeito na Rússia e na Grécia, em nossos dias.

Será a actual, sob forma diversa, não menos fundamental, a tomar bem em conta, para futuro, pelos historiógrafos.

... E desta vez, possivelmente, resultará (sobretudo se também a Páscoa se transformar em festa de data fixa, pretensão de muitos com certas justificações) que tratados valiosos e substanciais e de muito trabalho e aproveitamento actual (penso na célebre «Art de vérifier les dates»), se podem, até certo ponto, tornar obsoletas e quase inúteis, a partir daqui por diante, — ou pelo menos, necessitem de «apêndices» novos para sua actualização!

O progresso tem de pagar os seus tributos ...

Janeiro 1970.

(8) Fontoura da Costa — «Pedro Nunes». (Agência do Ultramar), 1969.

HIPÓLITO CABAÇO

pela sócia efectiva

Maria Amélia Horta Pereira

NO dia 12 deste mês de Fevereiro de 1970 extinguiu-se, com oitenta e quatro anos de idade, na Quinta da Boa Água ao Carregado, Hipólito Falcão Toar e Athayde Barreto de Almeida da Costa Cabaço. *

A Arqueologia portuguesa, na qual surge como pioneiro heróico e gigantesco, está de luto. De luto está esta Casa, à qual pertenceu. A singela homenagem que lhe prestamos hoje aqui, tem como porta-voz quem pareceria, pela distância das gerações, menos indicado para o ser.

Lição profunda: indica aos mais jovens ainda, que as suas ideias novas e as suas novas descobertas são apenas um elo na imensa cadeia da investigação científica, e que eles se devem considerar permanentemente, humildemente, tributários do Passado, se quiserem erguer, sobre sólidos alicerces, o edifício do Futuro.

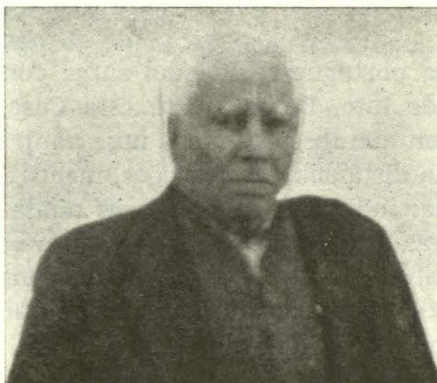
Aquele, cuja obra resumirei em breves palavras, legou-nos um outro exemplo, não menos precioso que o do seu trabalho — o exemplo de um carácter bom, firme, generoso, dedicado, pronto na comunicação, leal e perseverante, entregue sem reservas ao cumprimento do seu destino. Amava a Ciência pela Ciência, sem ambições de vanglória, sem

* Elogio proferido durante a homenagem prestada em 25 de Fevereiro de 1970 na sessão mensal da Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

desejo de recompensa, mas igualmente sem surpresas perante a ingratidão, aceitando o silêncio em torno do seu nome, apagando-se quase voluntariamente.

Legou a Portugal a mais extensa e coerente obra de prospecção e exploração dentro dos domínios da Pré-história, realizada na primeira metade do século XX, sobretudo nesse sector ingrato, difícil e controverso que é o Paleolítico. Abriu novas perspectivas, mas por elas pagou um alto preço — deu tudo e tudo perdeu, já que a sociedade do tempo em que vivemos, esquecida que todo o progresso, todas as descobertas, todas as conquistas da Humanidade, tiveram na origem um construtor de sonhos, tritura sem piedade aqueles que se devotam ao que parece um sonho.

E ainda assim, afirmava em Abrantes, ao P.º José Eduardo Ferreira Martins, na Páscoa de 1969: «Nunca perdi esta alegria de achar. Só tenho pena de não poder continuar por mais tempo. Se fosse necessário, voltaria ao princípio.»



Hipólito Cabaço, em 1965

Ao completarem-se as vinte e quatro horas do dia 20 de Setembro de 1885, nasceu no lugar do Paiol da freguesia dos Prazeres de Aldeia Galega de Alenquer, o primeiro filho de Dona Maria da Piedade Barreto de Almeida e Costa, senhora de grandes predicados morais e nobre ascendência, e do lavrador e comerciante Manuel da Costa Cabaço, cuja

bondade notória e grandeza de carácter constituíram a melhor escola em que se havia de criar seu Filho.

Visitou então Portugal um rico e conhecido vinhateiro de Bordéus, cliente e amigo velho da Casa Cabaço, Hippolyte Lassale. Foi ele, em 2 de Novembro seguinte, o principal padrinho do recém-nascido. E seria sob a sua protecção que, em 1901, o afilhado Hipólito se fixava em terras de França, tendo com objectivo imediato a especialização no tratamento de vinhos e respectivo fabrico.

Parece porém, segundo as próprias declarações, que passava mais tempo nos museus do que nas adegas, porque neles encontrara maravilhado o que seria a sua vocação: peças de Arqueologia e, sobretudo, material paleolítico.

Ao regressar à Pátria, em 1903, com dezoito anos apenas, descobre na charneca do Espírito Santo instrumentos de pedra lascada, os quais só viriam a ser devidamente classificados e estudados quarenta anos volvidos, por Henri Breuil e Georges Zbyszewski (1).

Outros achados se seguiram, na Charneca do Sabugosa (Vila Nova da Rainha), no Queimado, na Quinta do César na Quinta do Chacão, nos terraços da Ribeira de Alenquer, no Casal do Concelho (Camarnal), no Vale da Golfa, perto da Gruta dos Refugiados, no Vale do Trabum, junto à Abrigada, sítio predestinado da Pré-história portuguesa (2), até que, de 1920 a 1922, se dedica às jazidas da Ota, havendo que destacar, particularmente, a Caverna da Moura, explorada em 1920.

Entretanto, em 6 de Dezembro de 1913, casara com sua segunda prima Dona Idalina da Costa Cabaço, nascendo a filha primogénita Maria da Piedade, em 1914, e depois, sucessivamente, Isabel Maria, que sobreviveria apenas 4 meses, em 1915, Manuel em 1916, Faustino em 1917 e António em 1919.

Passa a residir, a partir desta data e durante largos períodos do

(1) Henri Breuil e Georges Zbyszewski, «Le Paléolithique de la collection de M. Hipolito da Costa Cabaço, a Alenquer», *Damianus a Goes*, Lisboa, 1943, n.º 4, pp 97-153.

(2) M. J. Possidónio da Silva, «Sur les haches en bronze, trouvées en Portugal», *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques — Compte-rendu de la 9ème sèssion à Lisbonne, 1880*, Lisboa, 1884, pp. 358-366 (p. 359, fig. 1).

ano, na sua quinta do Vale das Lajes, à Ota, onde, em 1925, descobre simultâneamente a segunda grande jazida paleolítica (3) e uma sepultura que Mendes Correia classificou de neolítica (4).

Em 24 de Fevereiro de 1927 é chamado a presidir à primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer, nomeada pelo Governo da Ditadura Militar após o movimento do 28 de Maio de 1926.

Aproximam-se os anos 30. Nascem-lhe os últimos filhos, Hipólito, Domingos Guilherme, Idalina do Rosário e Maria de Lurdes.

Em 1932, o topónimo sedutor de Casal da Moura leva-o a localizar, salvando de charruagem certa, o Castelo da Ota (5). No mesmo ano relaciona-se estreitamente com Rui de Serpa Pinto, o qual descera ao Tejo para colaborar nas explorações que o Instituto de Antropologia da Universidade do Porto vinha realizando em Muge (6), aproveitando para visitar no Carregado, o Poço do Casal do Torquato, onde haviam

(3) Henri Breuil e Georges Zbyszewsky, «Le Paléolithique de la collection de M. Hipólito da Costa Cabaço, a Alenquer», p. 131.

— Afonso do Paço, «Paleolítico de Alenquer», *Brotéria*, Lisboa, 1966, vol. LXXXII, pp. 243-246, figs. 1 A, 1 B, 1 D e 2 E.

(4) A. A. Mendes Correia, «A sepultura neolítica do Vale das Lajes e os eólitos da Ota», *Butlletí de la Assoc. Catalana d'Antrop., Etnolog. i Prehistoria*, vol. III, Barcelona, 1925, pp. 117-146.

— *idem*, «O homem terciário em Portugal», *Lusitânia*, Lisboa, 1926, vol. III, fasc. IX, pp. 329-344.

— *idem*, «Nouvelles recherches sur l'homme tertiaire en Portugal», *Inst. Intern. d'Anthrop. IIIème sèssion, Amsterdam, 1927*, Paris, 1928, pp. 20-29.

(5) A. A. Mendes Correia, «Ribatejanos», *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, 1934, n.º 37 a 42, pp. 22-41.

— Ernâni Barbosa, *Alenquer nas épocas pré e proto-históricas*, Dissert. para Licenciatura em C. Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1955.

— *idem*, «O Castro de Ota», *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1965, II série, vol. III, pp. 117-124.

— Maria Amélia Horta Pereira, «6 machados do Castelo da Ota e 1 lâmina de punhal de São João de Abrantes ou as culturas do Cobre e do Bronze na Bacia do Tejo», *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, 1969.

(6) A. A. Mendes Correia, «Novos elementos para a cronologia dos concheiros de Muge», *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, t. XVIII, n.º 3, Porto, 1934, pp. 154-150.

sido assinalados restos paleontológicos, mais precisamente, um molar de *elephas antiquus* (7).

E foi Serpa Pinto, que morreria em breve, o indirecto responsável pelas pesquisas efectuadas em Muge. Com efeito, embrenhado na questão da indústria *asturiense*, mostrou dois picos do litoral minhoto a Hipólito Cabaço (8), pedindo-lhe para verificar se existiria por ali algo de semelhante. Com aquela intuição que caracteriza o investigador nato, imediatamente encontrou as duas primeiras grandes jazidas de Muge — as da Ponte e do Pinhal do Coelho (9). O material era tanto nos sítios próximos, que industriou na sua escolha a José Francisco Cadete, daí ao diante seu colaborador inseparável. Assim surgiram as estações da Malhadinha, Vale de Semeia Cevada, Telha Formosa e a riquíssima e típica do Cabeço da Mina (10).

Porém, naquele ano de 1932, Cabaço explorou ainda a Gruta dos Refugiados (11) e terá fornecido à arqueologia medieval portuguesa os primeiros dados seguros com o salvamento de algum espólio do Castelo de Alenquer e depois escavações metódicas (12) da alcáçova e das marmoras do mesmo, retirando nos vários pontos, designadamente na Porta da Conceição, cerâmica, marfins e metais (13).

Quatro anos antes encontrara junto ao claustro do Convento do Espírito Santo a matriz sigilar de Martim Gomez, possível alcaide de

(7) Rui de Serpa Pinto, «Sobre «*elephas meridionalis*» cfr. «*Antiquus*» do Casal do Torquato (Alenquer)», *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 1932, t. XVII, n.º 2, pp. 104-106.

(8) Hipólito Cabaço, *Minha História do Paleolítico*, Abrantes, 1963 (*inédito*, em nosso poder).

(9) A. A. Mendes Correia, «Novas estações líticas em Muge», *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso), pp. 111 e ss.

— Henri Breuil e Georges Zbyszewski, «Le Paléolithique de la collection de M. Hipólito da Costa Cabaço, a Alenquer», pp. 104 e 117.

(10) *idem, ibidem*, pp. 112 e ss.

(11) Dr. Alfredo de Athayde, «Ossadas pré-históricas da gruta dos Refugiados», *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, 1933, pp. 31-36.

(12) Luciano Ribeiro, *Alenquer — subsídios para a sua história*, p. 63 e ss.

(13) Luís de Matos, «O Castelo de Alenquer — subsídios para a arqueologia medieval portuguesa», *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*.

Alenquer como propõe Luciano Ribeiro ⁽¹⁴⁾. Agora é na calçada do mesmo nome que encontra outra matriz, a de Airas Martins.

Vira-se entretanto para as jazidas paleolíticas do concelho de Peniche: Praia da Consolação, Ferrel, Peninha, Gronho, Quinta das Barradas ⁽¹⁵⁾, eis as suas novas descobertas, às quais este homem infatigável junta Sabugosa e Barracas no concelho de Azambuja, Mata-o-Demo no concelho de Santarém, o Casal do Buteco e a Quinta da Moita, ao redor das Águas da Ota.

Em 1934 salva outro povoado castrejo: no alto dito das Eiras, da freguesia de Santo Estêvão de Alenquer, encontra o Castelo da Pedra de Ouro ⁽¹⁶⁾. Consegue tempo ainda para acorrer à necrópole lusitano-romana das Paredes ⁽¹⁷⁾, em perigo devido a um arroteamento das terras, arrancando da destruição a estela funerária publicada conjuntamente com Eugénio Jalhay, muita cerâmica, bronzes e ferros romanos, e o magnífico *skyphos* vidrado a verde, peça que só por si justificaria a gratidão da arqueologia lusitana ⁽¹⁸⁾.

E depara com mais três matrizes sigilares ⁽¹⁹⁾, uma, talvez tardo-

(14) Luciano Ribeiro, «Duas matrizes sigilares encontradas em Alenquer». *Arqueologia e História*, Lisboa, 1932, vol. X, pp. 95-101.

(15) Henri Breuil e Georges Zbyszewski, «Le Paléolithique de la collection de M. Hipólito da Costa Cabaço, a Alenquer», p. 133.

— Material em estudo.

(16) Afonso do Paço, «Figurinha de barro da Pedra de Ouro», *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso), pp. 219-231.

— Ernâni Barbosa, *Alenquer nas épocas pré e proto-históricas*.

idem, «O Castro da Pedra de Ouro», *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1956, 2.ª série, vol. III, (pub. em 1965), pp. 75-85, 22 figs.

— Afonso do Paço, «Castelo da Pedra de Ouro», *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, 1966, 2.ª série, vol. XVI, pp. 117-152, 18 figs.

— Hipólito Cabaço e Eugénio Jalhay, «Estela Funerária de Alenquer», *Revista de Arqueologia*, Lisboa, 1935, t. II, fasc. IV, pp. 110-113.

— Luciano Ribeiro, *Alenquer ...*, p. 35.

— Ernâni Barbosa, *Alenquer nas épocas pré e proto-históricas*.

(18) Maria Amélia Horta Pereira, «O dolium cinerário, com *skyphos* vidrado a verde, da necrópole de Paredes (Alenquer)», *Conímbriga*, IX, 1970.

(19) Luciano Ribeiro, «Três matrizes sigilares», *Revista de Arqueologia*, Lisboa, 1934, t. I, fasc. IX, pp. 281-284.

-romana, da Serra da Aboboreira no Turcifal de Torres Vedras, as outras duas provavelmente anteriores à fundação de Portugal, provenientes do Castelo de Alenquer e do quintal da sua casa na vila, o qual fora cerca do antigo convento de Santa Clara.

1935 é o ano de ouro do Mesolítico em Portugal: as investigações do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto na região de Muge, que continuam a ser orientadas por Mendes Correia, vêem os seus esforços coroados de êxito quando Hipólito Cabaço descobre o concheiro do Cabeço dos Morros, no tão falado Paúl dos Magos ⁽²⁰⁾. Mais ou menos inéditos ficaram porém os concheiros do Casal do Alvarinho, do Casal do Concelho e do Casal da Prata, do concelho de Alenquer.

Há-de ter sido na mesma época que iniciou pesquisas no Espinhaço de Cão (Ota), logrando reunir uma bela coleção de exemplares das várias indústrias do Paleolítico Superior e mesmo pós-paleolíticas.

Chega 1936. Descobre Vila Nova de São Pedro ⁽²¹⁾, dando à Pré-

(20) A. A. Mendes Correia, «Novas estações líticas em Muge», p. 111.

(21) Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, «A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro — Notas sobre a 1.^a e 2.^a campanhas — 1937 e 1938», *Brotéria*, Lisboa, vols. XXVIII, pp. 686-698; XXIX, pp. 86-99, 325-338; e XXX, pp. 428-435.

— *idem*, «A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro — Notas sobre as 3.^a, 4.^a e 5.^a campanhas — 1939, 1940, 1941», *Brotéria*, Lisboa, 1942, vol. XXXIV, fasc. 6, pp. 635-663.

— *idem*, «A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro», *Brotéria*, Lisboa, 1943, vol. XXXVII, fasc. 1, pp. 37-59.

— Afonso do Paço, «Placas de barro de Vila Nova de S. Pedro», *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso), pp. 233-252.

— *idem*, «Uma vasilha de barro, de grandes dimensões, do «castro» de Vila Nova de São Pedro», *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências de 1942*, Porto, 1943.

— Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, «El Castro de Vila Nova de San Pedro», *Actas e Memórias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, Madrid, 1945, t. XX.

— Afonso do Paço e Maria de Lourdes Costa Artur, «Castro de Vila Nova de S. Pedro — 15.^a campanha de escavações (1951)», *Brotéria*, Lisboa, 1952, vol. LIV, fasc. 3, pp. 289-309.

— *idem*, «Castro de Vila Nova de San Pedro, II — Alguns objectos metalicos», *Zephyrus — III*, Salamanca, 1952, pp. 31-39.

-história, já não só de Portugal, mas de toda a Península Ibérica, a sua mais valiosa contribuição.

Investigador incansável, aproveita a época de águas a que tem de submeter-se nas Caldas da Rainha ⁽²²⁾ a partir de 1937, para esmiuçar os arredores. O resultado são esses dois milhares de quartzites lascadas, de diversos locais, depositadas em esmagadora maioria no Museu de Alenquer. Porém, três centenas das que se guardavam ainda na Quinta da Boa Água, ao Carregado, foram oferecidas ao Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, em memória de Breuil e Zbyszewski, entrando hoje mesmo uma pequenina colecção da referida zona para este Museu Arqueológico do Carmo.

O ritmo de actividade febril vai manter-se até ao final da década. Provam-no as 26 estações paleo e mesolíticas de Muge, noticiadas a vez primeira por Afonso do Paço ⁽²³⁾ nesta Casa, depois em Setembro

— *idem*, «Castro de Vila Nova de S. Pedro, III — Perfis de bordos de vasos não ornamentados», *O Instituto*, Coimbra, 1952, vol. 115, pp. 399-412.

— *idem*, «Castro de Vila Nova de San Pedro, IV — Sementes pre-historicas de Linho», *Archivo de Prehistoria Levantina*, Valencia, 1953, pp. 151-157.

— Afonso do Paço, «Castro de Vila Nova de S. Pedro, VII — Considerações sobre o problema da metalurgia», *Zephyirus* — VI, Salamanca, 1955, pp. 27-40.

— *idem*, «Castro de Vila Nova de São Pedro, VIII», *Arqueologia e História*, Lisboa, 1956, 8.^a série, vol. VII, pp. 93-114.

— *idem*, «Castro de Vila Nova de S. Pedro, IX — Forno de cozer cerâmica», *Actas do XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Coimbra, 1956, pub. em 1957.

— *idem*, «Castro de Vila Nova de S. Pedro, X — Campanha de escavações de 1956 (20.^a)», *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, 1958, 2.^a série, vol. 8, pp. 43-91.

— *idem*, «Castro de Vila Nova de S. Pedro, XIII — Recipientes de osso e de calcário», *Conimbriga*, 1960-1961, vol. II-III, pp. 167-179.

(22) R. Flaes y G. Zbyszewski, «Hallazgo de un yacimiento paleolítico en la Extremadura Portuguesa entre Caldas da Rainha y Foz do Arelho», *Ampúrias*, Barcelona, 1946, vols. VII-VIII, pp. 37-47.

— Afonso do Paço e Hipólito Cabaço, «Paleolítico das Caldas da Rainha», *Brotéria*, Lisboa, 1964, vol. LXXVIII, pp. 158-165.

— Afonso do Paço, «Subsídios para uma nova carta do Paleo e Mesolítico português», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 1966, III série, n.º 10, p. 227.

(23) Afonso do Paço, «Novos concheiros do vale do Tejo», *Brotéria*, Lisboa, 1938, vol. XXVII, fasc. 1, p. 66, nt. 1.

do mesmo ano em Bucareste (24), no XVII Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Prehistóricas, e finalmente num extenso artigo da *Brotéria*, saído em 1938 (25).

Consideraram-se paleolíticas as jazidas da Boavista, Arneiro da



Na casa de Alenquer, durante a década de 40. Em cima, da esquerda para a direita: Jorge da Cunha Carmo, proprietário da Quinta do Bravo; Hipólito Cabaço; arquitecto Baltazar de Castro; P.^e Eugénio Jalhay; Dr. Leonel Ribeiro. Em baixo, da esquerda para a direita: ?; Prof. Dr. Martinez Santa Olalla; Afonso do Paço; Domingos de Almeida da Costa Cabaço

Boavista, Cocharrinho, Ribeira da Glória, Granho, Ponte do Coelho, Arneiro dos Moinhos, João Boieiro, Vale dos Amieiros, Arneiro dos Pescadores, Ramalha, Vale do Zebro, Benfica do Ribatejo, Porto Sabugueiro

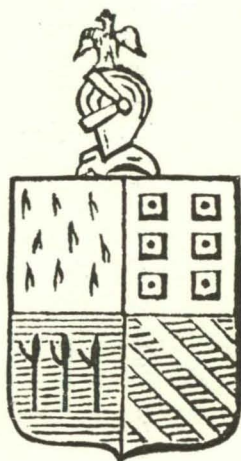
(24) *idem, ibidem*, mesma nota.

(25) *idem, ibidem*, pp. 66-75.

— A. A. Mendes Correia, «Novas estações líticas de Muge».

e Vale da Raposa; mesolíticas a Flor da Beira, a Fonte do Padre Pedro, o Cabeço de Arruda, o Cabeço da Amoreira, Moita do Sebastião, Cova da Onça, Monte dos Ossos, Cabeço dos Mouros, Magos de Baixo, Magos de Cima e Cabeço da Barragem.

Localiza e explora também a estação eneolítica do Monte do Pedregal ⁽²⁶⁾, fronteira a Alenquer, vários pontos da Judiaria, do Castelo do Amaral, da Quinta do Bravo, e acorre a Vila Franca de Xira, onde se



Armas usadas pela
Família Almeida da
Costa Cabaço

estão abrindo trincheiras para instalação de colectores. No Museu-Biblioteca daquele centro ribatejano existem numerosas peças que Hipólito Cabaço lá depositou.

Em 1942 descobre o *Omosaurus* de Pedras Moitas, Baleal, brilhantemente estudado por Georges Zbyszewski ⁽²⁷⁾ e suponho que datará

(26) Leopoldina F. Paulo, «Restos humanos pré-históricos do Monte do Pedregal», *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso), pp. 653 e ss.

(27) Georges Zbyszewski, «Les ossements d'*Omosaurus* découverts près de Baleal (Peniche)», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 1946, t. XXVII, pp. 135-144.

de então a pesquisa de paleolítico nas praias circunvizinhas. O resultado foram as mil quartzites de belíssima pátina, óptima técnica de trabalho e fortes características culturais depositadas em Alenquer.

No mesmo ano iniciou, ao que julgo, recolhas nos terraços do Caia ⁽²⁸⁾.

No ano seguinte, 1943, salva a bela espada de bronze do Moinho do Raposo ⁽²⁹⁾, que sem a sua intervenção se teria decerto perdido no cadinho do fundidor, como se teriam perdido os machados da Serra do Amaral e da Abrigada.

1944 foi o seu ano doloroso — com efeito, todas as peças que recolhera, que tratara, que restaurara com tanto amor, todo aquele mundo que era a justificação de uma vida inteira, acabara por formar um museu, no montante de perto de 13 000 objectos alojados na casa da Calçada do Espírito Santo — e o seu museu, houve que vendê-lo inteiro à Câmara Municipal de Alenquer.

Retira-se para Abrantes nos anos 50. Em boa hora, para a Ciência que tanto amou: nos meados de 1969 doava ao Museu D. Lopo de Almeida perto de 100 quartzites lascadas, provenientes das freguesias do Pego, São Miguel do Rio Torto, Rossio ao Sul do Tejo, Rio de Moinhos e Bemposta, além dos terraços da Ribeira de Coalhos ⁽³⁰⁾.

Arqueólogos do meu país, eu não vou pedir um minuto de silêncio em homenagem a Hipólito de Almeida da Costa Cabaço, nosso consócio n.º 96, que deixou o mundo dos vivos. O silêncio não é a forma de venerar, de continuar e de manifestar gratidão a uma figura como esta. Peço-vos, sim, peço-vos horas, semanas, meses de trabalho. Peço-vos a publicação do material reunido no Museu de Alenquer.

(28) Maria Cristina Santos, «Paleolítico do Caia» (no prelo).

(29) Eugénio Jalhay, «A espada de bronze do Moinho do Raposo (Alenquer)», *Boletim de la Comision de Monumentos de Orense*, 1943-44, t. XIV.

(30) Afonso do Paço, «Paleolítico de Abrantes», *Brotéria*, Lisboa, 1966, vol. LXXXIII, n.º 7, pp. 101-105.

— *idem*, *ibidem*, *Nova Aliança*, Abrantes, 25-12-1966, n.º 311, pp. 1-3.

— *idem*, «Subsídios para uma nova Carta do Paleo e Mesolítico Português», p. 228.

— Maria A...mélia Horta Pereira, «Algumas jazidas paleolíticas do concelho de Abrantes», *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, 1970.

É servindo a mesma Ciência que ele tão desinteressadamente serviu, que daremos verdadeiro significado à sua existência. Este Homem não foi um teorizador. Viveu para rasgar caminhos. Tomemos então, humildemente, por esses caminhos, procurando através deles horizontes novos na História de Portugal.

ESTAÇÕES LOCALIZADAS POR HIPÓLITO CABAÇO

PALEOLÍTICO *

Concelho de Alenquer

OTA

Quinta do Espírito Santo
Casal do Buteco
Ota
Caverna da Moura
Quinta da Moita
Quinta do Vale das Lajes
Espinhaço de Cão

TRIANA

Camarnal
Casal da Prata
Casal do Concelho

QUEIMADO SANTO ESTÊVÃO

Carregado
Quinta do César
Quinta do Chacão

* A ordem escolhida para indiciar os concelhos prospectados por Hipólito Cabaço, obedece a um critério de disposição geográfica: do estuário do Tejo, para o curso médio, do litoral para o interior.

CADAFAIS

Refugidos
Vale da Golfa

ABRIGADA

Vale do Trabum
Barreira Vermelha

MONTEJUNTO

Lagoa da Serra da Neve

CASAL DO ALVARINHO

Concelho de Salvaterra de Magos

MUGE

Adua
Arneiro da Boavista
Arneiro dos Moinhos
Arneiro dos Pescadores
Boavista
Benfica do Ribatejo
Cabeço de Arruda
Cabeço da Mina
Cocharrinho
Cocharro
Glória
Granho
João Boieiro
Malhadinha
Paúl dos Magos
Ponte do Coelheiro
Porto Sabugueiro
Ramalha
Ribeira da Glória

Serradinho
Sobral da Corredoura
Sobral de Martim Afonso
Telha Formosa
Vale dos Amieiros
Vale da Couceira
Vale do Lírio
Vale da Migalha
Vale da Mina
Vale Pacheco
Vale de Pegos
Vale da Raposa
Vale de Semeia Cevada
Vale do Tabaco
Vale do Zebro
Várzea da Bica

Concelho de Azambuja

VILA NOVA DA RAINHA

Charneca do Sabugosa
Barracas

Concelho de Peniche

ATOUGUIA DA BALEIA

Baleal
Ferrel
Gronho
Peninha
Praia da Consolação
Quinta das Barradas

Concelho de Caldas da Rainha

NOSSA SENHORA DO PÓPULO

Águas Santas
Avenal
Bairro
Cabeço da Viola
Casal da Figueira
Forno Velho ou d'El-Rei
Nadadoiro
Negrelho
Quinta da Gaeira
Santo Estêvão da Foz
Santo Isidoro
Sul do Quartel

Concelho de Santarém

Mata-o-Demo
Pero Filho

Concelho de Abrantes

BEMPOSTA

Moinho

PEGO

Casal do Cascalho
Pego
Quinta dos Coalhos

RIBEIRA DE COALHOS

RIO DE MOINHOS

Quinta de Santa Sofia (Amoreira)

ROSSIO AO SUL DO TEJO

Margem

SÃO MIGUEL DO RIO TORTO

Cemitério
Moinho do Meio
Rio Torto
São Miguel

Concelho de Elvas

RIO CAIA

Rio
Almidon
Monte da Moleira

MESOLÍTICO

Concelho de Alenquer

OTA

Quinta do Vale das Lajes

TRIANA

Camarnal
Casal do Alvarinho
Casal do Concelho
Casal da Prata

Concelho de Salvaterra de Magos

MUGE

Cabeço da Amoreira
Cabeço de Arruda
Cabeço da Barragem
Cabeço dos Morros (Paúl dos Magos)

Cova da Onça
Flor da Beira
Fonte do Padre Pedro
Magos de Baixo
Magos de Cima
Moita do Sebastião
Monte dos Ossos

ENEOLÍTICO

Concelho de Alenquer

OTA

Caverna da Moura
Castelo da Ota
Ota
Quinta do Espírito Santo
Quinta da Moita
Quinta do Vale das Lajes
Serra da Ota

SANTO ESTÊVÃO

Castelo da Pedra de Ouro
Carregado
Quinta do Chacão
Quinta do Bravo
Paredes

CADAFAIS

Gruta dos Refugidos
Quinta da Granja

TRIANA

Camarnal

ABRIGADA

Vale do Trabum

MERCEANA

Casal do Monte de Bois

Aldeia Galega

Paiol

Arneiro

MONTE DO PEDREGAL

CABANAS DE TORRES

CABANAS DE CHÃO

BARRO

CANADOS

SANTANA DA CARNOTA

VILA VERDE DOS FRANCOS

CABEÇO DA RAPOSA

Concelho de Salvaterra de Magos

MUGE

Cabeço de Arruda

Martim Afonso

Quinta da Boavista

Concelho de Azambuja

Castelo de Vila Nova de São Pedro

Concelho de Abrantes

SÃO JOÃO

BRONZE

Concelho de Alenquer

Castelo da Ota
Castelo da Pedra de Ouro
Castelo do Amaral
Castelo da Curvaceira
Abrigada
Moinho do Raposo

Concelho de Azambuja

Castelo de Vila Nova de São Pedro

Concelho de Cadaval

CERCAL

Castelo do Salvador

FERRO

Concelho de Alenquer

Castelo da Ota
Castelo da Pedra de Ouro
Castelo do Amaral
Castelo da Curvaceira

Concelho de Azambuja

Castelo de Vila Nova de São Pedro

Concelho de Cadaval

Castelo do Salvador

ROMANO

Concelho de Alenquer

Castelo de Alenquer
Castelo da Ota
Castelo da Pedra de Ouro
Paredes
Sete Pedras

MEDIEVAL

Concelho de Alenquer

Castelo de Alenquer

PALEONTOLOGIA e ANTROPOLOGIA

Concelho de Alenquer

Gruta dos Refugidos
Pedregal

Concelho de Peniche

BALEAL

Pedras Moitas

TRÊS JAZIDAS PALEOLÍTICAS NO CONCELHO DE MAÇÃO (*)

pela sócia efectiva

Maria Amélia Horta Pereira

Este trabalho é dedicado ao Mestre incomparável
que para mim tem sido o Doutor GEORGES
ZBYSZEWSKI

I. PANORAMA DAS PROSPECÇÕES

No fim do ano de 1969 estavam assinaladas no concelho de Mação, as seguintes estações paleolíticas de superfície:

1. ORTIGA, terraços fluviais — Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, «Paleo e Mesolítico Português», *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, 1941, IV, p. 63, *um biface*; Lerenó Antunes Barradas, «Contribuições para o estudo do Paleolítico Português», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 1948, vol. XI, pp. 275-276, *uma lasca acheulense*; Maria Amélia Horta Pereira, *Monumentos Históricos do Concelho de Mação*, Coim-

(*) Comunicação apresentada na reunião da Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 22 de Abril de 1970.

bra, 1970, pp. 37-40, *uma lasca abevilense, um uniface e dois calhaus truncados acheulenses.*

2. RIBEIRA DE BOAS EIRAS, terraços — Maria Amélia Horta Pereira, *Monumentos Históricos do Concelho de Mação*, pp. 40-41, *um calhau truncado talvez acheulense.*
3. CASAL DA BARBA POUCA — Maria Amélia Horta Pereira, *ibidem*, p. 43 e p. 45, *uma raspadeira nucleiforme em U, classificada Paleolítico Superior.*

A essas associe-se a galeria 1, da Buraca da Serpe do Bando dos Santos, em exploração, com acheulense, mustierense e aurinhacense.

Pareceu recomendável orientar agora as prospecções do paleolítico para as cascalheiras de alguns altos níveis, a partir do Tejo até ao paralelo que passa pelos Envendos, o qual coincide com uma linha de diferenciação nos solos do concelho. Tais planaltos estão compartimentados entre ribeiros importantes, afluentes e sub-afluentes do Tejo, rasgados por torrentes de Inverno.

Assim, no flanco ocidental da referida faixa, alonga-se um terraço entre a Ribeira do Coadouro e a Ribeira de Eiras. Na sua vertente oeste recolhemos material abundante em volta do Casal da Barba Pouca, enquanto a vertente leste permitia detectar numerosas peças no Vale da Mata, do Rosmaninhal de Mação, na sua maioria depósitos de solifluxão.

Quanto à fachada oriental, inexplorada até à data, proporcionou a jazida do alto da Ribeira dos Colheiros, entre os Envendos e São José das Matas.

São estas as colecções de que trata o presente trabalho.

II. GEOLOGIA

Não efectuámos nenhum corte na zona em estudo. Em todo o caso, Nery Delgado (*) deu estes terrenos como arcaicos, com afloramentos do Terciário. O Quaternário surge na beira do Tejo, não devendo todavia

(*) J. F. Nery Delgado, *Système Silurique du Portugal*, Lisboa, 1908, pp. 72-94.

desprezar-se a hipótese de depósitos de cobertura desse período subirem ao longo da Ribeira do Coadouro e da Ribeira de Eiras, hoje cursos de água menos importantes, mas cujo traçado se salienta pelo relevo simétrico dos perfis transversais e pequena amplitude dos mesmos.

O Casal da Barba Pouca é uma depressão acentuada em forma de concha, que as águas podem ter ocupado por muito tempo.

Argilas, margas, calcáreos, areias, grés, granitos e pórfiros graníticos, xistos, grauvaques, cascalheira de terraços, eis os constituintes dos estratos que se podem observar nas barreiras das estradas recentemente rasgadas.

III. AS JAZIDAS

A. CASAL DA BARBA POUCA

Série I — Abevilense

Fig. 1 (est. I)

Lasca muito rolada, talhada num seixo de quartzito branco, de forma rectangular devida a truncatura em época mais recente por clivagem de um dos bordos.

A base é plana, o dorso proeminente, com quatro grandes negativos verticais e côncavos. O ângulo formado pelo plano de separação com o plano de percussão apresenta-se muito aberto, lembrando a técnica clactonense.

Periferia toda utilizada, com sinais de uso de épocas diferentes num dos bordos e numa das extremidades.

Comprimento: 32 mm; largura: 78 mm; espessura: 48 mm; peso: 0,550 kgrs.

Série II — Acheulense médio, mustieróide (forte pátina eólica)

Fig. 2 (est. I)

Núcleo poliédrico oblongo, talhado num seixo de quartzito amarelo torrado, muito rolado e fortemente eolizado, sendo a pátina mais intensa no dorso, devido às condições de exposição.

Esta superfície apresenta-se toda facetada por meio de negativos côncavos.

No reverso, sete levantamentos de lascas circundam um plano triangular de córtex primitivo, que forma base.

Um dos bordos da peça é arredondado, denotando utilização como raspadeira.

Comprimento: 67 mm; largura: 60 mm; altura: 40 mm; peso: 0,150 kgrs.

Série III — Acheulense superior passando a Langedocence (arestas vivas)

Raspadores em forma de D

Fig. 3 (est. I)

Metade de um seixo de quartzito cinzento, cujo anverso se apresenta facetado por acções térmicas, mostrando a barra vertical do D afeiçãoada em raspadeira ligeiramente côncava. O reverso é uma superfície de clivagem. A base está truncada a direito.

Comprimento: 112 mm; largura: 102 mm; espessura: 51 mm; peso: 0,750 kgrs.

Fig. 4 (est. I)

Fragmento oblongo de um grande seixo de quartzito rosa escuro, cujo anverso é preenchido por compridas facetas resultantes de acção térmica, mostrando o bordo esquerdo, ligeiramente convexo, trabalhado por três largas superfícies sub-rectangulares, sendo as das extremidades um só negativo côncavo e a central consequência de três levantamentos de lascas. O reverso é uma superfície de clivagem.

Comprimento: 143 mm; largura: 108 mm; espessura: 55 mm; peso: 1,100 kgrs.

Raspadeiras nucleiformes em U

(Das três peças cuja descrição segue, a primeira já foi publicada, e se é de novo tratada aqui, é que o contexto em presença

do qual se está, permitiu agora corrigir a cronologia anteriormente atribuída. Ver pág. 208, 3 - Casal da Barba Pouca).

Est. II

Grande núcleo cúbico de quartzito cinzento, cujo reverso, base e bordo esquerdo, são superfícies de clivagem natural, quase totalmente planas. Foram lascados o anverso, bordo direito e face frontal.

O anverso apresenta grande negativo, com arestas muito pronunciadas, acentuada concavidade, curvo, projectado a toda a extensão da superfície da face. Do lado esquerdo deste, superfície de clivagem que desce em plano inclinado, indo interceptar o bordo esquerdo e a face frontal. Do lado direito, também em plano inclinado, tangente à aresta do negativo de bolbo, estreito, alongado e côncavo negativo, rematado na cauda por ondulações de lamelas.

A face frontal, afeiçãoada em raspadeira, apresenta-se projectada em quilha (carena) muito convexa e proeminente; o seu bordo esquerdo mostra superfície de clivagem vertical; o bordo direito apresenta uma superfície de clivagem ligeiramente côncava, com três negativos no ângulo inferior.

Do arco da carena foram extraídas seis lascas principais muito inclinadas, bordejadas à direita por uma grande e mais quatro pequenas. O gume, afiado e cortante, em forma de parábola, apresenta retoque por lamelas.

Comprimento: 124 mm; largura: 107 mm; espessura: 83 mm; peso: 1,695 kgrs.

Fig. 1 (est. III)

Fragmento poliédrico de um seixo de quartzito rosa escuro, afeiçãoado em dois dos bordos em raspadeira nucleiforme.

Comprimento: 83 mm; largura: 44 mm; espessura: 40 mm; peso: 0,190 kgrs.

Fig. 2 (est. III)

Calhau de quartzito cinzento, com base plana e dorso proeminente, trabalhado por facetas verticais. Bordo arqueado, formando raspadeira.

Comprimento: 60 mm; largura: 38 mm; espessura: 56 mm; peso: 0,165 kgrs.

Calhaus truncados

Fig. 3 (est. III)

Seixo subtrapezoidal achatado, de quartzo amarelado, cujas faces são planas. Está truncado numa das extremidades por três negativos. Talhe bipolar.

O gume, que é levemente arqueado, inclina da esquerda para a direita, sendo mais alto do lado esquerdo.

Comprimento: 92 mm; largura: 97 mm; espessura: 56 mm; peso: 0,775 kgrs.

Fig. 4 (est. III)

Seixo subtrapezoidal espalmado, de quartzo amarelo, cujo trabalho e técnica de talhe são idênticos ao anterior.

Comprimento: 90 mm; largura: 88 mm; espessura: 51 mm; peso: 0,520 kgrs.

Núcleo

Fig. 2 (est. IV)

Bloco poliédrico de quartzito cinzento, o qual apresenta três faces planas. Dois bordos são trabalhados por negativos verticais e transformados em raspadeiras nucleiformes.

Comprimento: 111 mm; largura: 92 mm; espessura: 82 mm; peso: 1,185 kgrs.

Placa de xisto

Fig. 1 (est. IV)

Placa de xisto grauvaquóide, com uma das faces plana, regularizada em dois bordos laterais por meio de dois negativos inclinados.

A outra face, convexa, apresenta algumas facetas inclinadas nos bordos e uma ligeira concavidade central.

Indícios de utilização na periferia.

Comprimento: 121 mm; largura: 110 mm; espessura: 23 mm; peso: 0,075 kgrs.

Série IV — Mustierense

Disco

Fig. 3 (est. IV)

Disco quadrangular, de quartzito cinzento. O reverso conserva o córtex primitivo ao centro, circundado por oito negativos obtidos de fora para dentro, os quais constituem outros tantos planos de percussão.

O anverso, totalmente facetado, apresenta negativos de lascas levantadas em condições semelhantes.

Largura: 50 mm; espessura: 23,5 mm; peso: 0,050 kgrs.

B. VALE DA MATA (Rosmanihal de Mação)

Série I — Abevilense ou Acheulense muito antigo (rolamento intenso)

Lascas

Fig. 1 (est. V)

Lasca piriforme grande, muito rolada e eolisada, proveniente de um seixo de quartzito cinzento, cujo reverso mostra indícios de bolbo e de um largo negativo.

Leves ondulações na periferia do anverso significam talvez trabalho, mas a peça está demasiadamente polida para se poder concluir com exactidão. O centro desta face parece ter conservado o córtex primitivo, com uma funda estria vertical.

Comprimento: 104 mm; largura: 73 mm; espessura: 28,5 mm; peso: 0,225 kgrs.

Fig. 2 (est. V)

Lasca de quartzito amarelado, muito rolada, de forma triangular e secção trapezoidal, cujo anverso corresponde a uma superfície primitiva do seixo, sendo o reverso a superfície de separação, com indícios de pequeno bolbo na parte média.

Comprimento: 61 mm; largura: 33 mm; espessura: 24 mm; peso: 0,030 kgrs.

Série II — Acheulense médio (arestas pouco vivas)

Raspador em forma de D

Fig. 3 (est. V)

Uniface parcial, talhado num seixo de quartzito cinzento, cujo anverso, todo facetado, mostra ponta espessa virada à esquerda, no termo de um gume direito, com sinais de uso, correspondente à barra vertical do D.

No reverso conserva-se, à esquerda e à direita, o córtex primitivo.

Comprimento: 116 mm; largura: 76 mm; espessura: 45 mm; peso: 0,440 kgrs.

Ponta afeiçãoada

Fig. 4 (est. V)

Seixo espalmado, de quartzito amarelo, em forma de rombo, com ligeira pátina eólica. O bordo esquerdo apresenta-se mutilado por fractura térmica, o topo foi preparado em ponta por meio do levantamento de quatro lascas quase horizontais e convergentes, sendo retocado o negativo da esquerda.

No reverso, junto à base, grande negativo conchóide, retocado na periferia, o qual facilita a preensão.

Comprimento: 110 mm; largura: 87 mm; espessura: 28 mm; peso: 0,230 kgrs.

Série III A — Acheulense superior, a partir do Acheulense médio

Uniface

Fig. 5 (est. V)

Placa de quartzo branco, de forma lanceolada, primitivamente uma lasca, a qual apresenta do lado do anverso a ponta trabalhada por levantamento de pequenas lascas na parte superior do bordo direito.

No reverso a base mostra indícios de percussão prolongada.

Comprimento: 115 mm; largura: 67 mm; espessura: 27 mm;
peso: 0,245 kgrs.

Ponta

Fig. 6 (est. V)

Ponta lanceolada de quartzo rosa, cujo anverso apresenta crista oblíqua, estando a metade esquerda muito rolada e eolizada, e tendo sido a metade direita posteriormente retocada.

O reverso é plano, a base é rectangular com duas facetas.

O gume acusa utilização em ambas as faces.

Comprimento: 72 mm; largura: 40 mm; espessura: 22 mm;
peso: 0,050 kgrs.

Série III B — Acheulense superior

Calhau truncado

Fig. 7 (est. V)

Seixo grande, de quartzo amarelado (ferro), cujas faces são planas, apresentando-se truncado numa das extremidades e nos bordos laterais por quatro lascas principais de talhe bipolar.

Gume arqueado, denteado, com utilização.

Comprimento: 180 mm; largura: 125 mm; espessura: 57 mm;
peso 0,920 kgrs.

Pontas

Fig. 8 (est. V)

Ponta lanceolada de quartzo branco, rolada, com a forma de um triângulo rectângulo, o qual mostra facetadas a hipotenusa e a base, que é quadrangular. O reverso é uma superfície de clivagem.

Comprimento: 67 mm; largura: 35 mm; espessura: 25 mm;
peso: 0,050 kgrs.

Fig. 9 (est. V)

Seixo de rocha quartzosa preta com bandas rosadas, espalmado, triangular, mutilado no topo e trabalhado nos bordos laterais por vários retoques subverticais. O reverso é uma superfície de clivagem.

Comprimento: 51 mm; largura: 40 mm; espessura: 21 mm; peso 0,055 kgrs.

Série IV — Acheulense superior passando a Languedocense (arestas vivas)

Calhaus truncados

Fig. 1 (est. VI)

Seixo espesso de quartzito cinzento, em forma de polígono irregular, truncado no anverso por oito lascas principais em duas séries sobrepostas.

O gume é convexo, poligonal, e acusa utilização em ambas as faces.

Comprimento: 102 mm; largura: 105 mm; espessura: 82 mm; peso 0,765 kgrs.

Fig. 2 (est. VI)

Seixo paralelipipédico, de quartzo branco amarelado, truncado transversalmente na extremidade de uma das faces por três negativos pouco inclinados, quase planos e rectangulares. A outra face mostra várias superfícies de clivagem, de onde resulta crista pouco pronunciada no topo.

Rocha muito alterada.

Comprimento: 127 mm; largura: 70 mm; espessura: 70 mm; peso: 0,915 kgrs.

Fig. 3 (est. VI)

Seixo poliédrico de quartzito cinzento acobreado, facetado em todo o contorno do topo por negativos grandes subverticais, os quais circundam dois negativos centrais paralelos.

As arestas apresentam-se esmagadas pela percussão.

Comprimento: 103 mm; largura: 99 mm; espessura: 80 mm; peso: 1,100 kgrs.

Fig. 4 (est. VI)

Seixo poligonal espesso, de quartzito rosa, cujas faces são planas, tendo sido truncado numa das extremidades pelo levantamento quase vertical de três lascas rectangulares.

Os negativos da esquerda e do centro são planos, o da direita é levemente côncavo.

A peça serviu de percutor em todo o contorno. Rocha muito alterada.

Comprimento: 104 mm; largura: 90 mm; espessura: 48 mm; peso: 0,640 kgrs.

Fig. 5 (est. VI)

Anverso em forma de leque de um calhau truncado de ardósia, mutilado verticalmente por clivagem recente. Está retocado na extremidade larga, apresentando gume arqueado todo trabalhado.

Comprimento: 70 mm; largura: 80 mm; espessura: 15 mm; peso: 0,100 kgrs.

Ponta

Fig. 6 (est. VI)

Calote de um seixo de quartzo cinzento, com a forma de um triângulo equilátero, cujo anverso apresenta aresta coincidente com o eixo da peça. Foi facetada nos bordos e desbastada no troço médio.

O talão e o reverso conservam o córtex primitivo.

Comprimento: 59 mm; largura: 47 mm; espessura: 21 mm; peso: 0,100 kgrs.

C. COLHEIROS (Envendos)

Série I — Acheulense antigo (forte pátina eólica, rochas alteradas)

Uniface

Fig. 1 (est. VII)

Seixo de quartzito amarelo, cordiforme e rolado, o qual conserva o córtex primitivo na parte central do anverso, reverso e talão.

O anverso foi trabalhado por duas grandes facetas à esquerda e à direita, inclinadas a cerca de 45°, mostrando ao centro outros dois negativos paralelos, muito estreitos, também inclinados.

O reverso é plano. Gume subtriangular, arredondado na ponta, com vestígios de uso em ambas as faces.

Comprimento: 87 mm; largura: 85 mm; espessura: 47 mm; peso: 0,315 kgrs.

Calhaus truncados

Fig. 3 (est. VII)

Pequeno seixo de quartzito amarelo, arredondado e espalmado, facetado lateralmente para ser usado como raspador.

O gume, que acusa utilização, é inclinado da direita para a esquerda.

Comprimento: 60 mm; largura: 58 mm; espessura: 25 mm; peso: 0,100 kgrs.

Fig. 2 (est. VII)

Seixo de quartzito amarelo, com forma triangular e faces planas, truncado numa das extremidades por quatro negativos mais ou menos verticais.

Comprimento: 100 mm; largura: 79 mm; espessura: 46 mm; peso: 0,415 kgrs.

Série II — Acheulense médio com raros elementos mustieróides (arestas vivas)

Calhaus truncados de utilidade vária

Fig. 5 (est. VII)

Pequeno seixo de quartzito amarelo, quadrangular e espalmado, com base arredondada, trabalhado numa das extremidades por quatro negativos inclinados.

O gume, que acusa utilização, é inclinado da esquerda para a direita.

Comprimento: 51 mm; largura: 48 mm; espessura: 24 mm;
peso: 0,070 kgrs.

Fig. 4 (est. VII)

Fragmento de um seixo espesso de quartzito acobreado, facetado no topo, com clivagem no talão, e fractura térmica no anverso.

Afeiçoado em raspador nucleiforme num dos bordos convexos.

Comprimento: 78 mm; largura: 94 mm; espessura: 99 mm;
peso: 0,730 kgrs.

Fig. 6 (est. VII)

Seixo de quartzito cinzento, facetado bifacialmente, conservando o córtex primitivo na base do reverso, o qual mostra dois negativos principais. O anverso é trabalhado por cinco levantamentos de lasca.

Gume arqueado e denteado.

Comprimento: 78 mm; largura: 70 mm; espessura: 51 mm;
peso: 0,235 kgrs.

Fig. 7 (est. VII)

Seixo de quartzito amarelado, quadrangular e espalmado, facetado para servir de raspador, por meio de quatro negativos. Gume ponteagudo.

Comprimento: 80 mm; largura: 68 mm; espessura: 38 mm;
peso: 0,250 kgrs.

Fig. 1 (est. VIII)

Seixo de quartzito acobreado, redondo e espesso, talhado em mais de metade da sua periferia por meio do levantamento de lascas sensivelmente inclinadas.

Apresenta as arestas esmagadas devido a ter sido usado como percutor.

Comprimento: 92 mm; largura: 96 mm; espessura: 70 mm;
peso: 0,760 kgrs.

Fig. 8 (est. VII)

Seixo de quartzito acobreado, triangular, truncado em metade da periferia por lascas subverticais. Como o anterior, apresenta as arestas esmagadas devido a percussão.

Comprimento: 69 mm; largura: 92 mm; espessura: 59 mm;
peso: 0,485 kgrs.

Calote de seixo

Fig. 3 (est. VIII)

Calote pentagonal de um seixo de quartzo rosa, a qual apresenta no anverso cinco facetas paralelas, planas e verticais, de técnica bipolar.

O reverso, que é convexo, conserva, assim como o talão, o córtex primitivo.

Comprimento: 42 mm; largura: 38 mm; espessura: 27 mm;
peso: 0,030 kgrs.

Lasca raspadeiras

Fig. 2 (est. VIII)

Lasca de quartzito cinzento, rectangular, com talão triédrico preparado. O reverso é a superfície de separação de um bolbo rebaixado. Anverso plano.

O gume, muito cortante, denota utilização no bordo esquerdo e no topo.

Comprimento: 41 mm; largura: 63 mm; espessura: 17 mm;
peso: 0,030 kgrs.

—

Lasca residual de quartzito cinzento, poliédrica, conservando o córtex primitivo no topo esquerdo e faixa periférica inferior do anverso, cujo centro é preenchido por dois negativos.

O reverso é a superfície de separação de um bolbo rebaixado.

Comprimento: 68 mm; largura: 53 mm; espessura: 20 mm;
peso: 0,065 kgrs.

Fig. 4 (est. VIII)

Lasca de quartzito acobreado, em forma de rombo, cujo anverso é preenchido por tres facetas sotopostas, apresentando o reverso oito facetas à esquerda e o córtex primitivo à direita..

Gume arqueado, com vestígios de uso em ambas as faces.

Comprimento: 96 mm; largura: 71 mm; espessura: 40 mm;
peso: 0,220 kgrs.

Série III—Acheulense superior passando a Languedocence (arestas vivas)

Biface

Fig. 5 (est. VIII)

Biface imperfeito cordiforme, talhado num seixo de quartzito cinzento, espalmado e pequeno, conservando o córtex primitivo na parte central, bordo direito e base do anverso, e em cerca de dois terços do reverso.

O topo direito apresenta largo negativo, talvez consequente de clivagem. O bordo esquerdo mostra outra faceta, rectangular e estreita. A superfície intermediária é retocada formando ponta.

Quanto ao reverso, mostra um negativo principal e vários retoques para regularização.

Gume cortante, utilizado.

Comprimento: 82 mm; largura: 60 mm; espessura: 31 mm;
peso: 0,160 kgrs.

Unifaces

Fig. 1 (est. IX)

Dois seixos de quartzito cinzento, subtriangulares, inteiramente facetados no anverso e retocados em toda a periferia. Um dos bordos, afeiçãoado em raspador, mostra gume denteado e utilizado, enquanto os restantes apresentam as arestas esmagadas por percussão.

O reverso do maior conserva o córtex primitivo, enquanto o do menor denota acção térmica.

— Comprimento: 120 mm; largura: 78 mm; espessura: 47 mm;
peso: 0,450 kgrs.

— Comprimento: 73 mm; largura 76 mm; espessura: 36 mm;
peso: 0,225 kgrs.

Calhaus truncados

Fig. 2 (est. IX)

Seixo de quartzito amarelado, espesso, com base arredondada, anverso convexo e reverso plano.

O topo apresenta três facetas retocadas e um gume rectilíneo, com ponta saliente, desviada para a direita.

Comprimento: 75 mm; largura: 77 mm; espessura: 51 mm; peso: 0,315 kgrs.

Figs. 4 e 5 (est. IX)

Dois seixos de quartzito cinzento, subcordiformes, espessos, facetados em cerca de metade do anverso por levantamento de pequenas lascas concheadas regulares.

A outra metade e o reverso conservam o córtex primitivo. O talão é truncado por clivagem.

Gume quase direito, cortante, com utilização em ambas as faces.

— Comprimento: 104 mm; largura: 91 mm; espessura: 60 mm; peso: 0,650 kgrs.

— Comprimento: 92 mm; largura: 61 mm; espessura: 43 mm; peso: 0,320 kgrs.

Fig. 3 (est. IX)

Seixo de quartzito amarelo rosado, triangular e espalmado, truncado por sete facetas verticais, também triangulares, devidas a levantamentos alternos de lascas.

O anverso e o reverso conservam o córtex primitivo. Os gumes acusam utilização.

Comprimento: 83 mm; largura: 52 mm; espessura: 27 mm; peso: 0,145 kgrs.

Calote de seixo

Fig. 6 (est. IX)

Calote triangular de um seixo de quartzito cinzento rosado, cuja base e dorso conservam o córtex primitivo. Toda a face frontal é face-

tada por levantamentos efectuados dos lados para o meio, o que motivou crista saliente.

Gume periférico convexo, com indícios de esmagamento.

Largura: 69 mm; altura: 57 mm; espessura: 46 mm; peso: 0,180 kgrs.

Lascas raspadeiras

Fig. 7 (est. IX)

Lasca de quartzito rosa forte, de forma triangular, conservando o córtex no reverso e parte do bordo direito, o qual é espesso.

O bordo esquerdo, assim como metade do anverso, são superfícies de clivagem.

Quatro facetas côncavas, ocasionando gume denteado, talharam a extremidade mais larga da peça.

Comprimento: 53 mm; largura: 43 mm; espessura: 23 mm; peso: 0,030 kgrs.

Fig. 8 (est. IX)

Lasca de quartzito cinzento, em forma de leque, cujo anverso, levemente convexo, conserva o córtex primitivo do seixo, apresentando retoques na periferia do topo.

O reverso e o bordo direito são superfícies de clivagem. O gume é arqueado.

Comprimento: 59 mm; largura: 53 mm; espessura: 17 mm; peso: 0,050 kgrs.

IV. CONCLUSÃO

a) Natureza e situação das jazidas

Descrevemos peças recolhidas na superfície de três jazidas, situadas em terraços. Duas delas são talvez complementares por se encontrarem em vertentes diferentes do mesmo planalto — a estação pré-histórica do Casal da Barba Pouca e o Vale da Mata, do Rosmaninhal de Mação. Quanto à terceira, muito distante, é o alto da Ribeira dos Colheiros, nos Envendos.

A tipologia do material parece indicar actividades officinais sobretudo no primeiro caso, ao mesmo tempo que a cronologia respectiva permite encarar acampamentos com longa persistência no povoamento.

b) Análise do material

Foram referidas 50 peças, das quais 1 biface, 4 unifaces, 20 calhaus truncados, 5 instrumentos nucleiformes, 3 raspadores em forma de D, 8 lascas, 5 pontas, 1 disco, 1 placa de xisto e 2 calotes de seixo.

A máxima densidade tipológica incide portanto no *calhau truncado*, independentemente da indústria e da cronologia, o que pode vir a significar uma característica cultural.

Quanto à matéria-prima, prevalece o *quartzito* (39 peças), mas foram também utilizados o *quartzo* (9 peças), o *xisto grauvaquóide* (1 peça) e a *ardósia* (1 peça).

A indústria mais representada é o *Acheulense Superior passando a Langueodocense* — 50 % do material descrito — enquanto as menos representadas são o *Abevilense* e o *Mustierense* — 1 % cada, naturalmente por a primeira se encontrar em *estratigrafia*, e as peças recolhidas provirem ou de movimentação de terras ou de solifluxão, enquanto a segunda será abundante em grutas ou abrigos sob a rocha.

Para cada jazida, os instrumentos distribuem-se assim:

CASAL DA BARBA POUCA

TIPOS	série I	série II	série III	série IV	TOTAL
Calhau truncado			2		2
Raspadores em forma de D			2		2
Instrumentos nucleiformes		1	4		5
Lascas	1	(mustieróide)			1
Discos				1	1
Pontas				(mustierense)	
Placas de xisto			1		1
TOTAL	1	1	9	1	12

VALE DA MATA

TIPOS	série I	série II	série III A	série III B	série IV	TOTAL
Unifaces			1			1
Calhaus truncados . . .				1	5	6
Raspadores em forma de D		1				1
Lascas	2					2
Pontas		1	1	2	1	5
TOTAL	2	2	2	3	6	15

COLHEIROS

TIPOS	série I	série II	série III	TOTAL
Bifaces			1	1
Unifaces	1		2	3
Calhaus truncados . . .	2	6	4	12
Lascas raspadeiras . . .		3	2	5
Calotes de seixo		1	1	2
TOTAL	3	10	10	23

Quanto à tipologia:

BIFACES: 1 cordiforme.

UNIFACES: 1 lanceolado, 1 cordiforme, 2 subtriangulares.

CALHAUS TRUNCADOS: 7 têm gume rectilíneo, 5 gume em arco convexo, 2 gume levemente convexo, 2 gume em arco convexo denteado, 2 apresentam crista, 1 gume poligonal e 1 gume em ponta.

RASPADORES: 3 são em forma de D, tipo unifaces; 3 são raspadores laterais partindo de calhaus truncados.

RASPadeiras: 3 núcleos são raspadeiras nucleiformes, 1 outro núcleo foi afeiçoado em raspadeira simples, 8 lascas serviram também de raspadeiras.

NÚCLEOS: 2, poliédricos.

DISCOS: 1, quadrangular.

PONTAS: 5, lanceoladas.

O exame das peças descritas permite-nos concluir da sua analogia com o restante material paleolítico proveniente também da bacia do Tejo e já publicado, nomeadamente das estações de Muge, Alpiarça, Porto Sabugueiro, Chamusca, Almeirim, Vale de Atela, Ponte de Sôr, Coruche, Benavente, Alcochete, Vila Nova da Rainha ⁽¹⁾, Alenquer ⁽²⁾, etc., o que integra as jazidas do concelho de Mação nos mesmos horizontes culturais, embora as técnicas de talhe pareçam, até à data, mais rudes, sem dúvida em consequência da qualidade inferior da matéria-prima empregada.

(1) L'Abbé H. Breuil & G. Zbyszewski, «Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la Géologie du Quaternaire — Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 1942, t. XXIII, 1.º vol., 369 pgs.

— *idem*, «Le Paléolithique de la Collection de M. Hipolito da Costa Cabaço a Alenquer», *Damianus a Goes*, Lisboa, 1943, n.º 4, pp. 97-133.

— *idem*, «Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et leurs rapports avec la géologie du Quaternaire — Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 1945, t. XXVI.

— G. Zbyszewski, «La station préhistorique de Goncha (Alpiarça)», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 1943, t. XXIV, pp. 99-108.

— *idem*, «Complementos de estudio sobre el paleolítico de la región de Alpiarça», *Archivo Español de Arqueología*, Madrid, 1946, n.º 65, pp. 277-308.

— *idem*, «Nouveaux éléments pour l'étude du Quaternaire de la vallée du Tage», *Publicações do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências do Porto*, Porto, 1945, n.º XLIII.

— Miguel Ramos, «Indústrias líticas da região de Ponte de Sor — Notas sobre o Quaternário e a Pré-história», *Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico da Faculdade de Ciências*, Lisboa, 1965-66, vol. 10, pp. 139-146.

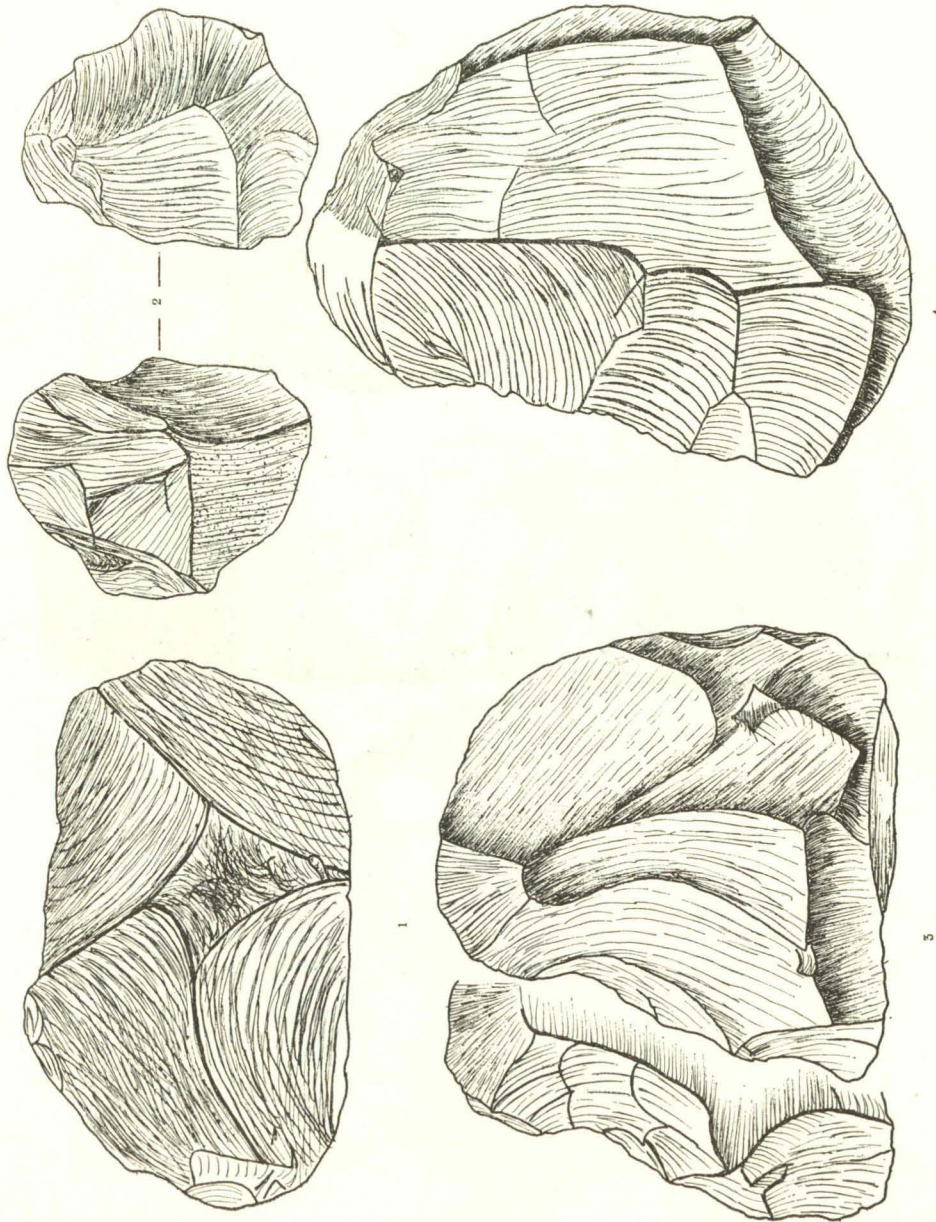
— G. Zbyszewski & O. da Veiga Ferreira, «Le paléolithique des terrasses du Sorraia à l'Est de Benavente», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 1967, t. LII, pp. 95-107.

— Maria Cristina Santos, «Paleolítico da Vinha do Veiga», *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1968, série III, vol. II, pp. 15-24.

— *idem*, «Subsídio para o estudo do Paleolítico da aldeia da Glória (Salvaterra de Magos)», *Revista de Guimarães*, 1969, vol. LXXIX.

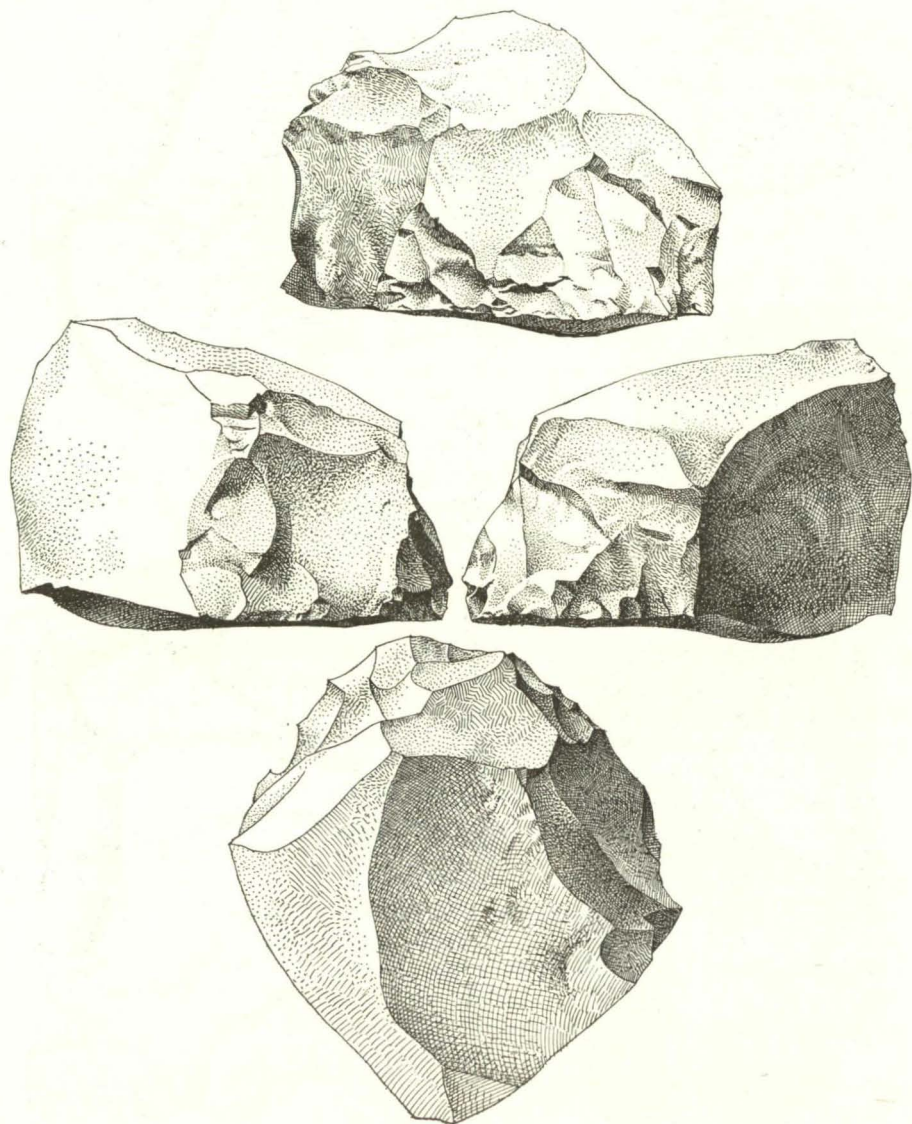
(2) Afonso do Paço, «Paleolítico de Alenquer», *Brotéria*, Lisboa, 1966, vol. LXXXII, pp. 243-246.

Est. I
CASAL DA BARBA POUCA



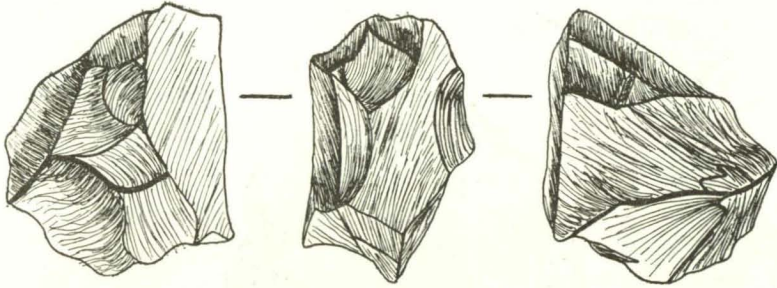
Escala 1 : 2

Est. II
CASAL DA BARBA POUCA

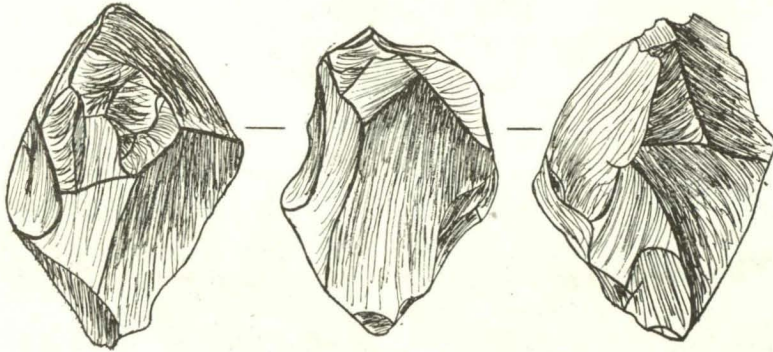


Escala 1 : 2

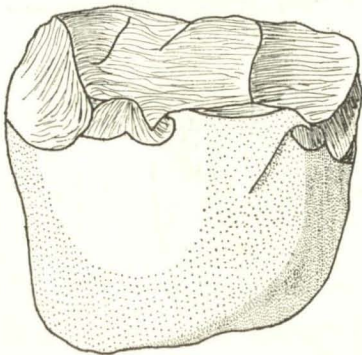
Est. III
CASAL DA BARBA POUCA



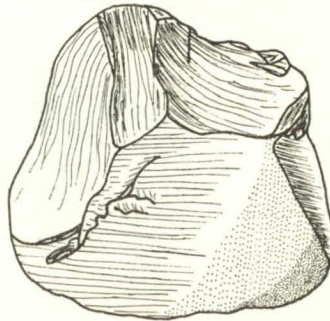
1



2



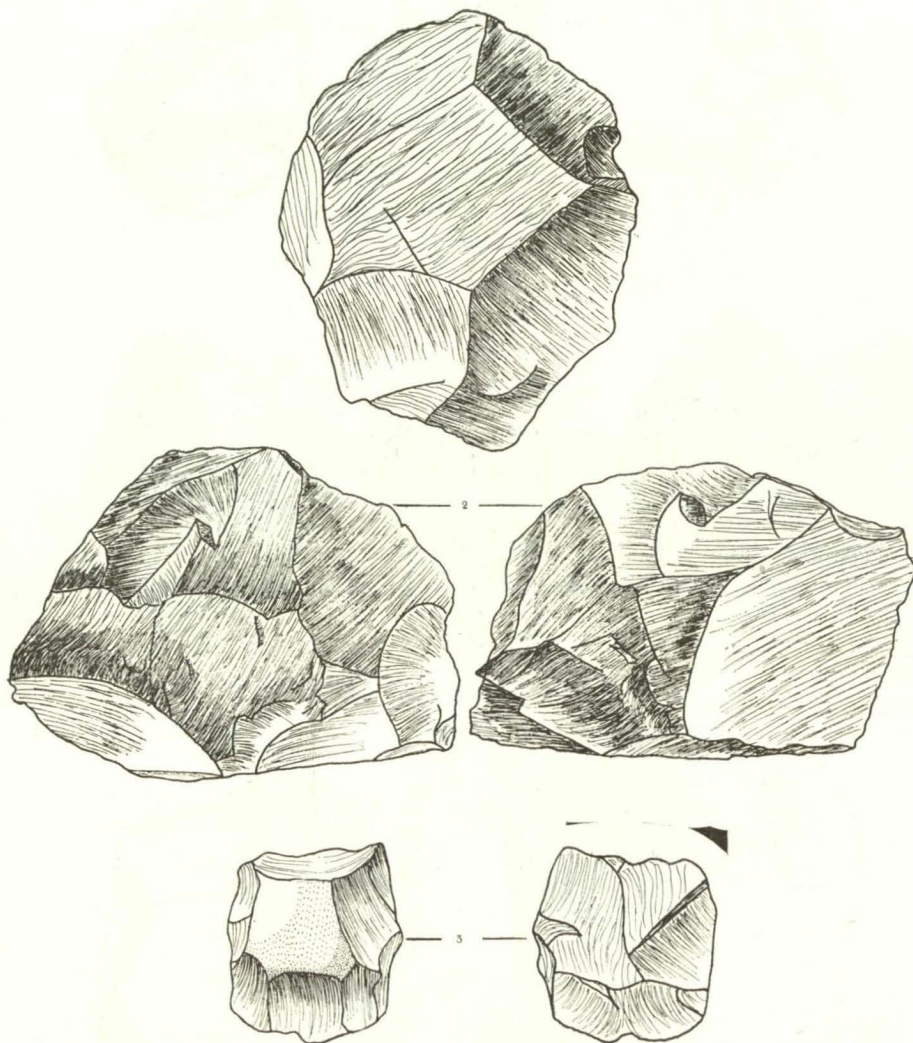
5



4

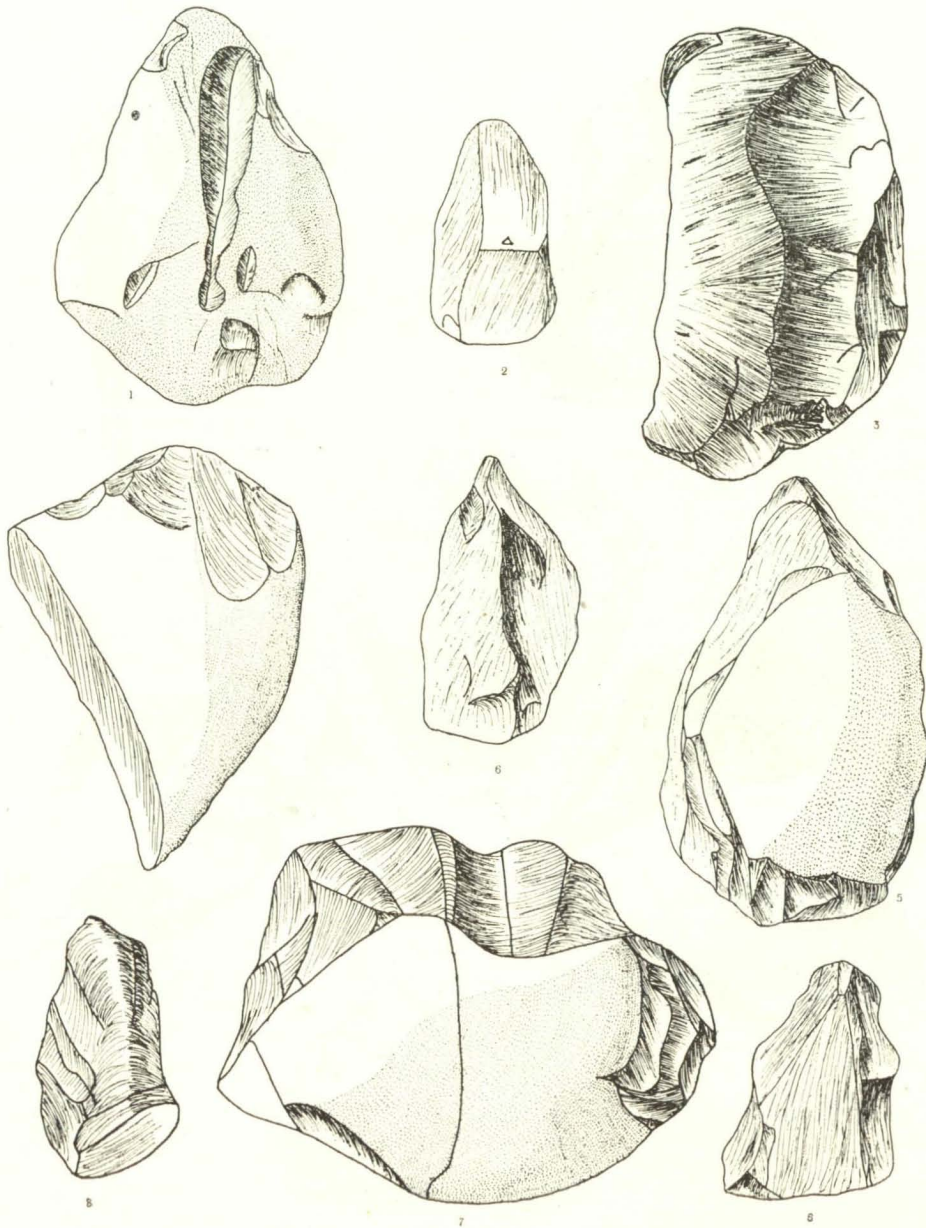
Escala 1 : 2

Est. IV
CASAL DA BARBA POUCA



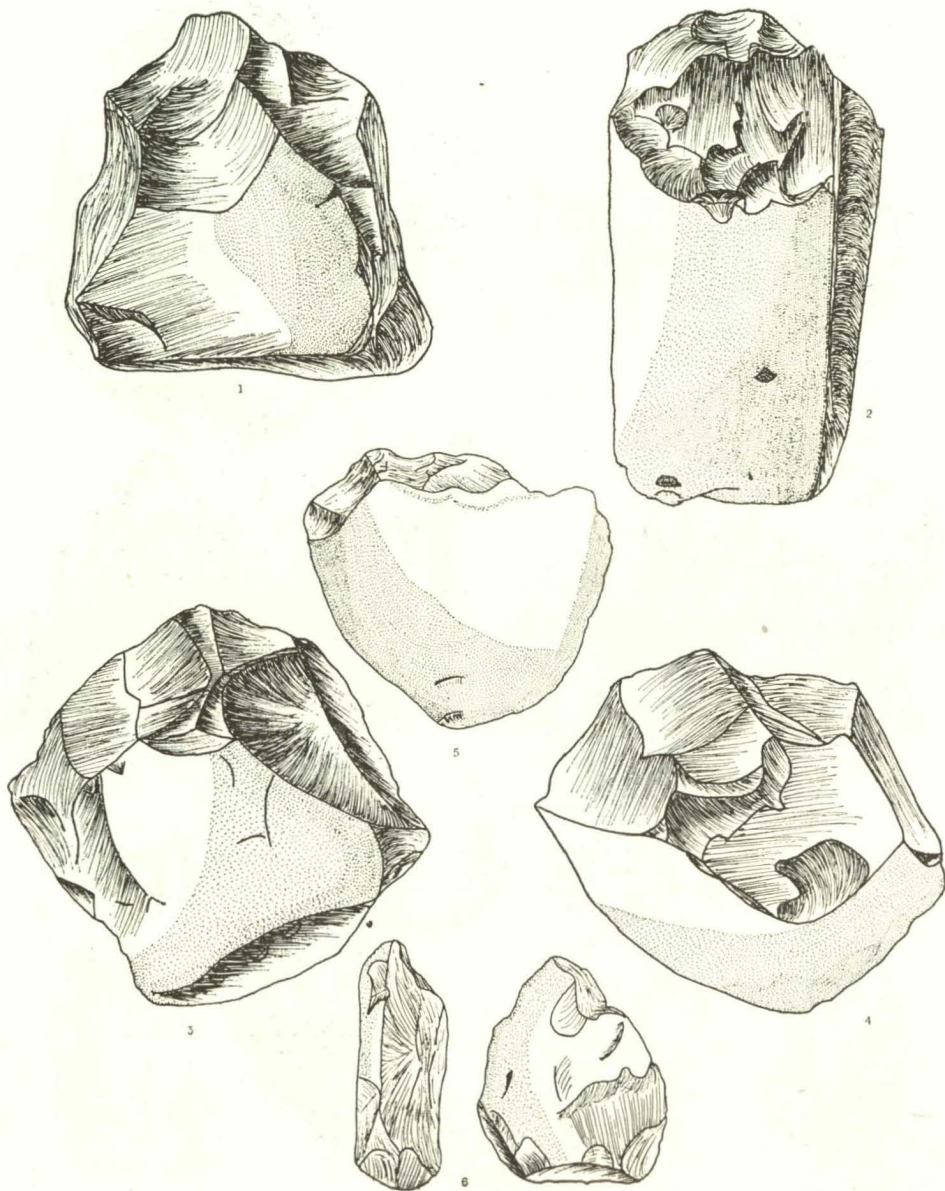
Escala 1 : 2

Est. V
VALE DA MATA



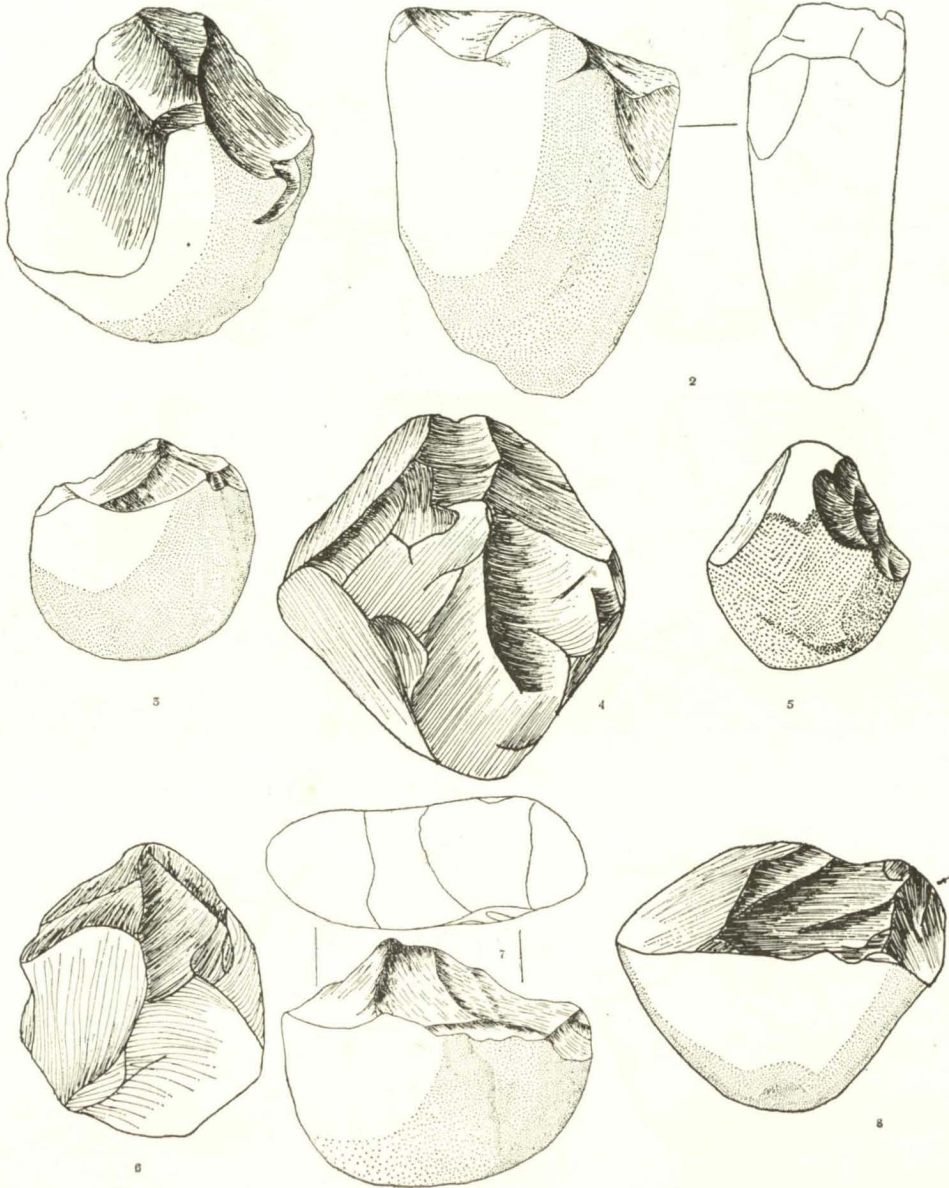
Escala 1 : 2

Est. VI
VALE DA MATA



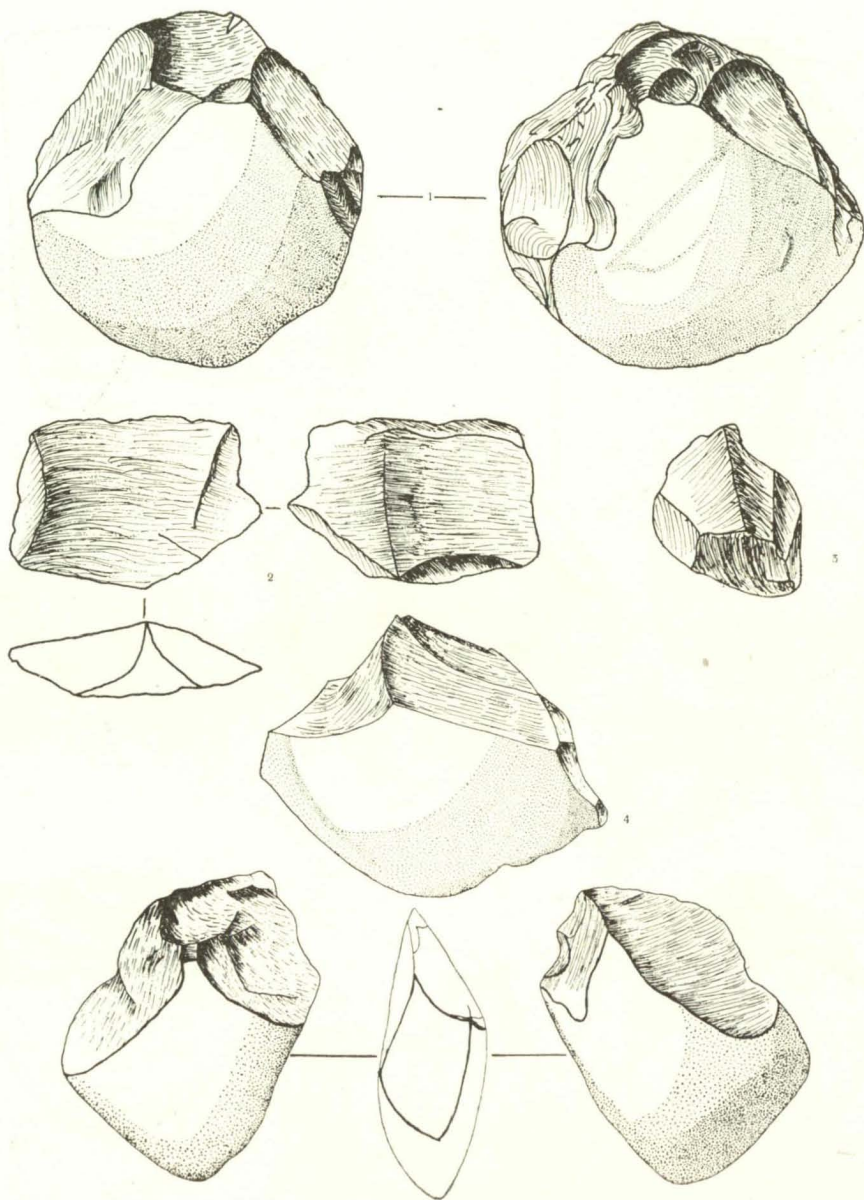
Escala 1 : 2

Est. VII
COLHEIROS



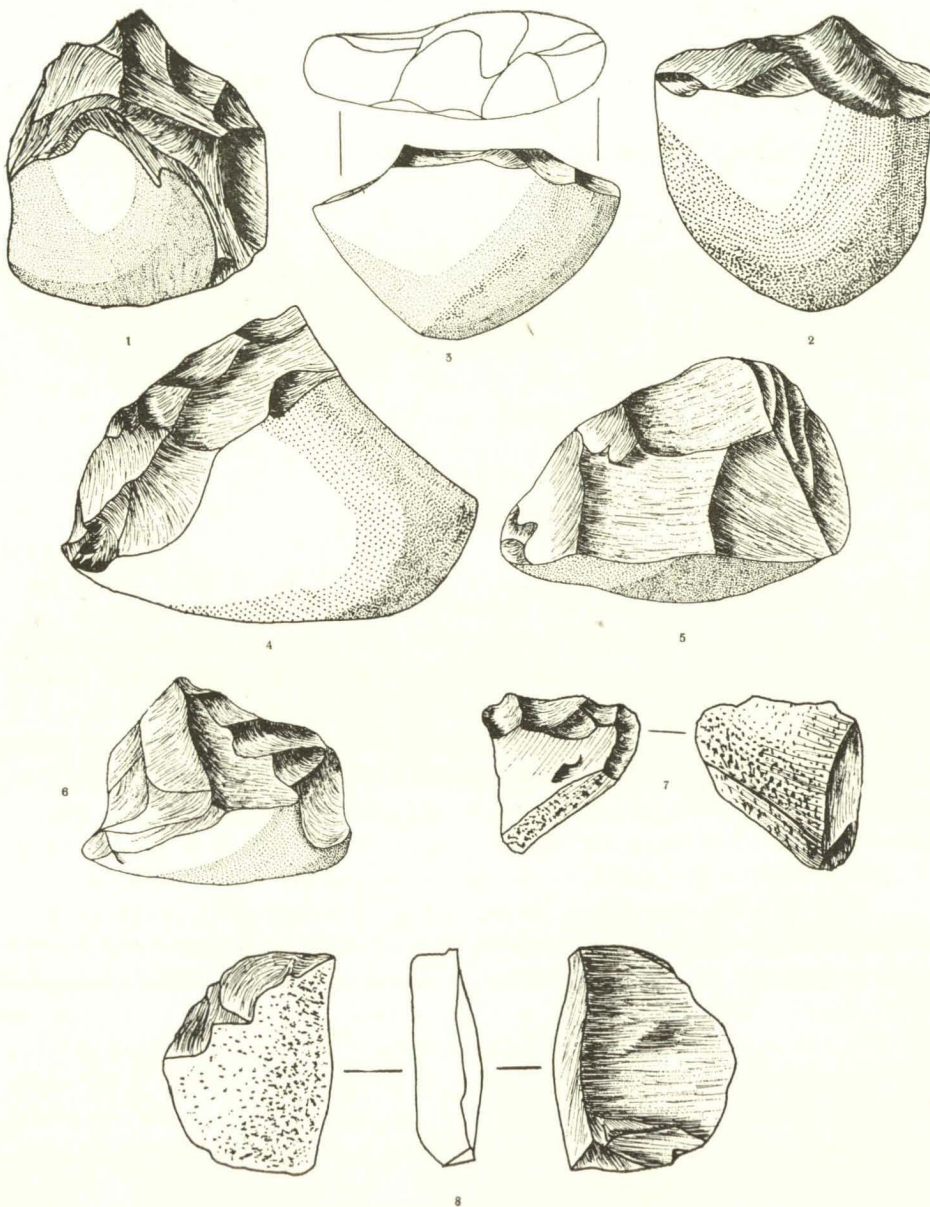
Escala 1 : 2

Est. VIII
COLHEIROS



Escala 1 : 2

Est. IX
COLHEIROS



Escala 1 : 2

PROCISSÕES DE OUTRORA
- ELVAS -

pelo sócio efectivo

Eurico Gama

PREFÁCIO

1. O presente trabalho, anunciado há anos e que só agora nos foi possível escrever e publicar, constitue a materialização de um velho sonho, ao mesmo tempo que é, sem dúvida, um dos capítulos mais curiosos da *História da Diocese de Elvas*. Esta é, por seu turno, uma obra, que trazemos delineada no pensamento desde que nos embrenhámos pelos árduos, mas apaixonantes caminhos da investigação histórica, e faria parte daquela ambiciosa *Monografia de Elvas*, cujo esquema traçámos já nem sabemos quando e que só uma vida ocupadíssima, com ramificações diversas, algumas muito longe do nosso verdadeiro ideal, nos tem impedido de levar a efeito com a unidade desejada.

Entretanto, por mais fácil e porque os materiais se acumulavam assustadoramente sobre a nossa secretária, dentro de gavetas e caixas de toda a sorte, temos dado a público alguns volumes — uns 33 até este momento e outros esperamos ainda publicar —, que no seu conjunto de *Estudos elvenses*, vêm a ser, afinal, os vários capítulos dos gloriosos *Anais* ou *Monografia de Elvas*, objectivo primacial de toda a nossa actividade no nobre e amplo campo da Cultura e da Investigação.

2. Não foi fácil realizarmos este trabalho, pois basta notar, que das 46 Procissões descritas, com a fidelidade possível, no texto — e algumas, por certo, omitiremos — só cinco ou seis, se tanto, ainda se efectuam e de quase todas as outras ninguém se lembra.

Valeram-nos, na emergência, as poucas memórias, que encontrámos em velhos Tombos e documentos coevos, Gazetas e Jornais, depois de muitas, infatigáveis e aturadas pesquisas.

Andámos *a passo de Procissão* — servindo-nos do conhecido adágio —, mas a força de vontade, que nunca nos faltou, e a Fé, que sempre nos acalentou, permitiram-nos atingir a meta, embora com a consciência plena de que podíamos ter feito melhor se trabalhássemos noutras condições e num meio mais favorável, e de que o leitor só ficou a perder em sermos nós e não outrém a meter ombros a tarefa tão sedutora e interessante, quão ingrata e dificultosa pelas razões aduzidas.

O tema, pela sua elevação e profundo simbolismo, merecia uma pena mais fina do que a nossa, uma linguagem mais dúctil e mais elegante do que aquela de que dispomos e conhecimentos da matéria mais vastos do que os nossos.

Encontrámos, porém, o terreno por desbravar, mas isso não nos afligiu. Alguém haveria de o fazer. Esperamos que nos perdõem o atrevimento e nos relevem os erros.

3. Elvas é uma terra de afirmadas tradições religiosas e católicas. Foi justamente a Fé em Deus e em Nossa Senhora — tão venerada pelos seus habitantes —, bem como os seus altos sentimentos pátrios, que a levaram a suportar com estoicismo e glória muitos assédios, alguns duríssimos e de longos meses e a merecer e alcançar vitórias como a das «Linhas de Elvas» nessa manhã nuvrosa de 14 de Janeiro de 1659, que pelo dia adiante se abriu numa luminosidade esplendorosa.

Cidade de muitas igrejas e conventos, que remontam aos primeiros alvares da Nação, sede de um bispado durante três séculos — e quando teremos a alegria de o ver restaurado? —, tendo passado pela sua cátedra episcopal grandes vultos da Igreja e da Pátria, as manifestações religiosas, por simples que fossem, encontraram sempre nela ambiente propício, e se dentro dos formosos e venerandos templos, tantas vezes pequenos para os numerosos fiéis, elas se desenrolavam com dignidade e brilho, fervor e recolhimento, cá fora, quer se tratasse

de modestas procissões em volta ou só pelo adro da igreja em datas festivas do orago ou do Santo venerado, a devoção, o entusiasmo, a alegria irrompiam copiosamente de todos os corações.

Ainda hoje, se bem que limitados a uma meia dúzia os actos exteriores, dos quais cabe o primeiro lugar, pela sua solenidade e pelo seu nobilíssimo significado, à festa de *Corpus Christi*, em dia de Procissão vem toda a gente para a rua, e isto apesar das Procissões não se revestirem já do luzimento de outrora, em que as inúmeras congregações religiosas e a tropa na sua máxima representação e envergando os uniformes de gala, contribuía, notavelmente, para a sua maior pompa.

Compreendemos que os tempos são outros, o que quer dizer que são diferentes em tudo, mas nalguns casos para pior, como, por exemplo, em sentimentos afectivos. A vida em lufa-lufa constante e mais fora do lar do que no seu seio, com evidentes prejuízos para o agregado familiar — será um motivo a considerar. Há pais que mal vêem os seus filhos no decurso do dia, que não têm vagar para saber ao menos dos seus êxitos ou inêxitos nos estudos; outros, que nem quase se sentam à mesa com a esposa, pois saem de manhã apressados, almoçam e jantam em restaurantes e quando regressam a casa, muitas vezes sem paciência e fatigados, deixam-se vencer pelo sono junto do aparelho de rádio ou do televisor.

As reuniões em família, comemorando um aniversário natalício, um exame feliz ou uma data assinalável no calendário, são cada vez mais raras, e até já é frequente, por muitas razões, algumas justificadíssimas como a da falta de criadas, outras a fazerem-nos pensar duas vezes, como a das mulheres em empregos, o preferir-se, para as realizar, a sala fria, se bem que airosa, de um hotel, restaurante ou Pousada.

A compostura também hoje é diversa: no vestir e nas maneiras. *Não há tempo, não vale a pena, um colarinho engomado é uma maçada, a gravata um adorno dispensável, o casaco tolhe-nos os movimentos, o smoking, o fraque, a casaca, não passam de pretensiosismos* e para mais são caros, muito caros.

Em mangas de camisa, calças exageradamente justas às pernas, cabelos revoltos e quanto menos cortados melhor, tudo a condizer com

músicas de ritmo extravagante e ruidosas até à loucura — eis o panorama, que nos oferece um largo sector da população juvenil. Achamos bem que a mocidade tenha os seus caprichos e se divirta, mas nunca aceitaremos a doutrina de que para se impor ou dar nas vistas deva ser irreverente, insensata ou descomposta.

Veio tudo isto a propósito das Procissões, que já não têm, por este ou aquele motivo, e a que não são alheios os apontados, a magnificência de outras épocas. Ainda somos do tempo em que a cortesia era um distintivo da educação e em que um jantar de cerimónia ou um baile exigiam determinada etiqueta nos trajos e nas atitudes. Hoje vai-se de *qualquer maneira* — até despenteado!

Gostaríamos, pois, que nas Procissões, mesmo porque se trata de uma homenagem ao Criador do Mundo, a Nossa Senhora ou aos Bemaventurados, aqueles que nelas participassem o fizessem com mais respeito no vestir, nos gestos e no pensamento, e assim se honrariam também a si próprios.

4. Abrimos este trabalho com um breve ensaio sobre as *Procissões em geral*, seguindo-se a história e descrição, por ordem cronológica, de cada uma em particular. Vão indicadas com um asterisco * as que, por isto ou aquilo, deixaram de se fazer.

I

PROCISSÕES EM GERAL

1. As procissões sagradas são solenes manifestações promovidas pelo Clero em íntima comunhão com os fiéis, visando a comemorar os benefícios recebidos de Deus ou a implorar-Lhe a Sua protecção para acabar com flagelos. As procissões que se fazem em louvor dos Santos padroeiros de uma igreja ou ermida, não são mais do que o testemunho exteriorizado num acto público do reconhecimento por este ou aquele favor, de que os mesmos foram intercessores junto de Nosso Senhor.

A sua origem remonta aos primeiros séculos do Cristianismo, em

que os Apóstolos se reuniam com os fiéis para levarem processionalmente os cadáveres dos mártires até à sepultura.

A partir do século IV, quando cessaram as perseguições aos cristãos, celebraram-se procissões solenes, entre outras as que tiveram lugar com a trasladação de Santa Babila, dos Santos Gervásio, Protásio e Militão.

Mais tarde viriam as que tinham carácter rogativo, a fim de suplicar a Deus, que pusesse termo a calamidades ou pedindo graças. De qualquer forma, as incontáveis multidões que seguiam a Jesus Cristo pelos caminhos da Palestina, eram já em si, fervorosas procissões de piedade e fé.

Procissão «he huma publica supplica, que se faz a Deos, pelo commum corpo dos Fieis disposta com ordem, e sahindo de hum lugar santo para outro» — na interpretação do Doutor Inácio Barbosa Machado (1).

Substantivo feminino derivado do latim *Processio, onis*, significa, precisamente, acção de ir ou passar adiante, cerimónia, função, cortejo, quase sempre de carácter religioso, em que o Clero e os fiéis tomam parte, geralmente ordenada em alas e que percorre um determinado trajecto, previamente traçado, cantando preces e levando em exposição a hóstia consagrada, a imagem de um ou mais santos ou alguma relíquia digna de veneração, como, por exemplo, o Santo Lenho do Salado (2).

Por simples curiosidade vemos, que em espanhol é *Procesión*, em francês *Procession*, em italiano *Processione* e em inglês *Procession*, termo ortograficamente igual ao gaulês, apesar de um ser germânico e outro latino.

Sobre o tema diz-nos Sousa Viterbo: «As procissões ora tinham o carácter de uma festa mitológica, ora pareciam a representação dos autos de Gil Vicente, quando não reproduziam o que quer que fosse das orgias pagãs. O próprio Sileno lá ia enramado de pampanos, como no célebre quadro dos *Borrachos*, acompanhando o *Corpus Christi*. Uma

(1) «*Historia crítica da Procissão de Corpus*», p. 86.

(2) Seguimos, mais ou menos, a definição usada pela «*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*», vol. 23, pp. 324.

profanação que a ingenuidade medieval e o sensualismo da renascença toleravam e aceitavam com prazer!

«As procissões chegavam a desempenhar papel social de primeira ordem, e pela resenha dessas solenidades se pode traçar o quadro das alegrias e das tristezas públicas. Se uma grande vitória alumiaava com a sua chama gloriosa o horizonte da Pátria, a Procissão era o reconhecimento mais solene que se prestava ao Deus dos exércitos. Pelo contrário, se a peste ou a fome, se qualquer outro grande cataclismo feria cruelmente a nação, o cortejo ao divino era o supremo recurso, e todos vinham para a rua penitenciar-se, imaginando que assim acalmavam as iras do Eterno.» (3).

2. As procissões podem ser: *ordinárias* e *extraordinárias*. As primeiras fazem-se todos os anos em dias certos; as últimas celebram-se em datas indeterminadas, já que são feitas com fins rogativos ou de agradecimentos por favores do Céu.

Voltamos a abrir as páginas da *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*: «A ordem é regulada pelo Cerimonial dos bispos, pelo Missal para algumas procissões e pelo Ritual. À frente vai sempre a Cruz. Depois, as pias uniões primárias, confrarias, arquiconfrarias, ordens terceiras, clero regular e clero secular. Quanto ao Clero, a regra é que os de menor dignidade precedam os outros. Atrás do pátio, vão os fiéis, pertencendo a precedência aos homens. O Missal e o Ritual indicam os cânticos que se devem executar nas procissões.» (4).

Veremos, quando descrevermos as várias procissões, que se faziam em Elvas, que nem sempre esta ordem era observada, permitindo-se os Párcos dispôr a seu livre arbítrio sobre o caso. Aliás é o que acontece também presentemente, e embora daí não venha nenhum mal ao mundo, dão azo a ciúmes e questões de lana caprina, que bem podiam e deviam evitar-se.

3. Entre as mais antigas *procissões ordinárias* citam-se as chamadas *letanias sagradas* na festa de S. Marcos (18 de Junho) e as

(3) «*Fastos religiosos*», in «*Revista Lusitana*», vol. V, Lisboa, 1897-1899, p. 152.

(4) Pág. 325 e segs.

menores nos três dias imediatos à Ascensão do Senhor, atribuídas a Mamert, arcebispo de Vienne (Gália).

Depois destas solenidades seguiu-se a procissão de *Corpus Christi*, em todos os países católicos.

Começando os protestantes a combater estas constantes manifestações do culto externo, o Concílio de Trento não só aprovou a sua antiga prática, mas anematizou todos os que a ela se opusessem.

Graves lutas e dissensões têm havido entre a autoridade civil e a eclesiástica por causa da sua celebração, proclamando a última que elas são lícitas, honestas e não só úteis, mas em muitos casos moralmente necessárias, usando a Igreja de um incontestável direito fazendo-as fora dos recintos sagrados e alegando, que também a Deus se deve render culto nas ruas e praças.

As procissões dividem-se ainda em *públicas* e *privadas*, sendo assim chamadas as primeiras por serem celebradas por todo o Clero de uma povoação e as segundas por uma confraria.

São *solenes* ou *não solenes* conforme a pompa de que se revestirem e são comuns a todos os cultos, pelo que seria curioso fazer referência a notáveis e ostentosas procissões promovidas em todo o mundo, mas como não temos esse fim em vista e porque nos alongaríamos muitíssimo, as notas que apresentamos dizem respeito, essencialmente, às PROCISSÕES DE ELVAS, como o título aliás específica.

«Nous trouvons des fêtes publiques chez tous les peuples de la terre et à Santes les époques de leur histoire. Le mot fête nous vient de *festum*, ou mieux de *fastus*, mot latin qui signifie ostentation, *faste*, splendeur, et qui désigne une solennité civile ou religieuse, instituée en commémoration d'un fait jugé important» (5).

Pròpriamente sobre a origem e o brilho das procissões escreve-se na mesma revista donde extraímos o trecho antecedente: «Le mot pompe que nous employons pour caractériser le grandiose d'une triomphe, d'une entrée solennelle, nous amène à dire quelques mots des processions; sont étymologie grecque, *pompê*, procession publique, l'indique du reste.

(5) «*La Nature — Revue des Sciences et de leurs applications aux arts et à l'industrie*», Paris, n.º 878, p. 266, de 29 de Março de 1890.

«Il paraît hors de doute que l'usage des processions remonte à l'origine même des cultes religieux». E mais à frente: «Outre les processions religieuses ou civiles, à Rome, il y eut assez souvent des cérémonies du même genre organisées soit à l'occasion des fléaux que l'on cherchait à conjurer ou des phénomènes extraordinaires de la nature, que la science de l'époque était inhabile à expliquer et que l'on considérait comme de funestes présages, les divinités seules pouvaient en détourner l'effet.

«Il y a quelques siècles, de véritables manifestations populaires avaient lieu parfois pour obtenir la cessation de la peste, d'un sécheresse, etc.; il se faisait alors des processions dans lesquelles on portait la statue d'un saint ou quelque relique vénérée. Nous nous contenterons de citer ici les processions des Rogations instituées par saint Mamert, évêque de Vienne en Dauphiné (474), pour que le Ciel fécondât les fruits de la terre. Les processions de ce genre se multiplièrent à l'infini au moyen âge.»

Confirma-se, pelos passos transcritos, algo do que escrevemos atrás, e o autor conclui deste modo, apontando certos exageros, que obrigaram a intervenções enérgicas por parte dos bispos e a que mais adiante nos referiremos: «Toutes ces cérémonies ont constitué pendant longtemps de véritables fêtes, où s'introduisaient parfois des abus. Quelquefois elles prenaient un caractère absolument burlesque» (6).

Ainda da mesma publicação é o seguinte apontamento: «A Madrid, à Lisbonne, à Rio-de-Janeiro, il y a la procession de Saint-Georges. C'est un grand manequin habillé comme un guerrier, que l'on promène dans les rues de la ville» (7).

A imagem de S. Jorge em seu cavalo branco e com grave escolta, ia sempre na Procissão de *Corpus* em Elvas. Só desde há meia dúzia de anos deixou de nela figurar.

O alemão Link, que esteve em Portugal nos fins do século dezoito, deu-nos o seguinte quadro das procissões, que então se efectuavam no nosso país: «Parmi les divertissements publics, il ne faut pas oublier les exercices de religion, qui, pour les Portugais, y entrent

(6) «*La Nature*», cit., n.º 879, de 5 de Abril de 1890, p. 283.

(7) *Id.*, p. 284.

pour beaucoup. On va à la messe, parce qu'on n'a pas d'autre promenade; je dirai même qu'on n'aime les cérémonies religieuses que sous le rapport de l'amusement. On suit les processions, comme on court à l'opéra» (8)

Há nesta descrição uma certa deformação e mesmo má vontade, se bem que o espírito do tempo influísse de certo modo nas atitudes do povo, como é verificado por outro autor, desta vez um francês, Carrère, e da mesma época: «Les Portugais aiment beaucoup les processions; les jours où il y a en a sont pour eux des jours de fête, ce sont pour eux des parties de plaisir; ils quittent tout; ils accourent ...» (9).

4. As procissões foram mantidas como encargos municipais até ao primeiro terço do século XIX, mas eram reguladas pela Igreja, como é natural; no entanto, vemos que nem sempre as duas entidades estavam de acordo sobre certos pormenores da organização. Lá chegaremos. *Ainda agora a procissão vai na Praça ...*

Pelos *Estatutos* da Sé, redigidos em 1645, cumpria ao Chantre mandar avisar um dia antes os Juizes e Vereadores para as procissões, em que estes devessem comparecer.

Quando a Câmara ia à Sé, era costume virem dois cónegos recebê-la à porta, prática que se interrompia todas as vezes que o Presidente ou os edís não estavam nas boas graças do Cabido, o que dava logo azo a questiúnculas.

As *Constituições Sinodais* estabeleciam várias normas a seguir nas procissões. Pelas de 1635, ordenadas por D. Sebastião de Matos de Noronha, determinava-se que todas as procissões solenes se fizessem com a maior pompa e autoridade, pelo que deviam sair sempre da Catedral, onde se reuniriam os Sacristães das quatro freguesias com suas Cruzes «bem ordenadas» e com elas os Priores, Reitores, Beneficiados e Eónomos e mais Clerezia com suas sobrepelizes. «E virão de maneira que o nosso Cabido não espere por eles e irão acompanhando a procissão de ida e volta, com a maior compostura e limpeza de suas pessoas.»

(8) «*Voyages en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*». Tradução francesa. Paris, 1803, vol. I, cap. XIX, p. 277.

(9) «*Voyage en Portugal*», Paris, 1798.

A procissão era governada pelo Vigário-Geral com sua vara na mão de portas adentro e daí para fora pelo Promotor, que para se identificar e como símbolo das suas atribuições, levaria uma vara vermelha.

Não se admitiam escusas, nem substituições por outros, salvo por razões justificadas e assim todo o Sacristão, que faltasse, pagaria 200 rs. de pena; o Prior, Reitor, Beneficiados ou Ecónomos, 100 rs., e os outros Clérigos, 50 rs. para o Meirinho.

Eram igualmente obrigados a achar-se nas Procissões todos os Priores, Reitores, Guardiães e Superiores dos Mosteiros, com suas Cruzes, bem como os Religiosos.

Por um costume antigo as Cruzes e Clerezia das freguesias incorporavam-se também nas procissões, que nas sextas-feiras da Quaresma se faziam em redor da Sé.

O lugar, que cada um devia ocupar nas procissões, era indicado pelo Vigário-geral e os da Vara resolvê-lo-iam nas suas jurisdições. Se, porventura, alguém tivesse dúvidas, era-lhe permitido pôr o caso em juízo até à próxima procissão.

Impunha-se o máximo respeito, sendo admoestada toda a pessoa eclesiástica que fosse falando e conversando, e não bastando ficava ao arbítrio do Vigário-geral o castigo a aplicar ⁽¹⁰⁾.

A doutrina deste parágrafo não perdeu, infelizmente, a sua actualidade nos tempos subsequentes e até devia ser extensiva a muita gente, que conversa nas procissões com tanto à-vontade e tanta displicência como se estivesse num café.

Em 24 de Agosto de 1720, D. João de Sousa Castelo-Branco, 15.º bispo de Elvas, celebrou novo Sínodo na Sé da mesma cidade, cujos Decretos foram publicados dois anos depois.

Como não podia deixar de ser, também neles encontramos diversas disposições referentes a procissões, que, contudo, pouco diferem das anteriores.

Transcrevemos, textualmente, para não lhes tirarmos o sabor da linguagem setecentista: «Como sejam as Procissões ordenadas para

(10) «*Primeiras Constituições sinodales do bispado de Elvas*», Lisboa, 1635, Título XXIII — DAS PROCISSÕES — p. 97 e segs.

honra e glória de Deus para lhe darmos graças pelas mercês, que recebemos, e pedir outras de novo; aplacar sua ira, e justa indignação por nossas culpas e pecados, convem muito que os Sacerdotes e mais Congresso Eclesiástico, de quem hão-de tomar exemplo os seculares, vão nelas com toda a modéstia, compostura e devoção, e com hábito decente a seu estado; pelo que mandamos a todos os Clérigos do nosso Bispado vão nas ditas Procissões quietos, e com moderação, e gravidade sem práticas, nem vistas desordenadas, levando sobrepelizes, e barretes sob pena de serem multados em um cruzado para quem os acusar, e reincindindo, os castigaremos gravemente; e nas mesmas Procissões não levarão passos da Escritura sem serem aprovados pelo nosso Provisor, nem danças, folias, ou pélas entre o Clero; e menos sairão das Igrejas, nem entrarão nelas; e nas Procissões de Penitencia se não use de dar confeições para os penitentes em público; porque sendo preciso, as poderão ter dispostas os Confrades em casas por onde as Procissões passam; e os penitentes não levarão fitas, sinais ou tensões para serem conhecidos; porque destas acções resultam motivos de escandalo e de murmuração, não só entre os Católicos zelosos, mas ainda entre os herejes.

«Pelo que mandamos a todas as pessoas da nossa Diocese sob pena de excomunhão maior não sejam transgressores nesta parte; e encarregamos muito ao nosso Provisor e Vigário Geral, e aos Vigários da Vara dos seus distritos não consintam nas Procissões cousa, que encontre o disposto ⁽¹¹⁾, antes expulsem logo toda a pessoa, que diversamente obrar, e quando lhes não obedeçam, cheguem a desfazer as Procissões» ⁽¹²⁾.

A insistência do Prelado quanto à modéstia e zelo dos eclesiásticos, define bem as qualidades e virtudes do seu carácter, que depressa o impuseram na estima e consideração de todo o seu rebanho: D. João de Sousa Castelo-Branco, na lista dos bispos de Elvas, só foi suplantado no amor e no respeito que lhe votavam as suas ovelhas, por

(11) Isto é = *contra o disposto*.

(12) «*Decretos Synodales feitos e ordenados por D. João de Sousa de Castelo Branco, Bispo de Elvas, os quais se celebraram na Sé da mesma cidade, em 24 de Agosto de 1720*». Lisboa M.DCC XXII, cap. XIII — DAS IGREJAS — p. 85.

D. António Mendes de Carvalho, o primeiro que se sentou na cátedra episcopal elvense. Sobretudo os pobres, que eles não desdenhavam de sentar à sua mesa e de os servir em pessoa, dedicavam-lhes, mais do que amor filial, uma profunda veneração.

Sobre os passos da Escritura, a que se faz menção nestes Decretos, já o licenciado Aires Varela, quando foi visitador do bispado nas igrejas intra-muros de Elvas, fez alguns capítulos na do Salvador, determinando entre outras cousas: «— Mando que nas procissões, para evitar alguns inconvenientes escandalosos, *não vão passos da sagrada escriptura*, nem outros alguns, nem se ponham em igrejas ou altares sem licença do Ordinário, o que tenho prohibido com pena de excomunhão maior, *ipso facto incurrenda*, e de quatro mil reis a cada um dos mordomos» (13).

As danças e jogos nas Procissões, em particular na de *Corpo de Deus*, constituíam, realmente, uma irreverência e davam lugar a muitos abusos e cenas pouco ou nada edificantes, o que levou a majestade real e as autoridades eclesiásticas a proibirem-nos.

Damos a palavra a Eduardo Freire de Oliveira, nos seus «*Elementos para a História do Município de Lisboa*»: «Nas procissões solenes que a Câmara fazia, bem como nas de triunfo, iam sempre as *folias e chacotas* — danças e mascaradas —, que provocavam chufas e outras irreverências.

«D. João II, porém, em carta régia de 31 de Agosto de 1487, mandando solenisar a tomada de Malaca, manifesta já uma certa tendência para acabar com o repreensível e inveterado costume de aliar o sério com o burlesco, e o sagrado com o profano, em todas as solenidades religiosas, prática esta que constituía o cúmulo da impiedade» (14). Os termos da carta são mesmo estes: «nom curarees de jogos, nem doutros semelhantes antremeses».

Na «*Nova Floresta*» escreve o Padre Manuel Bernardes, criticando

(13) Vitorino de Almada, «*Elementos para um Diccionario de Geographia e Historia Portugueza — Concelho d'Elvas e extinctos de Barbacena, Villa-Boim e Villa Fernando*», Tomo primeiro, Elvas, 1888, p. 150.

(14) Lisboa, 1882, vol. I, p. 358.

uso tão impróprio como inconveniente: «Emende-se levar nas procissões diante do Santissimo Sacramento danças de ciganos, e de mulheres de ruim fama, e advirta-se, que a Arca do Testamento não era mais que uma figura deste augustissimo Mistério, e David era Rei Santo, e mais tinha-se por indigno de ir dançando em sua presença ... (15).

Entre vários papéis a respeito do assunto, deparamos com um recorte, cuja proveniência, lamentavelmente não anotámos, mas que talvez seja do «*Jornal de Coimbra*». Diz o seguinte: «*PROHIBIÇÃO DE DANÇAS E JOGOS NAS PROCISSÕES* — No dia 27 de Maio de 1724, faz precisamente hoje 181 annos (periódico, pois, de 1905), o secretario de estado Diogo de Mendonça Corte-Real, participou em aviso dirigido à camara de Coimbra, que sendo presente a sua magestade, que na procissão que nesta cidade se costumava fazer em obsequio do Santissimo Sacramento, no dia principal da sua festividade, se tinha introduzido o abuso de a acompanhar varias danças, jogos e outras figuras improprias d'aquelle acto, e algumas tão pouco decentes, que em lugar de excitar a devoção, serviam de escandalo; e que as ditas danças e figuras se costumavam repartir aos officios mecanicos e mais povo da cidade, de que resultava não só a despeza consideravel, mas uma grande vexação; fôra el-rei servido resolver, que se não continuassem mais semelhantes contribuições, nem intrometessem na dita procissão danças algumas, jogos e outras figuras, ainda que fossem representativas de santos, excluindo sòmente a imagem de S. Jorge e alguns andores que as irmandades quizessem levar voluntariamente, sendo ordenados decentemente; e que, em lugar da despeza que nisto se fazia até alli, se procurasse ornar com decencia as ruas por onde costumava passar a procissão».

Noutros tempos saíam à rua danças e folias a propósito de tudo: a visita de um personagem importante, a coroação de um monarca, o casamento de uma Princesa, a entrada de um novo Bispo, uma vitória na guerra, o nascimento de um infante, numa procissão, por simples que fosse.

Companhias de dançantes, cavaleiros à turca, negros e corcovados

(15) Lisboa, 1708, segundo tomo, p. 19.

bailando jocosamente, alegravam as praças do burgo e tanto se exibiam num tablado, ante o gáudio e a algazarra do povo, como se intrometiam nas procissões, provocando a hilariedade e ... distúrbios, que, evidentemente, ofendiam a gravidade do acto. O caso não era exclusivo nem de Elvas nem de Portugal, pois temos notícias de outros semelhantes por essa Europa além.

Echternach, pitoresca cidadezinha do Luxemburgo, é tão afamada pelas suas belas e artísticas faianças, como pela célebre *procissão dançante*, que nela se realiza todos os anos, na primeira terça-feira a seguir ao Domingo de Pentecostes.

Vêmo-la descrita noutro jornal, de que guardamos um recorte: Na velha igreja de Echternach está sepultado S. Willibood, padroeiro de Utrecht, de que foi bispo. Um ano em que uma doença desconhecida atacou o gado da região, doença estranha que o fazia saltar e girar à doida sobre si, sucumbindo irremediavelmente depois dessa espécie de delírio, o povo fez a promessa de ir em peregrinação ao túmulo do Santo, também saltando e volteando, a exemplo dos animais contaminados. Tal é a origem desta curiosa procissão.

Parte-se da ponte do rio Sure, a quatro de frente, dando as mãos os quatro de cada fileira. Sobe-se, assim, a colina onde se ergue a histórica igreja, dando três passos para diante, e depois dois para trás, ao som de cânticos entoados por cantores especiais, e acompanhados de música própria. E desta maneira, homens, mulheres, crianças, velhos, suando as estopinhas, deitando os bofes pela boca, como geralmente se diz, afogueados, chegam ao altar, depõem nele a sua oferta, e dão, ainda depois, uma volta em roda da nave, sempre a bailar. O seu número atinge os milhares, produzindo o conjunto um efeito único, cheio de alegria e colorido.

No desenrolar deste ensaio não nos faltarão ocasiões para dizermos alguma coisa das danças ciganas, que durante anos seguiram nas procissões, mas não deixa de ser oportuno notar, que em 1524 veio a Elvas, Damião Dias, de propósito para determinar o modo como deviam trajar a câmara e os foliões, que costumavam figurar nas procissões, por ocasião da entrada da Rainha (D. Catarina). E em 1605, por carta de 27 de Abril, manda o Rei (Filipe III) que se festeje o nascimento do Príncipe (o futuro Filipe IV), fazendo pro-

cissões com jogos, danças e folias, corridas de touros e luminárias de noite ⁽¹⁶⁾.

5. Antigamente, todas as Confrarias tinham a sua *bandeira*, que nas procissões ia sempre à frente dos respectivos Irmãos, entre lanternas. No decurso dos anos foram sendo substituídas por *guiões* ou *pendões*, ou só por uma *cruz*, e nos fins do século passado só se conservavam as da Misericórdia e das Chagas.

Almada deixou-nos a seguinte descrição desta última, cuja Irmandade remonta a 1507: «...um painel, representando no anverso um escudo com as cinco chagas, ao alto a corôa d'espinhos com um IHS, e em volta a letra: IIS PLAGATVS SVM — IN ANNO 1767; e no reverso a cruz do Calvario, tendo pendente dos braços a toalha que envolveu o corpo de Jesús, e em volta est'outra legenda: CRVCEM SANTAM — SVBII QVI — INFERNVM CONFREGIT — ANNO 1767.

«É debruada de galão ordinario, e pende-lhe da parte inferior larga franja d'algodão verde-escuro ...» ⁽¹⁷⁾.

A Santa Casa da Misericórdia teve uma primeira bandeira, a da sua fundação de 1502, reformada em 1617, de acordo com um Alvará de Filipe II, trasladado a fls. 900 v. do *Tombo* 3.º daquela benemérita intuição, donde Almada o copiou para o seu prestante *Dicionário* e nós para a *Monografia*, que publicámos em 1954, dispensando-nos por isso de também aqui o transcrever.

Em poucas palavras diremos, porém, que de harmonia com o teor desse diploma, confirmação de um acórdão de 12 de Setembro de 1575 e de outro de 15 de igual mês do ano seguinte, em todas as bandeiras das Misericórdias se devia pintar a figura de frei Miguel Contreiras, com três letras ao pé: F.M.I. (Frei Miguel Instituidor).

Esta bandeira foi depositada no Museu Municipal de Elvas, por ter sido substituída no século XVIII pela que presentemente é usada

⁽¹⁶⁾ Câmara Municipal, livro 3.º de *Próprias*, fls. 90 e 92, e *Tombo* 1.º, Parte 1.ª, fol. 289 v.

⁽¹⁷⁾ *Dic. cit.*, tomo terceiro, Elvas, 1891, p. 84.

e acompanha sempre as procissões, em que a Irmandade toma parte ⁽¹⁸⁾.

Além destas figurava nas procissões a *Bandeira Municipal*, também chamada *Bandeira Real* ou *Estandarte Real*, mas só quando os vereadores nelas saíssem em corporação, ou então nas que o Município promovesse, cumprindo ao vereador mais moço conduzi-la, na sua qualidade de *alferes da bandeira*.

Contra o que logicamente poderíamos supor havia, com frequência, certa relutância em aceitar esse honroso encargo, como se deprende de uma carta d'el-rei para a Câmara de Elvas, com data de 26 de Julho de 1539: «... vi a carta que me escrevestes sobre as pessoas que nao quiserom acompanhar a bandeira dia de sam Joham posto que lhes fosse notificado que a acompanhassem» ⁽¹⁹⁾. A recusa valeu-lhes uma multa de dez cruzados para a «obra da agoa da fonte damoreira».

Em 1564 estava a bandeira bastante danificada: por carta do cardeal D. Henrique, regente na menoridade de D. Sebastião, de 16 de Janeiro daquele ano, manda ao provedor que *vá ver a bandeira* que o alferes leva na festa de S. João, em virtude de a câmara dizer que estava *muito velha e rota*, e sendo assim devia fintar-se o povo em 50 cruzados para uma nova ⁽²⁰⁾. Comenta Vitorino de Almada: «Era assás importante esta despeza, que corresponde a 20.000 rs. (o diligente historiador escrevia em 1891), n'esse tempo em que o alqueire de trigo valia 80 réis, o de centeio 50, o de milho e o de cevada 35 réis apenas. Por isto se pôde avaliar a riqueza da bandeira que então se fez de nôvo» ⁽²¹⁾.

Nos livros municipais encontramos várias referências a este assunto, mas teremos de as resumir, para não nos alongarmos demasiadamente.

Em 16 de Março de 1601 impõe-se a pena de 50 cruzados para

⁽¹⁸⁾ Vide Eurico Gama, «*A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*», Coimbra, MCMLIV, cap. V, p. 85-90.

⁽¹⁹⁾ Arquivo Municipal, *Próprias*, 3.º, fl. 223.

⁽²⁰⁾ *Idem, id.*, 1.º fl. 167.

⁽²¹⁾ *Dic. cit.*, tomo terceiro, p. 88.

despesas da Câmara ao vereador mais moço, sempre que se ausentasse nos dias de procissão solene, para não levar a bandeira ⁽²²⁾.

Noutra carta, de 12 de Outubro de 1606, tiram-se todas as dúvidas, que ainda se suscitavam, sobre o lugar em que iria a Bandeira Real nas procissões promovidas pela Câmara. O monarca manda que esta vá «*diante de todas as Cruzes*» ⁽²³⁾.

Por esses tempos uma das festividades de maior grandeza e concorrência, que se faziam em Portugal — e em Elvas nenhuma outra a sobrepujava — era a de S. João, em honra do Precursor, da qual já temos memórias que vêm do século XIV e muitas outras dos séculos

(22) «Eu ElRey faço saber aos que este aluara virem, que sendo obrigação do vereador mais moço da Cidade de Eluas, levar a bandeira da ditta Cidade, nas procissões da obrigação da Camara, e em outras em que costuma hir a ditta bandr^a, o ditto vereador se ausenta nos dias das dittas proçissões por a naõ levar, de que se segue m.^{tos} inconuinientes. Pello que mando que ausentandosse o tal vereador mais moço da ditta Cidade nos dittos dias, pague cincoenta cruzados de pena, para as despesas da ditta Camara em que se fara logo execução. E mando que em tempo algũ, sirua mais em offiço da governança da ditta Cidade, e este se registara nos liuros da ditta Camara e se cumprira inteiramente como nelle se contẽ que valera como carta posto que o effeito delle aja de durar mais de hũ anno sem embargo da ordenaçãõ em contrario. Franco Rebello o fez em Lisboa a desaseis de Março de mil seiscentos e hum. Duarte Correa a fez escrever. Rey.» (Arquivo Municipal, *Próprias*, 3.^o, fl. 205, e no *Tombo* 1.^o, Parte 1.^a, fl. 272 v.

(23) «Eu ElRey faço saber aos que este aluara virem que sendo eu informado das duuidas que há entre o Bispo, e pessoas Ecclesiásticas da Cidade d'Eluas e o Juiz, e Vereadores della, sobre o lugar, em que ha de hir a minha Bandeira Real, nas proçissões da obrigação da Camara, e uendo Eu as razões que por parte do ditto Bispo se me presentarão, e as que tambem presentou a ditta Camara e as informações que de tudo mandej tomar, e o costume que em semelhante caso há em alguns lugares deste Reino. Ey por bem, e mando que daquy em diante vá nas dittas proçissões a minha Bandeira Real, e o Alferes que a levar diante de todas as Cruzes, e o Juiz, Vereadores, e o mais corpo da Camara com os offiçiaes da Justiça irão no couce das dittas proçissões detras do Palio, nas em que o ouuer. E esta ordem se guardará inteiramente sem nisso auer duuida, nem alteração algũa. E este se conprirá como nelle se contem, posto que o effecto delle aja de durar mais de hũ anno, sem embargo da ordenaçãõ em contrario. E se guardará no Cartorio da ditta Camara e se tresladará no liuvro della. João feo o fez em lisboa a doze de octubro de mil seiscentos, e seis. Duarte Correa o fez escrever. Rey.» (Idem, *id.*, fl. 171).

subsequentes, no Arquivo Municipal da histórica e nobre cidade alentejana.

O clássico Aires Varela, no *Theatro das Antiguidades d'Elvas*, obra da primeira metade de seiscentos, escreve: «Obrou Gil Friz, Alcayde mór do Castello, na defensão de Elvas coizas dignas de eterna mem^a; o tempo sepultou humas, conserva a tradiçãq outras diremos as de mais convecia: Vespera de S. João Baptista por noute se emboscarão os castelhanos para saltear os cavalleiros que de Elvas costumavão sayr festejar ao mesmo santo.

«Gil Friz que não só era valeroso, mas entendido, sayo com cautella, e mandou fechar as portas da V^a, deu sobre os castelhanos que erão m.tos, e bem armados, e com tanto valor os cometeu, que não lhe puderão resistir; rompeu o batalhão e ganhou o guião, que vulgarm.te chamão Bandr^a.» (24).

Sobre a importância e tradição dos festejos a que nos estamos reportando, as suas palavras são para nós o argumento decisivo: «A nobreza da V^a neste solemne dia em bons cavallos, e com lustroz as armas acompanhavão o Pendão, havia escaramuças, carreyras, e outras m.tas festas com admiração dos lugares visinhos, de que resultou o adagio S. João de Elvas» (25). O que faria Tomás Pires escrever: «Como se vê, a partir da morte de Gil Fernandes, a festa solsticial elvense tomou nova etiqueta, passando a commemorar um feito guerreiro: conservou, porém, n'outras localidades o seu primitivo sentido mythico» (*O combate do Verão expulsando o Inverno, dramatização pagã do fenómeno astronómico do solstício do Verão*) (26).

Número principal da festa era, por certo, a procissão, que saía da Sé, e nela devia ir a Bandeira Real, acompanhada de todos os vereadores, o que nem sempre se observava, como veremos por um novo despacho de Sua Majestade, logo do dia seguinte ao antes citado (27).

(24) «*Theatro das Antiguidades d'Elvas com a historia da mesma cidade e descripção das terras da sua Comarca*», Elvas, 1915, cap. XXVI, p. 85.

(25) Idem, p. 86.

(26) «*O S. João d'Elvas*», Elvas, 1904.

(27) Tem, portanto, a data de 13 de Outubro de 1606, e é do teor seguinte: «Eu ElRey faço saber aos que este aluará virem que sendo eu informado do descuido, e pouco respeito que se tinha na Cidade d'Elvas, no acompanhamento que

Não há dúvida de que, se António Dinis tem vivido um século antes, um outro poema no género do *Hissope* haveria aparecido mais cedo na Literatura Portuguesa ...

Embora não seja este o lugar apropriado, mas já que tratamos da importância da *Bandeira* ou *Estandarte Municipal* nas procissões, diremos ainda, que lhe eram devidas honras militares, apresentando armas à sua passagem as forças debaixo de forma e tocando os músicos a marcha real. Também às vezes esta homenagem passava em claro, por incompreensão do elemento militar, e o caso é que hoje já não se observa esse costume, apesar de no Estandarte do município elvense figurarem as insígnias da *Torre Espada*.

Na verdade, em 1840, o comandante da guarda principal postada na Praça pública da cidade, no dia de Corpo de Deus, talvez por ignorância dos usos militares locais, ao sair dos Paços do Concelho o senado da Câmara com a sua bandeira, nem então, nem à volta, mandou fazer a habitual continência, conservando as armas inclinadas. Segundo parece — pelo menos Almada regista-o no seu *Dicionário* e não se esqueça de que o probo escritor era capitão quartel-mestre, portanto deve ter-se

nella se faz a Bandeira Real, em vespora, e dia de São João Baptista, não se guardando hũa prouisão passada perque se manda que acompanhem a ditta Bandeira o Juiz, Vereadores, e mais officiaes da Camara, e pessoas da gouernança della, e sendo tão geral a festa que na ditta vespora, e dia de São João se faz neste Reino, e em toda a Christandade, e em louuor de hu tão grande sancto, ey por bem, e mando que daquy em diante acompanhem a ditta bandeira Real na vespora, e dia de São João, o Juiz, Vereadores, e mais officiaes da Cam.ra e todos os officiaes da Justiça que se acharem presentes na ditta Cidade, e assy todas as mais pessoas que costumão andar na Gouernança della, não tendo qualquer dellas justo impedim.^{to}. E o Corregedor da ditta Cidade, ou o Juiz de fora se informará particularmente das sobreditas pessoas, q̄ faltaraõ no acompanhamento sem terem impedimento, ou que por respeito de se não acharem nella, se absentarão da Cidade, e prenderá os culpados, e procederá contra elles como lhe parecer Justiça, e o Juiz, e Vereadores, terão particular cuidado de cada anno, oito dias antes da ditta festa mandarem fixar o treslado deste aluara nas portas da ditta Cam.ra para que venha a noticia de todos, o qual quero que se cumpra como nelle se contem posto que o effecto delle aja dedurar mais de hũ anno sem embargo da ordenação em contrº E se tresladará no liuro da Cam.ra e o proprio se guardará no Cartorio della. João feo o fez em lisboa a treze d'octubro de mil seiscentos e seis Duarte Correa o fez escreuer. Rey.» (*Próprias*, 3.º, fl. 66).

o seu juízo por imparcial — aquele oficial, tivera este desabafo nada amável: *A Câmara é povo e o povo não tem continência.*

A vereação, sentindo-se, lógicamente, desconsiderada, oficiou ao governador militar, então o brigadeiro João da Mata Chapuzet, que, para desagravo da Câmara, fez publicar uma Ordem (n.º 33, de 21 de Junho), pela qual, para que o caso não tornasse a acontecer, fazia saber, que, quando a Câmara, reunida em corpo municipal, se apresentasse com o estandarte real em frente de qualquer guarda, se lhe devia fazer continência, apresentando as armas e tocando a marcha. Mas, se não levasse o estandarte, a guarda apenas se reuniria pondo armas ao ombro, assim se conservando até a câmara passar ⁽²⁸⁾.

Dezassete anos correram na melhor harmonia, mas a 20 de Maio de 1858, solenizando-se na Catedral o casamento de El-Rei D. Pedro 5.º, com um *Te-Deum*, a guarda de honra postada junto da igreja não fez ao estandarte da Câmara a saudação respectiva, falta que encontrou logo reparação por parte do governador da Praça, o brigadeiro Adrião Acácio da Silveira Pinto, «o qual mandou suscitar em ordem a observância do que sobre tal assunto se estabelecera em 1840; e tão prompta e espontaneamente, que não deu tempo a escrever-lhe a Câmara municipal; a qual deixou notado o incidente no seu livro d'actas, a 22 de Maio» ⁽²⁹⁾.

Decorridos mais alguns anos repetiu-se o incidente, que era como um safanão periódico na vida da pacata cidade. O mais grave da questão é que a antiga homenagem ao estandarte municipal ia sendo postergada aos poucos, até ficar no esquecimento, e os governadores que se sucediam estribavam-se na Ordenança, que, realmente, não obrigava à continência.

Do governo da Praça subiram as queixas do município ao general comandante da 4.ª Divisão e como este se julgasse incompetente para resolver o pleito, a Câmara apelou para o Ministro da Guerra, que era o conselheiro António Maria Fontes Pereira de Melo, filho de um ilustre elvense, o Ministro da Marinha e do Ultramar e Governador-geral de Cabo Verde, João de Fontes Pereira de Melo. De nada serviram os

⁽²⁸⁾ Almada, *Dic. cit.*, t. 3.º, p. 90 e segs.

⁽²⁹⁾ *Idem*, p. 91-92.

laços de família, pois do despacho consta nada menos do que o seguinte, em termos que não podemos deixar de ter por injustos para uma cidade, que tanto merecia da Pátria: «Os estandartes das Câmaras municipais são distinctivos de corporações, não são bandeiras militares; e se por ventura se prestam honras a alguns d'estes distinctivos é unicamente áquelles que são decorados com a ordem militar da Torre-Espada, pelos serviços que as corporações que elles representam prestaram á causa da liberdade». (A alusão era às cidades de Angra do Heroísmo e Porto, condecoradas com a referida Ordem pelos serviços prestados à causa liberal, e Elvas fora o último reduto do miguelismo, o que lhe acarretaria durante muitos anos a animosidade dos Poderes Públicos, causando-lhe feridas, que ainda não cicatrizaram de todo e mutilações, que continuam à espera da merecida reparação). O estandarte da cidade de Elvas só em 1931 teria a honra de receber a *Torre Espada*, mas actualmente já não se prestam honras militares às insígnias dos municípios. A última bandeira, que ainda as recebeu, emoldura hoje uma das paredes do Museu Municipal. É de seda de damasco carmesim; mede de comprimento 1,40 metros e de largura 1,32 metros. De ambos os lados está representado o cavaleiro das armas, que se entende, com justos motivos, seja D. Sancho II, o conquistador da cidade aos mouros em 1226, pintura em tela, sem legenda. A guarnição é de galão e franja de prata dourada, excepto pelo lado em que envolvia a haste, havendo mais um filete em quadro, a um decímetro da orla, com palmas nos cantos, e a data de 1849 bordada junto da lança. A haste — seguimos a descrição de Almada, pois a haste já não existe — era de madeira e dourada, tinha de comprimento 2 metros e 80 centímetros, rematada pela lança, de prata sem lances; do pé da lança suspendiam-se quatro cordões compridos de seda carmesim, com pesadas borlas revestidas de canutilho de prata dourada, reunidas duas a duas por dois passadores franjados. No canto superior da bandeira prendia-se um laço de largas fitas das cores nacionais.

6. A obrigação de ir nas procissões se era, como vimos, imposta a todo o Clero, cabia também aos oficiais da justiça e vereadores, os quais, no entanto, venciam determinadas *propinas* por cada uma que acompanhassem. Havia mesmo uma *Tabela*, que temos na nossa frente,

onde se inscreviam as quantias que lhes competiam, a qual referiremos mais adiante.

Por carta de 11 de Novembro de 1555 se manda levar em conta um *pichel de vinho e duas galinhas*, que cada vereador recebia de propina «por acompanhar e reger cada uma das procissões da cidade», mas em 26 de Março de 1580 requereram a substituição desta propina por mil réis, sendo-lhes concedidos 2 cruzados, por carta de 16 de Maio, e de 3 em 3 anos se renovava esta concessão, até que ficou de todo em vigor. No Arquivo da Câmara há cópias de várias cartas a este respeito, nomeadamente as de 4 de Fevereiro de 1583, 10 de Abril de 1586, 6 de Julho de 1589 e 11 de Fevereiro de 1592 ⁽³⁰⁾.

A primeira é um Alvará de Filipe 2.º, que começa assim: «Eu ElRey faço saber aos que este aluará virem que auendo respeito ao que na petiçam atraz escrita dizem o Juiz, Vereadores, e Procurador da çidade deluas, ey por bem e me praz que em lugar das gualinhas e do mais que se costumaua dar a cada hum dos ditos officiaes os dias que na dita çidade auja precissoes solenes, aja cada hum delles dous cruzados á custa das rendas do cº da dita çidade não entrando nysso a minha terça, etc.» ⁽³¹⁾.

Visto o interesse de que se reveste, julgamos conveniente trasladar, na integra, a carta de 1586, aliás em termos idênticos à anterior, mas com diferenças na ortografia: «Eu ElRey faço saber aos que este aluara virem que hauendo respeito ao que na petição atraz escrita dizem o Juiz Vereadores Procurador do concelho e escriuão da Camara da cidade d'Eluas, ey por bem e me praz que em lugar das gallinhas e do mais que se costumaua dar aos ditos officiaes os dias que na dita cidade hauia procissões solennes aja cada hum delles dous cruzados aa custa das rendas do concelho da dita cidade, não entrando nisso a minha terça / E isto por tempo de tres annos mais allem do tempo em que os já ouuerão per minhas prouisoes. Polo que mando ao Prouedor da comarca da dita cidade que leue em cota ao thesoureiro das rendas do concelho della cada anno pelo dito tempo de tres annos o que nisso despender pelo

⁽³⁰⁾ *Próprias*, 3.º, fl. 181; 1.º, fl. 587; id., fl. 593 e ib., fl. 648.

⁽³¹⁾ Tomás Pires publicou este extracto na *Revista Lusitana*, vol. XI, p. 253, com pequenos erros de transcrição.

traslado deste aluara com conhecimento dos ditos officiaes da Cam.^{ra} e cumpra e guarde este meu aluara como nelle se contem posto que o effecto delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação do seg.^{do} liuro titullo vinte que o contr.^{to} despoem. Antonio Roiz o fez em lisboa a dez d'Abril de mil b e oitenta e seis. Simão Borrvalho o fez escreuer, Rey.»

Além da mencionada verba em dinheiro, auferiam outra para a *cera* das tochas, mas, ou porque a vida encarecesse, ou porque accumulassem com outras funções ou ainda porque tanto os vereadores como os officiais da justiça procuravam furtar-se à obrigação de ir nas procissões, às quais talvez desejassem comparecer apenas *sua voluntate*, faziam as suas exigências *pedindo mais*, e isto dava sempre causa a discordâncias. Os livros municipais são um manancial inesgotável de casos deste género.

A 29 de Dezembro de 1665 o vereador António Cardoso Pegado, de uma das nobres famílias elvenses desse tempo, hoje, ao que supomos, extinta na cidade, fez declaração em câmara de que não se conformava com a resolução da maioria, que mandava abonar *propinas dobradas* ao corregedor Manuel Bicudo de Mendonça, a título de servir de provedor da comarca — e a divergência manteve-se e arrastou-se durante meses, pondo-se outros vereadores ao lado daquele, como Vasco Fangueiro da Fonseca, quando o Juiz do Geral e dos Órfãos solicitou também a duplicação das propinas.

Em face do caminho que o assunto tomava interveio el-rei com a sua suprema autoridade, mandando, a 5 de Março, que o Corregedor procedesse a averiguações e o informasse depois de ouvidos os officiais da câmara.

Novamente votado o pedido só lhe foram desfavoráveis aqueles dois vereadores, afirmando que o faziam por o concelho estar pobre, não havendo dinheiro nem para se pagarem as propinas ordinárias e só ao tesoureiro do ano anterior se deviam mais de 100 mil réis! «De mais de vinte anos a esta parte nenhum juiz se apresentara com tal pretensão».

Por fim, a 11 de Junho, expede o monarca uma ordem para que não se accumulassem as propinas do cargo efectivo com as do exercício interino — pondo, assim, termo à questão... que se repetiria meio século decorrido! E haveria de escrever-se no livro das vereações: «Cousa

nunca sucedida em uma pauta inteira, mas foram feitos do odio e interesse, que sempre causaram estas monstruosidades, a quem castigou a justiça e a razão» (32).

Volvidos mais alguns anos, já o erário municipal desempenhado, abonaram-se então emolumentos aos oficiais da câmara, que requeriam para as procissões do *Patrocínio e São Sebastião*, 4.800 rs. como se lhes concedia nas de *Corpus e Ressurreição*, e 1.600 rs. para as outras procissões anuais (33)

Outras acumulações continuariam depois a ser outorgadas, assim ao Juiz de Fora, quando acumulasse o cargo de Juiz dos Órfãos (3 de Junho de 1762) e ao Meirinho da Provedoria (22 de Outubro de 1791), vindo a ser abolidas de vez por decreto de 16 de Março de 1821.

Completamos este parágrafo com uma relação das *Propinas* e dos *vencimentos*, que auferiam os pensionistas do concelho, em virtude de provisões registadas nos *Tombo*s da Câmara:

CARGOS	PROCISSÕES	PROPINAS
Corregedor	<i>Corpus Christi</i>	4.600 rs.
	Ressurreição	4.800 rs.
	13 Procissões a 800 réis cada uma . .	10.400 rs.
	Cera em dia de <i>Corpus</i>	2 arráteis
Provedor	O mesmo	O mesmo
Juiz de Fora	Idem	Idem e 2.800 rs. para a Tocha em 2 de Fevereiro (Purificação ou Candelária)
Cada um dos 3 Vereadores	Ibidem	Ibidem, à excepção dos 2.800 rs.
Procurador	Ibidem	Ibidem

(32) *Tombo* 2.º, fls. 206-207.

(33) Vereação de 27 de Março de 1760.

Escrivão da Câmara	Ibidem	Ibidem
Tesoureiro do conce-		
lho	Ibidem	Ibidem
Meirinho da cidade	15 Procissões a 800	
	rs. cada uma . .	12.000 rs. e 1 arrátel
		de cera em dia de
		<i>Corpus</i>
Meirinho da Correi-		
ção	Idem	Idem
Meirinho da Prove-		
doria	Ibidem	Ibidem
Alcaide Pequeno . .	Ibidem	Ibidem

(1 arrátel = 459 gramas).

Achámos também de interesse respigar alguns apontamentos respeitantes à *cera* para o dia da Procissão de *Corpus Christi*, os quais oferecemos à curiosidade do leitor:

4 brandões a 8 arráteis cada um	32 arráteis
Corregedor	2 »
Provedor	2 »
Juiz de Fora	4 »
3 Vereadores e o Procurador a 2 arráteis	8 »
Escrivão da Câmara e Tesoureiro — idem	4 »
Contínuo, Porteiro e Alcaide, a 1 arrátel	3 »
Escrivão e Meirinho da Provedoria, idem	2 »
Escrivão das Armas e Meirinho da cidade, idem	2 »
Dois mesteres actuais e Síndico, ibidem	3 »
Escrivão e Meirinho da Correição, idem	2 »
Escrivão da Almotaxaria	1 arrátel
22 Mesteres e Relojoeiro, a ½ arrátel cada um	11 ½ arráteis

76 ½ arráteis

76 ½ arráteis a 480 rs = 30.720 rs.

A cada oficial de justiça, que apparecesse de capa e volta ½ arrátel

Num verbete avulso da parte manuscrita do *Dic.* de Almada, a que temos feito alusão, aparece-nos uma outra curiosa nota sobre as propinas «que venceu o sr. Félix José Appariço em 1806-7». Não resistimos à tentação de a transcrever, acrescentando sòmente, como identificação, que este *Appariço*, fora procurador da Câmara de Elvas ao príncipe D. João (6.º), a pedir socorros para o povo da cidade, que lutava com o espectro da fome em razão das grandes secas; desempenhou mais os cargos de Vereador de 1807 a 1824 e de Mesário da Santa Casa da Misericórdia em 1819-1820 e 1823-1824.

Procissão da Ressurreição	4.800	rs.
» de S. Marcos	800	»
Ladainhas	2.400	»
Procissão de <i>Corpus Christi</i>	4.800	»
» de Santa Isabel	800	»
» do Anjo Custódio	800	»
» de Aljubarrota	800	»
» do Patrocínio	800	»
» da Aclamação	800	»
» da Bula	800	»
» de Nossa Senhora da Conceição	800	»
Desconto da bolota	1.050	»
Junco	800	»
Procissão das «Linhas de Elvas»	800	»
» de São Sebastião	800	»
Tocha anual	2.800	»
SOMA	24.650	»

7. O *Itinerário* das Procissões municipais era definido pela Câmara e com certeza de acordo com o Cabido, mas ainda neste particular surgia, por vezes, o desentendimento. Bem verdade é o dizer-se, que, enquanto houver duas pessoas há duas opiniões ...

Em 1712, por exemplo, não se entenderam os dois Poderes, o que já não nos surpreende, obrigando o Rei a intervir, como se vê pela carta a seguir: «Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves

daquem e dalem-mar em Africa Sñor de Guine &^a. Faço saber a vos officiaes da Camara da Cidade de Elvas, que se vio a vossa carta em que me destes conta das duvidas, que entre vos e o Cabido dessa Cidade ouve sobre as ruas por onde hão de ir as procissões, que esse senado fas. E visto tudo o que referistes, e informações, que sobre este particular mandei tomar p.lo Auditor-geral da gente de guerra da Provincia do Alentejo. Me pareceo dizervos que eu fui servido ordenar p.las cartas incluzas ao Bispo, e Cabbido dessa Cidade não alterem nestas procissões o estylo q. ateagora se tem uzado, e observado p.lo mesmo Cabbido, e Bispo, assim quanto às ruas por onde as procissoes costumarão sempre ir como quanto às Igrejas onde se costumarão recolher, por se não dar cauza sufficiente, que altere o dito costume approved, e praticado p.lo mesmo Bispo, e Cabbido, e seos antecessores. Tendeo assim entendido. ElRey nosso Sñor o mandou por seu especial mandado p.las Doutores Gregorio Pereyra Fidalgo da Sylv.ra e Antonio Baracho Leal, ambos do seo Cons^o e seos Dez.res do Paço. Eugenio Pimenta e Sylva a fes em lx^a a vinte e seis de Sept.ro de 1712. Antonio Luis de Cordes a fes escrever» (34).

Ignoramos se o Cabido escondeu ou não o seu ressentimento por tal decisão, mas o certo é as duas partes nunca se terem compreendido lá muito bem, sobretudo em questões da natureza desta. E não demorou muito tempo que outra pendência voltasse a empanar as relações entre a Câmara e o Cabido. É ainda uma carta de D. João 5.^o, que nos põe ao corrente da nova contenda :«Juiz Vereadores, e Proc.^{or} da Camara da Cid.^e de Elvas. Eu ElRey vos envio m.^{to} saudar. Foime prez.^{te} a duvida q. entre vos e o Cabbido se moueo acerca das procissões, q̃ huns, e outros acompanhaes; e me pareceo dizervos escolhaes igreja certa, e determinada p.^a se terminar a procissão q̃ em quinze de Agosto se faz pella vitoria da Bat.^a de Algibarrota, de q̃ se fará termo p.^a não vir maes em duuida esta questão. Escrita em Lix.^a a 6 de Abril de 1714. Rey ∴.» (35).

Veremos, pela Tabela das Procissões da Câmara, como ali se indicam as igrejas a que as procissões recolheriam e deve dizer-se, em abono do município, que este tudo fazia para que elas decorressem na melhor

(34) Tombo 7.^o das *Próprias*, fl. 284.

(35) *Id.*, fl. 310.

ordem e com o máximo esplendor. Até mandava proceder a demolições de prédios para facilitar os trajectos, como em 1539 ⁽³⁶⁾ e lançava pregões para que os moradores tivessem varridas e limpas as ruas por onde haviam de passar as procissões, o que sabemos por deliberação camarária de 27 de Janeiro de 1715, a respeito das procissões dos *Terceiros* e dos *Passos*.

Actualmente, compete à autoridade eclesiástica ou ao pároco respectivo, estabelecer o itinerário das procissões, e apesar disso não é raro haver alterações de uns anos para outros, com protestos (inglórios!) da população conservadora.

8. Uma nota ainda sobre o lugar do poder civil nas procissões. Escreve-se na *Nobiliarchia Portugueza*, que nas procissões e actos públicos, as câmaras das cidades e vilas notáveis precedem os títulos e grandes senhores (quando havia de uns e outros, é claro!), e não devem sair a acompanhar senão a pessoa do Rei ⁽³⁷⁾.

Quando a Câmara de Elvas ia à Sé era costume saírem dois cônegos a recebê-la à porta principal — assim se processando ainda nos fins do último século. Hoje, pelo menos é o que temos observado, sempre que o Presidente e a Vereação se deslocam, oficialmente, àquele templo, vem à porta, por um natural preceito de cortesia, a recebê-los, o reverendo cônego-pároco da freguesia.

Na procissão de *Corpus*, a câmara, com o restante elemento civil, bem como a oficialidade da guarnição, tem lugar imediatamente a seguir ao Pálio, a cujas varas usam pegar, por turnos e por convites.

Quanto ao Clero, os sacerdotes ou vão com o Corpo Místico do

⁽³⁶⁾ «Eu ElRey faço saber a quantos este meu aluara virem que o Juiz vereadores e procurador da cidade deluas me fizeram saber que elles mandarão *dirribar humas casas* na dita cidade q̄ estavã na rua dos açougues antre a Igreja noua e a Igreja do saluador / *por fazerem impedimento aa seruentia das procissões* as quaes casas erão foreiras amy ã duzentos e seis rs. que o dito dioguo roiz me era obrigado pagar ã cada huu ano pedindome que fezesse merce acidade do dito foro ... ey por bem fazer a mercê adita cidade dos ditos duzentos e seis rs. Jorge Roiz o fez em lixboa a xxix de Mayo de mil b e xxxix. Rey ∴ » (Livro segundo das *Próprias*, fl. 388).

⁽³⁷⁾ «*Nobiliarchia Portugueza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica*», escrita por Antonio de Villas Boas & Sampayo, em Lisboa, 1676, pág. 144-145.

Senhor ou acompanham os seus paroquianos, indo então no meio da procissão e eles em alas.

Por uma sentença de 23 de Outubro de 1425, os religiosos de São Domingos iam nas procissões adiante do vigário de Santa Maria dos Açougues (depois Sé); a precedência concedida à Ordem Terceiras de S. Francisco, por um Breve de Benedito XIV, teve execução em Elvas a partir de 1756.

Pelas *Constituições de 1630*, nas Procissões de *Corpus* e da *Ressurreição* era obrigado, pela sua dignidade, a levar o Santíssimo Sacramento, desde que o não levasse o Prelado, o Arcediago do Bago, que ocupava o terceiro posto entre as Dignidades da Sé (as duas primeiras cabiam ao Deão e ao Chantre, pela ordem).

9. Nos dias das Procissões gerais e festivas repicavam os sinos da Sé por quatro vezes as *Laudes*, a primeira em acabando o sino de *Prima*, a segunda em se começando a Missa de *Terça*, outra depois do levantar a Deus e a última fora destas vezes, e davam-se mais dois repiques na saída e outro na entrada da Procissão; e nas Procissões ordinárias e votivas tangia-se o sino maior por algum espaço de tempo em acabando o sino de *Prima* e bem assim à saída e entrada da Procissão. O mesmo sino se tangia quando alguma Procissão de outra paróquia ia à Sé.

— Enquanto qualquer Procissão se fizesse dentro do templo, em nenhum altar se podia celebrar a Santa Missa — o que ainda se cumpre.

— Tomás Pires refere na *Revista Lusitana*, vol. X, p. 305, um uso muito pitoresco ... e agradável, que era o de no recolher das procissões os membros da respectiva Confraria reunirem-se na Sacristia da Igreja e tomarem o *copo de água* — isto é, vinho e doces. Nada mau, mas o costume, como tantos mais, perdeu-se de todo. Enfim, quanto a este, também nos parece melhor assim.

E com avisadas palavras do bispo D. Sebastião de Matos de Noronha, nas citadas *Constituições*, palavras, que no rodar dos séculos nada perderam do seu significado, damos por findo este capítulo: «*Encomendamos a todos que nas Procissões guardem modéstia no sossêgo, no silêncio, no olhar e em todo o meneio de suas pessoas com a honestidade, decência e gravidade que convém ...*».

II

TABELA DAS PROCISSÕES DA CÂMARA

JANEIRO

- Dia 14 - * *Linhas de Elvas* — Comemorando a célebre e gloriosa Batalha. Saía da Sé e aí recolhia, com Bandeira e Sermão, que o concelho pagava por 4.800 rs. As propinas eram de 800 rs.
- Dia 20 - * *São Sebastião* — Saía da Sé e terminava na Igreja de Santa Maria dos Casados, com Bandeira e a mesma propina.

MARÇO ou ABRIL

- Domingo de Páscoa - * *Ressurreição* — Saía da Sé e lá recolhia. Não levava Bandeira. Propina de 4.800 rs, concedidos por Provisão de 17 de Dezembro de 1750 (38).

ABRIL

- Dia 25 - * *São Marcos* — Saía da Sé e ia ao Colégio (Salvador), também sem Bandeira. 800 rs. de propina.

MAIO

- Móvel - * *Ladainhas* — A 1.^a ia à Igreja de S. Paulo (hoje em ruínas, junto ao Quartel do Batalhão de Caçadores n.º 8), a 2.^a à Igreja da Misericórdia, a 3.^a ao Colégio. Não levava Bandeira e cada uma tinha de propinas 800 rs.
- Dia 17 - * *S. João da Lagosta* — Saía da Sé e ia ao Colégio, com Bandeira. O concelho pagava o sermão, por 4\$800 rs. Na véspera havia Luminárias; não tinha propinas, mas ao sineiro pagavam-se 480 rs. pelos repiques.

(38) Tombo 3.º da Câmara, a fls. 147.

MAIO ou JUNHO

Móvel - * *Corpo de Deus* — Saía da Sé e a ela recolhia também; levava Bandeira, tinha propina de cera e 4\$600 rs. 4 oficiais da última câmara levavam brandões de cera de 8 arráteis, que lhes pertenciam. A fábrica da Sé recebia 600 rs. para incenso.

JUNHO

Dia 24 - * Ia a Câmara de manhã a S. João (da Corujeira); havia Missa paga pelo Vereador mais moço e propina para o púcaro de água.

JULHO

Dia 2 - * *Visitação de Santa Isabel* — Saía da Sé e aí recolhia; levava Bandeira e tinha de propina 800 rs.

AGOSTO

Dia 15 - * *Aljubarrota* — Realizava-se de tarde, saindo da Sé para a Igreja da Misericórdia, levando Bandeira. A propina era de 800 rs.

OUTUBRO

Dia 10 - * *S. Francisco de Borja* — A Câmara ia à Sé assistir à Festa. Tinha Luminárias na véspera, não levava Bandeira nem lhe eram atribuídas propinas.

NOVEMBRO

2. Domingo - * *Patrocínio de Nossa Senhora* — Saía da Sé e lá recolhia, levando Bandeira. Tinha Luminárias de véspera e 800 rs. de propinas.

DEZEMBRO

- Dia 1 - * *Aclamação de D. João 4.^o* — Saía da Sé e a ela voltava; com Bandeira e propina de 800 rs.
- * *Bula da Santa Cruzada* — Saía de S. Domingos, recolhendo à Sé, sem Bandeira. Os dois Mesteres do ano antecedente e mais quatro pegavam às varas do Pálio e recebiam do concelho 400 rs. cada um. A propina para os vereadores e oficiais da justiça era de 800 rs.
- Dia 8 - * *Nossa Senhora da Conceição* — Saía da Sé, onde se desfazia. Levava Bandeira e tinha de propinas 800 rs.

III

CATÁLOGO DE TODAS AS PROCISSÕES QUE SE FAZIAM OU AINDA SE FAZEM NA CIDADE DE ELVAS

Continuamos a seguir uma ordem cronológica e esta relação têmo-la por absolutamente necessária, até porque dá ao leitor uma ideia geral sobre a matéria.

- 14 de Janeiro - * *Linhas de Elvas*
- 20 de Janeiro - * *São Sebastião*
- 2 de Fevereiro - * *Purificação de Nossa Senhora ou Candelária*
- 2 de Março - * *Batalha de Toro*
- 4.^a feira de Cinzas - * *Cinza ou Penitência*
- Móvel - *Senhor Jesus dos Passos*
- 5.^a feira Maior - *Sagrado Viático aos enfermos e encarcerados*
- Idem - *Mandato ou Visita às Igrejas*
- 6.^a feira Maior - *Enterro do Senhor*
- Domingo de Páscoa - *Ressurreição*
- Domingo dos Prazeres - * *Nossa Senhora da Soledade*
- 25 de Abril - * *São Marcos*

Abril ou Maio	- * <i>Ladainhas ou Rogações</i>
13 de Maio	- <i>Nossa Senhora de Fátima</i>
17 de Maio	- * <i>S. João de Deus da Lagosta</i>
Móvel	- <i>Ascensão</i>
1.º oitava do Espírito Santo . . .	- * <i>Nossa Senhora do Rosário dos Negros</i>
Maio ou Junho	- <i>Corpo de Deus ou Santíssimo Sacramento</i>
13 de Junho	- * <i>Santo António</i>
24 de Junho	- * <i>S. João Baptista</i>
2 de Julho	- * <i>Visitação ou de Santa Isabel</i>
16 de Julho	- * <i>Nossa Senhora do Carmo</i>
3.º Domingo de Julho	- * <i>Anjo Custódio</i>
Idem	- * <i>S. Domingos</i>
10 de Agosto	- * <i>S. Lourenço (das Almas)</i>
	- * <i>Senhor Jesus dos Aflitos</i>
	- * <i>Nossa Senhora da Paz</i>
	- * <i>Senhor Jesus das Necessidades</i>
15 de Agosto	- * <i>Aljubarrota</i>
1.º Domingo de Setembro	- <i>Nossa Senhora das Dores ou da Mulinha</i>
8 de Setembro	- * <i>Nossa Senhora da Graça</i>
1.ª Quinzena de Setembro	- * <i>Nossa Senhora da Nazaré</i>
20 de Setembro	- <i>Pendões (Senhor Jesus da Piedade)</i>
1.º ou 2.º Domingo de Outubro . . .	- * <i>Pendões (Senhor Jesus da Boa Fé)</i>
1.º Domingo de Outubro	- * <i>Nossa Senhora do Rosário (dos Brancos ou dos Frades)</i>
10 de Outubro	- * <i>São Francisco de Borja</i>
13 de Outubro	- <i>Nossa Senhora de Fátima</i>
1 de Novembro	- * <i>Finados ou dos Enforcados</i>
11 de Novembro	- * <i>Nossa Senhora da Guia ou de São Martinho</i>
2.º Domingo de Novembro	- * <i>Patrocínio de Nossa Senhora</i>
1 de Dezembro	- * <i>Aclamação (de D. João 4.º)</i>
8 de Dezembro	- * <i>Nossa Senhora da Conceição</i>
Sem data certa	- * <i>Bula da Santa Cruzada</i>

Além destas, outras se realizavam por causas imprevistas, como secas prolongadas (*Ad petendam pluviam*), fomes e doenças; pelo motivo da *dedicação de uma igreja*; impetrando o auxílio divino em ocasiões de guerra; celebrando o nascimento ou o casamento de pessoas reais; de preces pela saúde de el-rei ou em acção de graças pelas suas melhoras; ainda de desagravo por injúrias a uma imagem ou a um templo, etc.

IV

ANTIGUIDADE, HISTÓRIA E DESCRIÇÃO DAS PROCISSÕES

1

«LINHAS DE ELVAS»

14 de Janeiro

1. Esta procissão foi instituída em memória da grande vitória das «Linhas de Elvas», em reunião do município de 29 de Novembro de 1659, acordando os oficiais da câmara e mesteres, que a procissão se fizesse enquanto «o mundo durar». Palavras leva-as o vento, e como se vê, tanto monta que se ponha o preto no branco como não! O mundo, felizmente, ainda não acabou, mas a procissão é que deixou de se fazer vai já para cima de um século, pois a última notícia que encontramos dela é de 1863.

Saía da Sé, dando volta à igreja, e acompanhavam-na o Senado com o estandarte da cidade, e os mais oficiais da câmara.

Todos os anos um orador dos mais abalizados memorava em patriótico discurso os assinalados feitos dos portugueses em dia de tão honrosa recordação.

Ainda se fez em 1863, em que saiu às 11 horas da manhã e depois de recolher e seguindo a tradição cantou-se *Te-Deum* e ouviu-se o ser-

mão, com a assistência da Câmara, Cabido e Comunidades da Sé e muitos fiéis ⁽³⁹⁾.

Em 1667 foi orador o Prior de São Domingos e em 1728, outro dominicano — os frades domínicos eram e são mestres na oratória — frei José de Santa Maria.

2. A partir de 1922 o dia foi considerado feriado municipal, o que deixou de ter efeito em 1952, para ser restabelecido no ano de 1959, por influência do presidente da Câmara de então, sr. José Vicente Abreu, que com o seu forte bairrismo e sólida argumentação, obteve o deferimento do Governo, assim se desagravando toda uma valorosa cidade.

A Procissão é que não voltou a efectuar-se, limitando-se as solenidades religiosas ao *Te-Deum* na Sé, com a presença de todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas, representações das colectividades desportivas e de recreio, com seus estandartes, Mocidade e Legião com os seus flamantes guiões e bandeiras. Quase sempre preside às cerimónias o prelado da Arquidiocese.

Em DOCUMENTOS, no final deste volume, transcreveremos a acta camarária, da qual consta a deliberação municipal que instituiu a festividade comemorativa da retumbante vitória na batalha das «Linhas de Elvas». Durante três longos e penosos meses a população suportou heróicamente um apertado assédio das tropas castelhanas do comando de D. Luis de Haro. A cidade passou privações de toda a sorte, morrendo centenas e centenas de pessoas nas mais tristes condições, e para muitas das quais chegaram a faltar os sete palmos de terra a que todos temos direito depois de apagada a luz da vida.

(39) Vide *o Transtagano*, Elvas, 1863, n.º 285.

«SÃO SEBASTIÃO»

20 de Janeiro

1. Há quem julgue que esta procissão contra o flagelo da peste remonta a 1573 ⁽⁴⁰⁾, e outros datam-na do curto reinado do cardeal D. Henrique. Contudo é fora de dúvida que foi el-rei D. Manuel quem mandou fazer uma procissão todos os Domingos de tarde, depois de jantar, e que nela se rogasse a Deus que levantasse o castigo da peste ⁽⁴¹⁾.

Quando cessou o flagelo, cessou a procissão semanal. Aires Varela, o primeiro elvense que dedicou muito do seu lazer a investigações sobre a história da sua terra natal (também a nossa), dá-nos acerca do assunto estas curiosas notícias no seu «*Theatro das Antiguidades d'Elvas*», as quais transcrevemos actualizando apenas a ortografia: «No ano de 1506 a peste que chamaram grande invadiu e matou quase a maior parte da gente deste reino, e desconfiada a gente do socorro humano recorreram ao Divino e tomaram por intercessão o invicto mártir S. Sebastião levantando-lhe os de Elvas uma ermida mais de 200 passos distante para o poço de Cam-Cam. Para a fábrica da Igreja impuseram os moradores um púcaro de azeite sobre cada moedura de azeitona. Pela intercessão deste santo foi Deus servido aplacar tão grande mal.

«Depois pelo nascimento de El-Rei D. Sebastião *se ordenou procissão geral* solene que todos os anos no dia do mesmo Santo vai à sua ermida» ⁽⁴²⁾.

Quanto à fundação da ermida sabe-se que é anterior à data referida por Aires Varela: «Nada encontramos no archivo municipal sobre a razão desta solenidade, porque as vereações mais antigas, ali exis-

⁽⁴⁰⁾ «*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*».

⁽⁴¹⁾ Cartório da Câmara, *Próprias*, fls. 349.

⁽⁴²⁾ O ilustrado cónego deve ter escrito o «*Theatro das Antiguidades*» de 1644 a 1655, deixando-o interrompido neste último ano, por ter falecido aos 8 de Outubro. Vide capítulo XXXIV, p. 115, da única edição que existe, de Elvas — 1915, por António José Torres de Carvalho.

tentes, remontam apenas a 1581, e posto que seja geralmente aceite, nesta cidade, que a ermida de S. Sebastião foi erigida no próprio ano de 1506, sabemos, contudo, que ela já existia em 1491, como se torna evidente numa Provisão que temos presente, na qual D. Afonso, bispo de Évora, nomeia a Gil Gonçalves ermitão da *ermida de S. Sebastião* no rossio da antiga vila de Elvas. O erro corre sob a autoridade de Aires Varela, e efectivamente examinámos algumas cópias das suas antiguidades de Elvas em que se dá a ermida erecta em 1506, mas é possível que o anacronismo seja antes devido à insegura fidelidade dos copistas, do que a leveza do douto padre» (43).

A Provisão é datada de Évora, aos 5 de Março, e vem a págs. 15 do «*Boletim Eclesiástico da Diocese d'Elvas*»: «E mandamos em virtude de obediência a quantos esta nossa carta virem e sob pena de excomunhão que não contradigam ao dito Gil Gonçalves a dita estada e o deixem estar na dita Ermida e servir Nosso Senhor e isso mesmo mandamos que lhe dêem as chaves das casas e posse delas e pomar, sob a dita pena, pois tudo é da dita Ermida e se fez à honra do bemaventurado mártir e com as esmolas dos fiéis cristãos».

Afinal, ainda há uma notícia mais antiga do que esta e essa reporta-se a 1481, em que o ermitão Miguel Lourenço assina como testemunha no testamento de Lourenço Vaz dos Bugios (44).

Portanto, quando no reino foi instituída a procissão já existia em Elvas uma ermida ao santo narbonense (ou milanês, como se queira, já que escasseiam testemunhos sobre a sua Pátria certa).

2. A peste de 1506 grassou terrivelmente na vila fronteiriça (Elvas só seria cidade em 1513), ceifando muitas vidas em toda a região.

Os povos, nessa hora de tragédia e luto, dirigiram as suas súplicas e as suas orações a S. Sebastião, que se venerava numa pequena igreja erecta em terreno ocupado presentemente pela Quinta do Bispo, um pouco acima do poço do Cam-Cam, quinta que por isso mesmo se chamou de «*S. Sebastião*», depois de «*Aires Varela*», a quem pertenceu, e por

(43) «*Boletim Ecclesiastico da Diocese d'Elvas*», número 1, Janeiro de 1877, p. 7.

(44) Vitorino de Almada, *Apontamentos mss.*, in Biblioteca Municipal de Elvas.

fim «do bispo», por a ter comprado aos herdeiros do cónego historiador, o 6.º bispo de Elvas, D. Manuel da Cunha.

Os Paulistas requereram à Câmara a ermida para nela se estabelecerem, o que lhes foi concedido, com obrigação de ensinarem gramática latina à mocidade (45). Ali edificaram casas, que já habitavam em 1594.

Filipe 2.º confirmou a doação com a cláusula de que, mudando de residência, tornaria a herdade ao senhorio da Câmara.

A ermida foi demolida em 1811, por exigências militares para a melhor defesa da praça, e a imagem do santo transferida para a Igreja de Santa Maria dos Casados (também deitada abaixo, em 1961, para no lugar ser construída a Agência do Banco Nacional Ultramarino!)

3. A Procissão fazia-se a 20 de Janeiro, dia em que o Santo tem a sua festa, comemorativa do doloroso martírio que padeceu em Roma, no ano de 288, sendo sepultado *ad Catacumbas* segundo referem as Actas dos Mártires.

Era a expensas do concelho, saindo da Sé até à sua ermida no rossio, percebendo os oficiais da câmara por a acompanharem, 3.600 réis cada um (46). A partir de 1812, a procissão passou a recolher à igreja de Santa Maria dos Casados, vencendo os oficiais camarários 800 rs. de propina, e depois de 1834, com a extinção das ordens religiosas, foi suprimida, e a própria festividade, umas vezes realizada na Sé e outras em Santa Maria, onde a imagem estava, acabou por também deixar de se fazer.

Tenho, porém, notícia, pela imprensa da época, de a procissão e a festa se haverem efectuado na catedral elvense em 20 de Janeiro de 1877.

4. Os mordomos da Confraria de S. Sebastião eram hortelões e estavam dispensados de comparecer, debaixo da bandeira dos hortelões, às procissões a que os diversos ofícios eram obrigados. Consta esta nota de uns considerandos insertos na vereação de 16 de Dezembro de

(45) *Tombo I*, parte 1.ª, fls. 25 e 248.

(46) «*Livro de Receita e Despeza de 1738*», fls. 52, e de 1743, a fls. 54.

1775, a propósito de certas solicitações dos hortelões para serem dispensados daquele ónus.

A Procissão e a festividade eram ainda pretexto para uma animada feira, que durava 3 dias, conforme nos informa a acta da vereação de 15 de Janeiro de 1586, a fls. 20: «Todos os mercadores e tendeiros e officiaes mecanicos se façam prestes para a *feira* que será *bespora de S. Sebastião, o dia e outro adiamte, que são 3 dias, e farão suas tendas como é uso e costume, e se costumou nas feiras atraz ...* Todos os officiaes vão com suas bandeiras e com todo o demais que se costuma levar, e cumpram o regimento so(b)pena que toda pessoa que não comprir assi com a obrigação da Feira como da procissão, pagarão os que não comprirem com a feira 2 mil rs. e da cadeia metade, e os que não comprirem o regimento da procissão pagarão as penas do regimento»-

5. A Procissão não se fazia unicamente a 20 de Janeiro, o que podemos supor porque, tendo cessado a peste de 1599-1600 em Elvas, a 28 de Dezembro do último ano citado fez-se procissão solene, a que concorreram o Clero, a Nobreza e o Povo, levando a imagem de S. Sebastião para a sua igreja, onde se pregou sermão de acção de graças.

Finalizando este capítulo, referimos umas notas, que lemos no «*Almanach de Lembranças para 1860*», a págs. 82: Em Faro, logo na tarde de 19, véspera da festa litúrgica de S. Sebastião, rapazes e raparigas e em grande número, invadiam as casas da cidade pedindo velas, cotos, pavios, tudo, enfim, que pudesse servir para improvisar uma tocha ou coisa que com isso se parecesse. Obtido o indispensável combustível, fixavam-no num pau ou numa cana e punha-se-lhe à roda um guarda-vento de papel, em que por vezes se viam extravagantes pinturas.

Na noite de 20, quando saía a procissão, uma enorme vozeria atroava os ares — eram 3 ou 4 mil bocas a repetir com toda a força, a antifona popular — *Viva o mártele Sam Sebastião!*

Quando o préstito chegava à Praça, é que a solenidade se tornava mais interessante. De todas as ruas que nela desembocavam saíam ranchos de mulheres conduzindo crianças, a pé e ao colo. Todas estas levavam na mão a tradicional tocha, preparada com desvelo pelo pai ou pela mãe, e que muitas vezes dava origem a fortes choradeiras.

Nas curiosas «*Memórias históricas da Villa de Niza*», t. I, p. 85,

vemos também que naquela típica vila do Alto Alentejo, na tarde do dia da procissão era costume *venderem-se os ramos*, isto é, ofertas e presentinhos de cestos de fruta, pratos de doce, carne ensacada, queijos, etc., das donzelas da vila, em acção de graças por mercês recebidas do santo.

3

«PURIFICAÇÃO DE NOSSA SENHORA OU DA CANDELÁRIA»

2 de Fevereiro

1. Esta festa comemora a Apresentação do Menino no Templo e a Purificação de Nossa Senhora, segundo se lê em S. Lucas, 2, 22-24: «Quando chegaram os dias da purificação, segundo a Lei de Moisés, levaram-no a Jerusalém para O apresentarem ao Senhor, conforme está escrito na Lei do Senhor, que *todo o primogénito do sexo masculino será consagrado ao Senhor*, e para oferecerem em sacrifício, segundo o que se diz na Lei, um par de rolas ou duas pombinhas.»

Já então os primogénitos eram simbòlicamente oferecidos, pois a seguir procedia-se ao seu resgate. A cerimónia realizava-se 40 dias depois do Natal, ou seja a 2 de Fevereiro e o povo designa-a também de *Candelária* porque é costume benzer e levar velas acesas nesta festividade, depois de rezada a hora de *tertia*, organizando-se uma procissão pelo interior da igreja e às vezes pelo seu adro ou claustro. «Entoa-se então o formoso cântico *Nunc dimittis servum tuum*, das palavras que proferira Simeão ao receber Jesus nos seus braços, quando foi apresentado no Templo, mistério que se celebra na festa da *Candelária*. Este momento é o que simboliza a proclamação de Jesus como verdadeira e única luz do Mundo» (47).

2. Na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, de Elvas, antigamente Catedral, na nave da parte do Evangelho, junto da passagem para a Sacristia, existia uma capela de Nossa Senhora da Purificação denominada

(47) «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», vol. V, p. 712.

de Santa Susana e hoje dedicada a Nossa Senhora da Vitória. Nela estiveram algum tempo os santos Crispim e Crispiniano, e Santa Clara. Depois foram estas imagens substituídas pelas de Santo António menino de coro, e S. Bom-Homem, que pertencia aos tosquiadores.

A capela era do padroado de D. José da Silva, e é já citada por ocasião da visita do bispo D. António de Matos de Noronha, em 10 de Novembro de 1609.

3. Acerca da Procissão, que se efectuava no interior da igreja, nada, verdadeiramente, encontrámos nas nossas pesquisas e só pequeninos apontamentos se nos depararam no «*Livro aonde se escrevem os assentos dos dobres dos sinos da S.^{ta} See desta cidade de Elvas e as couas q̃ se abrem nella*», dos anos de 1660 a 1700 ⁽⁴⁸⁾: «Pella festa de Nossa Sr.^a das Candeas — 0200».

Nos *Tombo*s da Câmara vemos que a 2 de Fevereiro se distribuiam *para tocha*, as seguintes propinas:

Corregedor	2.800
Provedor	2.800
Juiz de Fora	5.600
A 3 Vereadores	10.500
Procurador do concelho	3.500
Escrivão da Câmara	3.500
Tesoureiro do concelho	2.800

4. António Tomás Pires, o notável folclorista e etnógrafo elvensê, publicou na «*Revista Lusitana*», do Doutor José Leite de Vasconcelos, interessantes referências a esta festa, das quais transcrevemos duas. A primeira é do «*Directorio sacro*», p. II, de Frei Francisco de Jesus Maria: «Dizem alguns que esta festa fora instituída em Constantinopla pelo Imperador Justiniano em o anno do Senhor 542, e decimo quinto do seu Imperio: não só pela sua grande devoção para com a Mãe de Deos, senão muito mais para pacificar a justa indignação do Todo Poderoso, e suspender o rapido curso de huma mortal peste, que assolava então

(48) Na Biblioteca Municipal de Elvas, F.G.-6.694.

aquella nova Roma, capital do Imperio do Oriente. Outros dizem que o papa Gelasio Primeiro (que viveo antes daquelle Imperador mais de trinta annos) estabelecêra esta festa em Roma para extinguir a que chamavão dos Lupercaes, ou Purificações profanas, que os Romanos ainda Gentios, celebravam neste mez de Fevereiro.

«O certo he, que a Santa Igreja, illustrada pelo Divino Espirito, instituiu a festa da Purificação da Santissima Virgem com a cerimonia da Procissão e das vélas, denominadas Candeias, a fim de abolir com a santidade dos nossos Mysterios a profanação, e as infamias, que aquelles impios commetião neste tempo, levando tóchas accezas, e fazendo diversas cerimónias supersticiosas á roda dos seus templos (a que chamavam Lustrações) para obsequiarem ao Deos Fébruo, ou Plutão, a quem se consideravão devedores da fundação, e glorioso augmento do seu Imperio». («*Revista Lusitana*», vol. XIII, p. 22).

A segunda é extraída do «*Thesouro de pensamentos concionativos*», do licenciado Gaspar Pires de Rebelo, parte primeira, p. 83, Lisboa — 1635: «Hũa procissão se faz em dia da purificação da Virgem nossa Senhora, a qual se chama das candêas, porque em esse dia se benzem, & leuão em a procissão ... Sancto Agostinho, o veneravel Beda, Innocencio Terceiro, & outros, dizem, que a causa porque a Igreja ordenou a festa da purificação com candeas accezas, foy pera desterrar o antigo rito dos Gentios, os quais festejavão com muitas luminarias ao Deos Februo a que tinhão dedicado o mes de Feuereiro, & quis a Igreja que o que se fazia a hum Deos falso, se fizesse, com toda a rezão, ao Deos verdadeiro» (*RL*, vol. XX, p. 259).

4

«PROCISSÃO DA BATALHA DE TORO»

2 de Março

1. O factó, històricamente comprovado, é de toda a gente conhecido, mas convém recordá-lo neste lugar, embora em poucas palavras. A Batalha de Toro travou-se no dia 1 de Março de 1476, nos arre-

dores (a uns 5 kms.) daquela cidade espanhola da Província de Zamora. Nela intervieram D. Afonso V de Portugal e seu filho e herdeiro o Príncipe D. João, por um lado, e os reis de Castela e Aragão, Fernando e Isabel, pelo outro. O fulcro da questão era a herança do trono de Castela, por morte de Henrique IV, casado, em segundas núpcias, com D. Joana, filha do nosso rei D. Duarte e irmã de D. Afonso V, de quem tivera uma filha, a Princesa D. Joana, que na História ficou para uns como a «*Excelente Senhora*» e para outros a «*Beltraneja*» por atribuírem a sua paternidade a Beltran de la Cueva.

Fosse como fosse, D. Afonso V defendia a causa de sua sobrinha, com quem casou, como era da vontade de Henrique IV, e intitulado-se logo como «reis de Castela e Leão».

Fernando de Aragão e Isabel, esta irmã de Henrique IV, assim que isso souberam designaram-se «reis de Castela e *Portugal*», o que parecia andarem todos a *reinar* às coroas ...

A luta era, pois, inevitável, e viria a dar-se em Toro, onde os dois exércitos se encontraram numa batalha que deu muito que falar e ainda hoje é ponto de controvérsia, em virtude de ambos os adversários se haverem considerado vencedores! Lá que o futuro D. João II foi o único a ficar em campo com as suas tropas, tal é mais do que verdade, se a redundância não ofende. Fernando, quando soube que o príncipe D. João desbaratara o exército do cardeal Mendonza, tratou de pôr-se a salvo, entrando em Zamora; D. Afonso V, que perdeu positivamente a cabeça, não fora bem sucedido e dirigira-se, por isso, com os seus cavaleiros, para Castronuño. Nem um nem outro sabia o que de verdade se passara, se calhar ignorando até o heróico feito do alferes Duarte de Almeida, famoso *per omnia secula seculorum* com o título de «*o Decepado*».

2. Compreender-se-á agora a razão que assistia (ou julgava ele assistir) a D. João II, ao determinar que em todo o reino se comemorasse o êxito obtido. Da carta ao Município do Porto (e iguais foram remetidas aos outros concelhos) respigamos o essencial: «... ordenamos e mandamos, que daqui em diante, em louvor de Nosso Senhor e da Bemaventurada Virgem Maria, sua Mãe, e de S. Jorge, e de S. Cristóvão, que o dito dia trazíamos por nossos padroeiros e nome, em cada um

ano aos dois dias de Março, em que foi a dita Batalha e Vitória, a Cle-rezia, e todos os dessa Cidade façais solene Procissão, saindo da Sé, e indo pelos lugares publicos com toda a solenidade, cerimónia, ofícios, jogos, assim e tão cumpridamente, como costumais de fazer em dia do Corpo de Deus, tirando sòmente de não ir a Arca, onde vai o Sacra-mento ... Escrita em Viana a par de Alvito, a 11 dias de Março. Alvaro Barroso a fes, de 1482.»

Durante anos assim se praticou e como se vê com solenidade quase igual à da Procissão de *Corpus*, até que, tendo casado o Príncipe D. Afonso (cujo triste e breve fim ninguém podia prever) com a filha dos reis católicos, acontecimento que abria novas perspectivas ao antigo sonho de um só Rei (e esse português, naturalmente) para toda a Península, D. João II mandou sustar esta celebração.

São da carta enviada em 1 de Março de 1491, à Câmara Municipal de Lisboa, os parágrafos seguintes: «Como quer que até ao ano passado se fizesse a Procissão ordenada pela vitória que Nosso Senhor nos deu na batalha que houvemos cêrca da cidade de Toro, considerando nós agora no grande amor e afeição, paz e sossego que há entre nós e El-Rei e Rainha de Castela, de Leão e de Aragão, etc., nossos muito amados e prezados irmãos, e isso mesmo como o casamento do príncipe, muito sobre todos muito amado e prezado filho, com a princesa sua filha, minha muito amada e prezada filha, foi o meio por que todas as cousas passadas houvessem fim, e de uma e da outra parte fossem esquecidas e o amor entre nós todos crescesse: havemos por serviço de Deus e nosso que a dita procissão se não faça mais » ⁽⁴⁹⁾.

5

«PROCISSÃO DA CINZA

4.^a feira de Cinzas

1. Era a primeira grande procissão do ano e uma das mais impor-tantes e concorridas de quantas se faziam em Elvas. Basta dizer que

⁽⁴⁹⁾ «*Revista Militar*», Lisboa, n.º 6, Ano LII, 31 de Março de 1900 — «*A batalha de Touro*», por Sousa Viterbo, a págs. 161 e segs.

comportava 13 andores, alguns bastante pesados, o que obrigava a um certo sacrifício por parte dos que os conduziam. Mas a procissão era de penitência! Como o é, desde os alvares do Cristianismo a cerimónia da imposição da cinza na frente. O Papa Zeferino, o 15.º na ordem dos que ocuparam a cadeira de São Pedro, vestia-se com um traje de serapilheira empoado de cinza e este ficou como o fato tradicional da penitência.

O acto realiza-se no início da Quaresma, que é a primeira quarta-feira depois do Domingo da Quinquagésima, que por isso se designa de «*Quarta-feira de Cinzas*». Nesse mesmo dia começavam (desde o século VIII) os jejuns quaresmais, hoje muito atenuados.

O sacerdote, ao impôr a cinza, pronuncia as impressionantes palavras que nos devem fazer pensar duas vezes, mas que muitos, ensoberbados por um fatal autoendeusamento e enlouquecidos pelos bens materiais com frequência esquecem: «*MEMENTO, HOMO, QUIA PULVIS EST ET IN PULVEREM REVERTERIS*». Foi o aviso tremendo que Deus dirigiu a Adão após o pecado original e que vem narrado no «*Génesis*», 3, 19: «Com o suor do teu rosto comerás o pão, até que regreses à terra da qual foste tirado, pois que *tu és pó e em pó te hás-de tornar*».

A cinza entra ainda, juntamente com água, vinho e sal, na composição da chamada *água gregoriana*, usada na dedicação das igrejas ⁽⁵⁰⁾.

A partir de 1861 a procissão passou a realizar-se em Elvas no 1.º Domingo da Quaresma, a fim de que nela se pudesse incorporar o maior número de pessoas.

2. A procissão saía da igreja do Convento das monjas claristas, onde os Irmãos Terceiros faziam os seus exercícios e a primeira de que nos chegou notícia é de 1675 ⁽⁵¹⁾, embora a Ordem se houvesse estabelecido em Elvas em 1663 ⁽⁵²⁾.

Depois de 1719, ano em que D. João de Sousa Castelo-Branco, 15.º bispo de Elvas, benzeu a magnífica fábrica dos Terceiros, princi-

⁽⁵⁰⁾ Informação colhida na Enciclopédia VERBO.

⁽⁵¹⁾ Frei Jerónimo de Belém, «*Chronica Seraphica da Santa Província dos Algarves*», tomo 2.º, p. 39.

⁽⁵²⁾ Índice dos *Acórdãos* de 1794.

piada em 13 de Novembro de 1701, sendo bispo D. António Pereira da Silva, a procissão passou a sair dali, indo já o Santo Lenho, com que o bondoso prelado enriquecera a nova Igreja.

O incansável escritor elvense Vitorino de Almada copiou de um livro de inventário da Ordem Terceira de S. Francisco a seguinte nota descritiva desta procissão, como se fazia em 1710: «*Titulo de exordio e fórma em que vai e deve ir a procissão da Penitencia que costuma fazer a nossa veneravel Ordem Terceira todos os anos, no dia de quarta feira de Cinza, e por que ruas e partes da cidade deve ir e como se distribuem os gastos d'ella pellos irmãos, ministro actual e os mais definidores da Mesa.*

«Primeiramente ha de formar-se a dita procissão na casa do nosso Oratorio, em quanto não temos Igreja, e ir em direitura à Igreja das religiosas de Santa Clara, e entrar por uma porta e ir sair pela outra mais proxima ao côro das ditas religiosas; e no fim, junto ao pallio do Santo Lenho, irá da parte direita o irmão ministro actual, e da esquerda o secretario, e d'ambas as partes se seguirão os mais definidores actuais com suas tochas acesas; e d'alli em diante os mais irmãos terceiros com vellas ou tochas, e junto ao guião os irmãos noviços com seu mestre em ultimo lugar; e por onde irá mais a dita procissão se dirá em um termo no fim d'este exordio.

«Em principio irá a matracula que levará um homem vestido de branco com rosto coberto, sem fitas ou outra cousa indecente, e de tempo a tempo a tocará (a).

«Seguir-se-ha o guião da nossa veneravel Ordem, que levará o vi-ministro, e na sua falta o ministro que houver sido mais moderno; e as duas pontas d'elle levarão os ministros antecedentes ao vi-ministro ou ao que levar o guião; e n'esta falta elegerá a mesa, que a todos os occupados n'esta procissão mandará aviso por escripto dias antes, como é estilo; e as duas borlas ou cordões levarão dois anjos (b).

«Logo se seguirá um barbado, vestido em uma tunica do habito

(a) Na procissão que se fez este anno de 1710 a prohibiu o Sr. Bispo D. Fr. Pedro de Lencastre, por não ir na de Lisboa e não se fazer em dia que não ha sinos, como sexta-feira santa.

(b) As duas pontas do guião levam os secretarios que o forão mais modernos.

do nosso Padre, que prestam os Padres Capuchos, e levará um prato de prata com cinza; e outro, vestido da mesma sorte, com prato, e n'elle uma caveira.

«1.º andar — Irá a Cruz da Penitencia envolta em cilicios e disciplinas e de ferro, e os mais instrumentos d'ella que costuma levar e tem a ordem para este effeito; e levará adiante dois anjos com duas vellas.

«2.º andar — Em que irá o Salvador do Mundo, com dois anjos com vellas, e um côro de musica (*c*).

«3.º — Em andar irá a imagem de nosso Padre S. Francisco penitente, com o Mundo debaixo dos pés, e o seu Senhor Crucificado arvorado, com dois anjos com vellas (*d*).

«4.º — Em o seu andar Santa Rosa de Viterbo, com dois anjos com suas vellas.

«5.º — Segue-se o andar de S. Diogo com dois anjos.

«6.º — O andar da Rainha Santa Isabel, com tres anjos; e o que fôr no meio levará em uma salva de prata corôa do mesmo esceptro, e os dois vellas como os mais todos os que forem desoccupados.

«7.º — Os Bem-casados; levarão dois anjos com vellas.

«8.º — Santa Isabel Rainha d'Hungria, com tres anjos; e o do meio levará uma salva com corôa e sceptro, como a Rainha Santa de Portugal.

«9.º — Santo Ivo; leva tres anjos, e o do meio levará uma salva, e n'ella um barrete de clerigo com borla branca de doutor na Sagrada Theologia (*e*).

«10.º — S. Luiz Rei de França; levará tres anjos, e o do meio com uma salva, e n'ella corôa e sceptro.

«11.º — S. Pedro tecelão; levará tres anjos, e o do meio com uma salva em que levará uma lançadeira.

«12.º — O andar das Chagas de nosso Padre S. Francisco com dois anjos com vellas.

«13.º — O Sacro Palacio, com dois anjos com vellas (*f*).

«Segue-se o Santo Lenho debaixo do pallio, que leva o nosso Padre

(*c*) Levam este 2.º andar clerigos com sobrepelizes.

(*d*) Levam este andar os irmãos da Mesa.

(*e*) Levam este andar clerigos com sobrepelizes.

(*f*) E dos que tem sido zeladores.

commissario, e as varas clerigos com sobrepelizes nossos irmãos; e dois *in minoribus* levarão duas lanternas diante do pallio, a cujos irmãos se mandam aviso por scripto dias antes; e tambem diante do pallio irão quatro anjos, dois com turibulos e dois com navetas (*g*).

«E porque esta nossa procissão alguns annos a encaminhavam não só á igreja das religiosas Dominicicas, mas por muitas mais ruas das que quando se principiou a ordem, e a dita procissão ia, de que tem nascido alguns annos varias contenddas, e desgostaram-se alguns irmãos de suposição, e não servirem mais a Ordem, em que recebeu damno pelas assistencias que nos seus actos faziam e esmolas que lhe davam, e tambem ser contra o decoro do culto da dita procissão, pelas mais que se fazem n'esta Cidade não mudarem algum anno da parte por donde costumam ir, e porque alargando-se esta se molestam os irmãos, por cuja razão muitos deixam de vir a ella, e os anjos não poderem aturar, porque são alguns demasiadamente meninos, e os irmãos a quem se pede os faça terem esta razão d'escusa, e sendo assim fica todos os annos sujeita a direcção da dita procissão á vontade do nosso Ministro ou irmãos da Mesa, o que não é justo, pelas ditas contenddas (como tem succedido), accordam por todas estas razões, e mandaram os irmãos Ministro e mais Definidores actuais abaixo assignados, que d'este anno em diante (em que sendo Deus servido) de dia de quarta-feira de cinza do de 1710, em que se ha de fazer a dita procissão, vá sempre sem alteração pelas ruas seguintes:

«Sairá da igreja das Religiosas de Santa Clara e irá pela rua dos Açougues, e junto ao taboleiro da Sé, e pela rua do Bispo (*h*), e a da Cadeia, rua d'Alcamin abaixo até á travessa donde está o forno, e virá a rua d'Oliveira a cima, e rua da Carreira, e a de S. Lourenço, a igreja de S. Domingos donde sairá pela porta pequena da dita Igreja e irá por detraz do Largo e rua do Pedrão acima, e por detraz da Igreja de S. Lourenço direito á porta pequena da do Salvador, e por detraz d'ella em direitura ás casas d'Estevão da Gama té á igreja das Religiosas ou nossa casa do Oratorio, a cujo parecer e accordão os obrigaram as sobre-ditas razões que fazem a bem do culto da dita procissão e nossa Ordem,

(*g*) E quatro com tunicas e suas vellas.

(*h*) E de S. Francisco e Misericordia.

para cuja observancia d'esta disposição pedem e rogam muito pelo amor de Deus e de nosso Padre S. Francisco aos srs. Ministros e mais irmãos de nossa Ordem vindouros, queira o seu zelo haver por bem se não altere esta tal disposição fundada nas ditas razões que tanto fazem a bem da nossa Ordem, que foi só o que os levou a este accórdão, e esperam dos ditos srs. irmãos attendam muito as taes razões. Para o que mandaram fazer este termo para a todo o tempo constar com as mais disposições d'este livro e o das obras que se fazem na dita nossa Ordem, o que eu fiz secretario actual da dita Ordem, na casa dos despachos d'ella, em 16 de Dezembro de 1709, e assignei com os ditos e nosso Padre commissario — O secretario Thomé Vaz de Faria — O ministro José da Silva Cardoso — Padre Francisco Vaz — Padre Antonio Martins do Couto — João Rodrigues Bagulho — Marcos Rodrigues — Manuel Henriques — Paulo de Madureira Lobo.»

«Gastos que faz a nossa Mesa da definição com esta procissão.

«As tochas que hão de levar o nosso Ministro e mais irmãos actuaes da dita Mesa, e são de cera amarella, corre por conta do irmão Ministro actual, mandando-as renovar, e fazer as que faltarem à sua custa, como é estilo todos os annos.

«O mais gasto que se costuma fazer na dita procissão, de sermão que se ha de prégar antes de sair a dita procissão, musica, etc. corre por conta dos ditos irmãos. Definidores actuaes, como sempre se praticou e consta dos livros das despezas dos Syndicos d'esta nossa Ordem, cuja despeza fazem em quanto se não cobra o que toca a cada um, da folha que se faz dos ditos gastos, e de que toca pagar cada irmão, cuja receita é entrada por saída» ⁽⁵³⁾.

A imagem de Santa Isabel costumava ir vestida de chamalote pardo, levando um cordão de prata, que lhe oferecera Luis Freire de Andrade, natural de Elvas, jóia que havia sido de D. Catarina, duquesa de Bragança, em cuja casa serviram seus pais e avós.

O andor de Santo Ivo, doutor, era da tradição ser levado por estu-

⁽⁵³⁾ «Arquivo Transtagano», Director António José Torres de Carvalho, Elvas, II ano, 1934, p. 45-47.

dantes. O actual Cristo com a cruz às costas substituiu outro, que às freiras de Santa Clara não quiseram largar, as quais fizeram contrato com a Mesa, de pagarem a nova imagem encomendada em Lisboa ao escultor Manuel de Andrade, missão de que se desempenhou o padre José Vaz Cordeiro, de Elvas.

Temos ante nós uma nota com o custo da obra: ao escultor 14.400 réis; a José Ferreira, que encarnou a imagem, 6.140 rs.; resplendor de folha, 4.000 rs.; douradura do mesmo, 3.000 rs.; cabeleira 2.880 rs.; feitio da vestimenta, 3.500 rs.; 16 côvados de seda, 13.600 rs.; corda para o pescoço, 3.360 rs.; cruz, 1.500 rs.; pintura da mesma, 2.400 rs.; ao todo 48.640 rs., quantia de respeito para a época, pelo que se pode inferir do valor da imagem.

Sobre a cruz do Santo Lenho há um apontamento deveras interessante no livro de *Acórdãos* da Ordem, para lembrança dos vindouros: a 12 de Março de 1719 resolveram os Terceiros Franciscanos que se fizesse a Cruz do Santo Lenho e depois de feita fosse para o Palácio Episcopal, donde iria em procissão para a Igreja, fixando-se o dia 3 de Maio para a solenidade, o que por motivos imprevistos obrigou a um adiamento, de que nos dá conta o seguinte assento: «Porquanto não se poude fazer a procissão no dia assignado de 3 de Maio d'este anno de 1719, assim por se não acabar para esse dia a Cruz, como porque sua ill.^{ma} o sr. D. João de Sousa de Castello Branco que deu á Ordem esta Santa reliquia não estar n'esta cidade, se transferiu a procissão para o dia 3 de Junho d'este dito anno, que foi véspera da SS. Trindade, e n'esse dia de tarde se fez a procissão solemne, que saiu da Sé, e correu varias ruas d'esta cidade.

«Ia diante a nossa veneravel Ordem, levando os andores do nosso Santo Padre S. Francisco, nosso Padre S. Domingos, nossa Senhora da Conceição, e o menino Jesus, e muitos anjos e figuras.

«Seguia-se a Communidade de S. João de Deus, S. Paulo, S. Domingos e S. Francisco, e Padres da Companhia, as tres freguesias e o reverendo Cabido, e trouxe a Cruz debaixo do pallio Sua ill.^{ma}.

«No dia 4 de junho se fez a festa solememente com o Senhor exposto todo dia, e a veio a fazer o sr. Bispo e o rev. Cabido, e pregou de manhã o reverendo Padre fr. Manuel de Santo Thomaz, e de tarde o reverendo Padre fr. José da Annunciada, ambos da Ordem dos Prè-

gadores, e de tarde se recolheu em procissão pello nosso adro o SS. Sacramento; fazendo toda esta funcção o ill.^{mo} Bispo e o reverendo Cabido, com muitos jubilos e consolação dos irmãos terceiros, por se verem na posse d'uma reliquia que tanto desejavam.

«A bulla da reliquia fica mettida dentro do pé da cruz, e por baixo com seu letreiro para que não faça duvida em nenhum tempo.»

3. Em 1785 começam a surgir as divergências — a questão que originara o «*Hissope*» ainda estava quente ... —, quando a Mesa, como de costume, pediu licença ao bispo para fazer a procissão.

Na Diocese estava D. João Teixeira de Carvalho, que fora Mestre das filhas do Marquês de Pombal e na cátedra elvense sucedera a D. Lourenço de Lencastre, figura central do poema de Dinis. O prelado, indo contra o usual, cometeu ao prior de S. Pedro, que era irmão terceiro, que informasse sobre a decência dos andores para se poder deferir. A Mesa insurgiu-se contra esta inovação, que representava a intervenção de um visitador, que não tinha para isso competência da Ordem e deliberou, a 9 de Janeiro, fazer a procissão sem outra instância, mas a 16 desse mês celebrou-se nova junta e à excepção do Ministro Manuel Joaquim Ferreira de Bastos votou-se por unanimidade não realizar a procissão sem a tal visita ou sem expressa autorização do bispo.

De uma carta do quartanário Manuel Vidigal de Negreiros deduz-se que o Ministro, vencido mas não convencido, trabalhou em seguida com alguns dos seus parciais para levar por diante a procissão na forma de sempre, atitude que ele considerou um atentado contra o bispo e por isso resolvia exonerar-se de mesário e de irmão terceiro.

A procissão não se fez e a 6 de Março a Mesa reunida toma conhecimento da carta do dissidente, aceita-lhe a despedida e resolve que nunca mais voltasse a ser recebido na Ordem, o mesmo que opinou em visita frei José de Santa Rosália Queirós, vigário provincial, a 4 de Julho imediato. Esta decisão, sem dúvida drástica, foi, porém, derrogada por carta do Provincial, de 19 de Setembro do ano seguinte.

Decorridos onze anos estalou novo conflito com o Provincial, de que resultou desagregar-se a Ordem desta Província. Foi o caso que, tendo sido proposto pela Mesa e aprovado pelo Provincial, o comissário frei João Dimas de Santa Teresa, passados 4 meses teve nomeação para

guardião do convento de Mértola, considerado um dos piores da Província. Escreveu o comissário ao Provincial, lembrando o emprego que tinha em Elvas e que era natural a Mesa sentir-se magoada com a sua remoção. A resposta foi em termos duros, increpando-o por não ter partido já para a sua nova residência — e quanto à Ordem poder ficar sentida, nem uma palavra!

A reacção desta é que, com certeza ele não esperaria, pois a Mesa, julgando-se enteada de um padraсто que até ali supusera ser pai, resolve a 26 de Fevereiro desligar-se da Província dos Algarves — e diz o Índice que desde 24 de Fevereiro esteve sujeita à Província da Piedade, situação em que se manteve até 1821, voltando à casa mãe, conforme patente de um novo comissário que tal declara.

As questiúnculas não ficaram por aqui: um jornal elvense, precisamente o que inaugurou a imprensa periódica na província transtaganá, «*A Voz do Alemtejo*», relata-nos em termos sucintos o que se passou no ano de 1860, em que a procissão não se realizou.

Publicou primeiro (n.º 11, de 4.ª feira, 29 de Fevereiro) uma carta do Padre Francisco Maria de Sousa Carvalho, que nela dizia: «Como vigário do culto divino da venerável Ordem Terceira de S. Francisco desta cidade, cumpro quanto devo e me corresponde, para que a procissão da cinza não deixasse de sair na quarta-feira passada, fazendo colocar na igreja os andores e mais insignias, para as quais fiz os competentes convites.

«Pouco antes das tres horas, fui para a dita Ordem, e chegando ali, achei que o reverendo vice-ministro com um minoria da mesa tinham ordenado que se não fizesse a procissão, tendo para este fim já oficiado para não vir a Guarda, nem os Terceiros da venerável Ordem de S. Domingos, em virtude do que me retirei, sendo inteiramente estranho a tal resolução, que desaprovei e desaprovo, e muito mais por terem deliberado logo que se não fizesse no domingo imediato». A Mesa não se fechou em copas, antes entendeu que devia dar ao público as suas razões, exemplo que é pena nem sempre ser seguido ...

Pelo seu secretário, sr. Francisco de Sousa Xavier Nogueira Calado, mandou para aquele periódico (n.º 12, de 7 de Março) uma nota explicando que a decisão de não se efectuar a procissão fora devida ao estado do tempo, que ameaçava chuva e esta, caindo como depois caiu,

prejudicaria as santas imagens, suas roupas e adornos, mas que ficara resolvido proceder à cerimónia dentro do templo, que estava repleto de fiéis.

E o sr. Nogueira Calado acrescentava, como elucidação, que a transferência para outro dia só tinha lugar quando não se fazia a função dentro da Igreja, pois que já no ano anterior (1859) a procissão recolhera debaixo de forte aguaceiro, decidindo-se então, com aprovação do reverendo vigário geral, governando o bispado, que quando o tempo ameaçasse chuva, o préstito não saísse.

4. A Procissão da Penitência continuou assim a fazer-se regularmente e se bem que tenhamos em conta que se trata de uma festa móvel, as datas eram demasiado incertas: em 1817 foi a 22 de Abril, regressando a imagem no 1.º de Maio; em 1822, a 19 de Março e o regresso a 14 de Abril; em 1824, respectivamente a 27 de Abril e 16 de Maio; em 1826, a 14 de Abril e 15 de Maio; em 1841, a 28 de Abril e 9 de Maio. Não temos notícia de se ter efectuado depois de 1886, ano em que ainda a vemos anunciada no jornal «*Gil Fernandes*», de 13 de Março.

Para que a procissão se realizasse com maior pompa, a Mesa propôs em 15 de Janeiro de 1826 à da Ordem Terceira dos Frades Domínicos, a união de ambas as Ordens nos préstitos e procissões, ao que a última anuiu prontamente (carta de 18), o que está confirmado num extenso artigo inserto em «*A Democracia*», de Elvas, n.º 193, de 23 de Março de 1873. Começava o jornal por dizer: «A propósito da procissão da Cinza, que *saiu, como de costume*, do lindo templo da Ordem Terceira de S. Francisco, no 1.º Domingo de Quaresma, vamos dar aos nossos leitores, uma sucinta descrição da maneira como ela é feita, por ser *uma das mais notáveis* desta cidade.»

Veremos que a ordem divergiu um pouco da de 1710, incluindo-se também outros andores, como o de S. Domingos. A relação reveste-se de muito interesse, além do mais, pela sua minúcia. Abria a procissão um *Pendão* de seda violeta adamascada, conduzido por um irmão da Ordem e pegando às borlas outros dois. Logo atrás seguia um outro irmão terceiro, levando arvorada uma *Cruz* de medianas dimensões, de cujos braços pendiam seis disciplinas, e no cruzamento tinha a

legenda ARMA MILITIAE NOSTRAE. De cada lado da Cruz um irmão terceiro com lanterna. Em terceiro lugar e a par iam 2 *peessoas de capa*, cada uma com *uma salva de prata*, e sobre estas, na da direita uma caveira em cima de dois ossos em cruz, na da esquerda uma pequena porção de terra ou cinza — o símbolo da penitência.

Desfilavam então os 13 andores: 1.º — Representando o *Salvador do Mundo*, de túnica roxa e capa azul, e sandálias nos pés; na mão direita uma cruz da sua altura. Precedia-o um anjo com o seguinte verso: «*Siquis vult post me venire, tollat crucem suam, et sequatur me*» (*Mateus*, XVI, 24; *Marcos*, VIII, 34 e *Lucas*, IX, 23). 2.º — O patriarca *S. Domingos de Gusmão*, fundador da Ordem mendicante dos prégadores, pelo que ia representado na atitude de pregar; na mão esquerda a vara com a cruz da Ordem, aos pés um cão com uma vela acesa na boca. Antecedia-o um anjo com o seguinte verso: «*Praeco novus et coelicus missus in fine seculi, pauper fulsit Dominicus, forma praevisus catuli*». Conduziam-no dois irmãos terceiros e dois dominicanos. 3.º — O patriarca *São Francisco de Assis*, fundador da Ordem mendicante dos minorantes, descalço, sobre meio globo. Na mão direita uma enorme Cruz com a imagem de Cristo, e a esquerda apoiada no peito. Precede-o um anjo com o verso: «*Tres ordines hic ordinat ... sed poenitentium tertius sexum, capit utrumque*». (*Ex Off. eccl.*). 4.º — O *Sacro Palácio* — Honório III sentado no sólio pontifício sob dossel, entrega a *S. Francisco* a bula de aprovação da ordem dos minoristas ou franciscanos (1215). O santo recebe-a de joelhos. Era precedido pelo verso: «*Quicumque hanc regulam secuti fuerint, pax super illos, et misericordia*» (*Da Epístola de S. Paulo aos Gálatas*, VI, 16). 5.º — *S. Roque*, com chapéu e capelo de pequenas conchas. Na mão direita tinha uma vara com a cabacinha. Aos pés um cão com uma boroa na boca. Precedia-o um anjo com o verso: «*Si inveni gratiam in oculis tuis, et si tibi placet, dona mihi populum meum, pro quo obsecro*». (*Do Livro de Ester*, VII, 3). 6.º — *Santo Ivo*, doutor, de batina preta e capelo verde. Na mão esquerda um livro aberto e na direita uma pena. Era transportado por quatro minoristas e de cada lado ia outro com um castiçal. Precedia-o o verso: «*Doctrinam sapientiae, et disciplinae scripsit in codice isto Jesus*». (*Do Eclesiastes*, 50,29). 7.º — *S. Luis, rei de França* (IX na ordem dos Luíses). Sobre o hábito levava uma capa de arminho. Aos pés o

ceptro e a coroa. Na mão direita uma salva pequenina com a coroa de espinhos e os três cravos. Precedia-o o verso: «*Propitius esto, Domine, peccatis nostris, ne quando dicant gentes: Ubi est Deus eorum?*» (Do Livro dos Salmos, 78, 9-10). 8.º — Os Bem-Casados, Santa Delfina e Santo Elisiário, ambos de joelhos aos pés de um crucifixo em altar, e abraçados com a cruz ⁽⁵⁴⁾. O verso era: «*Veni, et ostendam tibi sponsatam, uxorem Agni*». (Do Apocalipse de S. João, XXI, 9). 9.º — Santa Rosa de Viterbo. Levava na mão direita uma cruz alta, que se apoiava no andor, toda coberta de flores. Fabricara-a um artista de Elvas, de apelido Salsinha. Apresentava o verso: «*Dilectus meus mihi qui pascitur inter lilia*». (Do Cântico dos Cânticos, 6, 3). 10.º — Santa Isabel, rainha da Hungria. Aos pés tinha uma coroa com o ceptro e na cabeça um véu. Precedia-o o verso: «*Omnia quaecumque orantes petitis, credite, quia accipietis, et evenient vobis*». (Do Evangelho de S. Marcos, XI, 24). 11.º — Santa Isabel, rainha de Portugal. Aos pés a coroa e o ceptro; no regaço flores como símbolo do «milagre das rosas»; e na cabeça um véu. Ilustrava-a o verso: «*Flores mei fructus honoris et honestatis*». (Do Eclesiastes, 24, 23). 12.º — Santa Margarida de Cortona. Admirável imagem pela sua perfeição. Nas mãos levava um crucifixo, na cabeça um véu e aos pés um cão a morder-lhe o hábito. O verso era: «*Quis mihi det ... ut affligens me dolore non parcat*». (Do Livro de Job, VI, 8). 13.º — S. Francisco no Monte Alverne. De joelhos recebendo as chagas de Cristo, crucificado no alto do monte. Precedia-o o verso: «*Ego stigmata Domini Jesus in corpore meo porto*». (Da Epístola de S. Paulo aos Gálatas, VI-17).

Por último toda a clerezia de batina e capa, e logo o pálio precedido por dois anjos, que conduziam este verso: «*Dicite in nationibus, quia dominus regnavit a ligno*».

Debaixo do pálio três padres de capa, o do meio de ordinário o comissário da Ordem com a Cruz do Santo Lenho, de ouro. (A seguir à extinção das Ordens religiosas levava a Cruz o Vigário capitular).

Encerrava o préstito uma guarda de honra de grande uniforme, comandada por um capitão, e a banda de música.

(54) No Porto e em Coimbra, pelo menos, figuram como os Bem-Casados, S. Lúcio e Santa Bona, mas S. Elisiário, conde, que professou a pobreza e a caridade, também ia num andor da procissão em Coimbra.

No ano a que nos estamos reportando a guarda de honra era formada por 30 baionetas de Caçadores n.º 8, e a banda executava durante o trajecto e entre outras peças, o «*Miserere*» do «*Trovador*», de Verdi (55).

5. Fechamos este capítulo com um curioso apontamento: antigamente, na procissão, era costume usarem-se *cocas*, o que recordava o tenebroso uniforme dos espadachins do Santo Ofício. Era uma espécie de vestuário que rematava pela parte superior numa como que máscara, e que encobria completamente o rosto e o cabelo, com o adição de uma coroa verde, mas tudo isto dava, na realidade, um ar caricato a uma cerimónia que pela sua natureza e pelo seu significado se impunha fosse do máximo respeito. Não admira, por isso, que a imprensa protestasse contra semelhante uso, finalmente abolido na procissão celebrada em 1864.

6

«SENHOR JESUS DOS PASSOS»

3.º Domingo da Quaresma

1. Nos primeiros tempos esta procissão realizava-se sempre na 6.º feira da 3.ª semana da Quaresma, saindo, na véspera, o Senhor em camarim fechado para a Igreja do Salvador, no Largo do Colégio, donde no dia seguinte voltava a sair para a cerimónia do *Encontro* com a Santíssima Virgem, que saía da Sé.

É também uma das mais concorridas de Elvas, sendo como que uma obrigação de todos os habitantes a *visita aos Passos* na noite da Procissão e junto de cada um rezar uma pequena oração — tal como o é a *visita às Igrejas* em 5.ª feira Maior.

O tempo é de meditação e de tristeza: nas Missas omitem-se os lindos cânticos do *Aleluia* e do *Glória*, que só voltam a entoar-se no

(55) Notícia inserta no «*Diário Illustrado*», de Lisboa, de 5 de Março de 1873.

Domingo da Ressurreição e as procissões são agora de penitência, as opas violáceas ou pretas e a música é compassada, grave, profunda.

2. Sobre a origem da procissão dos Passos informa-nos o padre Jorge Cardoso no seu eruditíssimo «*Agiológico lusitano*», que desde 1584 projectavam introduzi-la em Portugal três homens de grande mérito e virtude: Frei Manuel da Conceição, que muitos anos foi lente do colégio da *Sapiência*, em Roma, pregador d'El-Rei e Provincial dos Gracianos; Frei Domingos de Azevedo, também graciano, dotado de muitas letras e bondades; e Luís Álvares de Andrade, secular. Ou o pensamento fosse inspirado a Frei Manuel da Conceição pela procissão que vira na Cidade Eterna, ou imitado do convento de Santo Agostinho de Sevilha, onde havia pouco se ordenara aquele acto de culto, parece certo, que a procissão de Lisboa se regulou à imitação da de Sevilha, aonde se deslocara Frei Domingos de Azevedo, para a estudar *in loco*. De lá trouxe todos os pormenores, até a medida dos Passos, tudo autenticado por notário.

Obtida autorização do prelado diocesano, assentou-se que a procissão sairia da Igreja de S. Roque, então casa professa da Companhia de Jesus. E assim se fez, saindo pela primeira vez a procissão na segunda 6.^a feira da Quaresma de 1587, indo a imagem de Jesus Cristo com a Cruz às costas, acompanhada pela comunidade da Graça, com a cruz alçada e descalços todos os religiosos (⁵⁶).

Em «*A Voz do Alemtejo*», o modesto jornal que já antes mencionámos, depara-se-nos uma local transcrita da «*Revolução de Setembro*», onde se atribue a Luís Álvares de Andrade a introdução da procissão no nosso país, bem como a instituição da *via-sacra* em que se contemplam os *passos* que o Redentor deu com a Cruz às costas, de cujo exercício se formou com a primeira irmandade no convento de Nossa Senhora da Graça, a qual foi confirmada pelo arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro.

Luís Álvares de Andrade, que se notabilizou como pintor, faleceu em 3 de Abril de 1631, sendo sepultado no cruzeiro da Igreja de S. Roque e foi quem deu à irmandade a imagem do Senhor dos Passos. Um estrangeiro, vindo a sua casa, trazia para vender, entre cabeças de várias

(⁵⁶) Tomo II, Lisboa, 1659, págs. 413-414.

imagens, aquela que, pela sua perfeição e venerável aspecto, agradou ao artista, que depois de a haver convenientemente preparado, a ofereceu para a procissão. O pintor, muito devotado ao culto divino, deixou vários quadros sacros ⁽⁵⁷⁾.

A procissão estendeu-se rapidamente a todo o reino e em Elvas já se fazia em 1613. Neste ano, a 3 de Junho, na visita que fez à Sé, o bispo D. Rui Pires da Veiga proibiu que jantassem na igreja as pessoas que no *Domingo de Passos*, 5.^a e 6.^a feira-santas para lá iam tomar lugar ⁽⁵⁸⁾.

3. Incumbe à Confraria das Chagas, erecta na Sé no ano de 1507, a organização da procissão dos Passos.

Outrora ia na frente um gaiato vestido com uma túnica cinzenta, que também lhe tapava a cabeça, e tocando, quase sempre desafinadamente, uma trombeta, facto que não podia deixar de provocar o riso do povo, sobretudo do rapazio ...

No entanto, o *estafermo* ou o *Judas* como o alcunharam, só ao fim de trezentos anos deixou de aparecer na procissão.

Em 1861, um periódico local, *O Transtagano*, aludia ao ridículo costume, nos seguintes termos: «O célebre *estafermo* da corrente, ainda este ano abria a procissão, conquanto lhe proibissem tocar. Consta-nos que em certo sítio fizera do instrumento bastão de tambor-mor, agitando-o no ar, com grande regosijo e algazarra do rapazio indomável» ⁽⁵⁹⁾.

No ano imediato lá saiu mais uma vez — mas essa seria a derradeira, o que já não era sem tempo — a burlesca figura, que o mesmo jornal comentou em incisiva nota: «Ainda este ano apareceu, na procissão de Passos, a caricatura ridícula do farricoco da trombeta, e os garotos lá se apresentaram no seu posto fazendo a assuada do costume. Que alegria para os amadores das velhas usanças! ... Que burla tão bem pregada à autoridade administrativa, que teve a lembrança de reclamar contra a continuação deste velho escândalo!»

(57) «*A Voz do Alentejo*», Elvas, 1 de Abril de 1863.

(58) *Livro de visitas da Sé*, fl. 146 v.

(59) N.º 88, de 3 de Março.

«Sabemos que os ilustres mesários tinham prometido ao sr. administrador que o farricoco não sairia, e que queriam cumprir a sua palavra. Porém o sacristão ou tesoureiro do Colégio dispôs o contrário, e, vestindo a túnica ao estafermo, pô-lo à testa da procissão.

«Para outra vez tome a autoridade administrativa à sua conta o *meliante*, e dê-lhe uma lição que aproveite» (60).

Para o ridículo ser maior, a garotada gritava estrepitosamente: «*Morra o Judas!*» — e isto levou a autoridade a intervir como se impunha, acabando de vez com a *farsa* do estafermo. Não era esta, contudo, a única nota grotesca a pôr uma nódoa em procissão tão séria. As Constituições do Bispado de Elvas, no seu título XXVII, «*Da Immuni-dade das Igrejas, e Pessoas Ecclesiasticas*», § X, observam o seguinte: «... ordenamos & mandamos, sob pena de excomunhão mayor *ipso facto incurrenda*, que nenhuma pessoa coma, ou beba nas Igrejas seculares, ou regulares, salvo constringido da necessidade, & com tanto segredo, & moderação, que não seja visto, nem se entenda que o faz mais, que para socorrer a necessidade. E sob a ditta censura, que nas procissões dos Paços, & da quinta, e sexta feira da Semana Santa, nem em outras desta natureza, os mordomos que levão confeitos, & vinho, para socorro dos que se vão açoutando, os não dem a outra pessoa alguma, senão aos dittos disciplinantes. E assi mesmo defendemos sob a ditta censura, que nenhuma pessoa outra lhe peça os dittos doces, & vinho, nem lhos tome ...» (61). Quer dizer: dentro da Igreja não se podia comer nem beber, o que estava certíssimo, mas se a fraqueza fosse muita, já se podiam ingerir alguns alimentos ... desde que se usasse de discrição! ...

Quanto às procissões vemos que aos penitentes *era permitido* suavisar as suas disciplinas durante o percurso saboreando pastéis, acompanhados do seu copito de vinho ...

Extravagantes hábitos dos nossos avoengos!

A Confraria das Chagas tinha também a seu cargo a conservação dos *Passos* e da ermida do Calvário, fora das muralhas, aonde a procissão foi pela última vez em 1708.

(60) N.º 198, de Domingo, 23 de Março de 1862.

(61) *Primeiras Constituições Sinodales do Bispado d'Elvas*, Lisboa MDCXXXV, fls. 107 v. e 108.

A ordem era a seguinte: a) *O Judas*; b) *Guião* de 3 pontas, roxo, a que pegavam eclesiásticos; c) *Pendão* grande com as iniciais S.P.Q.R. (*Senatus populusque Romanus*); d) *Bandeira das Chagas*, de lona, em caixilho e franjada, representando de um lado em escudo as 5 chagas, tendo ao alto as letras IHS (*Jesus Hominum Salvator*) e em volta a inscrição «HIS PLAGATVS SVM — IN DOMO CORVVM — QVI DILIGEBANT ME». Por baixo: ANNO 1767; no reverso: CRVCEM SANCTAM — SVB II QVI IN TERNVM CONFREGIT, a representação da cruz com a toalha e também a data acima. e) *Crianças penitentes*, de anjos, com instrumentos da morte do Justo: 1 — torquez; 2 — martelo; 3 — escada; 4 — lança; 5 — esponja; 6 — Cruz e toalha; 7 — Cravos numa bandeja de prata; 8 — Coroa de espinhos também numa salva de prata; 9 — Toalha com três rostos. f) *Irmandade da Ordem Terceira de S. Francisco*, com uma cruz pequena. g) *O SENHOR JESUS DOS PASSOS*, de coroa de espinhos e cabelos caídos, túnica de púrpura, corda ao pescoço, rosto lívido e lágrimas nos olhos, num conjunto impressionante. O braço esquerdo levantado a segurar a cruz e o direito segurando o braço da cruz que fica voltado para baixo. O joelho direito apoia-se no chão e o pé, cujo calcanhar os fiéis costumam beijar com devoção, fica completamente a descoberto; do pé esquerdo apenas se vislumbra uma pequena parte. O andor é conduzido por 6 confrades das Chagas; h) *Pálio*, seguido das autoridades; i) *Guarda de honra* por uma força militar.

Como dissemos a procissão saía da fortificação, indo em visita ao Calvário, em frente à ermida de Nossa Senhora da Nazaré, mas no ano de 1708, que foi muito invernosso, choveu a cântaros no dia em que ela saiu, e o bispo, D. Frei Pedro de Lencastre fê-la recolher à Sé por S. Martinho.

A procissão percorria as ruas mais públicas da cidade, demorando-se uns instantes para cânticos e rezas junto dos «passos», que eram por essa época «como huns almarios nas paredes», no pitoresco registo do fidalgo elvense João do Quintal Lobo, nos seus interessantes *Diários*» ⁽⁶²⁾. Situavam-se o 1.º entre o Hospital da Misericórdia e a sua botica, o 2.º na rua da Carreira, defronte do Celeiro dos Cónegos, o

(62) Terceira parte — Março de 1734, dia 26, in Biblioteca Municipal de Elvas.

3.º na rua de Alcamim, o 4.º na rua da Feira, detrás do quintal da Santa Casa e o 5.º na rua do Forno, no canto para S. Paulo.

Na procissão cada um dos devotos levava a sua opa roxa — o que podemos confirmar pessoalmente, pois também nós tínhamos a nossa, que orgulhosamente vestíamos nas procissões da Quaresma — e uma tocha de cera virgem. Em Lisboa usavam levar uma bengalinha e só a partir de 1864 passaram a levar a tocha de cera.

Os *Passos* assim metidos em «almarios» nas paredes foram substituídos na primeira trintena de 1700, por artísticas capelas, com as paredes cobertas por belos azulejos azuis. São os que presentemente existem, mas a sua conservação já não compete à mencionada confraria e sim às famílias dos prédios em que se encontram ou a seus vizinhos. Denominam-se de *Capelas dos Passos*, por representarem algumas estações da Via-Sacra. Foram edificados nos seguintes locais: rua de Alcamim (1725), Largo da Misericórdia (1726), rua da Cadeia (1728), este transferido em 1961 para o Largo de S. João de Deus, rua de Olivença (1730) e rua do Juiz, ao Arco do Bispo (1734). Outras duas capelas dos Passos, a do Pretório (*Jesus condenado à morte*) e a do Calvário (*Jesus morto na cruz*) estão, respectivamente, na Sé e na Igreja do Salvador.

O modelo é idêntico em todos: de grandes portados lavrados de mármore branco, encimados por grupos de anjos. Interiormente estão forrados de azulejos, figurando cenas da vida de Jesus e em lugar principal têm um quadro a óleo ou um baixo-relevo de talha (o do Largo de S. João de Deus).

No livro da Confraria das Chagas há um curioso assento referente à obra do *Passo* da rua da Cadeia, o que nos permite aferir o custo de cada um, visto serem datados mais ou menos dos mesmos anos. A encomenda foi ajustada a 15 de Junho de 1727, com o canteiro João Cordeiro, e apesar de sobre o portado vermos a data de 1728, o certo é que só se deu por terminada na forma em que chegou até nós, em 1746, importante em 107.732 réis, assim distribuídos: azulejo: 30.532 rs., frete do mesmo: 8.000 rs., 8 caixotes: 3.200 rs., assentá-lo: 16.420 rs., pedraria: 40.000 rs., quadro: 9.600 rs.

Por fora têm os *Passos* grossas portas de madeira, colocadas em substituição das primitivas, que já estavam muito arruinadas no ano de 1861. Realmente, neste ano a Mesa da Irmandade das Chagas pediu

licença ao Governo para vender uma cruz processional, de prata, avaliada em 90\$000 rs., a fim de mandar fazer novos portados. A licença foi concedida, mas só ela custou 30 e tantos mil réis! o que obrigou os mesários a adiantar, do seu bolso, a importância que faltou ⁽⁶³⁾. A obra foi posta em praça a 19 de Maio e arrematada por 27.900 rs. para cada uma das portas, que ficaram prontas no mês de Outubro.

O *Passo*, hoje no Largo de S. João de Deus, como referimos, tem desde 1962 um bonito gradeamento em ferro, comprado por subscrição promovida pelo então comandante da secção da Polícia de Segurança Pública e nosso particular amigo, major João Branco Baptista, que corporizou da melhor maneira um antigo alvitre de quem escreve estas linhas.

4. Actualmente a procissão organiza-se da seguinte forma: no 3.º Sábado da Quaresma, ao anoitecer, sai a imagem do Senhor Jesus dos Passos em camarim fechado para a Igreja do Salvador, no Largo do Colégio e aí permanece até o dia imediato, em que se formam duas procissões. A primeira compõe-se de: Guião, Bandeira das Chagas, filas de fiéis, crianças vestidas de anjos, Pendão S.P.Q.R., os andores de S. João e de Nossa Senhora, o pálio, autoridades, a guarda de honra e a banda de música; na segunda vai um sacerdote e a imagem do Senhor Jesus dos Passos, conduzida por devotos.

A que sai da Sé dirige-se, pela porta do Nascente, à Praça de D. Sancho II, e descendo pelo antigo Arco de Santa Maria, segue pela rua da Carreira, onde, no sítio mais amplo, se dá a tocante cerimónia do *Encontro* de Nossa Senhora com seu divino Filho, constituindo-se, assim, uma única procissão que depois continua pela rua de Olivença, onde se situa o primeiro Passo (*Jesus caindo pela primeira vez sob o peso da cruz*), Largo das Portas de Olivença, rua de Alcamim (segundo Passo, que representa o *Encontro de Jesus com Sua Mãe*), rua da Feira, Largo da Misericórdia (3.º Passo — *Jesus caindo pela segunda vez*), rua de Évora, Largo de S. João de Deus (4.º Passo — *Jesus atado à coluna*), Praça de Salazar, Faceira da Cisterna, rua de S. Francisco, Arco do Bispo, rua de André Gonçalves (5.º Passo — *Jesus no acto*

(63) «*A Voz do Alentejo*», de 23 de Outubro de 1861.

em que a Verónica Lhe enxuga o rosto), rua de Isabel Maria Picão, Praça de D. Sancho II e entra na Sé pela mesma Porta do Sol.

Na Igreja do Salvador, de há anos entregue aos Padres Carmelitas, existe, também, na capela do lado da Epístola, outro dos Passos da Paixão (*Jesus morto na cruz*, tendo em baixo Nossa Senhora e S. João, imagens todas seiscentistas) e noutros tempos reconstituía-se na Sé o Pretório.

A procissão caminha pausadamente e detém-se uns breves minutos ao chegar às capelas dos Passos, em frente das quais um sacerdote,

QUARESMA.

CÂNTICOS DE PENITÊNCIA.

12. — Perdão, ó meu Deus.

Melodia espanhola

Per- dão, ó meu De- us, Per- dão, in- dul- gên- cia! Per-
dão e cle- mên- cia, Pie- da- de e per- dão. 1. Pe- quei, mas minh'
al- ma, Cho- ran- do pe- cá- do, Pe- de, con- fi-
ã- da, Se- nhor, teu per- dão, Se- nhor, teu per- dão.

The image shows a musical score for a penitential hymn. It features a single melodic line in treble clef with a key signature of one flat (B-flat) and a common time signature (C). The lyrics are written below the notes. The score is divided into four systems of music. The first system contains the first line of the melody and the first part of the lyrics. The second system contains the second line of the melody and the second part of the lyrics. The third system contains the third line of the melody and the third part of the lyrics. The fourth system contains the fourth line of the melody and the final part of the lyrics, ending with a double bar line.

Cântico de Penitência

acompanhado de um reduzido coro, entoa um versículo próprio da Paixão (*PERDÃO, OH! MEU DEUS — Perdão, oh meu Deus / Perdão, indulgência! / Perdão e clemência / Piedade e Perdão! Pequei, mas minh'alma / Chorando o pecado, / Pede, confiada, / Senhor, teu perdão, / Senhor, teu perdão.*

A Banda de Música executa durante o trajecto, marchas fúnebres. Em 1908, por exemplo, a Banda de Caçadores n.º 4 levava no seu reper-

tório para a procissão as seguintes peças: «*Sepulto Dominus*», de Ribeiro; *Fatalita*, de Azevedo, e *Soledade*, de Moraes.

Se bem estamos certos, a primeira vez que o Senhor Jesus dos Passos teve acompanhamento de uma banda de música militar, foi em 1865, por ordem do Governador da Praça, general Francisco José Pereira e Horta.

Por fim, na Sé, oficia-se a Missã e um sacerdote profere o Sermão do Calvário.

Os *Passos* ornamentados de flores e lumes, havendo até uma certa emulação entre as pessoas que os têm a seu cargo, mantêm-se abertos até cerca da Meia-Noite, dando tempo aos devotos a fazerem as suas orações. No entanto, no meio do século findo, fechavam logo depois do anoitecer, o que motivou reparos de um dos jornais da terra (64).

5. O *Encontro* de Nossa Senhora com Jesus fazia-se, dantes, em frente da capela do *Passo* da rua de Olivença, mas «por ser estreito o lugar, n'alguns annos se tem transferido o encontro, mediante as necessárias licenças, para junto da capela da rua da Cadeia. Nos últimos tres anos já se não fez» (1887 a 1889) (65).

A imagem do Senhor Jesus dos Passos vinha rua de Olivença acima e as da Virgem e do discípulo amado pelas ruas do *Alamo* (hoje de «Eusébio Nunes») e de *Manuel Gomes Estela* (hoje «das Caldeirinhas»).

— Também noutros tempos, a procissão saía do Salvador, aonde voltava, descobrindo-se então o altar do Calvário, que até esse momento se conservava tapado.

— Outra nota curiosa: em 1860, a procissão estava a ponto de não se realizar, por *falta de recursos*! Mas, 25 dos principais cavalheiros de Elvas, a maior parte pertencentes à Mesa e Irmandade das Chagas, por iniciativa do sr. José de Melo e Lacerda Brederode, que era o Escrivão e Presidente da Mesa, subscreveram, voluntariamente, com os donativos suficientes para não se quebrar a tradição. A procissão saiu, sendo acom-

(64) «*O Tirocínio Literário*», Elvas, n.º 9, de 1 de Março de 1861.

(65) Vitorino de Almada, *Dicionário*, t. I, p. 211.

panhada por uma força de Infantaria n.º 4, que fazia a Guarda de honra, e respectiva Banda de Música.

— Na obra «*Voyage en Portugal*», onde Pierre Carrère deu largas à sua animosidade, pretendendo com ela vingar-se de ter sido expulso do nosso país por ordem de Pina Manique, há referências, nada lisonjeiras, às procissões que por esse tempo se faziam em Portugal. Não resistimos a transcrever o que ele escreve da Procissão dos Passos, fazendo-o no idioma original, para que não perca na tradução: «La plus fameuse est celle *dos Passos* ... Lorsqu'on voit passer cette procession, on entend, dans l'éloignement des cris confus et soutenus, qui devienent plus forts et plus sensibles à mesure que la procession s'avance, ils partent d'une foule innombrable du peuple qui suit la procession dans la plus grande confusion; il adresse ses prières à la statue qui les précède, les uns en chantant, les autres en criant ... Il y a environ quatre au cinc mille ames, dont la plus grande partie sont des Nègres, des Mulâtres, des Nègresses et des Mulâtresses. On est persuadé qu'on suivant cette procession sept ans tout de suit on est exempt de mourir en état de peché mortel» (66).

7

PROCISSÃO DO SAGRADO VIÁTICO AOS ENFERMOS
E ENCARCERADOS

5.^a feira Santa

1. Estamos chegados à Semana Maior e tudo na Igreja nos faz recordar o impressionante drama da Paixão, em que o Filho de Deus se submeteu a um julgamento nefando e para que as profecias se cumprissem inteiramente se deixou injuriar e escarnecer e crucificar por amor dos homens, sofrendo a mais espantosa e cruel das mortes.

Desnudam-se os altares e descem sobre eles panejamentos negros, assim se conservando até ao Domingo de Páscoa.

(66) «*Voyage en Portugal*», Paris, 1798, págs. 94 e 95.

2. Como é sabido são *obras de misericórdia* (corporais) assistir aos enfermos (5.^a) e visitar os presos (6.^a), por isso no Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Elvas se inscreve num dos seus parágrafos, como obrigação em 5.^a feira Maior, levar o Sagrado Viático aos enfermos que o solicitarem e a visita aos encarcerados na Cadeia Civil.

Desde há séculos que tais cerimónias se realizam com certa solenidade, não com aparato, que seria impróprio. De manhã é conduzido o Sagrado Viático aos doentes internados no Hospital, seguindo-se o almoço; há depois Missa de Exposição do SS. na Igreja da Santa Casa e à tarde (às 15 horas), faz-se a Procissão da visita aos presos, aos quais se oferece também o jantar desse dia.

Vão as Irmãs da Caridade em serviço no Hospital, com os seus hábitos de uma alvura de neve, as servas, de aventais e vestidos azuis transportando os tachos com a comida, o Juiz da Irmandade e alguns Mesários de opas pretas e as varas inerentes ao cargo, uma Banda de Música e diversas pessoas, que por simpatia ou curiosidade sempre acompanham o préstito.

Como em Portugal há, infelizmente, uma acentuada tendência para esquecer o que é tradicional, e essa fobia parece que assentou arraiais na cidade de Elvas, que sempre primou pelo seu amor ao passado, esta Procissão perdeu também algumas das suas características e da sua originalidade, como a dos grandes caldeiros com a comida a fumar serem levados, agora, antes da Procissão, em viatura automóvel. *É preciso estar com o tempo, não vão julgar-nos obsoletos!* — terão pensado os que tomaram tal deliberação. É pena, mas é assim mesmo — e já não há nada a fazer senão aceitar os factos. No nosso país temos um sentido do ridículo, que é ainda bem mais ridículo do que ele próprio!

Por associação de ideias ocorre-nos, que na nossa viagem a Berlim, em Julho de 1968, nos magníficos cafés em pleno centro, na *Kurfurstendamm* e na *Tauentzienstrasse*, éramos servidos por empregadas vestindo os seus lindos trajos regionais. Onde é que isso seria possível em Portugal, se as pessoas têm até vergonha de rir em público? Já nessa adorável e barroca Viena de Áustria, com que gosto tomámos um copo de inebriante *Tokay* no luxuriante *Grinzig*, das mãos de sim-

páticas e rosadas raparigas com os seus trajos coloridos, ao som de maravilhosas valsas de Strauss!

O «parece mal» instalou-se neste cantinho da península e já não há promoções turísticas que lhe valham! A não ser que venha por aí outra lufada de são regionalismo como a do tempo de Rocha Peixoto, Tomás Pires, Leite de Vasconcellos e outros ...

Entrementes vamos nós *restituindo* as antigas Procissões de Elvas, antes que se percam e olvidem de todo.

3. Em 1860 o jantar aos presos foi levado pessoalmente pelos médicos, que procedendo assim, nada perderam da sua dignidade.

Até fins do século, antes da Comunhão nas enfermarias da Santa Casa, o Padre capelão fazia aos enfermos uma breve *prática*, advertindo-os para bem receberem a sagrada hóstia (*dar bom conselho é a primeira das obras de misericórdia espirituais*). E o almoço era-lhes servido pelos Irmãos, que não se sentiam diminuídos com isso, antes pelo contrário, na certeza de que aos olhos de Deus são maiores os que se humilham.

E vá lá uma anedota, aliás verídica: Em 1864, quando o Provedor (Joaquim José da Guerra) convidou a Música a acompanhar a Procissão como era costume, o Mestre, José Veloso Dontel e Hortas, respondeu «que tinha ordem do seu coronel (Luis Maria de Magalhães, comandante do Batalhão de Caçadores n.º 8) para não tocar, sem primeiro ajustar quanto havia a Banda de ganhar» (pela tradição a música era gratificada pelos próprios Provedores). O Provedor, agastado, replicou-lhe que dispensava os seus serviços, mas delicadamente foi ter uma entrevista com o governador da Praça (General Francisco José Pereira e Horta), que estava mal informado a tal respeito. O resultado foi o Provedor receber novo recado do coronel Magalhães, fazendo-lhe saber que a Banda não só acompanharia a Procissão, como tocaria gratuitamente, o que na verdade aconteceu.

(CONTINUA)

PERFIL MORAL E MENTAL DO REI DOM MANUEL I (1)

pelo sócio efectivo

J. T. Montalvão Machado

PASSANDO no ano corrente o V Centenário do nascimento do rei D. Manuel I, não podia a Associação dos Arqueólogos Portugueses deixar de se associar à comemoração dum monarca, que assinala o fastígio das nossas descobertas e conquistas. Em Alcochete, terra da naturalidade do rei Venturoso, prestou-se já idêntica comemoração, que alcançou desusado brilhantismo, e outras homenagens tiveram também lugar sucessivamente em Alcácer do Sal, Setúbal e Lisboa. Esta Associação resolveu prestar ao mesmo soberano esta singela homenagem, escolhendo nós o tema *Perfil moral e mental do rei Dom Manuel I*.

Entendemos que a melhor maneira de homenagear este monarca era mostrar a injustiça, com que foi tratado por vários historiadores, nacionais e estrangeiros, que apoucaram as suas qualidades e méritos, reduzindo-o à condição duma pessoa medíocre ou mesmo nula.

Sem podermos entrar em pormenores, porque o tempo nos escasseia, tentaremos apenas relembrar os acontecimentos, na medida em que urge demonstrar que D. Manuel I muito honrou o Trono de Portugal.

(1) Oração proferida na Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 12 de Dezembro de 1969, incorporada na celebração do Centenário do nascimento do Rei D. Manuel I, sob a presidência do Sr. Prof. Gustavo Cordeiro Ramos, secretariado pelos Srs. Dr. Braga Paixão e Prof. D. Fernando de Almeida.

I. D. MANUEL FOI NA VERDADE UM HOMEM VENTUROSO

D. Manuel, filho do Infante D. Fernando e neto do rei D. Duarte, só veio a reinar por mercê duma série de felizes acasos, que todos conhecem, mas convém lembrar, em poucas palavras.

Sendo o mais novo dos nove filhos do Infante D. Fernando, foi talvez por ter apenas 14 anos de idade que não entrou na conspiração contra D. João II, chefiada por D. Fernando, 3.º Duque de Bragança. Se entrasse, é provável que tivesse sido apunhalado, como o foi seu irmão D. Diogo, Duque de Viseu. Porém, não tendo tomado parte nessa conspiração e sendo irmão da virtuosa rainha D. Leonor, foi aproveitado pelo Príncipe Perfeito para minorar a sua situação de rei cruel e sanguinário. Por isso, lhe dispensou toda a protecção, designando-o herdeiro presuntivo do Trono, no caso dele, D. João II, falecer, sem deixar filho varão legítimo (2).

Veio depois a morte desastrosa do príncipe D. Afonso, que já era casado, mas sem filhos, e este acontecimento muito desgostou o rei e a rainha, porque era o seu filho único.

Mais tarde, D. João II, negando o seu propósito anterior, procurou legar o Trono a seu filho natural, conhecido por *Senhor D. Jorge* (3). Não lho consentiram as pessoas mais qualificadas da nação, à frente das quais se colocou a rainha D. Leonor, com o alto prestígio de soberana caritativa, com o forte argumento de esposa ultrajada, com a razão muito plausível de ser irmã de D. Manuel.

Temos de convir em que o Duque de Beja gozou assim de sucessivos e felizes acasos, que remataram com a morte precoce de D. João II, quando tinha apenas 40 anos de idade. Precipitaram-se os acontecimentos, sempre de molde a beneficiar a sorte de D. Manuel, que, não sendo filho de rei, mas apenas o nono e último filho dum infante (4), veio a cingir a Coroa de Portugal, no ano de 1495.

Depois, enquanto reinou, quase sempre foi bafejado pela sorte,

(2) Ruy de Pina — *Chronica d'El Rei Dom João II*, Capítulo XVIII.

(3) Damião de Goes — *Chronica d'El-Rei D. Manuel*, Vol. I, Cap. II.

(4) D. António Caetano de Sousa — *Hist. Geneal. da Casa Real Port.*, 1737, Tomo III, pg.165.

porque os nossos navegadores levaram o nosso poderio ultramarino até um limite jamais atingido e deslocaram o eixo económico do Mediterrâneo para o Atlântico, fazendo da cidade de Lisboa o mais notável empório comercial daquele tempo.

D. Manuel I foi na verdade um homem afortunado, e é por isso mesmo que houve uma natural tendência para lhe negar qualidades e méritos, para só lhe atribuir vícios e defeitos. A personalidade do rei D. Manuel constitui mais um ponto da História Nacional, que carece de revisão, já que vários autores, mais ou menos consagrados, se empenharam em apoucar um monarca, que revelou alto merecimento e deixou à nação uma obra vasta, nos mais diversos sectores da administração pública.

II. O QUE DISSERAM ALGUNS HISTORIADORES

Para exemplificar o que acabamos de dizer, vamos relembra algumas opiniões, expostas por diversos autores, nacionais e estrangeiros, que à História dedicaram o melhor do seu trabalho e do seu carinho.

Para Manuel Pinheiro Chagas, D. Manuel era dotado dum espírito medíocre, era um egoísta, que não inspirava simpatias, nem chegava a merecer antipatias, acrescentando o mesmo autor: «Homem de limitado espírito e curtíssimas vistas, assistiu, quase como espectador, aos factos históricos do seu tempo, sem se levantar diante deles, como um obstáculo» (5).

Noutra parte, aludindo à reconstituição da Casa de Bragança, extinta por D. João II, após a conspiração dos nobres, exclama o conhecido político, literato e historiador: «Todo o fruto político de D. João II, colhido à custa de tantas crueldades, era malbaratado pelo seu imprevidente herdeiro» (6).

Não pára aqui a sanha dos escritores do século passado contra o rei Venturoso, porque Oliveira Martins, com a responsabilidade do

(5) M. P. Chagas — *Hist. de Portugal*, Lisboa, 1900, Vol. 3.º, pgs. 394 a 396.

(6) *Idem*, *idem*, *idem* pgs. 100.

seu fecundo talento científico e literário, escrevia também: «Contam que D. Manuel em pessoa achava graça às manhas e expedientes vis, com que se explorava a Índia, quando os que de lá vinham justificavam as artes com a riqueza, aumentando a opulência faustuosa da corte [...] D. Manuel e os seus conselheiros tinham para a Índia um plano só: explorá-la e arrastar, por quaisquer meios, as riquezas do Oriente. Sistema e programa de governo foram coisas desconhecidas» (7).

Sem passar à frente, diga-se desde já que D. Manuel, homem frio e duro, sem êxtases de entusiasmo, que podem comprometer, nem desfalecimentos, que fazem sucumbir, patenteou os seus «sistema e programa de governo», como logo veremos, não somente acerca do magno problema da política da Índia, como de todos os outros sectores da administração pública.

Por sua vez, Angelo Ribeiro, escritor e professor de História na Universidade do Porto, afinando pelo mesmo diapasão da insuficiência mental do rei D. Manuel, pergunta: «Teria o rei (D. João II) mais esperanças no pequeno de 10 anos (D. Jorge), em que via talvez o seu retrato, do que nesse tímido, apagado, enigmático Duque de Beja, sempre calado, obediente, passivamente curvado diante dele?» (8).

Maximiano Lemos, outro professor da Universidade do Porto, não foi menos severo, porque opina que tudo quanto aconteceu de bom no tempo do rei D. Manuel já estava preparado antes da sua ascensão ao Trono, e tudo quanto aconteceu de mau se deve atribuir às más qualidades do rei, que era um egoísta e um medíocre. Era um déspota, que se comprazia em substituir os juízes de eleição popular por juízes de fora e amarfanhar outras liberdades e privilégios populares e foi também um ingrato para com Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e todos os outros navegadores (9).

Também Esteves Pereira, diminuindo a pessoa do rei, acrescenta: «Todos os grandes homens que lhe prestaram, a ele e ao país, relevan-

(7) J. P. de Oliveira Martins — *Hist. de Portugal*, 4.ª ed., Tomo I, pgs. 288 e 298.

(8) A. Ribeiro — *Hist. de Portugal*, ed. de Barcelos, 1931, Vol. III, pgs. 203.

(9) M. Lemos — *Encyclopédia Portuguesa*, Porto, s. d., Vol. VI, pgs. 849.

tíssimos serviços, foram vítimas de intrigas palacianas e postos sucessivamente de parte» (10).

Por sua vez, Luz Soriano, sempre azedo e mal-dizente, assim opina: «Este rei (D. Manuel), de ânimo ingrato e dado a suspeitas baixas, como quem tinha passado uma vida aventureira, desprezando os bons conselhos e prestando orelhas às intrigas dos homens dos saraus do paço da Ribeira, já pouco se lhe deu de manchar a honra e denegrir os serviços reais dos esforçados portugueses que, por ele e pela Pátria, arriscavam a vida em bem disputadas batalhas ...» (10a).

Não foram menos agressivos alguns historiadores estrangeiros, que seguiram na pegada de autores portugueses. Por isso, Antonio Ballesteros y Beretta assim se exprime: «Manuel I, o Afortunado (1495-1521), apelidado por algum historiador português de *Imbecil*, foi um monarca de escasso relevo político, que teve a ventura de presenciar os anos gloriosos das gestas ultramarinas de Portugal, nas quais lhe cabe mui pequena parte» (11).

Por sua vez, Pedro Aguado Bleye alude de passagem ao nosso rei D. Manuel, a quem chama *venturoso insignificante* (12).

Não vamos mais longe, para não nos tornarmos fastidiosos. Qui-semos, com estas citações, referir o desfavor com que tantos historiadores se referiram a um monarca, que seguramente não merecia tanta rudeza de tratamento.

Aceitamos que D. Manuel era um homem frio e duro, o que se explica pelo meio em que passou a sua juventude. A prostração, em que a corte caíra, depois da derrota de Toro; a atmosfera pesada, de desespero e terror, criada pelas desavenças entre D. João II e a nobreza; a decapitação do seu cunhado D. Fernando, 3.º Duque de Bragança, e o assassínio de seu irmão, D. Diogo, Duque de Viseu; o convívio forçado com aquele homem cruel, que era seu cunhado, mas lhe abatera outro cunhado e um irmão; a fuga para Castela de parentes e amigos,

(10) E. Pereira — Dicionário *Portugal*, Lisboa, 1909, Vol. IV, pgs. 801.

(10a) Simão José da Luz Soriano, *Hist. do Cerco do Porto*, 1889, Tom. I, pgs. 111.

(11) Ballesteros — *Hist. de Espanha*, Barcelona, 1922, Vol. III, pgs. 748.

(12) P. A. Bleye — *Manual de Hist. de Espanha*, Madrid, 1958, Tomo II, pgs. 149.

seu fecundo talento científico e literário, escrevia também: «Contam que D. Manuel em pessoa achava graça às manhas e expedientes vis, com que se explorava a Índia, quando os que de lá vinham justificavam as artes com a riqueza, aumentando a opulência faustuosa da corte [...] D. Manuel e os seus conselheiros tinham para a Índia um plano só: explorá-la e arrastar, por quaisquer meios, as riquezas do Oriente. Sistema e programa de governo foram coisas desconhecidas» (7).

Sem passar à frente, diga-se desde já que D. Manuel, homem frio e duro, sem êxtases de entusiasmo, que podem comprometer, nem desfalecimentos, que fazem sucumbir, patenteou os seus «sistema e programa de governo», como logo veremos, não somente acerca do magno problema da política da Índia, como de todos os outros sectores da administração pública.

Por sua vez, Angelo Ribeiro, escritor e professor de História na Universidade do Porto, afinando pelo mesmo diapasão da insuficiência mental do rei D. Manuel, pergunta: «Teria o rei (D. João II) mais esperanças no pequeno de 10 anos (D. Jorge), em que via talvez o seu retrato, do que nesse tímido, apagado, enigmático Duque de Beja, sempre calado, obediente, passivamente curvado diante dele?» (8).

Maximiano Lemos, outro professor da Universidade do Porto, não foi menos severo, porque opina que tudo quanto aconteceu de bom no tempo do rei D. Manuel já estava preparado antes da sua ascensão ao Trono, e tudo quanto aconteceu de mau se deve atribuir às más qualidades do rei, que era um egoísta e um medíocre. Era um déspota, que se comprazia em substituir os juizes de eleição popular por juizes de fora e amarfanhar outras liberdades e privilégios populares e foi também um ingrato para com Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e todos os outros navegadores (9).

Também Esteves Pereira, diminuindo a pessoa do rei, acrescenta: «Todos os grandes homens que lhe prestaram, a ele e ao país, relevan-

(7) J. P. de Oliveira Martins — *Hist. de Portugal*, 4.^a ed., Tomo I, pgs. 288 e 298.

(8) A. Ribeiro — *Hist. de Portugal*, ed. de Barcelos, 1931, Vol. III, pgs. 203.

(9) M. Lemos — *Encyclopédia Portuguesa*, Porto, s. d., Vol. VI, pgs. 849.

tíssimos serviços, foram vítimas de intrigas palacianas e postos sucessivamente de parte» (10).

Por sua vez, Luz Soriano, sempre azedo e mal-dizente, assim opina: «Este rei (D. Manuel), de ânimo ingrato e dado a suspeitas baixas, como quem tinha passado uma vida aventureira, desprezando os bons conselhos e prestando orelhas às intrigas dos homens dos saraus do paço da Ribeira, já pouco se lhe deu de manchar a honra e denegrir os serviços reais dos esforçados portugueses que, por ele e pela Pátria, arriscavam a vida em bem disputadas batalhas ...» (10a).

Não foram menos agressivos alguns historiadores estrangeiros, que seguiram na pegada de autores portugueses. Por isso, Antonio Ballesteros y Beretta assim se exprime: «Manuel I, o Afortunado (1495-1521), apelidado por algum historiador português de *Imbecil*, foi um monarca de escasso relevo político, que teve a ventura de presenciar os anos gloriosos das gestas ultramarinas de Portugal, nas quais lhe cabe mui pequena parte» (11).

Por sua vez, Pedro Aguado Bleye alude de passagem ao nosso rei D. Manuel, a quem chama *venturoso insignificante* (12).

Não vamos mais longe, para não nos tornarmos fastidiosos. Qui-semos, com estas citações, referir o desfavor com que tantos historiadores se referiram a um monarca, que seguramente não merecia tanta rudeza de tratamento.

Aceitamos que D. Manuel era um homem frio e duro, o que se explica pelo meio em que passou a sua juventude. A prostração, em que a corte caíra, depois da derrota de Toro; a atmosfera pesada, de desespero e terror, criada pelas desavenças entre D. João II e a nobreza; a decapitação do seu cunhado D. Fernando, 3.º Duque de Bragança, e o assassinio de seu irmão, D. Diogo, Duque de Viseu; o convívio forçado com aquele homem cruel, que era seu cunhado, mas lhe abatera outro cunhado e um irmão; a fuga para Castela de parentes e amigos,

(10) E. Pereira — *Dicionário Portugal*, Lisboa, 1909, Vol. IV, pgs. 801.

(10a) Simão José da Luz Soriano, *Hist. do Cerco do Porto*, 1889, Tom. I, pgs. 111.

(11) Ballesteros — *Hist. de Espanha*, Barcelona, 1922, Vol. III, pgs. 748.

(12) P. A. Bleye — *Manual de Hist. de Espanha*, Madrid, 1958, Tomo II, pgs. 149.

o derramamento de sangue, o terror e o ódio, tudo concorreu para criar naquele rapaz de 14 anos um psiquismo especial, de dúvida, de receio e de gelo.

Mas D. Manuel era um homem inteligente e sagaz, dotado de forte personalidade, estudioso, essencialmente construtivo, que desenvolveu uma obra vasta, como vamos ver, analisando os acontecimentos mais notáveis do seu reinado.

III. A RECONSTITUIÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA

Este foi o primeiro acontecimento em que D. Manuel provou a clarividência política.

É sabido que, após a degola do 3.º Duque de Bragança, os seus irmãos, o Marquês de Montemor e o Conde de Faro, metidos na conjura contra o rei, fugiram, com suas famílias, para Castela, e para ali partiu também outro irmão, D. Álvaro, embora fosse estranho aos acontecimentos. Estava dado o *grande exemplo*, porque a cabeça do mais poderoso fidalgo português, rolando por terra, firmava D. João II no trono e garantia-lhe o êxito da sua política de poder discricionário.

Como consequência exagerada destes acontecimentos, D. João II extinguiu a Casa de Bragança e fez reverter todos os seus vastos haveres «para o Fisco e Real Coroa de El-Rei» (13). Estava-se em Junho de 1483 e tudo assim ficou até 1495, ano em que o soberano faleceu.

Logo que D. Manuel subiu ao trono, voltou a agitar-se a questão da Casa de Bragança. A rainha viúva, D. Leonor, tão adorável pelas suas obras de beneficência, como outras pessoas da corte ou ligadas à casa brigantina, apelaram para a clemência do novo rei, para que permitisse o regresso dos foragidos e lhes restituisse os seus haveres. Outros, inimigos dos Braganças, protestavam que tal atitude não devia ser tomada, porque desrespeitava a memória de D. João II.

Estamos em crer que D. Manuel, sempre frio e duro, nem se deixou influenciar pelos rogos dos primeiros, nem atendeu ao ódio dos segundos. Determinou-se pelo interesse do Estado, que aconselhava

(13) Ruy de Pina — *Chr. d'El-Rei D. João II*, Capítulo XIV.

a restabelecer a concórdia entre a família portuguesa, começando por reconstituir a Casa de Bragança.

Para tanto, ele teve de vencer grandes oposições e teve de se vencer a si próprio, no respeito que devia e queria conservar pela memória do seu antecessor, o qual deixara esta disposição testamentária odienta: «... encomendo e mando ao dito Duque meu primo (D. Manuel) que aquelles que nos semelhantes casos herrarão contra mim, nem seus filhos que fora destes Regnos estão ão sejam recebidos nelles e assy encomendo a todolos grandes e pessoas do meu Conseeio e do dito Duque meu primo que sempre lhe lembre muito que deve esto fazer» (14).

Se a conspiração contra o Príncipe Perfeito foi uma realidade, justo era que os conspiradores expiassem as suas culpas. Mas, a extinção da Casa de Bragança era uma exigência despótica e absurda, porque era altamente prejudicial aos interesses da nação.

Convém recordar que a Casa Ducal de Bragança não surgiu como mero objectivo de exhibição aristocrática, nem tão pouco como fanfaronada de riqueza e opulência. A sua criação obedeceu a objectivos dum horizonte muito mais vasto.

Estabelecido o Ducado de Bragança pelo Infante-Regente D. Pedro, em 1442, a Casa de Bragança fora já idealizada e começada a construir pelo rei D. João I e principalmente por D. Nuno Álvares Pereira os quaes, passando pelas dificuldades, agruras e vicissitudes do Interregno de 1383 a 85 e da Guerra da Independência, quizeram organizar uma Casa, que pudesse substituir a Casa Real, sempre que fosse necessário.

Quando Nun'Álvares aceitou os condados de Ourém, Arraiolos e Barcelos, não foi guiado pelo orgulho de ser o homem mais rico de Portugal, ele que depois voluntariamente se reduziu à condição de donato carmelita. O que ele quis, o que ele conseguiu realizar, foi lançar os alicerces duma Casa, que, suficientemente forte pelos seus bens materiais, bem prestigiada pelos feitos guerreiros dos seus filhos, altamente elevada por sucessivos enlacs matrimoniais com a dinastia

(14) Testamento de D. João II, in *Hist. Geneal. da Casa Real Port.*, de D. António Caetano de Sousa, Tomo II de *Provas*, pgs. 174 (Lisboa, 1742).

reinante, pudesse suceder na Coroa, sempre que o destino o impusesse (15). Como impôs, em 1640. Era o pensamento que se havia de condensar nesta divisa da Casa de Bragança «*Depois de vós, nós*».

De resto, cumpre lembrar que, com a excepção única de D. João II, todos os reis de Avis mantiveram sempre as mais sãs e leais relações de amizade com a Casa de Bragança, como o testemunham os sucessivos enlances matrimoniais entre as duas Casas.

Assim, D. Manuel reconstituiu a Casa de Bragança, sob a égide de D. Jaime, 4.º Duque, filho do Duque degolado; mas, logo alguns anos depois, o mesmo Duque D. Jaime, comandando uma expedição de 400 navios e 15 mil homens, *parte dos quais vestidos, armados e instruídos à sua própria custa*, conquistou a praça de Azamor, numa época em que os mouros ameaçavam expulsar-nos do Norte de África (16).

Por outro lado, D. Manuel fez saber, aos filhos do Duque decapitado e às pessoas que lhes eram particularmente afectas, que não toleraria qualquer desprimor à memória do seu antecessor e que seriam rigorosamente punidos todos aqueles que tentassem novamente semear a discórdia.

Isto prova que D. Manuel, desde os primeiros dias do seu reinado, começou a revelar uma clarividência política, que depois patenteou também na tarefa dos descobrimentos, na política internacional, no fomento da nação, na administração pública, na cultura das letras. Tinha apenas 26 anos e já mostrava o mais decidido apuro na arte de lidar com os homens.

IV. A QUESTÃO DOS JUDEUS

Por mais que isso pese aos detractores do rei D. Manuel, temos de reconhecer que a questão dos judeus, com aspectos tão desagradáveis foi uma pesada herança, que D. João II deixou ao seu sucessor.

(15) J. T. Montalvão Machado — *Dom Afonso — Primeiro Duque de Bragança — Sua vida e sua obra*, Lisboa, 1964, pgs. 99.

(16) Damião de Goes — *Chr. d'El-Rei D. Manuel*, Lisboa, 1910, Vol. VII, pgs. 93 e segs.

Em 1492, os Reis Católicos expulsaram do seu reino os judeus, que procuraram abrigo noutros territórios. Em Portugal, havia já anteriormente uma grande má vontade contra os judeus, e por isso, tanto o Conselho de D. João II, como a opinião geral do povo, eram contrários à recepção das gentes judaicas ⁽¹⁷⁾. Todavia, D. João II, procurando obter uma apreciável, mas odienta, fonte de receita, permitiu-lhes a entrada, à razão de 8 cruzados por cabeça, e, para que não fugissem ao fisco, determinou que a sua entrada se fizesse apenas pelas povoações de Melgaço, Bragança, Castelo Rodrigo, Olivença e Arronches. Dispôs ainda D. João II que os judeus só permanecessem no reino até ao limite de 8 meses, findos os quais, ou emigravam, pagando as despesas do transporte, ou eram entregues, como escravos, às pessoas que os aceitassem ⁽¹⁸⁾.

Dada a animadversão, que, entre os cristãos, sempre houve contra os judeus, continuava a cometer-se toda a casta de excessos, extorsões, espancamentos, roubos, violações, mortes, contra aqueles desgraçados, expulsos de Castela.

Ao fim dos 8 meses estipulados, o rei D. João tomou a iniciativa de sequestrar os filhos menores dos judeus escravizados e entregá-los a Álvaro de Caminha, que ia governar a Ilha de S. Tomé «*para que sendo apartados dos pays, e suas doutrinas, e de quem lhes pudesse fallar da ley de Moyses, fossem bons Christãos, e tambem para que crescendo, e casandose, pudesse com elles povoar a dita ilha, que por esta causa dahi em diante foy em crescimento*» ⁽¹⁹⁾.

Estes e outros excessos, cometidos por D. João II, levaram Alexandre Herculano a dizer que o mesmo monarca não era homem de grandes escrúpulos ⁽²⁰⁾.

Estava a questão neste pé, quando D. Manuel recebeu boas e más heranças. O primeiro acto do novo rei, nesta malfadada questão, consistiu em restituir a liberdade aos judeus castelhanos, que D. João II

(17) R. de Pina — *Chr. d'El-Rei D. João II*, Cap. LXV.

(18) D. de Goes — *Chr. d'El-Rei D. Manuel*, Vol. I, Cap. X.

(19) Garcia de Resende — *Chr. de El-Rei D. João II*, Lisboa, 1902, Cap. CLXXIX.

(20) A. Herculano — *Hist. da Or. e Est. da Inquisição em Portugal*, Lisboa, 1907, Tomo I, pgs. 99.

reduzira à escravidão, por não terem abandonado o reino. D. Manuel pôs em prática esta humanitária medida, mesmo sabendo que ela iria irritar as pessoas que tinham adquirido aqueles escravos.

Os hebreus ficaram muito satisfeitos e reconhecidos ao rei D. Manuel e prometeram uma elevada quantia ao novo soberano, que este aliás soube repelir. Todavia, a questão não ficou resolvida, porque nesta altura surgia uma nova acha para a fogueira.

O rei queria casar-se e sentia uma forte inclinação para D. Isabel, filha mais velha dos Reis Católicos, aquela infanta que já era conhecida dos portugueses, por ser viúva do príncipe D. Afonso, filho de D. João II.

Por um lado, lembrava-se D. Manuel da maneira como ficara fascinado com a beleza da mesma infanta, quando, na sua simples qualidade de Duque de Beja, fora recebê-la na fronteira de Elvas, em nome do noivo, em 22 de Novembro de 1490 ^(21 e 22). Por outro lado, sabendo que D. Isabel era a filha mais velha dos Reis Católicos e que apenas tinha um irmão varão, muito doente, podia alimentar a esperança de obter a unificação da Península sob o seu ceptro e sob a hegemonia de Portugal. Desta vez, o rei não casaria apenas para alcançar um determinado objectivo político, mas sim também por desejo amoroso. Aconteceu porém que D. Isabel, por iniciativa própria, ou por conselhos recebidos, foi perentória na sua atitude: só casaria com o rei D. Manuel, depois deste expulsar os judeus de Portugal.

A questão complicava-se, tanto mais que a massa católica da nação se dividia em duas fracções opostas.

Uns diziam que os judeus deviam ser expulsos: porque sempre, desde o início da Monarquia, constituíram um corpo estranho, dando lugar a constantes atritos e por vezes a graves conflitos; porque representava uma ofensa a Deus conservá-los entre nós; porque, sendo eles frequentemente arrematantes dos impostos, abusavam dessa situação para explorar o povo; e porque já tinham sido expulsos dos países, que mais íntimas relações mantinham conosco, tais como Castela, França e Inglaterra.

Outros clamavam que era um erro expulsar os judeus: porque

(21) R. de Pina — *Chr. d'El-Rei D. João II*, Cap. XLV.

(22) D. de Goes — *Chr. d'El-Rei D. Manuel*, Caps. XXII e XXIV.

eram homens hábeis e inteligentes, que prestavam os melhores serviços na medicina e noutras ciências, no comércio e no artesanato; porque eram detentores de grandes fortunas, pagavam pesados impostos e concediam empréstimos quando surgiam dificuldades financeiras; porque alguns países católicos os consentiam dentro das suas fronteiras, como a Itália, a Alemanha, a Hungria e a Polónia; e porque o próprio Papa apregoava tolerância e permitia nos Estados Pontifícios a prática da religião hebraica.

Perante estas discussões internas e em face da exigência de sua noiva, D. Manuel não suprimiu a liberdade que já tinha concedido aos judeus, eximindo-os à escravatura. Alterou o dilema de D. João II *expulsão ou escravatura* e colocou os adeptos de Moisés sob outro dilema: *expulsão ou conversão*. Em face destes dois dilemas, impostos pelos dois monarcas, parece-nos que o de D. Manuel era pelo menos mais humano.

Não era simpático o baptismo forçado, como afirmavam certas autoridades eclesiásticas, mas também é certo que D. Manuel dispôs que ninguém inquirisse das práticas religiosas dos hebreus, durante um certo prazo, que foi dilatado até 1534. Assim, com o decorrer das décadas, a grande maioria das famílias conversas foram-se amalgamando e fundindo com a massa católica da nação, desaparecendo com o decorrer dos tempos a nefasta diferenciação entre cristãos velhos e cristãos novos.

Cometeram-se muitos excessos, mas não há dúvida que D. Manuel procurou opôr-se-lhes, com várias concessões, «evidentemente salutarres», como lhes chama Alexandre Herculano ⁽²³⁾. Depois, tudo serenou, sem embargo de em 1506 e em várias outras ocasiões terem estalado conflitos mais ou menos graves, entre cristãos velhos e cristãos novos.

Esta questão dos judeus deu lugar aos acontecimentos mais desagradáveis do reinado de D. Manuel, mas o monarca não teve a culpa que alguns autores lhe atribuem, pelas razões, que passamos a expandir:

1.^a Era velho o ódio entre cristãos e judeus, e muito frequentes os conflitos entre os crentes das duas religiões. Receber por isso uma massa de 100 mil judeus foi um acto melindroso, cuja responsabilidade

(23) A. Herculano — *Hist. da Inquisição em Portugal*, 7.^a ed., Tomo I, pgs. 253.

coube inteiramente a D. João II, que procedeu em desarmonia com o seu Conselho e com o povo (17);

2.^a A questão judaica foi muito mais uma questão social do que uma questão religiosa. Como muito bem acentuou Alexandre Herculano, o português, ofendido por diversas formas, na sua fazenda, no seu pundonor, nos seus affectos íntimos, por uma raça egoísta, opulenta e poderosa, acumulando vexames durante séculos, estaria pronto, na primeira oportunidade, a explodir em perseguições ferozes (24);

3.^a D. Manuel procurou fugir a esta onda de ódio contra as gentes hebraicas, porque, quando os Reis Católicos começaram a pedir-lhe a extradição dos judeus, que se internavam em Portugal para fugir aos rigores da Inquisição, já estabelecida em Castela, o rei não concedeu tal extradição;

4.^a Mais tarde, quando em 1506 surgiram novos excessos e barbaridades contra os judeus, com início na Igreja de S. Domingos, de Lisboa, e com intromissão de frades dominicanos, D. Manuel, apesar de não estar em Lisboa, imediatamente tomou as suas medidas. Autoridades e gente armada meteram os díscolos na ordem, 50 deles foram imediatamente enforcados, compreendendo dois frades, os outros dominicanos foram expulsos da capital, e a própria cidade de Lisboa foi castigada também, cerceando-se-lhe alguns dos seus antigos privilégios (25 e 26).

V. POLÍTICA ULTRAMARINA

Pela sua transcendente repercussão científica e política, militar e comercial, na História de Portugal e do Mundo, a epopeia ultramarina assume lugar cimeiro no reinado de D. Manuel I, aliás pletórico de façanhas, obras e outros acontecimentos.

Não queremos falar dessas façanhas, porque o nosso intuito, por agora, consiste apenas em lembrar actos e atitudes, que sirvam para aquilatar do valor moral e mental do rei D. Manuel.

(24) A. Herculano — *Ob. e Tomo cits.*, pgs. 102.

(25) D. de Goes — *Chr. d'El-Rei D. Manuel*, Vol. III, Cap. CII.

(26) A. Herculano — *Hist. da Inquisição*, Ob. e Tomo cits., pgs. 150 e 151.

Neste capítulo das Descobertas, surge-nos em primeiro lugar a viagem de Vasco da Gama, e a este respeito se tem dito e repetido que D. Manuel encontrou a *papa feita*, restando-lhe apenas a grata tarefa de engoli-la. Parece todavia que não foi bem assim, a avaliar pelo que nos dizem os velhos cronistas.

Que, entre os portugueses, existia uma forte tradição de navegar e descobrir, que vinha pelo menos deste o tempo de D. Afonso IV, é fora de dúvida, tradição essa que se fortaleceu na chamada escola do Infante D. Henrique, e se concretizou nas descobertas do século quatrocentos, até à dobragem do Cabo das Tormentas, em 1487. Bartolomeu Dias regressou ao reino e entrou-se *numa pausa de actividade exploradora, que caracterizou os últimos anos do reinado de D. João e dera lugar a uma considerável corrente de opposição a esses planos de descobrimentos* (27).

Isto é o que nos refere o historiador Sydney Welch, nascido na Cidade do Cabo, e é também o que se depreende da leitura de Damião de Goes. Diz-nos este reputado cronista que D. Manuel, subindo ao trono, imediatamente mostrou o maior interesse em reatar o prosseguimento da nossa epopeia marítima, mas teve de vencer uma dura opposição de muitos homens do seu Conselho, porque se opunham às jornadas por mar. Diziam eles que *se não proceguisse mais nesta viagem, alem do que já era descuberto, porque havia de ser muito envejada de todos Reis, e republicas da Europa, e assi do Soltam de Babilonia, e dos mesmos Reis, e senhores da India, do que haviam de seguirse grandes trabalhos e despesas a estes Regnos ...* (28).

Vê-se assim que a *papa* ainda não estava feita e que D. Manuel, oito anos após a viagem de Bartolomeu Dias, teve de mostrar inteligência, dialéctica e força de vontade para vencer muitas opposições, substituir o marasmo pela actividade dos estaleiros, dispôr e ordenar, servindo-se do argumento de que era preciso actuar depressa, para que outros povos não tomassem a dianteira. E assim conseguiu — mas só

(27) Sydney R. Welch — *A África do Sul sob El-Rei D. Manuel*, trad. de C. Montez, Lourenço Marques, 1950, pgs. 4.

(28) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. I, Cap. XXIII.

ao fim de vinte meses — que Vasco da Gama abalasse numa viagem, que o fez transpôr as ombreiras da História Universal.

Vê-se pois que, desde os primeiros dias do seu reinado, D. Manuel mostrou o maior empenho na tarefa laboriosa dos descobrimentos, e a sua dedicação por esta empresa foi tão longe como no-lo indica o calendário de efemérides: em 1497, despachou para a Índia a expedição de Vasco da Gama; em 98, encarregou Duarte Pacheco Pereira de descobrir terras para além do Oceano Atlântico ⁽²⁹⁾; em 99, passou carta de capitania a João Fernandes para qualquer ilha que descobrisse no mesmo Oceano ⁽³⁰⁾; em 1500, despachou a expedição de Pedro Álvares Cabral, que descobriu o Brasil; e, a partir deste ano, mandou todos os anos uma expedição à Índia, que saía do Restelo pelos meses de Março ou Abril e chegava ao Oriente pelos meses de Agosto ou Setembro. Nessas expedições embarcavam os melhores pilotos e capitães, largos recrutamentos de homens, provisões alimentares, cavalos, armas e munições, presentes para os reis indígenas e tudo o mais que era necessário. Só na expedição de 1505, comandada por D. Francisco de Almeida, embarcaram mil e quinhentos soldados, em dezasseis naus e seis caravelas ⁽³¹⁾.

Se atentarmos no número de naus e caravelas, que eram tragadas pelos mares longínquos, e nas que regressavam, mais ou menos estropiadas, o que dava lugar a uma permanente e custosa actividade nos estaleiros; se nos lembrarmos da nossa reduzida população, continuamente desfalcada por repetidas epidemias de peste, e da escassez de braços para cultivar a terra; se entrarmos em linha de conta com a reacção dos opositores ao esforço ultramarino, então poderemos avaliar o interesse, o cuidado, o empenho que D. Manuel pôs, durante todo o seu reinado, na epopeia marítima dos portugueses.

A nação entrara numa fase de iniciativas, lutas, obras, actividades e reformas, como nunca conhecera. Quantas vezes, num mesmo dia, o

⁽²⁹⁾ D. Pacheco Pereira — *Esmeraldo De Situ Orbis*, ed. de Augusto Epiphânio da Silva Dias, Lisboa, 1905, pgs. 157 e segs.

⁽³⁰⁾ *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, pgs. 95. Série Vermelha, n.º 3495, da T. T.

⁽³¹⁾ D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. III, Cap. I.

monarca teria de resolver um intrincado problema da longínqua Índia; aperceber-se dos triunfos e vicissitudes, que se vinham alternando no Norte de África; tomar conhecimento dos primeiros contactos com terras e gentes do Brasil; mandar naus em procura dos Cortes Reais perdidos nas gélidas terras da América do Norte; assistir a uma discussão sobre a premente reforma dos forais; emitir uma opinião sobre a reforma das Ordenações; visitar uma das numerosas construções que empreendera; atender a solicitações de cortes estrangeiras; tratar de judeus e mercadorias da Índia e acomodar cristãos-velhos e cristãos-novos ...

A tudo provia D. Manuel, a tempo e horas, com dedicação, zelo, método e atenção, como pormenorizadamente nos narra Damiano de Goes.

Os detractores do rei D. Manuel acusam-no de ser ingrato para com os grandes navegadores do seu tempo. Na verdade, ele não tinha aquela generosidade que foi apanágio de D. João I, do Infante-Regente D. Pedro e de D. Afonso V. Seguiu antes a parcimónia administrativa de D. João II, o qual já não teria galardoado suficientemente o navegador Bartolomeu Dias, quando, antes de ninguém, dobrou o Cabo das Tormentas.

O primeiro navegador de D. Manuel, pela ordem cronológica dos seus serviços, foi Vasco da Gama. Mas diz João de Barros que este navegador teve em Lisboa a mais brilhante recepção, a que se associaram, por ordem do rei, todas as cidades e vilas do reino ⁽³²⁾. Doou-lhe D. Manuel, bem como aos seus descendentes, uma renda anual de trezentos mil reis, nomeou-o Almirante das Índias, com todas as honras e jurisdições, concedeu-lhe o direito de importar quaisquer mercadorias da Índia, sem pagamento de direitos, e, com extensão aos seus descendentes, conferiu-lhe ainda o tratamento de Dom e o título de Conde da Vidigueira, sem embargo de o honrar com o comando da expedição de 1502. Será isto ingratidão de El-Rei? Por outro lado, sabe-se que não foi D. Manuel menos generoso para com os companheiros do Gama, incluindo os soldados, que *ficaram ricos e contentes*, na frase de Gaspar Correia ⁽³³⁾.

⁽³²⁾ J. de Barros — *Décadas da Asia*, Lisboa, 1778, Década I, L.º IV, Cap. XI.

⁽³³⁾ G. Correia — *Lendas da Índia*, Lisboa, 1858, Tomo I, pgs. 146.

Acerca de Pedro Álvares Cabral, parece que não houve efectivamente generosidade por parte do monarca, limitando-se Damião de Goes a dizer que estando D. Manuel em Sintra quando regressou o descobridor do Brasil, *foi mui alegre, posto que com alguma tristeza por caso da gente que morrera nas naos que çoçobraram* (34).

D. Francisco de Almeida foi o 1.º Vice-Rei da Índia, estabeleceu sólidos pontos de apoio na África Oriental (Quíloa, Mombaça e Melinde); assentou uma fortaleza na Índia, em Cananor; deu severas lições a chefes indianos, que perseguiram os portugueses, e foi o primeiro chefe português que na Índia impôs o verdadeiro respeito e prestígio, de maneira a poder activar-se o comércio, pelo Cabo da Boa Esperança, com a Europa.

No ano seguinte, 1506, partiu de Lisboa nova expedição, comandada por Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque. De princípio, continuaram a política encetada por D. Francisco de Almeida e ditada pelo rei: abstrair de conquistas no Continente Asiático e contentar-se com o estabelecimento dalgumas fortalezas, aqui e além, que servissem para efectuar as trocas comerciais e ao mesmo tempo se prestassem para apoio das nossas armadas, já que não podíamos contar com grandes efectivos para levar avante uma guerra de larga conquista e ocupação.

Todavia, Afonso de Albuquerque quis ir mais longe, dominou toda a costa meridional da Ásia, desde o Golfo de Aden e o Estreito de Ormuz, até à Península de Malaca, facilitando a marcha de outros portugueses, que se estenderam depois até às Ilhas de Samatra, Molucas e Filipinas, China, Japão e Nova Guiné. Entretanto tinham-se indisposto os dois grandes chefes Almeida e Albuquerque, e este esteve preso durante algum tempo por ordem do Vice-Rei. A despeito dos seus brilhantes feitos militares, Afonso de Albuquerque sofreu também sérias insubordinações dos seus capitães e soldados (35).

Tudo isto devia ter descontentado muito o rei D. Manuel, o qual por sua vez não pôde galardoar os serviços de nenhum deles, visto que nenhum chegou a regressar ao reino. D. Francisco de Almeida, quando regressava, morreu em combate com os indígenas na África

(34) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. II, Cap. LX.

(35) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. V, Cap. XXXV.

do Sul ⁽³⁶⁾; Afonso de Albuquerque teve morte natural, andando ainda nos mares da Índia, depois de receber a notícia da sua substituição por Lopo Soares de Albergaria e depois de obter indeferimento no seu pedido do título de Duque de Goa.

Podia D. Manuel ter mostrado a sua gratidão nas pessoas dos descendentes dos dois valentes cabos de guerra.

Pelo que diz respeito a Afonso de Albuquerque, ainda o rei chegou a conceder-lhe o título que primeiro lhe negara e veio depois a proteger o seu filho ilegítimo Braz, que mudou o nome para Afonso, para honrar seu pai; pelo que diz respeito a D. Francisco de Almeida, não consta que houvesse generosidade para com sua filha D. Leonor de Almeida e seus descendentes. O mesmo sucedeu com Duarte Pacheco, que apenas foi nomeado Capitão de S. Jorge da Mina e morreu pobre e pobre deixou a família ⁽³⁷⁾.

Tudo isto nos demonstra que realmente D. Manuel, ou porque era um homem frio, duro e prudente, ou porque quisesse prosseguir no programa de parcimónia administrativa, adoptado por D. João II, nem sempre foi muito pródigo na concessão de honras e benesses.

Para terminar esta parte do nosso estudo crítico, falta-nos abordar a pessoa de Fernão de Magalhães, porque também se tem acusado o rei D. Manuel de deixar escapar a glória da primeira viagem de circum-navegação.

Fernão de Magalhães revelara-se um bom combatente em Azamor e na conquista de Malaca, e, fiado nos seus serviços, pediu a D. Manuel um aumento de moradia. O monarca concordou, mas apenas num quantitativo inferior ao desejado, dizem-nos Damião de Goes e João de Barros ^(38 e 39). Parece que esta atitude do soberano se baseava principalmente em procedimentos desonestos, a que Magalhães se entregara em Azamor, chegando D. Jerónimo Osório, o sábio e talentoso Bispo de Silves, o *Cícero Português*, imparcial e desassombrado historiador,

(36) D. Jeronymo Osorio — *Vida e Feitos d'El-Rei D. Manuel*, trad. de Francisco Manuel do Nascimento, ed. de Joaquim Ferreira, Porto, 1944, Tomo I, pgs. 308 e segs.

(37) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. III, Cap. C.

(38) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. X, Cap. XXXVII.

(39) J. de Barros — *Decadas da Asia*, III, L.º V, Cap. VIII, pgs. 624 e segs.

a asseverar que ele apreendia gados aos mouros, em nome do rei de Portugal, e depois os vendia, ficando com o dinheiro ^(40 e 41). Insatisfeito nas suas pretensões, pediu licença a El-Rei para ir servir os Reis Católicos. *Desnaturouse do regno tomando disso stromentos publicos*, o que já era censurável, mas foi mais longe e denunciou, perante Carlos V, que os navegadores portugueses, combatendo em Malaca, onde ele mesmo estivera, e desembarcando nas Molúcas, tinham atraído o tratado de Tordesilhas ⁽³⁸⁾, o que era falso, como mostrou Jaime Cortesão ^(41a).

Assim se foram para Espanha dois portugueses, que começaram a tratar com Carlos V dum grande empreendimento, ou seja a primeira viagem de circum-navegação, ambos aqueles portugueses desavindos com a sua Pátria: o navegador Fernão de Magalhães e o astrólogo Rui Faleiro. Ora, aconteceu que eles se encontraram com o nosso diplomata Álvaro da Costa, que, em Castela, andava negociando o terceiro casamento de D. Manuel I, desta vez com D. Leonor, irmã de Carlos V.

Álvaro da Costa ainda encarou o reatamento de relações entre o rei e Magalhães, mas aqui diferem as narrativas de D. de Goes e J. de Barros. Segundo o primeiro, Álvaro da Costa agiria em Saragoça, mas as suas tentativas resultariam baldadas, porque o monarca português, sempre frio, duro e austero, e ouvindo o 4.º Duque de Bragança e outros grandes do reino, repeliu o reatamento com portugueses desnaturalizados ⁽³⁸⁾. Pelo relato do segundo, Álvaro da Costa teria actuado em Sevilha, não logrando obter a boa vontade de Magalhães, devido à oposição de Carlos V e dos grandes de Espanha ⁽⁴²⁾.

Foi pena que assim sucedesse, mas não podemos incriminar o procedimento do monarca. D. Manuel não era um tirano, mas, soberano duma Monarquia absoluta, entendia que devia fazer-se respeitar.

Tem-se censurado D. Manuel por não ter aproveitado os serviços de F. de Magalhães, mas a verdade é que os escritores coevos, que deixámos apontados, imputaram ao navegador procedimentos incorrectos. Facto mais lamentável sucedeu com Cristovam Colombo, que

⁽⁴⁰⁾ Fr. Luís de Sousa — *Anaes de El-Rei D. João III*, Lisboa, 1938, L.º 1, Cap. X.

⁽⁴¹⁾ D. Jerónimo Osório — *Ob. cit.*, Tomo II, pgs. 225 e segs.

^(41a) Jaime Cortesão, *Hist. de Portugal*, ed. de Barcelos, Vol. IV, pgs. 238.

⁽⁴²⁾ J. de Barros — *Ob. cit.*, III Década, Cap. VIII.

estudou e navegou com nautas portugueses, viveu no Continente e na Ilha da Madeira, onde constituiu família, o qual, oferecendo os seus serviços a D. João II, foi por este repellido e escarnecido ⁽⁴³⁾, apesar do seu comportamento exemplar, dando-se assim à Espanha a glória de ter atingido as Antilhas e a costa da América, na última década de quatrocentos.

Não há pois razão para censurar o rei D. Manuel, pelo facto de deixar partir F. de Magalhães, tanto mais que foram vários os navegadores, portugueses, espanhóis, italianos, etc., que ofereceram os seus préstimos a países estrangeiros. A acusação de *ingrato*, que alguns historiadores lançam sobre a memória do rei D. Manuel, parece-nos pois exagerada, porque os factos da sua vida quotidiana o desmentem, segundo narram alguns probos autores que conheceram a sua corte ^(44 e 45).

Para alguns historiadores, D. Manuel assistiu, como mero espectador, à nossa epopeia marítima. Há, nesta apreciação, um excessivo abuso de linguagem, porque a construção de centenas de embarcações, o recrutamento de muitos milhares de homens, a preparação de pilotos e capitães e o fornecimento de víveres e vestuários, para tantas expedições, enviadas a todos os cantos do Mundo, espalhados pela África, Ásia, Oceania, América do Norte e América do Sul, fazem-nos crer que o chefe da nação pôs na mesma empresa o máximo do seu empenho, carinho e dedicação.

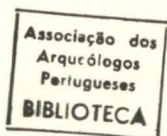
VI. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

El-Rei D. Manuel, desde que subiu ao trono, dedicou-se profundamente aos problemas da administração pública. Os inúmeros problemas que lhe surgiam dia a dia, provenientes do Norte de África, da Índia, do Brasil e até da América do Norte, não o inibiam de meditar sobre os problemas da administração pública, que ele encarava e resolvia,

(43) J. de Barros — *Décadas da Ásia*, I Década, L.º III, Cap. XI, pgs. 250.

(44) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. XI, Cap. LXXXIV.

(45) D. Jerónimo Osório — *Ob. cit.*, Tomo II, pgs. 197.



com o auxílio das pessoas mais letradas. Para o provar, basta citar a reforma dos velhos *forais* das nossas cidades e vilas.

Muitos destes *forais*, contemporâneos dos nossos primeiros reis, estavam escritos em latim bárbaro e poucas pessoas os compreendiam; com o decorrer dos séculos, haviam-se-lhe feito oficialmente adições e amputações, que os tornaram menos compreensíveis; muitas taxas, rendas e impostos eram referidos à moedas, inteiramente caídas em desuso; e até havia *forais* que estavam falsificados e não concordavam com os exemplares, guardados nos arquivos reais. Desta forma, os *forais*, que outrora haviam constituído honra e glória dos municípios, caíram em tal abandono, que quase só serviam para se calcularem os encargos tributários, na opinião de Gama Barros ⁽⁴⁶⁾.

Desde há muito que os povos vinham reclamando contra este estado de coisas e pedindo uma reforma dos *forais*; tanto D. Afonso V, como D. João II, prometeram tal reforma e tiveram vontade de efectivá-la, sem que todavia conseguissem iniciar essa tarefa ingente, durante os 57 anos que duraram os seus reinados.

Porém, D. Manuel, alguns dias depois de subir ao trono, empreendeu desde logo aquela vasta obra, que cometeu a uma comissão de letrados, sob a direcção de Fernão de Pina, o qual *fosse por ho Regno, com poderes seus, e provisões para todalas cidades, villas, e concelhos lhe entregarem hos foraes velhos per que se região, no que andou assaz de tempo ...* ⁽⁴⁷⁾. Em 1498 já estava muito trabalho realizado na recolha e estudo dos *forais* velhos, e em 7 de Agosto de 1500 assinava El-Rei o primeiro *foral* novo, o de Lisboa. Seguiram-se depois as reformas de outros, tarefa demorada e laboriosa, assinalada por discussões e conflitos, que durou todo o reinado de D. Manuel e foi continuada no de D. João III. Findou com a escrita de cinco livros, que ficaram arquivados na Torre do Tombo, cada um dos quais ficou compreendendo a nova redacção de todos os *forais* de cada uma das cinco províncias do Reino: Entre-Douro-e-Minho, Tralos Montes, Beira, Estremadura e Entre-Tejo-e-Odiana.

A esta tarefa da reforma dos *forais*, esteve ligada outra, que ficou

⁽⁴⁶⁾ G. Barros — *Hist. da Adm. Pública em Portugal nos Sécs. XII a XV*, 2.^a ed., Tomo I, pgs. 104.

⁽⁴⁷⁾ D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. I, Cap. XXV.

designada por *Leitura Nova*, ou seja uma colecção de 61 códices, riquíssima colecção de documentos, que ficou na Torre do Tombo a informar e ilustrar as gerações de todos os séculos. Em bom pergaminho e apreciáveis iluminuras, ali se encontram os forais velhos e novos, as Inquirições dos reis afonsinos, os documentos dos Mestrados e Padroados, legitimações, doações, demarcações e tudo o mais que pode interessar à grei lusitana.

Ao mesmo tempo, era também preciso elaborar novos diplomas, que eram aconselhados por altas actividades em que a nação entrara, tais como o Regimento dos Contadores, o da Fazenda e o da Casa da Índia.

Outro facto, que nos demonstra a cuidadosa atenção que o monarca dedicava à administração pública, consiste na elaboração de novas Ordenações, que vieram substituir as Ordenações Afonsinas. Estas Ordenações, do tempo do Infante-Regente D. Pedro, tinham 70 anos, e D. Manuel e o seu conselho entenderam que deviam ser modificadas várias das suas disposições: composição dos ofícios da corte; organização militar; orgânica dos tribunais superiores, que eram o Desembargo do Paço, a Casa da Suplicação e a Casa do Cível; reforma da justiça de primeira instância, dando regimento especial aos antigos juizes rurais, chamados agora *juizes de vintena*; restabelecimento do Beneplácito Régio, que tinha sido abolido por D. João II, etc.

A publicação das *Ordenações Manuelinas* foi outro padrão da iniciativa de D. Manuel e da actividade nacional da sua época, obra minuciosa e demorada, que, tendo início em 1505, só se ultimou em 1521, poucos meses antes de o monarca falecer.

Dentro deste capítulo de política interna, têm lembrado alguns autores, para descrédito de D. Manuel, que este soberano só reuniu cortes 4 vezes, durante os 26 anos do seu reinado, sendo certo que D. João I as convocou 28 vezes, D. Duarte 4 vezes num curto reinado, D. Afonso V 22 vezes e D. João II apenas outras 4 vezes.

Isto porém não quer dizer que o rei Venturoso fosse menos devotado à causa do seu povo do que eram os primeiros reis de Avis. O que nós podemos dizer, a este respeito, é que a essência das instituições monárquicas se modificou grandemente, durante o Século XV, em Portugal e noutros países da Europa.

O Papado tinha perdido aquele poder temporal de outrora, que lhe permitia fazer e desfazer monarcas, como presenciámos no destroamento de D. Sancho II. O clero perdera também uma grande parte do seu prestígio, pela concorrência que começaram a fazer-lhe os letrados das Universidades, com os seus conhecimentos de Direito romano e canónico. Por sua vez, as classes nobres tinham ficado abatidas e humilhadas com o *grande exemplo*, dado por D. João II. A tudo isto, juntava-se em Portugal uma burguesia florescente, com o desenvolvimento comercial, a que dera lugar a empresa da Índia.

Desta forma, o rei, nem carecia do apoio do povo para fazer frente às exigências das classes privilegiadas, nem precisava do amparo destas mesmas classes para conter os ímpetos dos municípios. Deu-se, em Portugal e noutros povos, o fortalecimento do poder real, e os reis, não somente reinavam, mas também governavam.

Todavia, não se infira daqui que D. Manuel era um tirano, porque nunca o foi, nem há disso quaisquer vestígios. Damião de Goes, historiador e humanista distintíssimo, pelo seu espírito livre e enciclopédico, que conheceu a corte deste rei, disse que D. Manuel *dava audiência pública a todos que lhe queriam falar* (48).

VII. POLÍTICA INTERNACIONAL

O rei D. Manuel não se mostrou menos atento, nem menos hábil, em matéria de política externa.

Já vimos que, casando com D. Isabel, filha mais velha dos Reis Católicos e viúva do Príncipe D. Afonso, filho de D. João II, procurou juntar o útil ao agradável. De facto, com intervalo de poucos dias, falecia o Príncipe D. João, único filho varão de Fernando e Isabel, e casava-se D. Manuel com D. Isabel.

Pouco depois, os reis de Portugal foram recebidos, com todas as honras, nas cortes de Toledo e Saragoça, onde foram jurados herdeiros de Leão, Castela e Aragão, conforme nos informam os autores

(48) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. XI, pgs. 96.

portugueses e espanhóis (49 e 50). É evidente que esta previsão de unificação da Península, sob a hegemonia do rei português, aumentou grandemente o prestígio de D. Manuel.

Todavia, o destino pôde mais do que os desejos e combinações, porque, a breve prazo, faleciam a rainha e o seu filho único.

Mais duas vezes casou D. Manuel: com D. Maria, ainda filha dos Reis Católicos, e com D. Leonor, neta dos mesmos reis e irmã de Carlos V. Por sua vez, também Carlos V casou com D. Isabel, filha de D. Manuel.

Todos estes casamentos e outros que se lhes seguiram procuraram manter as melhores relações entre os povos peninsulares, mas denunciavam também o propósito de absorção, que clandestinamente se albergava de parte a parte.

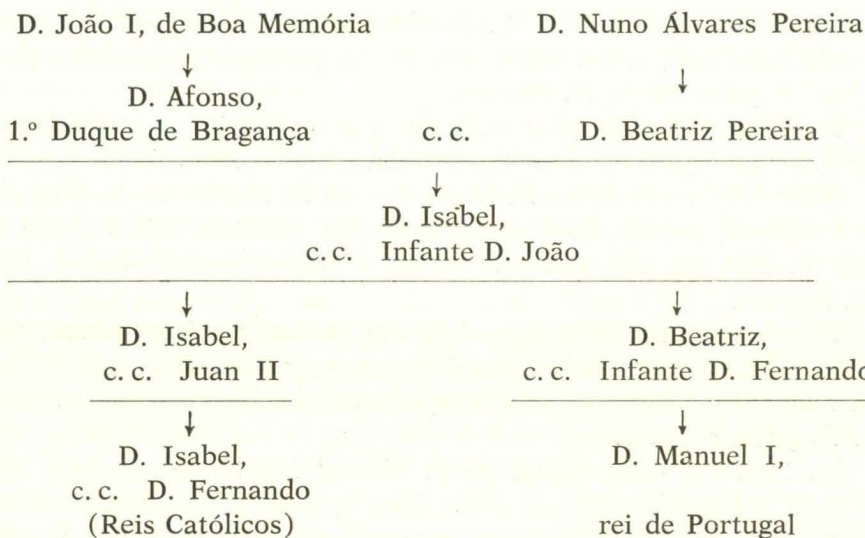
De toda a forma, apesar de D. Manuel manter tão íntimas relações com a Espanha, não se pode dizer que ele alguma vez tomasse uma atitude servil. Assim, cumpre notar que logo em 1497, precisamente quando mais empenhado se mostrava em casar com a infanta espanhola D. Isabel, protestou, perante a corte do país vizinho, contra o facto de Fernando e Isabel tomarem o título de *Reis de Espanha*, porque, sendo apenas reis de Leão, Castela e Aragão, confundiam a parte com o todo.

Já antes dos casamentos acima mencionados o rei D. Manuel era parente muito próximo dos Reis Católicos.

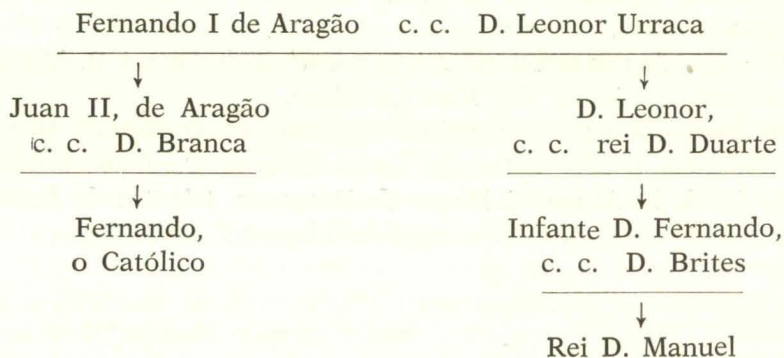
O nosso monarca era primo co-irmão de D. Isabel, por serem filhos de duas irmãs, netos do nosso Infante D. João, bisnetos de D. João I e de D. Afonso, I Duque de Bragança, trinetos do Santo Condestável, como nos mostra o seguinte esquema genealógico:

(49) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. I. Caps. XXIX e XXX.

(50) Pedro Aguado Bleye — *Hist. de Espanha*, Madrid, 1959, Tomo II, pgs. 34.



Por outro lado, também Fernando o Católico era primo co-irmão do pai de D. Manuel, como nos mostra este outro esquema:



Baseados neste repetido parentesco, por diversas vezes os Reis Católicos procuraram atrair o rei D. Manuel às suas acções militares contra a França e Navarra, mas o soberano português, hábil e prudente, soube sempre esquivar-se a esses caprichos bélicos, porque

entendia que, de tais lutas, nenhum proveito poderia advir para o seu povo.

Mais tarde, idêntica atitude assumiu, para com o embaixador, que lhe enviou Francisco I, rei de França, quando se intensificou a guerra de Itália ⁽⁵¹⁾.

Portugal adquirira naquela época um acentuado relevo militar e político, mas D. Manuel soube usar desse prestígio onde e quando foi preciso, tendo o cuidado, o tino e a inteligência para não se imiscuir em ligas e batalhas, de que só adviriam trabalhos, despesas e sangueiras. Esta atitude serviu aliás para lhe aumentar o prestígio, porque D. Manuel soube sempre intervir na vida internacional, sem nunca mostrar fraqueza. Neste ponto, não há discrepâncias entre os historiadores, porque todos afirmam que D. Manuel era um hábil diplomata ⁽⁵²⁾.

É nesta altura que queremos falar da célebre e opulenta embaixada, carregada das mais ricas preciosidades, para ofertar ao Papa Leão X, embaixada presidida por Tristão da Cunha. Este foi o motivo principal, por que vários historiadores tanto fustigaram a conduta do rei, acusando D. Manuel de luxo excessivo, de opulência exagerada e descabida, dissipando, por vaidade, aquilo que à Nação pertencia.

Temos porém de reconhecer que esta embaixada, com todas as despesas que acarretou, teve o significado dum hábil acto político, pelas consequências a que deu lugar.

Mostrou-se à Europa que um pequeno povo do Ocidente, pelo seu esforço e pela sua audácia, tinha penetrado em todos os Continentes e desfrutava duma invejável situação militar, marítima, política e comercial. Ora, para prestígio e valorização do nosso país, não bastava que possuíssemos um vasto império, disseminado pelos quatro cantos do Mundo, era preciso também que todos o soubessem, para que nos respeitassem e nos temessem. Por isso, podemos dizer que a embaixada à corte pontifícia de Leão X, sendo uma grande manifestação de

(51) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. IX, Cap. IV.

(52) Newton de Macedo — *Hist. de Portugal*, ed. de Barcelos, de Damião Peres, Vol. III, pgs. 246.

exibicionismo, foi também alguma coisa mais, que cumpre pesar devidamente.

Com o fim de reforçar os nossos empreendimentos contra os infiéis do Norte de África, o Papa concedeu a D. Manuel e aos seus sucessores a terça dos rendimentos de todas as igrejas e abadias; conseguiu-se deferimento para uma velha pretensão, isto é, autorização para os futuros cavaleiros das Ordens de Cristo e de Avis poderem matrimoniar-se *pera que delles proçedesse geraçam lidima, de lidimo matrimonio, sem labeo de bastardia*. Todavia, o maior benefício proveio da consolidação do Padroado Português, que se estendeu da diocese do Funchal ao Continente Africano e deste ao Asiático, criando-se sucessivamente as dioceses de Cabo Verde, S. Tomé, S. Salvador, Goa, Malaca, Macare e Cranganor. Ao clero português foi confiada a direcção da Igreja Romana em todos os países da Ásia e o *Padroado Português do Oriente* foi um justo título de glória, que ficou a dignificar-nos pelos séculos adiante, até há poucas décadas.

Tudo isto nos leva a concluir que a embaixada de Tristão da Cunha não representou um infeliz esbanjamento de riquezas, mas traduziu antes um acertado acto político, que confirma as notáveis aptidões diplomáticas do rei.

VIII. POLÍTICA CONSTRUTIVA

O reinado de D. Manuel corresponde ao período da nossa História em que se verificou maior actividade de construções e reconstruções.

Alguns exemplos bastam para o atestar: a Igreja e Mosteiro dos Jerónimos, notável monumento, e a vizinha e elegante Torre de Belém; o Hospital de Todos-os-Santos, iniciado por D. João II e considerado naquele tempo o melhor estabelecimento hospitalar da Europa; a profunda transformação do Convento de Cristo em Tomar, acrescentando-o em estilo manuelino, com o corpo da igreja, a sala do Capítulo e vários claustros; os Paços da Ribeira, primeiro edifício, que se construiu em Portugal, de harmonia com a dignidade real; a sumptuosa Igreja da Conceição Velha, jóia de arquitectura gótica, de que só resta uma pequena parte; a conclusão da Capela dos Reis, no Mosteiro da Batalha;

as sepulturas dos dois primeiros reis portugueses, com estátuas jacentes, na Igreja de Santa Cruz, em Coimbra; as Casas da Contratação da Guiné e da Índia; os Paços de Coimbra; a Casa da Confraria da Misericórdia de Lisboa e tantos, tantos outros, edifícios que se erigiram por todo o país.

Não queremos fatigar a atenção dos ouvintes com a citação de construções, às dúzias ou às centenas, que por todo o país se realizaram, em cidades e vilas, compreendendo hospitais, gafarias, igrejas e conventos, escolas, chafarizes, aterros, etc. ⁽⁵³⁾. Também no Ultramar foi notável a obra construtiva, em castelos e fortalezas, que se foram erigindo nas nossas praças de Marrocos (Safim, Azamor e Mazagão), da costa oriental de África (Quíloa, Sofala e Moçambique) e da Índia (Cananor, Anchediva, Secotorá, Ormuz, Goa, Pacem, Malaca, etc.).

Tudo isto nos ajuda a compreender a penúria que D. Manuel tantas vezes revelou, não obstante as quantiosas receitas, que auferia do comércio da Índia. Talvez fosse naquele tempo que o nosso povo, contemplando aquele estado de coisas, inventasse o provérbio. *grande nau, grande tormenta*.

Na verdade, D. Manuel, nem realizou o tipo do avaro, que só junta dinheiro para o contar e contemplar, nem viveu apenas para ostentar luxos e grandezas. Ele tinha a inteligência, a cultura e o desembaraço para concluir que o dinheiro é apenas um agente de capacidade realizadora. E, quando essa capacidade de realização é posta a favor da dignidade do homem e do bem-estar da grei, como aconteceu durante os 26 anos do governo de D. Manuel, é manifestamente injusto o ódio, que se ateie contra a riqueza.

IX. D. MANUEL E A CULTURA

D. Manuel era um homem culto. Segundo nos referem os velhos cronistas e os modernos historiadores, *entendia bem a língua latina* e deliciava-se com livros de História, cuja leitura atenta também recomen-

(53) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. XI, Cap. LXXXV.

dava a seu filho, o príncipe D. João (⁵⁴ e ⁵⁵). Por isso, ele gostava de sentar à sua mesa os letrados do seu tempo e na sua corte se criaram historiadores como João de Barros e Damião de Goes.

Mandou alguns moços com bolsas de estudo para Paris e deu melhores instalações aos Estudos Gerais, então com sede em Lisboa (⁵⁶). Também se dedicou ao estudo da Astrologia, não da Astrologia dos agoiros, que detestava, mas da verdadeira ciência dos astros.

Do seu máximo interesse pelos assuntos da História de Portugal, é prova concreta a *Leitura Nova*, a que já nos referimos, esplêndida colecção de códices, obra colossal que D. Manuel empreendeu, para que os estudiosos de todos os séculos pudessem ali informar-se de pessoas e acontecimentos, mercês e dignidades, artes e ofícios, usos e costumes. Todavia, onde melhor se patenteou o amor do rei pela nossa História foi no cuidado com que mandou concertar e completar as crónicas de todos os reis anteriores, desde D. Afonso Henriques até D. João II, aproveitando os materiais que os vários cronistas nos haviam legado (⁵⁷).

Ao gosto pela História, já herdado de Rui de Pina e Garcia de Resende, sucede agora uma pléiade de cultores da mesma ciência, que singularmente ilustraram a nossa Literatura: João de Barros, o famoso autor das *Décadas da Ásia* e o seu digno continuador Diogo do Couto; Damião de Goes, o altivo e desassombrado cronista, que caiu nas malhas da Inquisição; D. Jerónimo Osório, Bispo de Silves, Fernão Lopes de Castanheda, António Galvão, Frei Pantaleão de Aveiro, etc., que honraram a prosa portuguesa, na Escola Italiana ou Quinhentista.

D. Manuel ordenou que por todo o reino se visitassem solares, igrejas, conventos, sepulturas, para se copiarem brasões e inscrições, que diziam respeito às famílias, que mais se haviam distinguido na fundação e engrandecimento do reino. Aproveitando estes conhecimeu-

(⁵⁴) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. XI, Cap. LXXXIV.

(⁵⁵) Henrique Schaefer — *Hist. de Portugal*, Porto, 1895, Vol. III, pgs. 47.

(⁵⁶) Joaquim de Carvalho — *Hist. de Portugal*, ed. de Barcelos, Vol. IV, pgs. 245 a 263.

(⁵⁷) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. XI, Cap. LXXXVI.

tos e andando com grandes obras no Paço de Sintra, o rei mandou pintar o tecto da Sala dos Veados, de notável curiosidade ⁽⁵⁸⁾.

Com acentuado gosto pelas letras e artes, também o monarca revelava prazer pela música, falando-nos cronistas e historiadores, não sòmente do hábito de ouvir música durante as refeições, mas também do costume de se fazer acompanhar de músicos, em todas as festas e caçadas ⁽⁵⁹⁾. Foi também no seu tempo que começou a usar-se o estilo arquitectónico, que ficou conhecido pelo nome de *estilo manuelino*, ou *gótico florido*, de acentuada beleza.

Homem austero, de juízo frio e duro, era prudente, porque ouvia o seu Conselho, para se inteirar das diferentes opiniões e dos seus respectivos fundamentos, mas tudo media e pesava, para tomar as suas resoluções. Parco nos prazeres da mesa, impunha-se hábitos de trabalho e de método, de tal forma que os seus servidores notavam que sempre se levantava antes de romper o dia.

Todo entregue ao serviço da grei, cujo bem-estar promovia dia a dia, D. Manuel era deveras acessível, porque entendia que o primeiro dos seus deveres consistia em ouvir os queixosos. A sua justiça não era a dum tirano sanguinário, mas assistia com frequência à leitura das sentenças, para se certificar das penas aplicadas aos delinquentes, sem embargo de visitar às vezes os presos nas cadeias. Dominado pelo peso das responsabilidades e sabendo que alguns escrivães ousavam alterar a redacção dalguns dos seus diplomas, publicou uma lei em 1515, segundo a qual os escrivães que tal abuso cometessem, perderiam o ofício e a fazenda e seriam degredados para a Ilhe de S. Tomé.

Apesar de acessível, o monarca nunca perdeu o respeito a si próprio. Trajando com rigor, impondo o respeito pelas hierarquias, absten-do-se inteiramente de amores ilícitos, que nunca ninguém lhe conheceu, D. Manuel foi o protótipo do chefe austero e íntegro, respeitável e respeitador. Homem de fortes escrúpulos, acabou de restituir às igrejas de Portugal toda a prata, que seu tio, D. Afonso V, tinha ali levantado, para custear a guerra com Castela ⁽⁶⁰⁾. Mas, esmoler e

(58) Conde de Sabugosa — *O Paço de Cintra*, Lisboa, 1903, pgs. 60.

(59) H. Schaefer — *Ob. cit.*, Vol. 3, pgs. 47.

(60) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. XI, Cap. LXXXIV.

impregnado de espírito religioso, foi mais longe e forneceu, à sua custa, paramentos para as igrejas, que estavam mais necessitadas.

Com tais qualidades e virtudes, D. Manuel prestigiou a Coroa singularmente. O Paço da Ribeira, com esta atmosfera de dignidade, com o gosto pela História, revelado pelo rei e pelos seus moços João de Barros e Damião de Goes, com o fulgor poético e mordaz de Gil Vicente, começava a despontar como futuro cenáculo de poetas e prosadores, que mais tarde rodeariam a nascente infanta D. Maria, filha do rei.

X. PARA CONCLUIR

A obra realizada pelos portugueses no tempo de D. Manuel foi vasta e gloriosa. Pode mesmo dizer-se, sem receio de hipérbole, que foi hercúlea e gigantesca.

Combateu-se o estado de inércia e descrença nas jornadas marítimas, que se tinha apossado das camadas populares ⁽²⁷⁾; abriu-se o caminho marítimo para o Oriente, constituindo-se o Império da Índia, que ia convencionalmente do Cabo da Boa Esperança até à cidade de Nanquim, na China; descobriu-se o Brasil e deram-se os primeiros passos para a formação daquele grande país; às praças, já conquistadas aos mouros, em reinados anteriores, no Norte de África, juntaram-se as de Safim, Tite, Almedina e Azamor; descobriram-se a Terra Nova e o Labrador nos confins setentrionais da América; activou-se o comércio, tornando-se o estuário do Tejo um dos portos mais concorridos do Mundo; reorganizaram-se, em bases estáveis, o clero, a nobreza, a burguesia e o povo, com mútuo entendimento de direitos e deveres; manteve-se uma hábil política internacional, sem arrogâncias, mas também sem fraquezas; impusemo-nos perante a Europa, pela perícia dos nossos nautas, pelos feitos dos nossos capitães, pela riqueza da nossa fazenda; construímos numerosos edifícios, alguns de elevado valor arquitectónico, bem como castelos e fortalezas, igrejas e conventos, semeados pelos vários Continentes; reformou-se a orgânica do Estado e dos Municípios, redigindo-se as Ordenações Manuelinas, adaptando e corrigindo os forais concelhios; reorganizou-se a História Pátria, escreveu-se a Leitura Nova, desenvolveu-se o gosto pela arquitectura e outras artes

e forjou-se o período áureo da nossa literatura, onde viriam a desabrochar Sá de Miranda, António Ferreira, Luís de Camões, Diogo Bernardes, Jerónimo Corte Real e tantos outros.

Deveu-se a grandeza desta obra à conjugação e harmonia dos esforços de todas as classes.

Os nobres forneceram os nautas, que sulcavam os oceanos, e os capitães, que, em batalhas e golpes de audácia, impunham o domínio português. O clero assegurava a mística, que impregna as grandes obras, e levava a toda a parte a religião de Cristo, elo de ligação entre populações heterogéneas. Os letrados constituíam o escol do espírito, que garantia a cultura das letras e o funcionamento da máquina governativa. O povo, representado pelos *homens bons* dos municípios, algumas vezes reagiu contra as expedições à Índia, pelos trabalhos, despesas e sacrifícios, que de aí resultavam ⁽⁶¹⁾ e ⁽⁶²⁾; mas sempre acabava por se dispor a derramar o sangue generoso, em combates e batalhas, quando não perecia, imolado à Pátria distante, pelas vagas alterosas do Atlântico ou do Índico.

Mas, para levar a cabo esta obra colossal, foi também indispensável o concurso de El-Rei D. Manuel, homem frio e duro, austero nos costumes, dotado de inteligência política, activo e empreendedor, inteiramente devotado ao bem-estar do povo e ao progresso da república. Ele representava a cúpula do edifício, a direcção suprema e coordenadora, o bastão de comando único, a força aglutinadora de todos os pensamentos e vontades.

É preciso que isto se diga e clame em voz alta, para desfazer equívocos e salvaguardar a nossa educação cívica. Muito justa e brilhantemente temos homenageado, nestes últimos tempos, os nossos navegadores dos Séculos XV e XVI, mas muito injustamente se tem relegado para um plano secundário a pessoa do rei, que afinal presidiu àquela epopeia marítima, que nos impôs à admiração do Mundo. Naquele tempo, o rei personificava a nação; se não honrarmos suficientemente o monarca, desonramos a grei.

(61) D. de Goes — *Ob. cit.*, Vol. I, Cap. XXIII.

(62) Sydney R. Welch — *A África do Sul sob El-Rei D. Manuel*, Lourenço Marques, 1950, trad. de C. Montez, pgs. 13.

Neste ano, em que passa o V Centenário do nascimento de D. Manuel I, entendeu a Associação dos Arqueólogos Portugueses que não podia deixar de se associar às respectivas comemorações. E entendemos nós que o melhor preito de homenagem, que podíamos prestar ao excelso monarca, era rebater, com argumentos válidos, as acusações aleivasas e infamantes, que tantas vezes caíram sobre a cabeça de D. Manuel.

A História deve ser uma ciência descritiva e crítica, levando sempre em linha de conta os regimes, os usos e costumes de cada época; mas não deve constituir uma arma de propaganda política, nem tão pouco um vazadoiro de despeitos e rancores.

A História deixou de ser campo aberto à exploração de sentimentos e paixões, como deixou de ser arma para execução de programas políticos. É uma escola de filosofia, onde pessoas e acontecimentos devem ser observados em si mesmos, fora dos gostos e tendências do observador.

Quiseram vários autores, como acima referimos, emitir juízos inteiramente desabonatórios sobre a pessoa de D. Manuel I, dizendo-o nulo, dotado dum espírito medíocre, um ser passivo, mero espectador da sua época.

Julgamos, pelas razões apontadas, que ele era um homem suficientemente culto, dotado de inteligência bastante para ser um político hábil e um prudente diplomata, um carácter íntegro, um rei absolutamente devotado ao bem-estar e à grandeza do seu povo, e por isso o consideramos um dos monarcas que mais honraram o Trono de Portugal.

MOINHOS AGORA; MOINHOS OUTRORA (1)

pelo sócio correspondente

José Fernandes Ventura

SANTA Susana é uma aldeia alentejana que, como todas as aldeias, vilas e cidades do Alentejo, parece sorrir na brancura imaculada do seu casaria.

A sua população, em vez de aglomerar-se, dispersa-se por cerca de trinta e cinco pequenos aglomerados ou núcleos de casario, entre os quais um se destaca pelo seu sugestivo nome de «Monte dos Castelos».

Até há pouco tempo freguesia da invocação do orago do mesmo nome, Santa Susana é agora parcela da freguesia do Redondo e também, como já era, do concelho deste nome, de cuja sede dista 15 quilómetros e mais 33 da cabeça do Distrito, toda esta quilometragem em faixa de fácil rodagem e acesso.

À excepção de algumas raras, muito raras, cristas xistosas que de longe em longe afloram, toda aquela extensão da antiga freguesia de Santa Susana é de uma movimentação orográfica de suave ondulado a fazer lembrar por vezes a disposição dos panejamentos de um cenário.

Em uma prega destes panejamentos, que de Este a Oeste vem descendo para se perder nos terrenos marginais da ribeira do Freixo, se aninha a aldeia de Santa Susana.

(1) Comunicação apresentada à Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses em 29 de Abril de 1969.

Assim definidas as suas coordenadas, quem quer que seja e ande enamorado de Arqueologia pode sem dificuldade demandar estas paragens.

Para aqui trouxeram os Italiotas do Lácio, aqueles Italiotas nascidos sob o signo da Loba e dos Gémeos, os tesouros da sua civilização. Testemunhos destes tesouros encontramos-os mais ou menos por toda esta área, mormente junto à Igreja paroquial que dista do povoado cerca de 300 metros para Poente. São fragmentos de colunas de mármore, placas dispersas de mosaicos, tegulae, imbrices, tijolos, pesos de tear, cacos da mais variada olaria.

Não é, porém, a estas velharias que eu quero hoje referir-me. Quero, sim, referir-me às marcas ou traços aqui deixados neste mesmo agro pelas populações neo-eneolíticas.

Aproveitando a trégua escolar que as férias de Páscoa me proporcionaram nas herdades da Cabida e das Pedras, dei-me à pesquisa arqueológica naquela área e confinâncias, contando de antemão que ela fosse frutuosa, sabendo como sei, desde há muito, que a terra alentejana vem desvendando os mistérios da sua humana vetustez.

A previsão não falhou, ultrapassando mesmo tudo o que era dado prever.

Como à cultura neolítica anda bastante aliado o espírito castrense, dirigi os meus passos no rumo dos mais altos níveis daquela zona que tem a coroa-la o redondel das paredes de um antigo moinho, de cujo equipamento já nada resta, mas cujas pedras e cal ali estão, por assim dizer na íntegra, a desafiar o poder demolidor dos tempos, alçadas nos moldes e estilo do opus signimum e de que os naturais desta terra foram os felizes e fiéis herdeiros.

Os materiais ali encontrados e recolhidos enraizaram em mim a convicção de que tal moinho não é mais do que o elo de uma longa cadeia de actividades ali desenvolvidas pelo homem, remontando aos tempos distantes do neolítico. Entre estes materiais, o fragmento de uma pedra cavada de mó dormente pode tomar-se como a primeira peça de um processo que, de perfeição em perfeição, evoluciona e culminou no engenho de moer, que pouco tempo ainda decorrido deixou de exercer a sua pacífica função.

Já se não ouve o rude rouquejar dos madeiros, eixos, rodas e

rodizios, em seus movimentos aperreados; igualmente deixou de ouvir-se o rumorejar de canções de mares distantes, repercutido no bojo de cabaças, púcaras ou cantarinhas; já não se vê, embora se possa imaginar, o retesar das velas batidas dos ventos soltos e desencadeados; de igual modo podemos visionar aqui o moleiro, um novo João Rana arrancado às páginas literárias de Júlio Dantas.

Cessou toda a laboração aqui praticada, aos deuses do progresso técnico sacrificada e postergada para os sectores das grandes concentrações moageiras. Tão sòmente no sossego daqueles horizontes sem fim, mormente quando as águas mil do mês de Abril não desmentem o ditado, continua a crescer e a produzir-se a matéria prima que alimenta a tradicional indústria de triturar e moer.

Esta associação da moagem de agora com a moagem de outrora, que ali se me representava, levou-me a prosseguir na investigação de outros casos particulares com vista à formulação da generalidade da lei.

Do local daquele moinho, o «Moinho dos Velhacos», avistava-se a cavaleiro do casario de Santa Susana uma outra construção moinheira, o «Moinho do Maximino». Para lá me encaminhava algum tempo depois.

Não achei qualquer mó ou fragmento dela, mas encontrei pedra polida, percutores, muitos percutores e cacaria de pasta grosseira, da mais primitiva.

Persistindo nesta linha de ideias, visitei nos arredores de Évora, pouco tempo depois, duas construções similares: uma a Poente, outra a Levante, distando do perímetro urbano um e três quilómetros aproximada e respectivamente. Em um e outro lado encontrei abundante documentação neolítica; e na primeira destas estações, o «Moinho do Alto da Esparragosa», deparou-se-me logo à chegada uma mó das primitivas. Nas cercanias de Évora merece, porém, especial menção a zona de «Os Moinhos de S. Bento», cujo determinativo «de Cástris» deixa entrever, para além do que já ofereceu, o que pode ainda oferecer dessa recuada época da origem dos moinhos.

São já muitas as coincidências para que se não considerem todos os locais visitados e muitos de igual aparato como teatro de perenes actividades moageiras, desde o neolítico até nossos dias.

Finalizaremos, regressando ao ponto de partida da nossa digressão, o «Moinho dos Velhacos».

Não se vislumbram vestígios de fortificação, raízes de muralha. Não há, não podia haver muralhas, dada a ausência de pedra para tal efeito. O sistema defensivo dos seus moradores seria constituído ali por uma muralha viva, uma sebe de vida vegetal.

Como em outra comunicação já sugerimos, o Alentejo seria então imensa brenha, com clareiras, à guisa de tonsura, nas partes altas dos seus povoados. «Coroas» se chamam ainda hoje a muitas destas terras altas.

São terras de barro aquelas terras onde tem assento o «Moinho dos Velhacos». De mistura com aquelas terras argilosas andam rebos, calhaus, lascas de configuração tabular, de xistos verdes, massas cristalinas de quartzo geralmente de reduzidas dimensões.

Neste terreno, assim constituído, encontramos utensílios de pedra fabricados à base dos materiais ali existentes e uma peça de rocha inexistente na região.

Passemos à inventariação e descrição sumariada do espólio ali recolhido:

PEDRA: *Três machados de pedra polida*, melhor dizendo dois e a metade longitudinal de um terceiro (xisto).

Apenas os gumes apresentam polimento propriamente dito.

O maior, de secção rectangular, tem de dimensões: comprimento, largura e espessura, respectivamente: 0,11 - 0,065 - 0,025 metros.

Os outros dois são de secção trapezoidal, tendo de comprimento, largura e espessura médias, respectivamente: 0,085 - 0,055 - 0,023 metros; 0,085 - ? - 0,018 metros.

— *Um fragmento de faca de sílex*, a parte mediana. Faltavam as partes correspondentes à base e à ponta. A peça sofrera uma dupla fractura. Como uma destas fracturas era de recente data, dei-me a pesquisar atentamente em redor e não tardei a achar a parte correspondente à base. O comprimento total das duas peças é de 0,085 metros; largura: 0,012 metros.

— *Um percutor*: calhau rolado, de forma rodada perfeita, cavado ao centro e picado de maneira regular em toda a periferia.

São suas dimensões: 0,09 de diâmetro, 0,05 na sua maior espessura (metros).

CERÂMICA: *Numerosos e variados fragmentos de pasta grosseira:* alguns com pegas ou suspensões de configuração mamilar; outros com rebordo, permitindo a sua reconstituição sob a forma de rodados pratalhões tão característicos do neolítico regional.

Da mesma pasta de barro são os fragmentos de «crescentes», aqueles mesmos «crescentes» exumados no «Castelo do Giraldo» às centenas, muitas centenas, pelo Ten.-Coronel Afonso do Paço que, rebatendo a tese dos irmãos Siret, os considerou como pesos de tear.

O mesmo sentido funcional terão as duas pequenas peças da mesma matéria prima, de secção rectangular, à guisa de placas de arqueiro: uma com um orifício no bordo de cada um dos lados menores do rectângulo; outra com dois orifícios no bordo de um dos lados menores, aos quais corresponderiam outros dois no lado oposto, se não fora a fracturação e desaparecimento do outro bordo. São suas dimensões, respectivamente: 0,080 de comprimento, 0,032 de largura, 0,006 de espessura; 0,075 de comprimento, 0,040 de largura, 0,007 de espessura (metros).

METAL: *Uma moeda de legenda ilegível.* Numa das faces uma figura imperial; na outra uma esbelta figura em marcha (?).

MAXIME VAULTIER

(1898 - 1969)

pelo sócio efectivo

O. da Veiga Ferreira

MAXIME Carlos Maria António Vaultier, de seu nome completo, nasceu em Lisboa em 5 de Outubro de 1898. Era filho de Henri Vaultier e de Helène Larfenil. Seu pai, fundador da importante firma H. Vaultier & C.^a, foi um industrial de grande valor e projecção e isso deveria ter influido muito na futura carreira de Maxime Vaultier.

Maxime Vaultier fez os seus estudos em Paris, justamente nos Altos Estudos Comerciais, tendo depois entrado para a firma do seu pai em Lisboa, em 1922, como chefe de secção, atingindo, seis anos mais tarde, o cargo de sócio gerente da importante firma, cargo que ocupou até ser atingido pelo primeiro ataque cardíaco.

Maxime Vaultier foi figura de relêvo em vários sectores da vida portuguesa, não só como grande industrial, mas também como insigne desportista na secção de vela de longo curso. Sendo proprietário dum hiate, participou em numerosas regatas oceânicas e impulsionou muito este género de desporto naval em Portugal. Foi um dirigente náutico de grande saber e entusiasmo pondo nos problemas relacionados com os estudos da vela toda a sua actividade e inteligência.

Outra actividade, porém, muito mais científica e esgotante, que

o atrairia sem condições, e daí resultou o nosso conhecimento e amizade, foi a arqueologia pré-histórica.

Data de 1944 a primeira vez que contactei pessoalmente com Maxime Vaultier. Estava em Monchique e um grupo de arqueólogos, já hoje quase todos desaparecidos, dirigiram-se às Caldas de Monchique para observarem as escavações em monumentos megalíticos que eu ali empreendera. Esse grupo era conduzido, justamente, por Maxime Vaultier na sua grande viatura particular, e constava de Abel Viana, Eugénio Jalhay, Afonso do Paço e Georges Zbyszewski. Em Lagos juntaram-se-lhe



MAXIME VAULTIER

José Formosinho, o então Director e fundador do Museu Regional de Lagos, e eu. Desse grupo só são vivos dois: Georges Zbyszewski e o autor desta sentida homenagem.

A partir dessa data nunca mais nos deixamos de dar e conviver

em trabalhos de campo e de gabinete nas horas vagas do seu labor de industrial, de desportista ou do convívio social.

Assim participou em numerosas visitas de estudo a estações pré-históricas e realizamos alguns estudos em colaboração, onde o seu entusiasmo e dedicação aos problemas da pré-história portuguesa vinham sempre ao de cima.

Praticamente amigo e colaborador do grande sábio e amigo de Portugal, Henri Breuil, conhecia todas as estações com pinturas e gravuras rupestres da França. Tendo começado a trabalhar com o Conde de Bégouen bem cedo tomou o gosto por estes estudos.

Deve-se a Maxime Vaultier a estadia, em grande parte, em Portugal, do Professor Henri Breuil que a partir de 1941 fez, com a colaboração de arqueólogos portugueses, importantes estudos sobre o Paleolítico antigo, médio e superior no nosso País.

Maxime Vaultier era uma alma generosa e todo ele franqueza exuberante. Lembro-me sempre da estima que me dedicou e ainda, ultimamente, bastante mal, não faltava às palestras que eu realizava sobre arqueologia como testemunho do seu grande affecto por mim. Sem nada me dever, a não ser a amizade sincera que lhe dediquei, Maxime Vaultier bem me recompensou com a sua profunda estima e admiração sempre manifestada em todos os momentos.

Maxime Vaultier teve uma vida activa e agitada, aliás, como todos os grandes homens. Além dos negócios, do desporto e da arqueologia, foi Presidente do Comité da França Livre, do Clube das Nações Unidas e da Câmara do Comércio Francês, Presidente da Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Membro da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Sociedade de Geografia dos Estados Unidos, da Sociedade Pré-histórica de Londres e da Sociedade Pré-histórica Francesa. Foi ainda membro director da Cruz Vermelha Portuguesa e Delegado da Associação dos Franceses Livres.

Possuía as seguintes condecorações: Grande oficialato de Mérito Industrial, Comendador da Cruz Vermelha de Benemerência, Medalha Militar, Cruz de Guerra, Medalha da Guerra, Medalha Inter-aliada e Medalha da Resistência Polaca. Foi portanto combatente da Guerra de 1914-1918.

Maxime Vaultier subscreveu alguns trabalhos de investigação arqueológica que passamos a enumerar:

- 1941 — A. de Mello Nogueira, M. Vaultier e G. Zbyszewski, «Primeiras pesquisas na gruta do Almonda», *Brotéria*, vol. XXII, fasc. 1, Lisboa.
- A. do Paço, M. Vaultier e G. Zbyszewski, «Nota sobre a Lapa da Bugalheira», *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, T. II e *Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*, vol. XIII, supl. II, Lisboa.
- 1942 — H. Breuil, M. Vaultier e G. Zbyszewski, «Les plages anciennes portugaises entre les Caps d’Espichel et Carvoeiro et leurs industries paléolithiques», *Comunicação à Academia des inscriptions et Belles Lettres de Paris*.
- Idem — *Bulletin des Études Portugaises, Institut Français de Lisbonne*.
- Idem — *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, T. XXVII.
- Idem — *Atlantis e Actas y Memórias de la Sociedad Española de Anthropologia, Etnografía y Prehistória*, T. XVI.
- 1943 — H. Breuil, M. Vaultier e G. Zbyszewski, «Première prospection paléolithique en Algarve», *Comun. ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências no Porto em 1942*.
- A. do Paço e M. Vaultier, «Estação eneolítica do Estoril», *Cong. Luso-Espanhol no Porto em 1942*, T. VIII, Porto.
- 1945 — J. Formosinho, M. Vaultier e G. Zbyszewski, «Nouvelles découvertes paléolithiques en Algarve», *Trab. da Soc. Port. de Antrop. e Etnol.*, vol. X, fasc. III, Porto.
- 1947 — A. do Paço, M. Vaultier e G. Zbyszewski, «Gruta da nascente do Rio Almonda», *Trab. de Antrop. e Etnol.*, vol. XI, fasc. 1-2, Porto.
- 1948 — M. Vaultier e G. Zbyszewski, «Estação pré-histórica da Junqueira», *Lisboa e seu Termo, Estudos e Documentos*, vol. LI, Lisboa.

- 1950 — M. Vaultier, «Influência egípcia no Bronze mediterrâneo», *XIII Congresso Luso-Espanhol*, T. VIII, Lisboa.
- 1951 — M. Vaultier e G. Zbyszewski, «Le dolmen de Casal do Penedo (Verdelha dos Ruivos)», *Trab. de Antrop. e Etnol.*, vol. XIII, fasc. 1-2 (Centro de Estudos de Etnologia Peninsular), Porto.
- 1959 — M. Vaultier, J. Roche e O. da Veiga Ferreira, «Novas escavações na gruta da Ponta da Laje», *Actas e Mem. do I Congresso Nacional de Arqueologia em 1958*, vol. I, Lisboa.
— M. Vaultier e O. da Veiga Ferreira, «Vasos de tipo campaniforme de países longínquos», *Actas e Mem. do I Congresso Nacional de Arqueologia em 1958*, vol. I, Lisboa.
- 1962 — A. do Paço e M. Vaultier, «Nota acerca dum machado do Bronze Atlântico», *XXVI Congresso Luso-Espanhol*, Secção VII, História e Arqueologia, Porto.
- 1968 — J. Roche, Luciano Ribeiro e M. Vaultier, «L'industrie du gisement d'Evoramonte - Alentejo». *Arqueólogo Português*, Série III, Vol. II, Lisboa.

A ESTAÇÃO COM CERÂMICA CARDIAL DA PONTA DE SAGRES (ALGARVE)

pelo sócio efectivo

O. da Veiga Ferreira

A presente comunicação à Associação dos Arqueólogos Portugueses, Secção de Pré-história, é, por assim dizer, o resumo dum trabalho muito mais desenvolvido sobre o Neolítico antigo em Portugal feito de colaboração com o Prof. Jean Guillaîne e a publicar numa revista de pré-história francesa.

Nesse trabalho focaram-se os seguintes aspectos do Neolítico português:

1. Estações, ou materiais ligando-se, sem dificuldade, ao Neolítico antigo com cerâmica «cardial».
2. Jazidas tendo fornecido cerâmica cardial misturada com vestígios mais recentes.
3. O problema da cerâmica das grutas de tradição do Neolítico antigo.
4. O problema das estações de ar livre da região do Porto.
5. A questão dos eventuais contactos com os grupos megalíticos.

No presente estudo apenas nos interessam as estações que tenham dado cerâmica que se aproxima ou é de certo modo considerada do Neolítico antigo e que se possa comparar, portanto, à cerâmica da Ponta de Sagres, objecto da nossa comunicação.

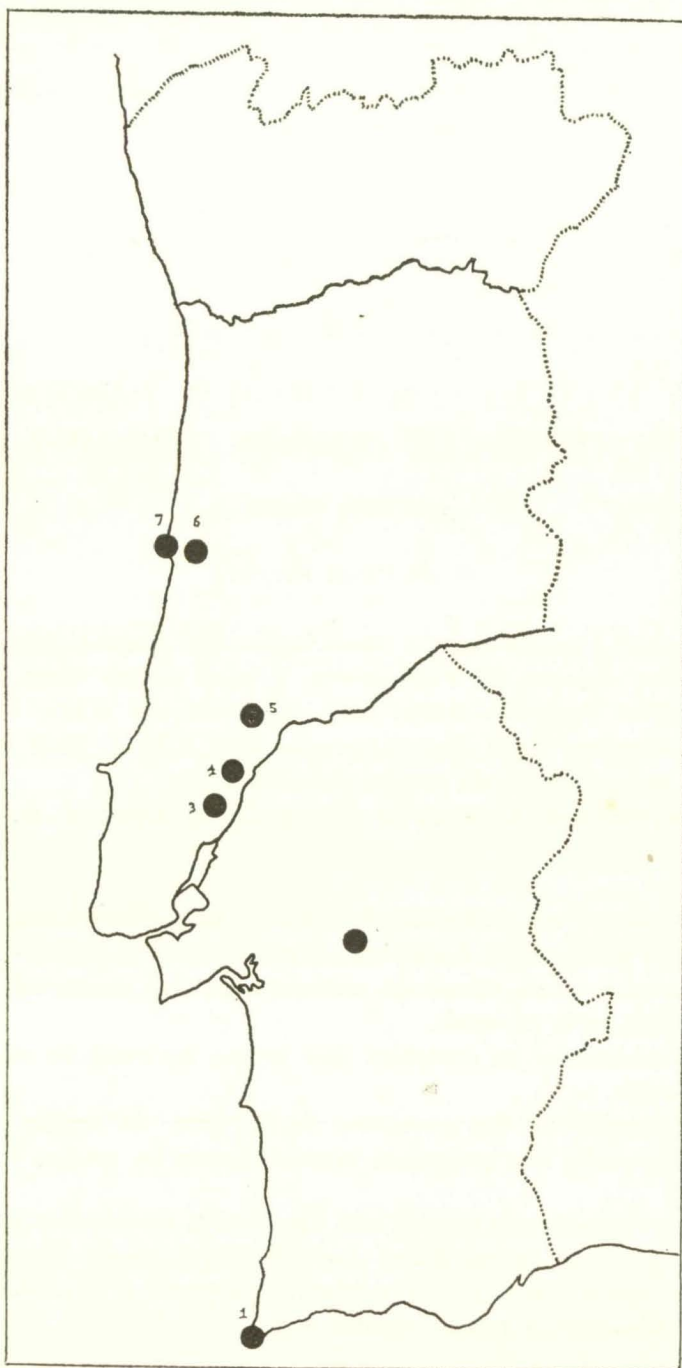


FIG. 1 - Mapa de Portugal com a indicação das estações pré-históricas onde se encontrou cerâmica do Neolítico antigo: 1 - Ponta de Sagres; 2 - Gruta do Escoural; 3 - Vaso do Cartaxo; 4 - Vaso de Santarém; 5 - Gruta da nascente do Rio Almonda; 6 e 7 - Estações dos arredores da Figueira da Foz

As localidades portuguesas que deram materiais do Neolítico antigo são as seguintes:

- a) Ponta de Sagres.
- b) Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo).
- c) Vaso proveniente de Santarém.
- d) Vaso proveniente do Cartaxo.
- e) Gruta da Nascente do Rio Almonda.
- f) Estações dos arredores da Figueira da Foz (Junqueira, Vinha da Rainha, Várzea do Lírio, etc.).

a) *PONTA DE SAGRES*

Esta estação de superfície foi descoberta por G. Manupella e A. Rodrigues no decorrer de levantamentos geológicos na Ponta de Sagres. A estação forneceu um bom número de fragmentos cerâmicos, uns decorados, outros não. Esta cerâmica é duma maneira geral avermelhada de moldagem grosseira. A pasta é cinzenta na alma. Muitas destas cerâmicas têm desenhos de técnica cardial bem clássicos. Existem também cordões em relevo ramificando-se a partir de mamilos. Estes cordões têm, de espaço a espaço, impressões. Estas cerâmicas são acompanhadas de machados polidos e lascas de silex atípicas. (Fig. 2, n.^{os} 1 a 5).

b) *GRUTA DO ESCOURAL (Montemor-o-Novo)*

As escavações da gruta com pinturas do Escoural deram abundante material pertencendo a um Neolítico antigo ⁽¹⁾. Os poucos fragmentos encontrados, com ornamentação de motivo cardial, parecem pertencer a um mesmo vaso.

No material lítico encontrado salientam-se algumas lâminas tranchantes e materiais de pedra polida (machados, enxós, etc.). (Fig. 3, n.^{os} 1 a 4).

(1) Escavação do Dr. Manuel Farinha dos Santos a quem agradecemos a parcialidade no estudo da cerâmica cardial.

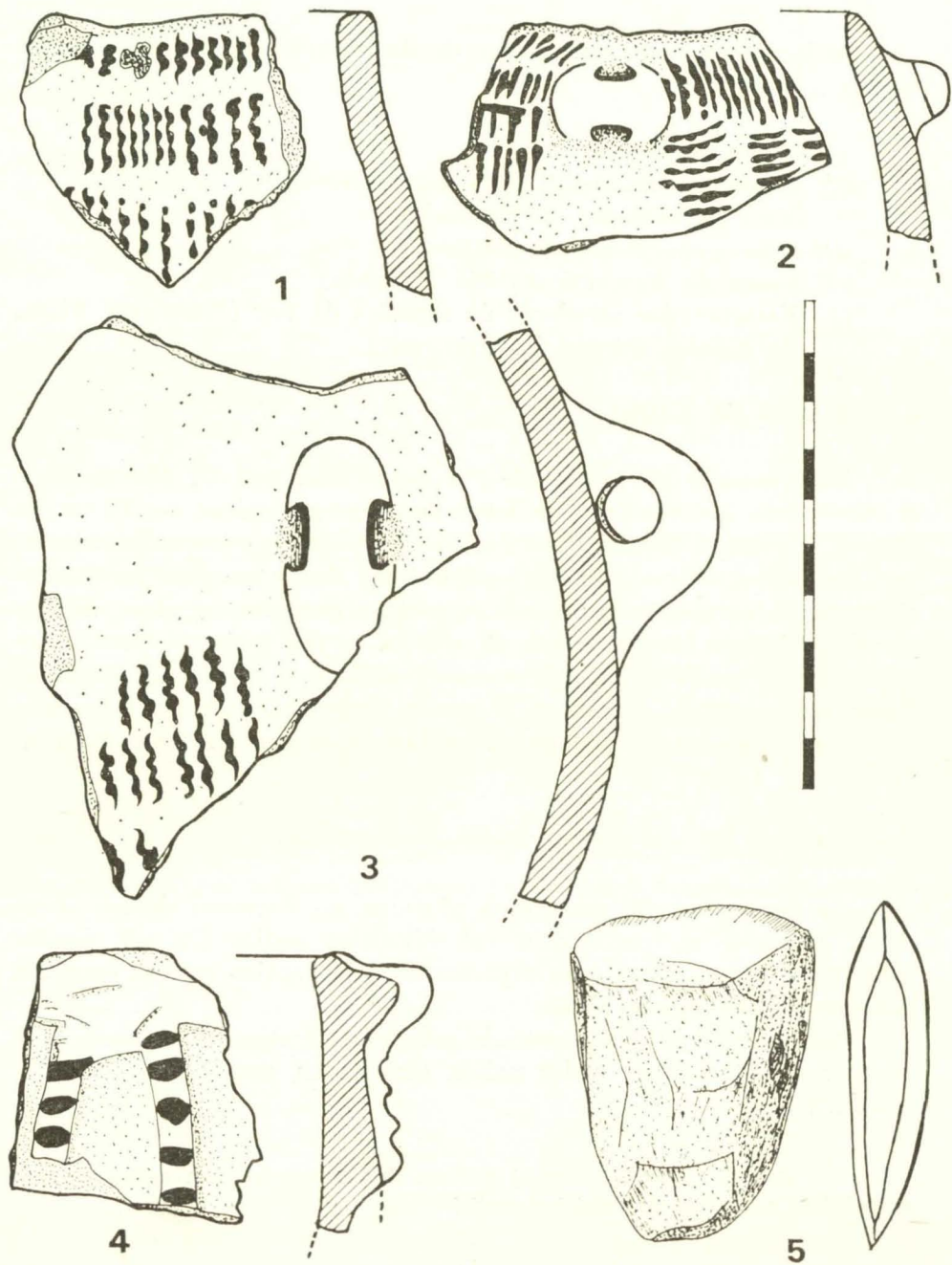


FIG. 2 - Tipos de cerâmica e machado de pedra polida da estação da Ponta de Ságres

c) *VASO DE SANTARÉM*

O Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia de Belém (Museu do Doutor Leite Vasconcellos) conserva um vaso, reconstituído em parte, que pertence a esta série de cerâmica cardial que apresentamos. (Fig. 4).

No desenho esquemático que juntamos vê-se bem o movimento e motivos de ornamentação cardial pura. Esta forma é muito próxima da dos vasos da região de Valência.

Não sabemos ao certo donde provém a vasilha, se duma sepultura, se dum povoado ou duma gruta.

d) *VASO DO CARTAXO*

Este vaso pertence ao Museu do Carmo em Lisboa (Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses). Como se vê na figura é um vaso próximo do de Santarém mas a ornamentação não é cardial o que não implica que não pertença também ao Neolítico antigo. O seu cordão em relêvo, sistema de asas, etc., aproxima-o do vaso do Abrigo n.º 3 de Saint-Mitre em Reillane (Baixos Alpes — França). Indicamos, como importante, a datação do rádio carbono 14 para o vaso francês que é de 4.000 anos a. C.

Pelo seu conjunto, forma e ornamentação, este vaso do Cartaxo é mais andaluz que levantino. (Fig. 5).

e) *GRUTA DA NASCENTE DO RIO ALMONDA*

Esta gruta, cujo espólio foi estudado em 1947 por G. Zbyszewski, A. do Paço e M. Vaultier, deu uma grande quantidade de cerâmica de várias épocas e, entre ela, a cerâmica típica cardial do Neolítico antigo. A decoração a *cardium* está agrupada em bandas e é muito próxima da cerâmica cardial agora descoberta em Sagres.

f) *ESTAÇÕES DOS ARREDORES DA FIGUEIRA DA FOZ (Junqueira, Vinha da Rainha, Várzea do Lírio, etc.)*

Nas estações dos arredores da Figueira da Foz, estudadas por Santos Rocha, foram encontrados abundantes fragmentos de cerâmica

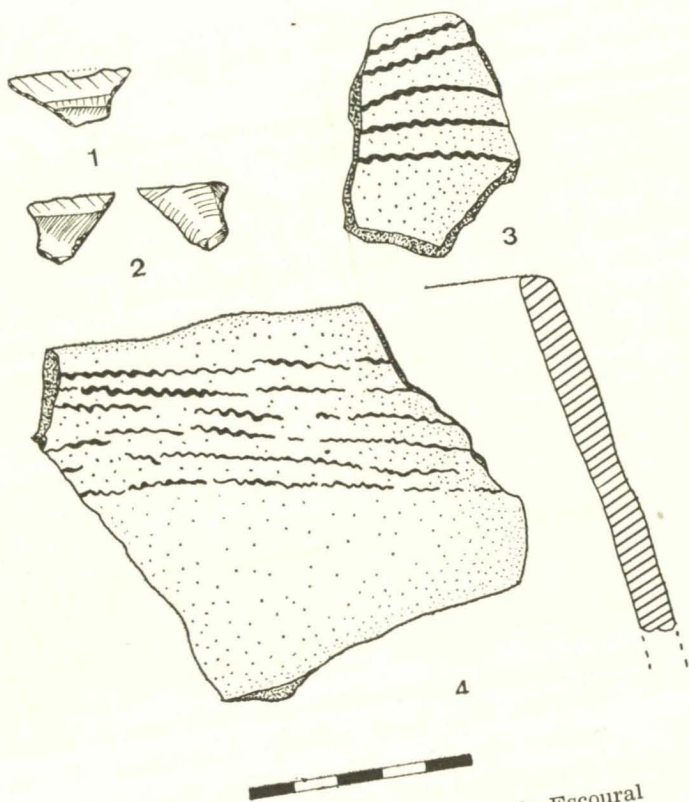


FIG. 3 - Cerâmica da Gruta do Escoural

com a característica ornamentação a *cardium* pertencendo ao Neolítico antigo. A cerâmica é quase toda de tons acinzentados ou vermelha acinzentada outras vezes castanha clara ou beije. (Fig. 6, n.^{os} 1 a 6).

Para dar uma ideia de como situar, cronologicamente, as estações com cerâmica cardial encontradas em Portugal damos a seguir algumas análises de rádio-carbono 14 para estações de além fronteiras retiradas dum trabalho de Jean Guillaîne de homenagem ao saudoso Coronel Afonso do Paço e apresentado às *I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*.

FRANÇA MERIDIONAL

- Abri de Châteneuf-les-Martigues (Bouches du Rhône)
cerâmica cardial — 5570 \pm 240 a. C.
- Grotte Gazel (Salle-les-Cabardès — Aude)
cerâmica cardial — 4830 \pm 200 a. C.
- Abri Jean Cros (Labastide-en Val — Aude)
cerâmica cardial — 4590 a. C.
4450 a. C.
- Abri du Capitaine (Sainte Croix-de-Verdon — Basses Alpes)
cerâmica cardial — 4100 \pm 150 a. C.
- Doline de Roucadour (Thèmines — Lot)
4590 \pm 200 a. C.
3890 a. C.
- Abri 3 de Saint-Mitre (Reillane — Basses Alpes)
cerâmica cardial — 6700 a. C.
4750 a. C.
4450 a. C.
4150 a. C.
4000 a. C.

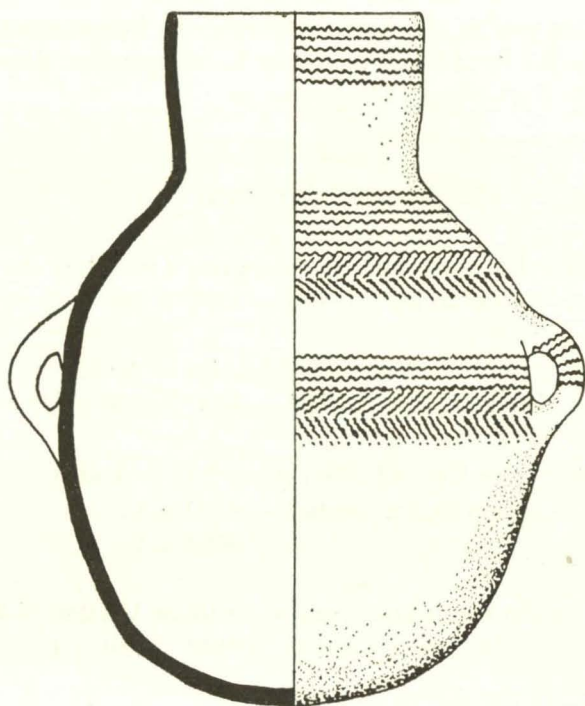


FIG. 4 - O vaso de Santarém com ornamentação
cardial

- Grotte d'Unang (Vaucluse)
cerâmica cardial — 3275 a. C.

CÓRSEGA

- Grotte de Curaichiaghiu — Lévic
5350 a. C.

ITÁLIA

- Grotte du Santuaire della Madonna — Praia-Mare (Calábria)
5605 a. C.
- Village Leopardi à Penne di Pescara (Abruzes)
4614 a. C.
- Grotte des Arennes Candides (Ligúrie)
4530 a. C.
- Grotte del Romito à Papisidero (Calábria)
4470 a. C.
- Grotte Piccioni à Bolognano (Abruzes)
4283 a. C.

ESPAÑHA

- Goveta de l'Or de Beniames (Alcoy)
4315 \pm 75 a. C.
4670 a. C.

NORTE DE ÁFRICA

- Magreb — Alger (Cemitéière des Escargots à Oran)
4730 \pm 300 a. C.

Para terminar esta nota sobre a estação de Sagres resta-nos emitir a nossa opinião sobre o problema do Neolítico antigo português ainda

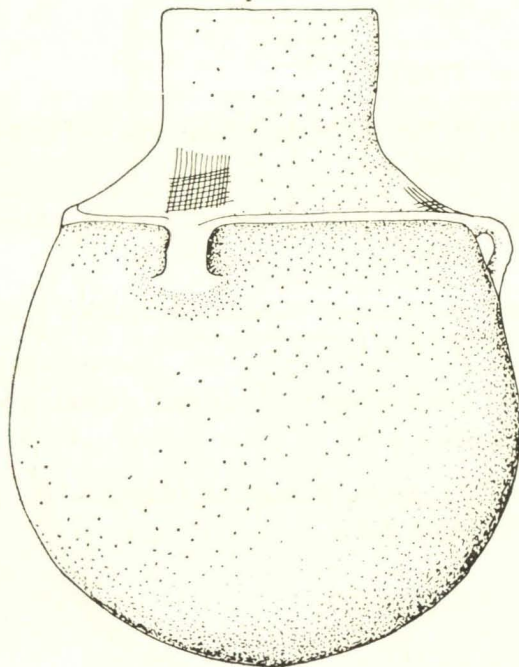


FIG. 5 - O vaso do Cartaxo do Neolítico antigo.
tipo andaluz

em fase de primeiros estudos. Parece-nos que a partir do *Cardial antigo* não deve haver mais que uma lenta evolução permitindo a passagem progressiva às culturas posteriores do Neolítico médio e recente e do calcolítico sem que as influências estranhas tenham modificado radicalmente o fundo cultural.

Com efeito a passagem do Cardial ao horizonte das grutas com cerâmicas incisas e impressões (Furninha, Casa da Moura, Lapa do Fumo, etc.), não oferece grandes problemas pois esta passagem é bem evidente já em Carigüela de Pinar e Sul de França.

As coisas são menos claras quando se trata de influências do Mediterrâneo oriental que chegam à Península à volta do IV e III milénios a. C. Daí em diante os problemas começam a complicar-se, cada vez mais, pois parece que um período muito importante acompanha uma renovação cultural pelos fins do III milénio a. C. A aparição da arquitectura fortificada característica do fundo primitivo dos castros como Vila Nova de S. Pedro, Zambujal, Columbeira, Pedra de Ouro, etc., verdadeiras «colónias» do Próximo-oriental no ocidente peninsular; a importação da cerâmica estampilhada e de caneluras; o desenvolvimento rápido da metalurgia do cobre num meio ainda pré-campaniforme, etc., determinam, na realidade, um conjunto de factos que vem complicar, duma maneira extraordinária, os problemas dos finais do Neolítico, princípios do Eneolítico peninsular.

Em todo o caso, para Portugal, podemos, provisoriamente, estabelecer para o Neolítico português, e no estado actual dos nossos conhecimentos, a seguinte série cronológica:

1. Neolítico antigo — *cardial antigo*
2. Neolítico médio — *cardial decadente* — sulcos e impressões
3. Neolítico superior — apenas sulcos e impressões
4. Neolítico final — começo do abandono da ornamentação
5. Eneolítico da base — começo da fortificação dos castros — cerâmica estampilhada e canelada de importação. Vilanovense I.

Eis, pois, o que se nos oferece dizer, muito resumidamente, sobre a estação com cerâmica *cardial* da Ponta de Sagres e da sua integração no Neolítico antigo português.

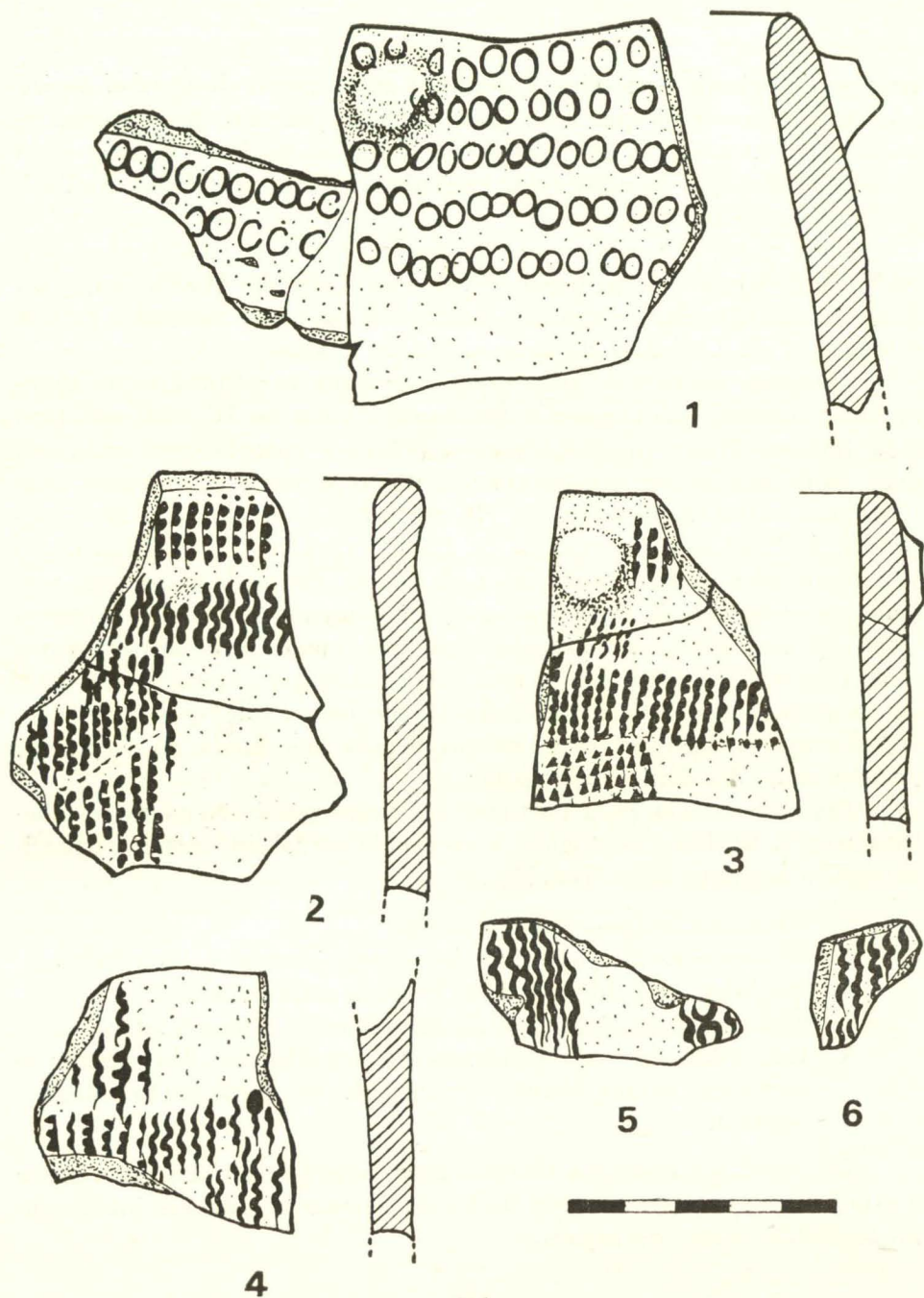


FIG. 6 - Tipos de cerâmica das estações dos arredores da Figueira da Foz (Junqueira)

BIBLIOGRAFIA

- J. San Valero Aparisi, «Notas para el estudio de la cerámica cardial de la Cueva de la Sarsa», *Actas y Mem. de la Soc. Esp. de Antrop. Etnol. y Prehistoria*, vol. XVII, Madrid, 1942.
- Idem, «La Península Ibérica en el mundo neolítico», Madrid, 1948.
- G. Bailloud e P. Mieg de Boofzheim, «Les civilisations néolithiques de la France», Piccard, Paris, 1955.
- A. Calvet, «Les Abris de Saint-Mitre à Reillane (Basses Alpes)», Monosque, 1969.
- M. Pelicer Catalan, «El Neolítico y el Bronce de la Cueva de la Carigüela de Pinar (Granada)», Madrid, 1964.
- H. Camps-Fabrer, «Matière et art mobilier dans la préhistoire nord-africaine et saharienne», Paris, 1966.
- M. Escalon de Fonton, «Origine et développement des civilisations néolithiques méditerranéennes en Europe occidentale», *Palaeohistoria*, vol. XII, 1966.
- P. Bosch Gimpera, «Le Neolithique circummediterranéen et sa signification», *Pyrenae*, Barcelona, 1965.
- J. Guillaime, «La grotte Gazel à Sallèles-Cabardès (Aude). *Bul. Soc. Préhistoire de l'Ariège*, T. XX, Ariège, 1965.
- Idem, «Néolithique ancien de la Méditerranée occidentale et chronologie absolue», *I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Homenagem a A. do Paço, Novembro de 1969.
- J. Martínez Santa Olalla, «Le fecha de la cerámica a la almagra en el Neolítico hispanomaauritano». *Cuadernos de Historia Primitiva*, III, Madrid, 1948.
- A. do Paço, M. Vaultier e G. Zbyszewski, «Gruta da nascente do Rio Almonda», *Trab. Antrop. e Etnol.*, vol. XI, Porto, 1947.
- H. N. Savory, «Spain and Portugal», Thames and Hudson, London, 1968.
- M. Tarradell, «El País valenciano del Neolítico a la Iberización». *Anales de la Fac. de Letras de Valência*. Valência, 1962.

MOVIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

NO ANO DE 1969 - 1970

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Em cumprimento do Art.º 86.º do nosso Regulamento interno, trazemos à Assembleia Geral da nossa Associação o presente relatório, em que se condensam as actividades da Direcção e da Assembleia Geral, durante o ano que agora finda, fazendo referência especial aos acontecimentos ocorridos, em ligação com a vida da nossa Associação. Abstemo-nos de fazer aqui referência à actividade desenvolvida pelas Secções e Comissões, porque ela será exposta nos relatórios, que aqui vão ser apresentados, elaborados pelos respectivos Secretários.

Para pôr uma certa ordem nos diversos assuntos a que vamos referir-nos, trata-los-emos separadamente, nas seguintes 10 alíneas, que passamos a expor:

1. I Jornadas Arqueológicas
2. Reuniões da Direcção
3. Sessões da Assembleia Geral
4. Sócios falecidos
5. Novos sócios
6. Prémio General França Borges
7. Publicações e representações
8. Estado financeiro
9. Novo Regulamento Interno
10. Ampliação da sede

1. JORNADAS ARQUEOLÓGICAS

Começou o ano associativo com a realização das *I Jornadas Arqueológicas*, as quais tiveram lugar nos dias 3 a 7 de Novembro, com larga concorrência.

A sessão inaugural foi presidida por Sua Ex.^a o Senhor Sub-Secretário de

Estado de Administração Escolar, Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, e a sessão de encerramento pelo Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, General França Borges.

Os dias 3, 4 e 5 foram reservados para sessões de estudo, nas quais foram apresentadas trinta e sete comunicações, e proferidas cinco conferências, pelos nossos convidados estrangeiros, Exmos. Senhores Profs. A. Garcia Bellido e Miguel Torradelle, Drs. H. Savory e Barandiaran e Barão Hervé Pinanteau.

Nos dias 6 e 7, visitaram-se o Teatro Romano de Lisboa, o Museu Nacional de Belém, as grutas de Alapraia, o Museu de Cascais, a póvoa fortificada do Zambujal, a gruta do Vimeiro e o Museu Municipal de Torres Vedras.

Dispensamo-nos de entrar em mais detalhes, porque o relato pormenorizado das I Jornadas Arqueológicas fica destacado para um volume especial, que se está elaborando e que deve ser publicado no próximo mês de Outubro.

2. REUNIÕES DA DIRECÇÃO

A Direcção, durante o ano que agora finda, reuniu treze vezes, para tratar de assuntos de expediente habitual, como as relações com outras entidades, a apreciação de candidaturas de novos sócios, a aquisição de novas espécies para a Biblioteca, a apreciação dos serviços dos funcionários, etc.

Além disso, teve ainda a Direcção ocasião de tratar de outros assuntos da maior importância para a nossa vida associativa. Todavia, preferimos guardar a exposição de tais assuntos para alíneas especiais, que inseriremos adiante.

3. SESSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL

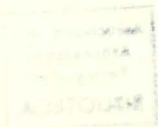
A Assembleia Geral reuniu doze vezes.

I. Na sessão de 23 de Outubro, o sócio correspondente, de Angola, Sr. João Vicente Martins, falou sobre *Relações da Etnografia com a Arqueologia do Nordeste de Angola*.

II. Na sessão de 27 de Novembro, a Assembleia congratulou-se com o êxito obtido pelas *I Jornadas Arqueológicas*, que foram assás concorridas e tiveram a participação de notáveis arqueólogos estrangeiros, todos manifestando o seu desejo de que as mesmas jornadas se repitam, com intervalos de dois anos.

Ainda na mesma sessão, o Sr. Presidente historiou as descobertas arqueológicas que se vêm fazendo em Idanha a Velha, após doze anos de trabalhos.

III. Na sessão de 12 de Dezembro, sob a Presidência do Senhor Prof. Gustavo Cordeiro Ramos, o Secretário-Geral proferiu uma exposição, incorporada nas comemorações centenárias de D. Manuel I, Vasco da Gama e Gago Coutinho, subordinada ao título de *Perfil Moral e Mental do Rei D. Manuel I*.



IV. Na sessão de 18 de Dezembro, o Sr. Dr. Meireles do Souto fez uma exposição acerca dos azulejos do Convento da Graça e o Sr. Marquês de Abrantes advogou a criação no nosso Museu duma exposição de Paleografia e Diplomática, para o que prometia fazer um depósito de elevado número de documentos, além de 108 códices manuscritos dos séculos XVI e XVIII. Com vista a melhoramentos no Museu, a Assembleia autorizou um dispêndio de trinta mil escudos, que fora proposto pelo conservador do mesmo Museu, Sr. Marquês de Abrantes.

V. Na sessão de 30 de Janeiro, o Sr. Machado de Faria discorreu contra a forma como apareceu em público o livro do Sr. Marquês de Abrantes «*Um Fidalgo Português da Renascença*», que no ano associativo transacto recebera da Associação o prémio França Borges. Assim, alegou que a respectiva edição omitia o nome do editor (Associação dos Arqueólogos Portugueses), o emblema associativo e a concessão do prémio, e em compensação inseria indevidamente o brasão de armas do autor, a lista das suas obras, a numeração dos exemplares com a rubrica do autor. Sobre este assunto estabeleceu-se viva discussão, acordando-se finalmente em que se refundisse a edição, substituindo-se a capa e quatro páginas, devendo os novos exemplares conter a bibliografia do autor, a dedicatória, o nome da Associação dos Arqueólogos Portugueses como entidade editora, contendo ainda uma referência ao prémio e uma nota sobre a instituição do mesmo. Assim se fez, encontrando-se à venda a mesma obra, nas condições acima referidas.

VI. Na sessão de 2 de Fevereiro, o Sr. Marquês de Abrantes declarou que estava disposto a elaborar uma nova Guia do Museu, contendo todas as peças antigas e as que lhe iam ser acrescentadas, tais como os documentos de Paleografia e Diplomática.

O Secretário-Geral propôs e foi aprovado um pequeno regulamento para orientar as candidaturas de sócios e garantir a segurança dos respectivos processos, sem nada ofender o que o actual Regulamento Interno estatui em tal matéria.

Alguns sócios declaram que a concessão da quantia de 30 mil escudos para dispender no Museu foi ilegal, por quanto resultou duma proposta que foi apresentada e votada na mesma sessão, de 18 de Dezembro, o que ofende o § 2.º, do Art.º 47.º, do Regulamento Interno. Então, o Sr. Marquês de Abrantes, em nome da Direcção, apresentou nova proposta atinente ao mesmo fim, a qual deveria ser discutida e apreciada na sessão seguinte.

VII. Na sessão de 3 de Fevereiro, foi discutida e aprovada a proposta da Direcção para autorizar o dispêndio de trinta mil escudos com ampliações e melhoramentos do Museu.

Ainda na mesma sessão foram admitidos alguns novos sócios, a que aludiremos noutro lugar.

VIII. Na sessão de 7 de Março, o Sr. Presidente propôs e foi aprovado que se constituísse uma nova comissão de sócios, com o fim de elaborar e apresentar

à discussão da Assembleia Geral um novo Regulamento Interno. Mais se resolveu que tal comissão fosse composta pelo Presidente ou seu delegado de cada uma das Secções e Comissões, pelo Sr. Cónego Isaiás da Rosa Pereira, como delegado da Assembleia Geral e pelo Secretário-Geral, que serviria de Presidente e relator. A apresentação do projecto do novo Regulamento ficou marcada para a primeira Assembleia Geral do ano de 1971.

Ainda na mesma sessão, o Sr. Cónego Isaiás da Rosa Pereira apresentou uma comunicação subordinada ao título *Pará a História do Retábulo da Sé Velha de Coimbra*, tendo acrescentado alguns pormenores biográficos do Bispo D. Jorge de Almeida, 2.º Conde de Arganil, que tanto beneficiou o referido templo.

IX. Na sessão de 24 de Abril, o Sr. Presidente comunicou que o Comandante-Geral da G. N. R., Sr. General Pereira de Castro, lhe prometera que no próximo mês de Maio, antes de deixar o Comando da mesma Guarda, entregaria a esta Associação a dependência conhecida pelo nome de *sacristia*.

O Sr. P.º João Pires de Campos apresentou uma comunicação subordinada ao título *A Importância da Arte Sacra Nacional*. Defendeu o nosso património artístico e prestou homenagem à Igreja, por ter motivado tantas obras de arte no mundo, terminando por recordar o interesse manifestado no Concílio Vaticano II pela salvaguarda dos valores artísticos existentes nos templos.

X. Na sessão de 29 de Maio, o Sr. Cónego Isaiás da Rosa Pereira falou sobre Bibliotecas Medievais, apresentando doze inventários de livros, na maioria litúrgicos, encontrados em visitas a paróquias, detendo-se na análise de várias obras, que abrangem principalmente os séculos XIV a XVI. Ainda na mesma sessão, o Sr. P.º Pires de Campos apresentou e leu um projecto de estatutos de uma Secção, a criar, de Arte Sacra, projecto aquele que será tomado em devida conta pela Comissão que está encarregada de elaborar um projecto de novo Regulamento Interno.

XI. Na sessão de 26 de Junho, o Sr. Major Campos e Sousa rebateu a argumentação apresentada pelo jornal do Funchal, «Diário da Madeira», o qual se opôs ao que o orador nesta sala relatou, em referência a um tecto brasonado, numa hipotética «Casa do Esmeraldo», existente na mesma cidade do Funchal, prometendo que, sobre o mesmo assunto, viria ainda a dar publicamente uma resposta mais cabal e completa.

Na mesma sessão, o Sr. Marquês de Abrantes falou sobre a Capela do Esporão, na Sé de Évora, ou Capela da Senhora da Piedade, fazendo a sua descrição arquitectónica e mostrando o contrato que em 1528 se realizou entre o Cabido da Sé Eborense e João Mendes de Vasconcelos, a favor de quem foi instituída a mesma Capela.

XII. A sessão de 14 de Julho, que está decorrendo, foi convocada para leitura dos relatórios anuais e encerramento do ano associativo.

4. SÓCIOS FALECIDOS

Justo é que neste momento, mais uma vez lembremos os sócios desaparecidos nestes últimos doze meses, e tantos de eles prestaram a esta Casa os mais assinalados serviços. Foram eles:

José da Cunha Saraiva
Eng.º António Pais de Sande e Castro
Coronel Belizário Pimenta
Maxime Vaultier
Marquês de Fontes Pereira de Melo
Alberto Virgílio Baptista
Dr. Luciano Ribeiro
D. Juan Serra Vilaró
Hipólito Cabaço

As famílias de todos, esta Associação exprimiu o seu pesar, e à família do último significou ainda a sua gratidão por ter recebido 33 peças do paleolítico inferior, espólio das explorações do ilustre finado.

5. NOVOS SÓCIOS

Durante o ano, foram admitidos, como novos sócios, incorporados na Secção de Pré-História, os seguintes Senhores:

Dr. João Filipe Salvado (sócio efectivo)
Dra. D. Maria Salete Gomes Simões (efectiva)
D. Maria Cristina Teixeira Pereira Santos (efectiva)
P.º Alberto Dias Barbosa (correspondente)
Dr. Carlos Manuel Lindo Tavares da Silva (correspondente)

e, incorporados na Secção de História, os seguintes Senhores:

Dr. Franz Paul de Almeida Langhans (efectivo)
D. Maria Helena Mendes Pinto (efectiva)
Luís de Paiva Raposo Ferros (efectivo)
Dr. Manuel Artur Fraga Norton (efectivo)

6. PRÊMIO FRANÇA BORGES

No uso duma das suas prerrogativas, o Secretário-Geral dirigiu a todos os sócios uma circular, em 2 de Maio, convidando-os a apresentar trabalhos sobre

assuntos de Arqueologia, com vista à atribuição dum prémio anual, que esta Associação instituiu com o nome de «Prémio General França Borges».

Aberto o concurso durante trinta dias, apenas concorreu a Sra. Dra. D. Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos, com um trabalho a que deu o nome de *Subsídios para o Estudo da Arqueologia Romana do Algarve*. A Direcção resolveu conceder-lhe o prémio mencionado, que consistirá, como se sabe, em editar a obra e ficar proprietária da mesma edição.

7. PUBLICAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Por efeito da realização das Jornadas Arqueológicas e trabalhos consecutivos, não nos foi possível dar à publicidade durante este ano associativo os dois volumes que trazemos entre mãos e esperamos fazer sair ainda no decurso deste ano civil, a saber: o volume sobre as Jornadas Arqueológicas, a que já noutro lugar fizemos referência, e outro número da nossa revista «Arqueologia e História», que será o Vol. II, da 9.^a série. Assim, só foi possível dar à publicidade o volume *Um Fidalgo Português da Renascença*, mas toda a colaboração se encontra reunida e disposta por forma a que, antes do fim do ano, sejam publicados os dois volumes acima referidos.

Também esta Associação se fez representar em duas manifestações de actividade nacional. Assim, em 12 de Outubro, por intermédio do Secretário-Geral, a Associação tomou parte em Mairos nas homenagens que o povo transmontano prestou ao seu emérito comprovinciano e eminente arqueólogo, Padre Francisco Manuel Alves, abade de Baçal. Nos dias 2 a 5 do mês corrente, a Associação fez-se representar pelo seu sócio, Dr. José João Rigaud de Sousa, no Colóquio de Turismo e Termalismo do Norte, com uma secção cultural, que teve lugar nas cidades de Braga, Porto, Guimarães e Viana e na vila da Póvoa de Varzim.

8. ESTADO FINANCEIRO

Como se vê do relatório do Sr. Director-Tesoureiro, transitamos para o próximo ano associativo com um saldo aproximado de 483 contos, de molde a não termos apreensões de ordem financeira.

Todavia, também nos parece que não devemos ser muito optimistas e por isso nos permitimos fazer desde já quatro observações:

1.^a O saldo positivo deste ano ficou 14 contos àquem do saldo positivo do ano passado, que atingiu 497 contos;

2.^a Se neste ano houve uma despesa relativamente elevada com a realização das Jornadas Arqueológicas, também em compensação houve um dispêndio mínimo com publicações;

3.^a A Associação, cónscia dos deveres que lhe competem, tem-se comprometido a publicar várias obras, e esse esforço editorial custará algumas centenas de contos;

4.^a É tempo de começarmos a pensar em que as actuais quotas dos sócios, de 5\$00 para os sócios efectivos e 2\$50 para os sócios correspondentes, fixadas há muitos anos, são agora bastante baixas, pelo que nos devemos ir dispondo para discutir tal matéria em futuro próximo.

9. NOVO REGULAMENTO INTERNO

Como atrás referimos, encontra-se constituída uma comissão de sócios, especialmente encarregada de elaborar um novo projecto de Regulamento Interno. Esta comissão, constituída há poucas semanas, teve já algumas reuniões, nas quais redigiu os primeiros 21 artigos do novo projecto.

Como esta tarefa foi cometida com prazo marcado até ao fim do ano, é nosso propósito que este trabalho não sofra quebra durante as próximas férias.

10. AMPLIAÇÃO DA SEDE

No passado mês de Maio, foi efectivamente entregue à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pelo Comando da Guarda Nacional Republicana, a dependência conhecida pelo nome de Sacristia e que aquele Comando vinha ocupando. Certamente, esta entrega, que se destina à nossa Associação, pela qual há tanto suspirávamos, nos encheu de satisfação, porque a Associação se encontra instalada em condições acanhadas. Este acanhamento revela-se mais acentuadamente na parte respeitante à Biblioteca. Efectivamente, como noutro relatório se diz, os livros chegados nos últimos tempos não têm fichas de catalogação, porque não temos espaço para instalar novas estantes. Esperávamos por isso que prontamente se remediassem estas insuficiências.

Todavia, por dificuldades burocráticas, não conseguimos que tal beneficiação se realizasse prontamente, por quanto a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais declarou que só no próximo mês de Janeiro poderá custear as obras necessárias.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 14 de Julho de 1970.

Pela Direcção, o Secretário-Geral

JOSE TIMÓTEO MONTALVAO MACHADO

RELATÓRIO DA SECÇÃO DE PRÉ - HISTÓRIA

1. Em 25 de Novembro de 1969 efectuou-se a primeira reunião, presidida pelo 2.º vice-presidente da Associação, Doutor Octávio da Veiga Ferreira, onde se procedeu à eleição da mesa da Secção de Pré-história para o triénio de 1969-72, que ficou assim constituída:

Presidente: Dr. Manuel Farinha dos Santos

Vice-Presidente: Dr. Eduardo da Cunha Serrão

Secretário: Dr. Mário Pires Bento

2. Na sessão de 30 de Dezembro de 1970 o presidente, após os agradecimentos e referências habituais, expôs o programa das actividades a desenvolver no ano de 1970. A comunicação do mês dedicada à «*Feição Arquitectónica dos Sepulcros de Falsa Cúpula*» esteve a cargo do Dr. Eduardo da Cunha Serrão.

3. No decorrer do corrente ano a Secção de Pré-História funcionou com regularidade, bastante assistência e nela se fizeram as seguintes comunicações:

JANEIRO: *Uma nova estação pré-histórica com cerâmica cardial descoberta na região de Sagres*, pelo Dr. Octávio da Veiga Ferreira.

FEVEREIRO: *Menires de Monsaraz*, pelo Dr. José Pires Gonçalves.

MARÇO: *O Castro de Chibanes*, pelo Dr. Victor Gonçalves.

ABRIL: *Jazidas paleolíticas nos concelhos de Mação e Abrantes*, pela Dr.ª Maria Amélia Horta Pereira.

MAIO: *Colóquio sobre a problemática da terminologia arqueológica*.

JUNHO: *Sementes germináveis recolhidas em estações arqueológicas*, pelo Dr. Carl Harpsoe.

JULHO: *Apreciação do relatório das actividades da Secção no ano de 1969 - 1970 e problemas relacionados com a participação no II Congresso Nacional de Arqueologia*.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 14 de Julho de 1970.

O Presidente da Secção de Pré-história,

MANUEL FARINHA DOS SANTOS

RELATÓRIO DA SECÇÃO DE HISTÓRIA

De arordo com o preceituado no Art.º 83.º do actual regulamento interno da Associação dos Arqueólogos Portugueses, vem a Direcção da sua Secção de História apresentar o seu relatório anual.

Os preparativos das Jornadas Arqueológicas que esta Associação levou a cabo em Novembro do ano passado, tornaram impossível a realização da sessão respeitante ao mês de Outubro. Já a de Novembro, contudo, se realizou, tendo-se então procedido à eleição da Direcção, que ficou constituída pelo Rev.º Padre Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos, como Presidente, pelo Exmo. Sr. Prof. Francisco de Oliveira Martins, como Vice-Presidente, e pelo signatário, como Secretário.

Além desta sessão de Novembro, realizou a Secção de História mais sete, durante o corrente ano académico. Só em Maio não houve sessão, por no dia e hora aprezados apenas se encontrarem presentes o Sr. Major José de Campos e Sousa e o signatário.

É com tristeza que se salienta a reduzida comparência de sócios às sessões desta Secção. A maior frequência registou-se em Janeiro do corrente ano, com oito sócios presentes; as restantes sessões foram levadas a efeito na presença de uma média de quatro a cinco sócios. Esta circunstância levou o signatário a procurar estudar as razões deste aparente desinteresse pelas reuniões da Secção de História; depois de serem consultados alguns dos ausentes, chegou-se à conclusão de que a principal causa das suas faltas, era a escolha do dia para as sessões: quinta-feira. Assim, e por sugestão quase unânime dos consultados, decidiu-se que no próximo ano elas se passem a realizar ao sábado.

O quadro das presenças durante este findo ano académico é como se segue, para as oito sessões que se realizaram:

- 8 pres. — o signatário.
- 5 pres. — o Sr. Major José de Campos e Sousa.
- 5 pres. — os Srs. P.º Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos,
Dr. José Timóteo Montalvão Machado.
- 3 pres. — os Srs. Dr. Leonel Ribeiro,
Cónego Isaias da Rosa Pereira,
António Machado de Faria.
- 2 pres. — os Srs. Marquês de São Payo,
Prof. Oliveira Martins,
Abílio do Amaral,
- 1 pres. — os Srs. Dr. Rocha Souto,
Dr. Franz Paul de Almeida Langhans.

Durante o ano académico findo foram apresentadas nesta Secção as seguintes comunicações:

Na sessão de 11 de Dezembro de 1969: «*Aleo — Uma empresa quatrocentista*», pelo signatário.

Na sessão de 22 de Janeiro de 1970: «*Algumas cartas autógrafas de Camilo Castelo Branco*», pelo signatário.

Na mesma sessão: «*Uma «visitação» do Cardeal Infante D. Afonso à Sé de Évora, em 1537*», pelo Rev.^o Cónego Isaiás da Rosa Pereira.

Na sessão de 19 de Fevereiro de 1970: «*Uma «visitação» do Arcebispo D. João Esteves da Azambuja à Colegiada de N. Senhora de Marvila, em Santarém*», pelo mesmo Senhor.

Na mesma sessão: «*O testamento de El-Rei D. Miguel I*», pelo signatário.

Na sessão de 19 de Março de 1970: «*O Milagre de N. Senhora da Piedade, de Santarém*», pelo Sr. Dr. Rocha Souto.

Na sessão de 16 de Abril de 1970: «*A baixela dos Meninos da Palhavã*», pelo Sr. Major José de Campos e Sousa.

Na sessão de 11 de Junho de 1970: «*Algumas peças de loiça Bra-zonada*», pelo mesmo Senhor.

Na sessão de 19 de Fevereiro de 1970, a Secção decidiu, ao abrigo do § único do Art.^o 52.^o do nosso regulamento, que o estudo da Sigilografia fique adjunto da Comissão de Heráldica desta Associação.

Finalmente, na sessão de nove do corrente mês de Julho, a Secção aprovou o presente relatório, bem como o que se segue, e que diz respeito às actividades da Comissão de Heráldica desta Associação.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 9 de Julho de 1970.

O Secretário da Secção de História

D. LUIZ DE LENCASTRE E TAVORA
(Marquês de Abrantes)

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE HERÁLDICA

De acordo com o preceituado no Art.º 57.º do actual regulamento interno da Associação dos Arqueólogos Portugueses, vem a Direcção da sua Comissão de Heráldica apresentar à Secção de História o Relatório das suas actividades durante o ano académico de 1969-70, com o pedido de que, se assim o considerarem, o levem à presença da Assembleia Geral.

A Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses tem um passado que sobremaneira honra esta, pela acção desenvolvida na Heráldica Municipal portuguesa, acção aliás que o próprio Código Administrativo lhe determina. A letra porém do actual regulamento interno, cerceando muitos dos direitos das Comissões, levou a de Heráldica a perder muita da sua antiga importância. Devido aos esforços, contudo, do seu actual Presidente, Exmo. Sr. Marquês de São Payo, a Comissão realizou durante o corrente ano três reuniões com elevado número de presenças, e pode elaborar vários pareceres sobre diversas Armas Municipais.

A Direcção da Comissão, eleita em 11 de Dezembro último, ficou constituída pelos Exmos Srs. Marquês de São Payo, como Presidente, Padre Domingos Maurício Gomes dos Santos, como Vice-Presidente, e Tenente Coronel Sacadura Falcão, como Secretário. Em virtude deste último Senhor não ter podido aceitar o cargo para que fôra eleito, o signatário ocupou-o, a título provisório, até à sessão que se realizou em 4 do corrente, sessão em que foi devidamente eleito e empossado como Secretário da Comissão o Exmo Sr. Dr. Manuel Artur da Fraga Norton.

A Comissão elaborou pareceres sobre as Armas dos Concelhos de Abrantes, Velas e Vagos; destes pareceres, aquele respeitante a Velas (Açores) foi já aprovado pelo respectivo senado municipal

Por fim, a Comissão está elaborando um estudo respeitante à publicação de um Armorial de Heráldica Municipal da Metrópole.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 15 de Julho de 1970.

Pelo Secretário da Comissão de Heráldica

D. LUIZ DE LENCASTRE E TÁVORA
(Marquês de Abrantes)

RELATÓRIO DO CONSERVADOR DO MUSEU

De acordo com o preceituado no Art.º 85.º do actual regulamento interno da Associação dos Arqueólogos Portugueses, vem o signatário, na sua qualidade de Conservador do Museu desta agremiação, apresentar o relatório da sua actividade durante o ano académico que vai agora terminar.

Logo ao ser nomeado pela Exma. Direcção para o cargo de Conservador deste Museu, o meu primeiro intuito foi procurar, para eventualmente o actualizar, o Inventário dos espécimens que a Associação expõe. No entanto estou hoje em posição de afirmar categoricamente que tal Inventário, se já alguma vez existiu um, não se encontra nesta Associação.

Outro dos meus labores foi extrair de alguns compartimentos da Sede, as várias centenas de peças que lá se encontravam amontoadas; entre elas contam-se retratos de antigos e proeminentes membros da Associação, diversos painéis de azulejos, certas moldagens em gesso de lápides, e inúmeros caixotes com espólio arqueológico, algum dele sem indicação de origem. Nos arquivos da Associação pude também encontrar os restos de um Arquivo Histórico, formado por espécimens paleográficos; e digo restos, porque, através de um inventário desse Arquivo, também, e já por si incompleto, se notam importantes faltas. A que se deverão, desvios, devoluções aos anteriores proprietários, é hoje impossível de determinar. Também no mesmo Arquivo descobri um conjunto de cartas autógrafas de Camilo Castelo Branco, de relevante valor histórico e material; sobre tal conjunto já tive a honra de apresentar uma comunicação à Secção de História, e estou hoje preparando um estudo de maior profundidade.

Sem querer com as minhas palavras menosprezar a acção dos que me antecederam neste cargo, não posso deixar de salientar aqui o profundo desânimo que me assaltou ao verificar o imenso peso que significava o trabalho inerente àquele; não se tratava, com efeito, de prosseguir uma tarefa, mas sim de fazer, sôzinho, algo de muito vasto, de realizar uma obra que ainda nem sequer fôra iniciada. Ora além das evidentes deficiências que são as minhas para um trabalho desta índole, ele exige uma disponibilidade de tempo que não possuo, infelizmente.

Desejando, no entanto, cumprir o dever que aceitara, ao aceitar o cargo, elaborei um primeiro plano de reforma do Museu; nele se incluíam a encomenda de mais vitrines, a aquisição de um pequeno cofre para aí se collocarem as cinzas do Rei D. Fernando I, de um ficheiro e respectivas fichas, etc.; decidi também oferecer à Associação certo número de documentos que, juntos aos que ela já possui, poderão constituir uma interessante exposição paleográfica e diplomática. Para esse fim, contudo, eu pensava aproveitar o armário onde hoje se encontram as múmias; e como o local, que se destinava a estas, já se não encontra disponível, aguardo a entrega das novas vitrines, numa das quais se guardará condignamente a referida colecção

paleográfica e diplomática. Mas isto são trabalhos futuros, e o que interessa aqui é relatar o que já está feito.

Com o auxílio valioso de um grupo de membros do Centro Nacional Juvenil de Arqueologia, da Mocidade Portuguesa, pude começar a elaborar o Inventário Geral do Museu, encontrando-se já referenciados alguns milhares de peças, das que estão em exposição nesta sala. Este trabalho prosseguirá durante todo o Verão, que, sendo como é a época das férias desses jovens, permitirá um trabalho mais assíduo. Simultaneamente começará a tarefa de catalogação dos espécimens, nas novas fichas; para este ponto desejo chamar a especial atenção de V. Exas., por nele se incluir uma decisão minha, da qual aproveito para pôr V. Exas. ao corrente.

Como já tive ocasião de referir, o tempo de que disponho é muito reduzido em relação ao que há a fazer; deste modo, tenciono dispor de seis dos trinta mil escudos que esta Assembleia pôs à minha disposição para beneficiação do Museu, para fins de organizar uma equipa de pelo menos dois dos referidos membros do Centro Nacional Juvenil de Arqueologia, equipe que, coadjuvada por mim, se dedicará em permanência durante dois meses (Agosto e Outubro) à elaboração do ficheiro. Aquele montante permitir-me-á recompensar com 1.500\$00 mensais cada um desses colaboradores, o que, estou certo, todos estarão de acordo comigo, constitui um preço muito reduzido que se pagará por um tão importante e necessário trabalho como é aquele que se está fazendo.

Para terminar, desejo propor dois solenes votos de louvor; é o primeiro para o Centro Nacional Juvenil de Arqueologia, recompensando-o por todo o seu benévolo e desinteressado auxílio, cujo valor, volto a frisar, foi de primordial importância para o meu trabalho; neste louvor deverão ser salientados os nomes de Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar, Maria Isabel Gaspar, e Luís de Gouveia Pascoal, que com maior assiduidade comigo colaboraram.

O seundo dirige-se ao Sr. Luís, empregado desta Associação, cujo auxílio sempre pronto encontrei todas as vezes que dele precisei.

Que estes votos de louvor, depois de aprovados, sejam comunicados aos interessados e fiquem exarados na acta, é a minha proposta.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 15 de Julho de 1970.

O Conservador

D. LUIZ DE LENCASTRE E TAVORA
(Marquês de Abrantes)

RELATÓRIO DO BIBLIOTECÁRIO

Para satisfazer ao disposto no Art.º 84.º do nosso Regulamento Interno, cumpre-me dar parte à Assembleia Geral das obras entradas na nossa Biblioteca durante o ano associativo que agora finda.

Essas obras são as seguintes:

- Abílio Mendes do Amaral: «*Gouveia no Ducado de Aveiro*»
- Do mesmo: «*O Marquês Dom João da Silva*»
- Maria Amélia Horta Pereira: «*Monumentos Históricos do concelho de Mação*»
- Da mesma: «*Inventário Arqueológico do concelho de Mação*»
- Mário Guedes Real: «*Pelourinhos da Beira Alta*»
- Leonel Ribeiro: «*Bodas de Diamante do Museu Municipal da Figueira da Foz*»
- Marcello Caetano: «*A hora é de acção*»
- António Sardinha: «*O sentido nacional de uma existência*»
- Conception Chicarro de Dios: «*Guía del Museo y Necropolis Carmona*»
- Da mesma: «*Catálogo del Museo Arqueológico de Sevilla*»
- Da mesma: «*Tartessos y sus problemas*»
- Jesus Taboada: «*La Concerrada en Galicia*»
- Carlos Tavares da Silva: «*O Povoado Pré-Histórico da Rotura*»
- Amorim Rosa: «*Anais do Município de Tomar*»
- Isaiás da Rosa Pereira: «*Constituições Sinodais de Viseu, em 1699*»
- D. Fernando de Almeida: «*Cartilha de Tamul e Português*»
- Do mesmo: «*Visitações de Santiago de Óbidos*»
- Do mesmo: «*Livros de Direito na Idade Média*»
- Henrique da Silva Louro: «*Capelas de Ossos na Arquidiocese de Évora*»
- Francisco de Assis de Oliveira Martins: «*Camilo Castelo Branco nas suas relações com J. P. de Oliveira Martins*»
- Eurico Gama: «*António Sardinha*»
- Hervé Pinoteau: «*Le Sacre de S. M. L'Empereur Napoléon*»

- Montalvão Machado: «*Prof. Dr. Sebastião Cabral da Costa Sacadura*»
- Hernâni de Barros Bernardo: «*Os nomes modernos de moedas*»
- Nuno Daupias de Alcochete: «*Bourgeoisie Pombaline et Noblesse Liberale au Portugal*»
- Manuel Artur Norton: «*A descendência dos Barões de S. Roque*»
- Do mesmo: «*Considerações acerca dum Ex-Libris raro*»
- Do mesmo: «*Evolução demográfica de Lourenço Marques*»
- Do mesmo: «*Alguns problemas da Genealogia em Portugal*»
- Marquês de São Payo: «*Para a história dos setembrizados*»
- Fletcher y Pla: «*Repertorio de Bibliografia Arqueológica Valenciana*»
- Eduino Borges Garcia: «*Santa Susana, Padroeira do Gado nos Coutos de Alcobaça*»
- Fernando de Oliveira: «*Três Ensaios sobre figuras medievais*»
- Joaquim Veríssimo Serrão: «*Elogio do Dr. Laranjo Coelho*»
- Waldemar Beszon: «*História*»
- António Vitorino da França Borges: «*Anais do Município de Lisboa*»

Como já disse no ano passado, estas obras não foram devidamente catalogadas, nem referidas nos nossos ficheiros, pela razão de não possuímos estantes, onde definitivamente possam ser arrumadas. Como é sabido, as nossas estantes encontram-se já sobrecarregadas, por tal forma que somos obrigados a dispôr, com cuidado e em armazém, as obras que, dia a dia, nos vão chegando. Com o alargamento das nossas instalações, que está para breve, contamos no próximo ano associativo montar mais estantes, de forma que possamos catalogar e arrumar devidamente algumas centenas de espécies, que ainda não lograram ver o seu direito a domicílio certo.

Foi também pela razão, que acabo de invocar, que não insisti junto da Direcção para se comprarem algumas obras importantes, cuja falta se faz sentir. Espero que em anos futuros algumas aquisições se vão fazendo, ano a ano, de obras importantes e faltosas, a que, já no ano passado, me referi. Em todo o caso, ainda este ano se adquiriram, por compra, três volumes, que faltavam, do Guia de Portugal.

Outra tarefa absorveu a minha atenção nestes últimos meses: foi a de saber quais as entidades, nacionais e estrangeiras, que nos mandavam, a título gracioso, as suas produções literárias, porque, só com essas, devemos realizar permutas. Velhas publicações periódicas, que findaram, perderam o direito a permutas; em compensação, adquiriram tal direito, algumas revistas que foram surgindo.

E assim organizei a seguinte lista de entidades portuguesas, com as quais permutamos as nossas publicações:

- Academia das Ciências de Lisboa
- Academia Portuguesa de História
- Arquivo do Alto Minho, de Barroelas
- Arquivo Histórico Militar
- Biblioteca Pública Municipal do Porto
- Biblioteca da Universidade de Coimbra
- Agência Geral do Ultramar, Lisboa
- Câmara Municipal de Lisboa
- Câmara Municipal do Porto
- Câmara Municipal de Tomar
- Associação Académica de Moçambique, Lourenço Marques
- Comissão de Monumentos Nacionais de Moçambique, Lourenço Marques
- Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa
- Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical, Lisboa
- Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia, Porto
- Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Coimbra
- Instituto de Coimbra
- Instituto Português de Heráldica, Lisboa
- Junta Distrital de Lisboa
- Mosteiro de Singeverga, Vila das Aves, Santo Tirso
- Museu Arqueológico de Sesimbra
- Museu de Etnografia e História, Porto
- Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa
- Faculdade de Letras, Coimbra
- Sociedade de Estudos de Moçambique, Lourenço Marques
- Sociedade de Geografia de Lisboa
- Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães
- Faculdade de Letras (Revista), Lisboa

Ficamos assim permutando as nossas publicações com as de 28 entidades culturais portuguesas, a que temos de juntar 44 entidades culturais estrangeiras, fazendo-se assim um total de 72 permutas.

Aquelas entidades estrangeiras encontram-se assim distribuídas pelos diferentes países:

Brasil	5
Canadá	1
Colômbia	1
Cuba	1
Dinamarca	1
Espanha	8
Estados Unidos	1
França	2
Holanda	1
Inglaterra	3
Itália	2
Japão	2
Noruega	2
Paquistão	1
Polónia	6
Roménia	1
Suécia	2
Suiça	2
Venezuela	2

TOTAL 44

Eis o que, a traços largos, o bibliotecário tem a comunicar à Assembleia Geral.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 10 de Julho de 1970.

O Bibliotecário

JOSE TIMÓTEO MONTALVAO MACHADO

COMPOSTO E IMPRESSO NA
LIVRARIA EDITORA PAX,
LDA, RUA DO SOUTO, 73-77
BRAGA — PORTUGAL